

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

Taiguara Belo de Oliveira

**A TEORIA DOS GESTORES E O MARXISMO
DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM JOÃO BERNARDO**

Florianópolis

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Taiguara Belo de Oliveira

**A TEORIA DOS GESTORES E O MARXISMO
DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM JOÃO BERNARDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.
Orientação: Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa.

Florianópolis

2008

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

O48t Oliveira, Taiguara Belo de
A teoria dos gestores e o marxismo das relações sociais
de João Bernardo [dissertação] / Taiguara Belo de Oliveira
; orientador, Fernando Ponte de Sousa. - Florianópolis, SC
: 2008.
219 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Bernardo, João, 1946. 2. Sociologia política. 3.
Classes sociais. 4. Socialismo. 5. Gestores. 6.
Capitalismo. I. Sousa, Fernando Ponte de. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.

CDU 316

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de um (já longo) percurso de vivências e experiências culturais, políticas, pessoais e acadêmicas, que tive desde pouco antes do meu ingresso na Universidade. Sendo todo ele sempre um processo de natureza social e coletiva, incontáveis foram as pessoas que - direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, bem ou mal - contribuíram para a tentativa de síntese que ora se apresenta. Seria impossível, portanto, listar cada um dos “culpados” ou, se preferirem, cada um dos co-responsáveis por este produto final. Opto por referir-me a apenas alguns amigos e colaboradores que, por representarem passagens extremamente significantes do meu particular trajeto, me ficarão para sempre gravados na memória.

Nesse sentido, não posso deixar de agradecer a todos os estudantes pobres da moradia estudantil da UNESP de Marília; onde tudo começou, e “quando viver ainda era uma arte”. Especialmente, aos parceiros da Casa 8: Mano, Alex e Ronan, com quem compartilhei a “dor e a delícia” de viver em coletividade, com muita intensidade e irreverência.

Aos amigos Pato, Braga e João que - sem saberem a loucura que cometiam! - primeiro me receberam na fantástica Florianópolis. Em tempos em que a regra é o isolamento e o princípio do “cada um por si”, pequenos acenos de amizade e confiança valem como atos de resistência e atestam a possibilidade (e a necessidade) de um mundo baseado em relações de outro tipo.

A todos os membros do LASTRO, em especial: Zé Carlos, Laura e Alex. Estes teimam em fazer das ciências humanas mais do que um espaço reprodutor de *slogans* da moda, ou de “perfumarias” sem propósitos. Aí, entre eles, encontrei ambiente e oportunidade de séria discussão. Oxalá a academia tenha mais “Fernandos” preocupados em guardar as trincheiras que restam do pensamento crítico, voltado para a transformação da realidade, e proporcionar a confluência dos espíritos atrevidos de nossa época.

Aos obstinados companheiros que tenho no SOPROS. Pessoas sinceras e de luta que, como “toupeiras”, arriscam-se em tecer uma trama da resistência e indignação.

Por fim, um duplo agradecimento à Dany. Curiosa e persistente, foi quem esteve do meu lado nos momentos finais desta tarefa; áduos, porém fecundos. O companheirismo de inestimável valor foi

demonstrado pela atenta leitura que fez do meu texto, e é selado agora pelo nascimento de nossa pequena Amélie, a mais nova fonte de alegria.

RESUMO

Diversamente do que ocorre com a grande maioria dos autores de matiz marxista, João Bernardo (1946 -) defende que uma terceira classe social - tão fundamental quanto à burguesia e o proletariado - faria parte da estrutura e dinâmica íntimas do modo de produção capitalista: a classe dos gestores. Este trabalho examina o universo teórico do autor a partir dessa polêmica proposição. Para o pensador e militante político português, a afirmação da existência dos gestores é feita em conformidade à teoria da mais-valia marxiana, embora sejam necessárias algumas opções e ajustes perante as contradições inerentes à obra magna do clássico. Esta hipótese, no entanto, arrasta consigo um conjunto bem particular de redefinições e conceitos que nos permite inscrevê-lo numa linhagem heterodoxa do marxismo; caracterizada por centrar sua análise no âmbito das relações sociais de produção e não no das forças produtivas.

Nesse sentido, houve uma cuidadosa leitura da obra (publicada e não publicada) de João Bernardo, e a incursão por diferentes passagens importantes de Marx e Engels. A revisão bibliográfica em que consistiu a pesquisa buscou também fazer o levantamento de outros autores que, - apesar das evidentes controvérsias entre si - por terem já abordado a matéria dos gestores, compuseram e transmitiram, em diferentes graus, o contexto teórico para a formulação bernardiana. Conclusivamente, procuramos realçar as peculiaridades principais que fazem dessa teoria de classes um sistema diferenciado em relação às demais - compreendida, porém, com bases ainda essencialmente marxistas; além de indicar algumas problemáticas contemporâneas, vinculadas à dinâmica dos conflitos sociais, para cuja análise o quadro conceitual apresentado se mostrou bastante fecundo.

PALAVRAS CHAVES: João Bernardo; classes sociais e marxismo; gestores; capitalismo.

ABSTRACT

Diversely what occurs with the vast majority of authors with Marxist tendency, João Bernardo (1946 -) defends the opinion that a third social class – as fundamental as the bourgeoisie and the proletariat - would be part of the intimate structure and dynamic of the capitalist mode of production: the class of managers. This study goes thought the theoretical universe of the author as from this polemical proposal. For the portuguese politic thinker and militant, the affirmation of the existence of managers is made in accordance to the surplus-value Marxist theory, although are necessary some options and adjustments to the contradictions inherent in the masterpiece of the classical author. This hypothesis, however, drives a particularly set of redefinitions and concepts that allows us to classify them on a heterodox lineage of Marxism; characterized by centralizing its analysis in the sense of the social relations of production instead of the productive forces.

In this sense, there was a careful reading of the (published and not published) works of João Bernardo and an incursion through the diverse and important concepts of Marx and Engels. The bibliographic review, in which consisted the research, was also looking for other authors that, - despite the obvious controversies among themselves – due to the mention of the managers, composed and transmitted in different degrees, the theory context of the Bernardian's formula. Conclusively, our objective was to emphasize the main peculiarities of this class theory that turns to a different system when compared to the others - implied, however, with bases still essentially Marxist; in addition to indicate some contemporary issues linked to the dynamics of social conflicts, to the analysis which the conceptual framework presented proved to be highly fruitful.

KEY WORDS: João Bernardo; socials classes and Marxism; managers; capitalism.

LISTA DE CONCEITOS E REDEFINIÇÕES CENTRAIS DA OBRA DE JOÃO BERNARDO

Prática: Atividade humana capaz de produzir efeitos sobre a estrutura já dada; seja ela natural ou social. Sempre material, coletiva e autônoma relativamente ao pensamento, na definição de Bernardo, ela se refere tanto à relação sujeito-sujeito, quanto à relação sujeito-objeto.

Instituições: É por excelência o campo do desenvolvimento das práticas humanas, a própria realidade social. Regidas por regularidades próprias que as distinguem dos campos da natureza e da ideologia, elas são ao mesmo tempo o contexto e o agente de qualquer processo social; e é aí que se centra a análise do autor.

Classes sociais: Campo de realização das “práticas primárias”, das quais todas as demais dependem. Isso porque é no âmbito dessas práticas que se produzem os meios de existência e reprodução das restantes. Terrenos onde se desenvolvem as práticas concernentes à produção da vida material.

Segunda determinação da lei do valor: Nestes termos, aparece apenas nas primeiras obras de Bernardo (1975; 1977). Trata-se do princípio que procura abranger a finalidade social do produto capitalista, ou seja, a constante procura pelas condições ideais de aumento da produtividade.

Mais-valia relativa: Apresentação mais sintética e decorrente do conceito anterior. O progresso do capitalismo, cujo ritmo é determinado pela intensidade dos conflitos sociais, fundamenta-se no constante aumento da produtividade. A mais-valia relativa, ao proporcionar um maior nível de consumo de bens e serviços à classe trabalhadora, apóia-se na absorção e/ou recuperação dos movimentos reivindicatórios, em oposição à tática de violência aberta empreendida pela mais-valia absoluta. Para que esse processo alcance sua finalidade maior, ou seja, diminuir o valor incorporado na força de trabalho, é necessário supor a integração tecnológica entre diferentes processos produtivos. Politicamente, a opção por esse mecanismo geralmente se expressa pelos regimes democráticos e, nas relações de trabalho, pelas medidas de cunho trabalhistas.

Condições Gerais de Produção (CGP): Conjunto de instituições técnicas, sociais e culturais, que servem ao funcionamento integrado das

unidades produtivas. O conceito procura suprir uma lacuna deixada pelas teses que apontam o mercado como esfera de socialização do produto capitalista. Opõe-se ao conceito de UPP (Unidades Particulares de Produção).

Estado Amplo (Estado A): Aparelhos de poder e expropriação econômica, externos às instituições estatais tradicionais. Constitui-se centralmente pelo exercício de poder das grandes empresas, as quais, para além das formalidades jurídicas, dispõem de amplos artifícios de controle sobre o conjunto da vida social dos trabalhadores. Em oposição ao Estado Restrito (Estado R).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
1 INTRODUÇÃO	05
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	06
1.1.1 Questão de método	06
1.1.2 Procedimentos de pesquisa	08
1.1.3 A exposição	10
1.2 A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA DOS GESTORES E O CONCEITO MARXISTA DE CLASSE SOCIAL	12
2 OS GESTORES COMO OBJETO TEÓRICO	27
3 PARA ENTENDER OS GESTORES	55
3.1 DA CRÍTICA DA ALIENAÇÃO À CRÍTICA DA EXPLORAÇÃO – O PRIMADO DA PRÁTICA E A PRODUÇÃO CONSTANTE DE INSTITUIÇÕES	56
3.2 PROCESSO DE EXPLORAÇÃO ENQUANTO TRABALHO EM PROCESSO	76
3.3 CAPITALISMO – SOCIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ESFERA DA PRODUÇÃO	95
3.4 CAPITALISMO E PODER – A REDEFINIÇÃO DO PROBLEMA DO ESTADO	120
4 A CONCEPÇÃO TEÓRICA DOS GESTORES	137
4.1 AS CLASSES SOCIAIS	137
4.2 OS GESTORES – ESTRUTURA, ORIGEM E IDEOLOGIA	139
5 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS GESTORES	157
5.1 A DISPERSÃO DOS CAMPOS GESTORES NOS PRIMÓRDIOS DO CAPITALISMO	157
5.2 OS TRÊS RAMOS DE DESENVOLVIMENTO DA CLASSE GESTORA E O PERÍODO DO PÓS-GUERRA	167
5.3 A INTEGRAÇÃO DA CLASSE GESTORES HOJE	187
6 CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS	211

APRESENTAÇÃO

Com boa dose de razão, alguém em algum lugar disse certa vez que as idéias não são, por assim dizer, criadas do nada, por geração espontânea, porém, sempre tomadas por empréstimo ou solicitadas quando conveniente. A partir daí é que podem ser transformadas e evoluírem para tantas outras, atuais, pertinentes, mas nunca completamente novas. Mas qual o critério? Por que optamos por este ou aquele princípio, por esta ou aquela forma de compreender o mundo? E a Universidade? Ela funcionaria, então, como um grande mercadão das idéias, o qual nos ofertaria um sem números de produtos, a serem escolhidos em alguma de suas infinitas prateleiras como melhor nos aprouvesse? Sem ignorar a referida afirmação, penso que o processo se dê de uma forma um pouco diferente.

Ninguém escolhe uma idéia, ou um conjunto sistematizado de várias delas, aleatoriamente, por capricho, ou simplesmente porque a considerou mais coerente, mais bonita, mais justa ou a que é mais cotada nas ciências sociais - a mais verdadeira. É preciso ter sempre em mente que vivemos uma realidade social contraditória, permeada por conflitos de diversas ordens. Por isso, ao formularmos um novo quadro explicativo, ou tomarmos um antigo por empréstimo, elegemos aqueles conceitos que mais condigam com nossas práticas sociais concretas, que, por sua vez, estão sempre em colisão com outras. O que é para mim verdade incontestável, não passa de um engodo para meu antagonico social. Ora, perigo haveria se assim não o fosse! Contendores de campos opostos não disputam a vitória do jogo, senão as regras mesmas do jogo.

Isso significa que uma teoria só alcança o título de Verdade na medida em que fornece ao seu criador, ou locatário, a possibilidade de recompor, no plano do pensamento, nexos que faltam entre os diferentes eventos, ambientes e momentos pelos quais sua vida social se espalha num constante movimento contraditório. Os ideários devem servir, portanto, às necessidades da ação. Caso contrário, ficariam para sempre encalhados nas tais prateleiras e vitrines, sujeitos apenas à "crítica roedora dos ratos". Todavia, é só assim, ideologicamente, que o mundo pode nos aparecer enquanto unidade, dotada de lógica, coerência e inteligibilidade.

Se estiver correta esta minha asserção, qualquer teoria que se pretenda verdadeiramente crítica e audaciosa só o é enquanto for representação de uma dada prática contestatória e, portanto, inovadora. Sendo assim, teorizar criticamente está entre as tarefas mais difíceis de serem plenamente realizadas nos dias de hoje, quando, de uma perspectiva histórica mais ampla, o capitalismo parece gozar de uma ótima saúde; ao contrário do que preconizam os profetas do seu colapso automático. Digo isso porque me parece difícil que este modo de produção decline sem que haja dialeticamente a ascensão global de movimentos sociais que ponham em risco sua permanência.

Marx, por exemplo, só pôde formular a tese do antagonismo central entre a burguesia e o proletariado quando já se tornara possível, e concretamente constatável, um novo patamar das lutas sociais, encetado por novas forças sociais que resultavam da cisão sofrida pela chamada plebe. O que não diminui em nada o seu papel, já que conseguiu apreender o alcance de uma tendência que era, então, não mais que incipiente.

É assim que compreendo meu particular interesse pelas idéias de João Bernardo. E, por isso, convido, aqui, reconstruir um modelo explicativo que, ao afirmar a existência de uma terceira classe social na estrutura capitalista, arrasta consigo uma série de outras concepções que nos fornecem uma percepção consideravelmente diferenciada da realidade.

Não é preciso reportarmo-nos a longos períodos históricos, de escalas nacionais, para que verifiquemos um habitual processo mediante o qual antigos companheiros do chão de fábrica convertem-se em nossos maiores algozes, e pelo que tradicionais opositores apertam-se as mãos, dão-se tapinhas nas costas e comemoram a serenidade com que ocorrem as transições democráticas. Basta olharmos à volta! Estes ciclos, para nosso infortúnio, reiteram-se no dia-a-dia: a cada nova comissão mista que é criada pelas autoridades burocráticas, a cada novo recrutamento de quadros que hão de ocupar cargos decisórios, a cada luxuosa reunião a que são convidados os representantes da parte reclamante, onde são firmados os acordos sem a prévia consulta...

Lá se vão nossos companheiros. Quando menos se espera, estão do outro lado da mesa de negociação. E o que é incomensuravelmente pior: levam consigo nossos órgãos de luta, nossas bandeiras, nossas palavras-de-ordem, e outras tantas iniciativas de contestação.

O salto para fora da dicotomia burgueses-proletários que a teoria dos gestores proporciona, no entanto, permite-nos compreender que estes ciclos não consistem em meros episódios de desvio de carácter individual, não compõem um problema de ordem moral, ou de natureza humana. Trata-se, antes, do mecanismo fulcral que dita a base e a dinâmica de existência deste modo de produção. É este o aspecto que importa ser apreendido.

Porém, estou certo de que o grau de acolhimento, ou mesmo a rejeição total, da proposição maior que está sendo aqui apresentada irá depender muito mais da prévia experiência prática de quem a recebe, que da eventual consistência lógica, ou das contradições camufladas, estas sim, inerentes a todas as teorias.

Mais plausível será a hipótese lançada quanto maior for a combinação entre o que é nela representado - por definições e conceitos- e o que é efetivamente experimentado cotidianamente por quem a aprecia. É isso que se está por trás quando debatemos idéias.

1 – INTRODUÇÃO:

Discurso aqui sobre a teoria de um autor contemporâneo que postula ser a sociedade capitalista uma estrutura composta, não por duas, mas sim por três classes fundamentais: a burguesia e o proletariado, habitualmente reconhecidas, e os gestores.

João Bernardo é um escritor português que, quando estudante, em 1965, por conta de sua militância política em oposição à ditadura salazarista, foi proibido de frequentar qualquer universidade nacional durante oito anos. Exilou-se na França, onde autodidaticamente deu início a um ambicioso projeto intelectual. Influenciado pelas agitações políticas e teóricas do período, momentaneamente, chegou a se aproximar das concepções maoístas, tão em voga àquela época. No entanto, gradativamente afastou-se das inúmeras variantes canônicas do marxismo para afirmar sua interpretação independente fundamentada nas experiências anti-capitalistas de caráter autogestionário que se opunham à organização política de tipo leninista, orientadora dos partidos comunistas de então. De volta a Portugal no ano de 1974, funda o jornal operário *O Combate*, que circulou até 1978 e representou uma importante referência às lutas conselhistas que marcaram a história política portuguesa na sequência da Revolução dos Cravos de 25 de abril. (Pinto, 2004; 2006) Até hoje, apesar de não pertencer ao Universo Acadêmico, leciona cursos em várias universidades importantes da Europa e do Brasil – principalmente em cursos de pós-graduação -, ministra palestras em associações operárias e acumula já uma vasta obra literária, com cerca de onze livros publicados.

Ao afirmar este autor a existência dos gestores como classe social dominante - antagonica e contemporânea tanto à burguesia quanto ao proletariado - redimensiona o entendimento do aspecto central que definiria o modo de produção capitalista, o que, inevitavelmente, o distancia das várias leituras oficiais do marxismo. O elemento significativo da concepção dos gestores é sua repercussão a tantos outros campos de entendimento da realidade, portanto, não se inicia nem se encerra na mera definição desse momento particular de sua obra. O que quer dizer que se restringíssemos a investigação a este aspecto, deixaríamos escapar a completa reelaboração dos elementos fundamentais que definem a realidade capitalista em sua concepção.

Eis onde principia nosso problema. Pois, como se sabe, a maior parte das teorias que versam sobre as classes sociais da era moderna não concebe dessa maneira. Costumeiramente, a sociedade capitalista é apresentada enquanto sistema dicotômico que opõe duas classes fundamentais apenas.

O autor, como veremos, intenta formular uma interpretação livre e própria que forneça quadros alternativos de entendimento ordenado das mais variadas temáticas colocadas pelo atual estágio do capitalismo. No mesmo tempo em que se afasta significativamente das pretensas análises ortodoxas, não deixa de creditar ao grande clássico a maior descoberta crítico-teórica da sociedade capitalista: a teoria da mais-valia; em torno da qual ele afirma desenvolver seu projeto intelectual. Isso quer dizer que os distanciamentos e as aproximações entre Marx e Bernardo estarão sempre latentes no decorrer deste trabalho, quando não os forem explicitamente referidos.

A questão que se coloca é, então, apreendermos, no plano de seu trajeto teórico, os argumentos que levam Bernardo a proclamar a existência da terceira classe social e, junto a isso, averiguarmos a possibilidade de esta tese ser rigorosamente anunciada com base numa concepção marxista da realidade.

1.1– PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

1.1.1 – Questão de método:

A finalidade primordial desta exposição consiste na recuperação de um referencial teórico que nos permita pensar articuladamente os mais variados acontecimentos do capitalismo contemporâneo. De maneira alguma assim o faço por negligenciar os aspectos empíricos que a todo tempo nos inspiram, em nome de uma pretensa superioridade da discussão puramente conceitual, com alto grau de abstração. Ao invés disso, pressuponho que todo e qualquer tipo de formulação ideológica - seja ela mística, metafísica, filosófica, artística, racional ou científica – se edifica alicerçada em pressupostos práticos do qual, de alguma forma, é sempre uma expressão.

Uma vez que a completa obliteração das experiências particulares, das diferentes observações pessoais que temos dos eventos cotidianos e de nossas tomadas de partido em um conflito constitui algo pra lá de impossível, o que confere estatuto de Verdade a uma teoria não

pode ser outra coisa senão sua capacidade de exprimir, com coerência e sistematicidade, a prática social em que se insere o indivíduo que a concebe. O que me leva a crer na pertinência em concentrar esforços na apresentação de um quadro teórico que viabilize apreender, crítica e rigorosamente, a realidade social não como o conjunto de eventos isolados, mas sim como um todo complexo, dinâmico e contraditório, e que possa servir de subsídio àqueles com quem divido uma dada prática em comum.

Isto não implica admitir, sem mais, que todo constructo teórico seja equiparável. Grosso modo, há aqueles que exprimem práticas de contestação, que aspiram subverter a ordem dada, e aqueles que exprimem práticas conciliatórias, integradoras e coniventes com as estruturas de poder. O novo modismo acadêmico, por exemplo, parece nos fornecer um grande leque de modalidades analíticas suscitadas por este segundo grupo de práticas.

Da mesma forma que, para o positivismo, revelar o real é limitar-se à descrição do concreto tal como ele se encontra empiricamente, para o chamado pensamento pós-moderno, mapear e revelar os discursos é o limite de toda investigação social e histórica. Este é um problema metodológico que, inevitavelmente, remete-nos às reflexões, bastante conhecidas, que Marx (1996) fizera em torno d'*O Método da Economia Política*. Neste seu texto, ele nos atenta para dois procedimentos básicos que o pensamento haveria de executar no sentido de perceber relações contraditoriamente estruturadas que existem entre os eventos históricos, os quais, a um primeiro olhar, se apresentariam de forma caótica.

Ainda que toda forma de pensamento só possa surgir em meio a um contexto concreto, nesta primeira situação, este concreto se apresenta ainda na sua forma mentalmente representada, intuída, como conceito vazio. Assim, aquela que, por si só, aparenta ser a forma procedimental mais correta - iniciar a análise pelo “real, concreto” (o pressuposto real) - não passaria de mera representação abstrata. “Partindo do concreto representado,” – diz-nos Marx - “chegaria a abstratos sempre mais tênues, até alcançar por fim as determinações mais simples.” (Ibidem, 07) Somente pelo processo inverso, quer dizer, elevando-se do abstrato ao concreto, é que estaríamos a proceder por um método “cientificamente exato”.

Nesse ponto, a noção de concreto adotada por Marx assume um duplo significado: no primeiro momento, como ponto de partida, é o

“concreto real”, sensorialmente percebido, todavia, aparente, caótico, aleatório, desprovido de relações; no segundo momento, aparece para o pensamento já enquanto resultado, enquanto “concreto pensado”, agora sim capaz de revelar as regularidades internas que abarcam os eventos. Esta é a única maneira viável pela qual o pensamento se apropria do concreto, mediado por uma teoria capaz de resgatar a sua totalidade, ainda que não seja o processo efetivo do próprio concreto. Parece-me ser este o exato sentido da célebre proposição de Marx: “O concreto é o concreto por ser uma concentração de muitas determinações (síntese), logo, uma unidade do múltiplo. Eis a razão por que aparece no pensamento como processo de concentração (síntese), como resultado e não como ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real.” (Ibidem, 09)

Dito de outro modo, no método dialético, elevar-se do abstrato ao concreto significa, também, transitar do simples-estático para o complexo-dinâmico. Romper com as dicotomias entre modelo lógico e modelo histórico, ou entre o método dedutivo e método indutivo, teria sido a grande contribuição crítica da metodologia marxista.

1.1.2 – Procedimentos da pesquisa:

Aplicando as considerações acima à problemática proposta por este trabalho, penso serem estas as etapas adequadas a serem seguidas pelo nosso trajeto de investigação: a) Primeiramente, examinar a existência ou não de características estruturais que identifiquem a forma de participação do grupo dos gestores ao nível do modo de produção, no conjunto da divisão social do trabalho, e os tipos de antagonismos que aí estabelece; b) em seguida, averiguar suas características superestruturais, as instituições políticas, jurídicas, filosóficas, pelas quais exprimiriam coesamente sua posição prática única e o conjunto da vida econômico-social e; c) finalmente, observar os aspectos de sua formação e desenvolvimento no curso dos acontecimentos históricos.

Para a realização desta pesquisa, num primeiro momento, iniciado desde o final da minha graduação, baseei-me no levantamento e na análise do mais amplo material possível dos escritos de João Bernardo: desde aquelas obras onde entendo estarem desenvolvidas

concepções teóricas mais densas e basilares¹ e outros títulos de caráter mais historiográfico e conjuntural²; passando pelos vários artigos e ensaios feitos a revistas acadêmicas e publicações de núcleos de estudos credenciados; até outros tantos textos encontráveis em coletivos e jornais operários, mídias eletrônicas alternativas, resenhas e sinopses de livros, transcrições de palestras, cursos e seminários; além de valer-me também de cartas e *e-mails* pessoais em troca com o autor e outros amigos colaboradores. Esta parte da pesquisa pôde ainda ser suplementada pelas participações presenciais em seminários, palestras e cursos ministrados pelo autor, defesa de dissertação de mestrado e outros encontros informais.

Num procedimento semelhante, procurei recolher e revisar um bom número dos escritos de Marx, e os de sua parceria com Engels, observando, contudo, os limites desta pesquisa diante do volume da produção destes autores. Neste caso, optei por deter-me na análise do Livro I de sua obra magna, junto a outros textos que, reconhecidamente, pontuam passagens importantes de sua evolução teórica.³ O que não quer dizer que dispensei a análise de demais documentos, de igual ou menor magnitude, que, se não constituem elementos centrais da obra de Marx, preenchem nossas inferências com detalhes.

Dispus-me também a fazer o levantamento bibliográfico de autores que em épocas, contextos e de perspectivas diferentes, se não renunciaram, ao menos esboçaram uma teoria dos gestores. A partir disso, procurei identificar os principais campos teóricos precursores - nos quais o objeto já aparecera enquanto matéria de debate - e traçar, na medida do possível, uma genealogia do conceito.

Com material em mãos, pude finalmente meter-me no cerne da discussão. No decorrer do exame da obra de ambos os autores centrais,

¹ Inserir-se nesta lista: *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975), os três volumes de *Marx Crítico de Marx* (1977), *Economia dos Conflitos Sociais* (1991a) e *A Dialética da Prática e da Ideologia* (1991b).

² Nesta categoria, refiro-me a outros livros como: *O Inimigo Oculto: Ensaio sobre a Luta de Classes. Manifesto Anti-Ecológico* (1979), *Crise da Economia Soviética* (1990), *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?* (2001), *Os Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta* (2003) e *Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana* (2004).

³ Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004a), *A Ideologia Alemã* (1982 t.I), o *Manifesto do Partido Comunista* (Ibidem), *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (Ibidem) e *A Guerra Civil em França* (1982 t.II) são bons exemplos.

houve o cuidado de dar o devido enfoque aos aspectos que envolvessem e tocassem diretamente o tema em questão e fornecessem as pistas necessárias para que o nosso objetivo pudesse ser alcançado. Quer dizer, procedi à leitura com critérios pré-selecionados, a fim de que nos fosse viável garimpar as informações essenciais e, assim, dispor de um quadro conceitual capaz de realçar a distinção de preceitos norteadores das respectivas teorias de classes sociais e o lugar que a abordagem dos gestores ocupa, se é que ocupa, em cada uma.

Restou, por fim, confrontar e cruzar as análises do abundante material selecionado de modo a identificar as aproximações e os distanciamentos que caracterizam a concepção dos gestores em João Bernardo relativamente a de outros autores, em especial a dos autores do campo marxista.

1.1.3 – A exposição:

No que concerne aos procedimentos expositivos, o primeiro momento deste trabalho teve por objetivo introduzir com maior exatidão os termos sociológicos em que se insere a temática central. Aqui, a não existência de um acordo quanto à definição precisa do conceito marxista de classe social é o aspecto importante a ser notado. Em função das oscilações e ausências que perpassam a evolução da obra de Marx, múltiplas leituras são possíveis, como se verifica a partir da análise de seus comentadores. Dentre estes, ocupei-me de enfatizar apenas algumas das interpretações que procuraram dar conta das demandas suscitadas pela polêmica existência do grupo social em debate. Até que, ao encerrar do capítulo, deixo sucintamente anunciada a noção de gestores em João Bernardo, compondo, enfim, nossa problematização.

Em seguida, julguei ser relevante apresentar e analisar preliminarmente algumas das principais tradições teóricas que problematizaram por distintas perspectivas, e em épocas diferentes, a existência dos gestores. Foi assim que, no capítulo intitulado *Os Gestores como objeto teórico* recuperei parte desta discussão, com o intuito de situar, no plano da história das idéias, o grau de acúmulo de conhecimento em que a hipótese de Bernardo se inseria. Nesta parte, tive a oportunidade de conhecer e avaliar estas abordagens anteriores que, de alguma maneira e em algum grau, iriam contribuir para formulação própria do autor. Além disso, o cotejo com estas linhagens

ideológicas distintas auxiliou na identificação dos aspectos originais que competem a ele.

No estágio seguinte é que de fato iniciei uma incursão em profundidade ao quadro de conceitos bernardianos. Aqueles que o levantamento bibliográfico, a leitura e a análise me revelaram serem essenciais para a compreensão do preciso lugar que têm os gestores no conjunto de sua teoria. Por motivos didático-expositivos, no entanto, impôs-se a necessidade de subdividi-lo em quatro partes, cada qual correspondendo a uma tese original que aponta para a formulação dos gestores. Neste momento, começamos apresentando os debates mais abstratos, travados no âmbito da epistemologia, para alcançarmos níveis mais palpáveis, como as questões acerca da propriedade, do processo de trabalho, da integração tecnológica e do Estado. Em se tratando de um modelo explicativo dinâmico e integrado, seria muito mais complicado operar o conceito de gestores sem, antes, expor com minúcias algumas das definições fundamentais do universo teórico do autor.

É neste capítulo que a heterodoxia do marxismo bernardiano se apresenta. Por isso, o seu percurso foi feito a par da leitura de importantes trabalhos de outros autores que, com muita propriedade, também se debruçaram sobre matérias semelhantes. Evidentemente, com enfoque especial dado aos textos de Marx, o confronto com outros teóricos permitiu-me avaliá-los e, ao mesmo tempo, clarificar as posições particulares de Bernardo em contraste com as demais.

Travadas estas discussões, pude apresentar um quadro conclusivo no qual pretendi exprimir sistematicamente a particular leitura que faço do pensamento dos autores principais, com o devido enfoque às suas reflexões a respeito das classes sociais e, quando possível, a respeito do papel dos gestores na estrutura e na história do modo de produção capitalista. Procurei apontar os principais distanciamentos e aproximações que relacionam os dois modelos teóricos, salientando as condições históricas que condicionaram seus surgimentos. Atentei-me também a avaliar o grau de contribuição que eventualmente os demais autores consultados conferiram à edificação da teoria dos gestores de João Bernardo.

1.2 – A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA DOS GESTORES E O CONCEITO MARXISTA DE CLASSES SOCIAIS:

Como é bem sabido, Marx morreu antes que pudesse redigir o último capítulo de *O Capital*, no qual se dedicaria a discutir especialmente o conceito de classes sociais e as relações concretas pelas quais interagiriam naquele estágio da produção capitalista. Isto significa dizer que o rigoroso autor que concebeu a luta de classes como motor da história não chegou a elaborar de forma sistemática e acabada este conceito tão fundamental. Aliás, o próprio Marx (1982, t.I) observa não ter sido ele o precursor da teoria de classes na sociedade moderna, tampouco das lutas que travam entre si. O grande feito – ressalta ele numa carta endereçada a Weydemeyer, de 5 março de 1852 – deveria ser atribuído aos historiadores e economistas burgueses. A parte que lhe coubera desta tarefa intelectual teria sido no sentido de demonstrar:

- 1) que a existência das classes está apenas ligada a determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção; 2) que a luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura só constitui a transição para a superação de todas as classes e para uma sociedade sem classes [...] (p. 555)

As considerações a tempo deixadas por Marx (1979) no capítulo inacabado de sua obra maior, no entanto, mais obscurecem do que resolvem a questão. Ali, o autor identifica as 3 grandes classes que comporiam o capitalismo a partir do critério das fontes formais de rendimento: salário, lucro e renda do solo. Por este procedimento, uma classe seria simplesmente constituída por um grupo de indivíduos que comungam da mesma modalidade jurídica de remuneração. O que, com a gradual diversificação da atividade produtiva, daria lugar a uma infinidade de classes, sem dar conta do segredo invariável que tipifica o modo de produção. Um critério tão rigoroso quanto o de distingui-las por grupos de pessoas gordas ou magras. Tal procedimento analítico é similar ao adotado por teses sociológicas crescentemente hegemônicas no mundo acadêmico, qual seja, o de definir as classes sociais sob a perspectiva da distribuição.

No entanto, não se pode julgar Marx tão somente a partir deste fragmento, na verdade, recolhido e editado por Engels. No escrito, Marx já deixa perceber que este seria um mero critério aparente, “à primeira vista”, para a posterior formulação coerente de uma teoria das classes sociais; a qual em *O Capital*, definitivamente, não houvera tempo de desenvolver o suficiente. Não se trata também de transpor, sem mais, a eventual teoria de classes marxiana para os dias de hoje, senão reter alguns princípios básicos, pistas objetivas, que norteiem a reconstrução deste conceito sempre inacabado e auxiliem-nos a adequá-lo para a nova etapa de desenvolvimento da produção. Para isso, penso que temos de recorrer a outros tantos textos seus, onde no curso de seu aprimoramento teórico, mais do que definir o conceito, operacionou-os. Bottomore (1968) assinala que o autor de *O Capital* analisou a estrutura de classe numa fase inicial do capitalismo e, por isso, nos legou um modelo explicativo em aberto. “Embora seja óbvia a base econômica das classes sociais, tal fato pode ser interpretado de várias maneiras, e isso deu origem a pontos de vista enormemente diversos, a respeito da importância das classes para a vida social e das relações entre as classes.” (p. 16)

Em linhas gerais, é comum a leitura que afirma ter Marx sempre se referido à relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos o fator que revela o segredo fundamental da estrutura do modo de produção, portanto, as formas de propriedade. Todavia, é preciso considerar a não-existência de um modo de produção puro, o que faz com que o significado da existência de uma classe – enquanto conceito histórico - só pode ser satisfatoriamente delimitado no contexto de formações sociais historicamente determinadas. Uma classe revela-se em negação à outra, na concretude dos confrontos sociais que pontuam toda a trajetória deste modo de produção. Isto implica procedermos a uma análise que capte as relações sociais de produção capitalista dinamicamente, para além de suas definições abstratas. Deste ponto de vista proposto, a investigação pura e simples do direito privado como a forma jurídica expressora do modo de produção parece-me insuficiente, sendo necessário atentar-se também aos aspectos informais que envolvem qualquer sociabilidade humana. Para além do *fator-propriedade*, em uma só palavra, o conceito de classe só pode ser elucidado com base na observação do *comportamento de uma classe em relação à outra*.

Pelos textos de Marx que acompanham os processos políticos mais turbulentos, as classes sociais, entretanto, não só aparecem vinculadas a setores sociais que se distinguem quanto à forma de inserção na produção, mas que produzem também, com maior ou menor grau, efeitos diferentes no campo da política. Por exemplo, apesar de a burguesia moderna inicialmente ser apresentada no *Manifesto* como classe decorrente do conjunto de transformações no modo de produção e intercâmbio, a partir destes outros textos, ela só pôde se consolidar como tal à medida que dilacerou antigas relações sociais e instituiu a sua maneira de explorar ao substituir os valores que encobriam as formas de dominação feudais. Para cada etapa deste desenvolvimento da burguesia correspondeu um determinado estágio de evolução política: desde um grupo subjugado aos senhores feudais até chegar à conquista e o domínio exclusivo do Estado parlamentar, paralelo à ascensão da grande indústria.

As análises dos textos sobre as ondas revolucionárias na França – *18 de Brumário de Louis Bonaparte* (1982, t.1) e *A Guerra Civil em França* (1982, t.2) – corroboram esta afirmação. Daqui, é possível deprender que uma classe só adquire existência efetiva, desenvolve fisionomia e predicados, quando exposta às vicissitudes dos conflitos sociais que vivencia, quer dizer, pelas transformações práticas e ideológicas, pelas novas instituições sociais que inventa. Como sentenciam os autores, a propósito da burguesia:

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção, por conseguinte todas as relações sociais. (Marx & Engels, 1982, t.1, p. 109)

Reciprocamente, a classe proletária tem a sua existência condicionada por sua oposição à burguesia, ou seja, ela existe na medida em que há trabalho como incrementador de capital. “O proletariado” – lê-se no *Manifesto* – “passa por diferentes etapas de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com o seu nascimento.” (Ibidem, p.114) Em um primeiro instante, os proletários contestam sua condição num âmbito individual ou local, dirigindo-se contra aquele capitalista com quem imediatamente se relacionam num dado espaço produtivo. Ainda neste nível de organicidade - suscetível a fragmentação e

verticalização imposta de fora pela hierarquia capitalista - esta classe é incapaz de se auto-organizar e agir coesamente, constituindo assim uma mera “massa dispersa”, dizem os autores. Entretanto, o próprio adensamento da indústria abriria a possibilidade de reunião de massas maiores. Pois que, a própria tecnologia industrial – apostavam – tenderia a integrar e afinar os interesses operários entre si, de modo a fomentar a solidariedade de classe.

Por conseguinte, os trabalhadores conseguiriam ultrapassar as barreiras locais, regionais e nacionais, até organizarem-se politicamente e existirem substancialmente enquanto classe. Àquela altura, quando da redação do *Manifesto*, tal conteúdo se exprimiria na formação de um partido político internacional, segundo seus autores.

Há, porém, diversos debates a respeito da essência do que vem a ser a constituição de uma classe organizada politicamente. Marx já havia iniciado este tema em *Miseria de la Filosofia* (1985), quando vislumbra com algum entusiasmo as associações operárias tradeunionista e o movimento cartista. Para ele, essas associações operárias, apesar de inicialmente serem erguidas com vistas à mera defesa do salário, constituíam elementos valiosos à medida que representavam o fim da concorrência e dispersão entre os trabalhadores e os poriam em concorrência geral contra os capitalistas. “En esta lucha – verdadera guerra civil – se van uniendo y desarrollando todos elementos para la batalla futura. Al llegar a este punto, la coalición toma carácter político.” (p. 141) Quer dizer, a “massa” defensora de seus salários e ainda uma *classe em si*, ao tornar-se unida e coesa frente ao capital, converte-se em *classe para si*, segundo a terminologia ainda com reminiscências hegelianas empregue por Marx.

Para Mézàros (1993), por exemplo, o conceito de “classe para si” implica não só uma oposição “consciente” à particularidade burguesa, mas a qualquer outra. A consciência de classe em Marx – afirma ele – é inseparável do reconhecimento do interesse de classe, baseado na posição social e objetiva das diferentes classes na estrutura vigente. Esta consciência representa um salto qualitativo em relação à consciência que este ou aquele operário, a partir de sua posição de classe, imediatamente considera como sua meta. A “ação de grupo, por si mesma, também não é nenhuma garantia da consciência necessária. Esta, se desprovida de objetivos estratégicos definidos, pode recair no mero fortalecimento da ‘consciência tradeunionista’” (p. 94) Daí ele

estabelecer uma distinção nos termos da “consciência de classe contingente” e “consciência de classe necessária”. Enquanto a primeira apenas percebe aspectos isolados da contradição e resigna-se a conflitos pontuais, a segunda – verdadeira – focaliza o tema estrategicamente central e se expressa na elaboração de programa de ações viáveis, o qual englobe a multiplicidade de grupos sociais específicos, em qualquer forma organizacional.

Como ficará claro mais a frente, esta posição de Mészáros está nos antípodas da concepção de classe auto-organizada de Bernardo, para quem os vínculos práticos e sociais entre os indivíduos e suas classes sobrepõem-se e antecedem os vínculos ideológicos. Nesse sentido, a passagem da classe em si para a classe para si, traduz-se, no modelo bernardiano, como a passagem da *hetero-organização* para a *auto-organização de classe*. “Uma classe domina a outra na medida em que organiza a outra.” (Bernardo, 1992, p. 36) Isto quer dizer que o grau de desenvolvimento político de uma classe, para ele, apenas exprime a capacidade que ela tem de estabelecer as suas próprias instituições sociais, dotá-las de princípios organizativos próprios, e ainda determinar e organizar as de outra: dividindo-as e hierarquizando-as a sua maneira.

Marx mesmo nos oferece pistas para chegarmos a esta compreensão. Em *A Guerra Civil em França* (1982, t.II) afirma ser a *Comuna de Paris*, em 1971, não só a “tomada de consciência histórica” do proletariado, mas principalmente, uma “ação prática à sua altura”. O “*régime* comunal” esboçou - pela prática - o que de fato deveria consistir uma forma de organização política tipicamente proletária. Representou, por assim dizer, a concretização do proletariado como classe organizada, conferindo existência social àquilo que até então constava como letra morta no enunciado programático do *Manifesto*.

Esta breve experiência de “autogoverno dos produtores”, o próprio processo de extinção do nível político, exprimiu-se, conforme Marx, pela criação de formas institucionais completamente novas na história. Ele se atenta e descreve positivamente algumas das características organizacionais que compuseram este feito do proletariado: formação de conselhos municipais eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade; substituição do corpo parlamentar por um corpo operante, executivo e legislativo simultaneamente; substituição do exército permanente pelos operários armados com um tempo curto de serviço; eleição para servidores

públicos, magistrados, juízes e qualquer cargo administrativo, todos revogáveis a qualquer tempo; supressão de direitos adquiridos e qualquer subsídio aos cargos delegados. (Ibidem) Ademais, a forma organizacional que deve ser destacada é a participação direta dos trabalhadores em assembléias onde são tomadas as decisões concernentes às táticas e rumos de continuidade da luta e à reordenação dos processos de trabalho.

Outros autores também sublinham semelhantes aspectos:

Nestas circunstâncias históricas o proletariado parisiense, consciente de sua força, desempenha seu papel contra a ordem das coisas, substituindo toda a organização do trabalho capitalista por uma organização nova: as oficinas da Comuna. Nelas os operários nomeavam seus gerentes e reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórias; fixavam salários, honorários e condições de trabalho e ainda reuniam-se em comitê, todas as tardes, para decidir o trabalho do dia seguinte. (Motta & Pereira, 1987, p. 307)

A respeito dos gestores, o problema tornar-se ainda maior. O próprio Marx, no último capítulo de *O Capital* (1979), chama a atenção para o fato de as camadas intermediárias e transitórias da sociedade obscurecerem os limites das classes. Na sociedade capitalista esta problemática toma forma concreta pelo surgimento do que, sem rigor, denomina-se “classes médias”, as quais oscilariam entre o campo dos explorados e o dos exploradores. Soma-se a esta primeira parte do problema o fortalecimento de uma antiga estrutura que, porém, sob o capitalismo assume características peculiares: a burocracia. São estas duas questões que compõem o objeto específico deste trabalho.

Na maioria dos casos em que foram destacadamente tematizados, os gestores – ou administradores profissionais, a burocracia, os tecnocratas, a tecnoburocracia, os *managers*, os intelectuais, ou qualquer outra nomenclatura pela qual são designados – foram compreendidos como mero segmento assessorio, estrato, categoria ou camada social coadjuvante, mas raramente como classe capitalista, principalmente sob uma ótica nomeadamente marxista.

A singularidade da formulação teórica de João Bernardo reside em conceber os gestores enquanto classe exploradora originária e indispensável a qualquer modalidade de desenvolvimento concreto deste modo de produção, pois sua existência estaria determinada por um aspecto invariável das relações sociais de produção tipicamente capitalistas.

Na década de 1960, a exemplo desta problematização, Nicos Poulantzas (1978) reavivou os debates acerca da estrutura de classe do capitalismo contemporâneo. Recolocar a questão da chamada pequena-burguesia, para ele, era algo bastante pertinente em uma época em que se constatava o considerável aumento do número de assalariados não-produtivos e se atingia o auge do papel do aparelho de Estado no conjunto dos processos capitalistas. Nesta investigação, haveria de se distinguir a teoria rigorosamente marxista de classes sociais das concepções sociológicas burguesas - principalmente as de critérios weberianos - para, então, apreender a existência ou não de determinações de classe própria para estes agentes.

Sob uma perspectiva marxista, o problema de definição das classes sociais estaria definitivamente centrado na esfera econômica, o que, no entanto, não significaria supor que esta fosse critério suficiente para a plena construção do conceito. Para este autor, haveríamos que, primeiramente, de diferenciar a “pequena-burguesia tradicional” - formada pelos pequenos produtores, pequenos comerciantes, produtores artesanais e empresas familiares - da “nova pequena-burguesia” - composta por trabalhadores assalariados não-produtivos, engenheiros e técnicos de produção, além de funcionários do Estado. Entre elas, além da nomenclatura, teríamos em comum apenas o critério negativo de não pertencerem nem à burguesia nem à classe operária. Porém, não compartilhariam de uma mesma posição no interior da divisão social do trabalho. Para a presente pesquisa, todavia, foi a segunda definição do autor que nos interessou discutir, ou seja, a “nova pequena-burguesia”.

Havendo, pois, esta ambigüidade quanto à sua forma de inserção nas relações sociais de produção - visto que poderia contribuir para a extração de mais-valia e deter uma autoridade na vigilância do processo de trabalho, ao mesmo tempo em que, podem ser remunerada mediante assalariamento - a solução do problema nos remeteria, a todo tempo, à análise das suas relações políticas e ideológicas dentro de uma dada conjuntura. Por aí, verificaríamos se estes agentes inclinam-se mais ao

pólo do operariado ou da burguesia, já que, na sua acepção, são estas as duas únicas classes fundamentais do modo de produção. (Ibidem)

Não obstante, Poulantzas põe em evidência uma série de pontos candentes que permeiam nossa temática, ainda que suas resoluções destoem significativamente do autor aqui estudado. Em primeiro lugar, ao nível da divisão social do trabalho, a questão da “nova pequena-burguesia” deve ser apreendida nos termos do conceito de trabalho produtivo e trabalho não-produtivo. O critério da propriedade só adquiriria algum sentido se entendido como uma relação de exploração determinada, ou seja, à luz da relação dos produtores diretos e dos proprietários com os meios e objetos de trabalho. Apontamentos que desenvolvo melhor em outra parte. Contudo, cabe desde logo mencionar que, para este autor, pelo menos formalmente, o conceito de trabalho produtivo não diria respeito à utilidade do produto final, ao seu resultado material, mas sim às condições sociais em que o referido trabalho se insere. No modo de produção capitalista, trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia e valoriza o capital, ou melhor, aquele que conserva valor antigo e incrementa um novo. (Ibidem, p. 229)

Exclui-se, pela leitura de Poulantzas, todo trabalho realizado na esfera da circulação. Já que o rendimento de que se apropriariam o comerciante, o bancário e o publicitário, por exemplo, não resultaria de um processo de criação de valor, mas da transferência da mais-valia gerada pelo capital produtivo. O prestador de serviços e os agentes do Estado, nesse sentido, excluir-se-iam igualmente, pois suas atividades seriam diretamente consumidas como valor de uso sem serem trocadas por capital. Ainda assim, conclui ele, as relações econômicas não seriam claras o suficiente para delimitar as fronteiras de classe entre o operariado e a nova pequena-burguesia.

No caso do trabalho de direção e de supervisão, deve-se pensar na articulação entre relações sociais de produção (relação dominante), processo de trabalho e divisão técnica do trabalho (determinadas). De acordo com Poulantzas, Marx mesmo haveria assinalado que a especificidade do modo de produção capitalista em relação a outros modos de produção é a detenção de “propriedade” e “posse” por parte dos capitalistas. Disso se infere que a função de direção do processo de trabalho é atribuição do capital. A parcelização e coordenação das tarefas não decorrem, assim, de necessidades técnicas da produção,

senão de exigências externas, isto é, do próprio capital. Para ele, são as relações sociais a determinarem esta divisão técnica.

Esse trabalho de direção e de supervisão capitalista é a reprodução direta, no próprio seio do processo de produção das relações políticas entre a classe capitalista e a classe operária. (Ibidem, p. 247)

Então, supervisores e diretores não pertenceriam à classe operária, pois seus lugares estariam marcados pela dominância dessas relações políticas sobre o processo de trabalho e atuariam em favor da extração de mais-valia. Por outro lado, não poderiam ser eles próprios capitalistas, uma vez que o exercício desse poder não decorreria da sua propriedade econômica. De sua perspectiva, apareceriam como meros “executantes subalternos”, “explorados”, “que vendem sua força de trabalho”. (Ibidem, p. 248) Segundo Poulantzas, parte do poder que lhes é atribuído é concedido externamente ao processo de produção em si, não adviria das “relações organizacionais”, no seio da empresa. Aliás, este tipo de confusão entre divisão técnica do trabalho e relações de produção seria algo típico das interpretações “gerenciais” e da “tecnocracia”, às quais guarda severa crítica e de que trato posteriormente. Aparece então um problema: como podem ser estes trabalhadores “explorados”, “que vendem sua força de trabalho”, sem que sejam eles trabalhadores produtivos?

Nosso problema incide ainda em outro ponto de desacordo, a saber, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual; o que nos reporta ao tema dos engenheiros e técnicos de produção. Diz-nos Poulantzas, que Marx, Engels e Lênin sempre apontaram o papel decisivo desta cisão para o surgimento das sociedades divididas em classe. Porém, há de se tomar a precaução de, nos termos do capitalismo, não associarmos diretamente à divisão entre o trabalho produtivo e não-produtivo, ainda que mantenham certas correspondências.

Engenheiros e técnicos - mesmo que o grau de aplicação tecnológica da ciência ao processo de produção capitalista tenda transformá-los em trabalhadores produtivos - não pertenceriam à classe operária por agirem pela valorização do capital, na produção de mais-valia e realizarem as relações políticas e ideológicas de subordinação da

classe operária. Este seria o aspecto estrutural determinante – ele observa. No entanto, se ponderarmos os equívocos das ideologias da “tecnocracia” – que suporiam uma continuidade linear da “hierarquia” no interior de uma empresa sem lhe revelar as fronteiras de classe -, chegaríamos à conclusão de serem diversos destes agentes nada mais do que representantes das “instâncias subalternas”. Pois que, técnicos e mesmo engenheiros podem estar submetidos a segredos e monopólios de saber retido nas instâncias dirigentes e apresentarem características de parcelização típicas do trabalho manual.

De fato, em razão da polarização de sua determinação relativamente à classe operária e ao capital, esse conjunto adota, segundo suas próprias frações, por vezes, posições de classe burguesa, por vezes também posições da classe operária. (Ibidem, p. 271)

Resta ainda precisar o caráter da burocracia. Segundo a leitura que Poulantzas (1990) faz das abordagens de Marx, Engels e Lênin, esta deve ser sempre compreendida enquanto aparato necessário ao funcionamento do Estado em uma formação capitalista. Tratar-se-ia de um fenômeno particularmente político, uma “categoria específica” do aparelho de Estado, sem qualquer relação com o despotismo de fábrica, como sugerem as interpretações gerenciais. Os fatores econômicos que concerniriam à existência desta categoria não estariam diretamente vinculados às relações capitalistas de produção. Seus aspectos econômicos dizem respeito aos atributos e funções do Estado em qualquer formação capitalista: o recolhimento de impostos e sua intervenção na esfera econômica a partir do estágio monopolista do capitalismo.

O elemento fundamental para se pensar a questão, de acordo com este autor, é o reconhecimento da “autonomia relativa” do político e do econômico no modo de produção capitalista. (Ibidem, p. 453) Dessa afirmação resultariam as implicações mais importantes para a existência da burocracia. O Estado constituir-se-ia, então, como instância jurídico-política independente da vida econômica, como centro de poder resultante da luta de classes em seu nível político; o que sugere ser a burocracia, nesta concepção, uma realidade superestrutural apenas.

Desse modo, a burocracia não compõe uma força social própria, exceto em algumas conjunturas singulares. Suas aparições históricas dotadas de “relativa autonomia” seriam em razão de situações em que o Estado assume papel dominante no conjunto das esferas. Casos que ocorreram na Alemanha e, em menor grau, na França. Seu vigor se exerce principalmente quando há certo equilíbrio geral entre forças sociais reais, ou então, quando há desorganização política das classes dominantes. Ainda assim a burocracia se apresentaria tão somente como representante política destas classes.

En suma, se trata de un conjunto de factores que, en su combinación siempre original en el interior de una formación, pueden permitir a la burocracia funcionar, no simplemente como categoría específica con unidad propia y autonomía relativa, sino como fuerza social efectiva. (Ibidem, p. 470)

Por outro lado, de acordo com autores como Fernando Prestes Motta, Bresser Pereira (1987) e Maurício Tragtenberg (2006) - porém não de maneiras idênticas -, a burocracia é uma forma de poder possível de ser encontrada já em formações sociais pré-capitalistas. Porém, no quadro do capitalismo monopolista, ela teria desempenhado, cada vez mais, um papel decisivo. Neste processo - e em razão dele - tenderia ainda a realçar suas características de classe social a cada grande avanço das empresas capitalistas e do próprio Estado.

Para Bresser Pereira (1972), particularmente, os técnicos – ou qualquer outro indivíduo que procure racionalizar o processo produtivo a partir de um conhecimento sistematizado e supostamente superior na matéria em que é especialista – são também aparentemente pertencentes àquilo que chamamos de classe média, principalmente à alta classe média. Porém, na verdade, defende que é esta a classe que está a conduzir um processo revolucionário que substituiria o capitalismo. Ou seja, para ele, o capitalismo monopolista nada mais é do que a ante-sala da sociedade tecnocrática.

Como veremos, a diferença crucial do modelo de Bernardo é conceber a base social de existência dos gestores como aspecto estruturante do modo de produção capitalista. Isto o separa, inclusive, de toda uma linhagem da esquerda radical marxista que, quando chegou a conceber esta classe, restringiu-se a situá-la como fenômeno particular

da degenerescência do movimento operário ou resultante da evolução do capitalismo de Estado.

Foi nessa linha que o holandês Anton Pannekoek (2007), por exemplo, desde seu rompimento com a militância social-democrata alemã, assim que esta aderiu à I Guerra Mundial, desenvolveu sua crítica à organização política nos moldes bolcheviques. Para ele, a tendência leninista de partido suporia uma necessidade constante de a classe operária ser dirigida por uma minoria, a qual se converteria, por isso, em expropriadora de capital. Pois, ao propor Lênin uma organização nos mesmos termos da divisão de trabalho capitalista, em vistas da eficácia, subordinaria os operários aos intelectuais e acentuaria o distanciamento entre concepção e execução. Haveria de emergir, assim, uma nova classe dominante – “tecnocratas ou gestores” – que manteria o fundamento das relações de exploração capitalistas. Como o próprio autor adverte, “o capitalismo de mercado se transforma em capitalismo de Estado”. (s/p.)

Posteriormente, em fins da década de 1930, tão logo a economia soviética começava a dar claros sinais de sua falência enquanto projeto socialista, um bom número de autores de esquerda debruçou-se sobre o problema da extrema burocratização do regime. Foi neste contexto que Trotsky - sem nunca renunciar a defesa do caráter socialista da economia soviética - denunciou o surgimento de uma camada burocrática, exclusiva do aparelho político, que se fortaleceria à medida que aumentava a necessidade de controle centralizado sobre a distribuição dos escassos bens de consumo à população, por conta do isolamento econômico. Segundo o próprio Bernardo (2007a), teria nascido aí o questionamento primordial, o qual permeia a nossa reflexão: a diferença entre o conceito de *relações jurídicas de propriedade* e o conceito de *relações sociais de produção*. Isso porque, apesar da economia soviética ter substituído quase que totalmente a propriedade privada pela estatal, e o mercado pela planificação, a introdução plena do taylorismo-fordismo fez com que fosse contestável o caráter socialista das relações de trabalho.

Em João Bernardo, a classe dos gestores jamais deve ser limitada ao aparelho de Estado. Historicamente, o que ajuda a entender essa restrição teórica presente em outros autores é o fato de, no início do capitalismo, típicas funções gestoriais e burguesas aparecerem personificadas no próprio empresário particular, sendo, então, diminuta

a aparição dos gestores no âmbito da empresa privada relativamente aos do Estado. Pela própria nomenclatura adotada por Bernardo - *gestores* - é possível desfazer esta e outras quimeras, além de ilustrar melhor a construção de seu conceito sobre fundamentos bem definidos.

Numa das primeiras formulações sobre o problema, em *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975), Bernardo propõe assumir o termo *tecnocracia* em substituição ao termo *burocracia*. Enquanto este último limitava-se a perceber uma “esclerose intra-institucional” no movimento operário, como mera forma organizacional, o primeiro, mais elucidativo, abrangeria a função desta classe na dinâmica do processo de produção

(...) como conjunto dos indivíduos que organizam as condições gerais da produção e que dominam o conhecimento da técnica dos meios e do processo de trabalho, de que o produtor directo está afastado, e da gestão do processo de produção, de que se afasta o proprietário privado à medida que se concentram as forças produtivas. (p. 193)

Entretanto, logo adiante, em *Marx Crítico de Marx* (1977), aparece a retificação que fizera da terminologia, diante da exigência de sintetizar a diversidade de funções e campos de existência dos gestores, sem nenhum prejuízo aos fundamentos anteriores; termo que utilizaria doravante.⁴

Assim sendo, em seus trabalhos, o modo de produção capitalista tem sido reiteradamente apresentado como “um sistema que articula três classes: a classe burguesa e a classe dos gestores, ambas constituindo as classes capitalistas; e a classe proletária.” (Idem, 1987, p. 69) Ao contrário do que se sucederia com os burgueses, o desenvolvimento e o reforço da coesão social dos gestores cresceriam em razão direta ao aumento da relevância das condições gerais de produção no conjunto do

⁴ Veremos também que a partir de *Marx Crítico de Marx* (1977) tem-se uma elaboração substancialmente diferente a respeito do próprio conceito de classes sociais, não sendo mais estas definidas enquanto “conjunto de indivíduos...”.

processo produtivo, processo acarretado pela segunda determinação da lei do valor e pelo paralelo peso crescente da maquinaria.⁵

Segundo Bernardo, Marx, apesar de ter chego muito perto de esboçar uma teoria dos gestores – especialmente quando aborda descritivamente os aspectos tecnológicos no interior da empresa capitalista e define a gestão como necessidade de coordenar diferentes trabalhos - não haveria percebido que a base social de existência dos gestores transcorre de um âmbito mais amplo, de uma prática social íntima ao modo de produção, qual seja, o funcionamento integrado e hierarquizado do conjunto de suas unidades produtivas. Finalmente, em sua própria definição:

Defino a burguesia em função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada. Defino os gestores em função do funcionamento das unidades econômicas em relação com o processo econômico global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado da exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores. (Idem, 1991a, p. 202)

Em face destes debates, são as seguintes questões que o presente trabalho tenciona responder:

a) Dentro de uma abordagem marxista, há lugar para a compreensão dos gestores como classe dotada de estatuto social e determinações próprias, ou isto só é possível a partir das teorias sociológicas de estratificação social?; b) Se não há, por quê?; c) E se há, por que o próprio Marx e a esmagadora maioria dos marxistas não desenvolveram tal teoria suficientemente?

⁵ No item *Capitalismo: Socialização e Integração na Esfera da Produção* do presente trabalho desenvolvo esta concepção (segunda determinação da lei do valor) que já aparece inicialmente formulada em *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975).

2 – OS GESTORES COMO OBJETO TEÓRICO:

Tendo em conta que os constructos teóricos, além de sempre serem expressões ideológicas suscitadas por experiências sócio-históricas presentes, em curso, são ainda fornecedores de subsídios para quadros representativos de práticas futuras, devemos, preliminarmente, verificar os antecedentes da teoria em questão. Pretendo, nesta etapa, demonstrar que o problema se insere já num quadro ideológico polêmico, que, no entanto, traz consigo alguns componentes que balizam a reflexão.

Ao adentrarmos neste universo, tomamos conhecimento de que sua problematização não constitui lá grande novidade. Aliás, os agrupamentos que compõem socialmente aquilo que Bernardo denominará gestores, tradicionalmente, figuraram como objeto de três grandes frentes de preocupação diferentes. Trata-se de um objeto recorrentemente posto no centro tanto das análises sociológicas, políticas e econômicas, quanto dos debates internos ao movimento operário, ainda que por diferentes perspectivas. Uma problemática incontestável, sobre a qual debruçaram-se teóricos das mais variadas matizes ideológicas: positivistas, liberais, socialistas, comunistas, anarquistas, etc. No entanto, a não existência de quase nenhum acordo quanto a demarcação clara do objeto e sua caracterização reflete a dispersão dos campos de origem desta classe. Até que desdobramentos históricos permitam-na aparecer nos conflitos sociais enquanto classe social unida e coesa.

As primeiras reflexões sobre a burocracia, geralmente entre autores da Alemanha, sempre estiveram mais vinculadas ao problema do Estado, já que aí a reflexão decorre dos percalços enfrentados pelos processos particulares de consolidação do capitalismo, comumente entendidos por tardios, onde houvera uma participação mais incisiva desta entidade. Num outro pólo, o do capitalismo avançado, autores americanos, já no século XX, deslumbrados com o crescimento das sociedades por ações e das grandes corporações, viram-se atraídos pelo mesmo problema, partindo, porém, de uma nova perspectiva, a da empresa privada. Enquanto que no meio operário a discussão sempre esteve presente nos assuntos concernentes às formas de organização de luta (sindicatos e partidos políticos) e ao tema da construção do novo poder (a ditadura do proletariado). Vejamos como em alguns autores tal

problemática é percebida consoante a posição sócio-histórica sobre a qual discorrem.

A abordagem de Hegel (*apud* Tragtenberg, 2006) fornece uma das primeiras expressões ideológicas a respeito das experiências do primeiro bonapartismo francês e do Estado prussiano, regimes pretensamente representantes de uma “vontade geral” que ultrapassa as expectativas privatistas. A burocracia é indicada enquanto mediação entre o interesse particular – reinante no âmbito da sociedade civil – e o interesse geral – reinante no âmbito do Estado. Trata-se, desse modo, de um conceito eminentemente político, que diz respeito não só às razões de eficácia, mas principalmente às razões de Estado - como observou Tragtenberg (*Ibidem*).

O filósofo haveria operacionado o conceito de “burocracia” tanto na esfera estatal quanto na esfera da corporação privada. Na primeira circunstância, porém, a burocracia apresentava-se como organização acabada que realizaria a união do universal e do individual. Esta entidade moral suprema – o Estado – prestar-se-ia à finalidade de resolver os antagonismos particulares no seio de sua unidade inabalável, ou seja, caracterizava-se por ser uma instituição harmonizadora de interesses conflitantes. Seu conteúdo essencial, portanto, repousaria na existência de antinomias entre as esferas particulares da sociedade civil, baseada na propriedade privada, a qual fazia-se representada pelas corporações. De onde inferimos ser o Estado uma síntese resultante destas múltiplas determinações.

A burocracia, para Hegel, seria socialmente composta por funcionários advindos da classe média, guardiões da coletividade imaginária. Embora considerada instrumento das classes dominantes, teria a peculiaridade de gozar de relativa autonomia social. De acordo com Tragtenberg (*Ibidem*), tem-se neste caso o primeiro desenvolvimento da burocracia como classe dominante: a classe dos funcionários de Estado. Entretanto, não se tratava de identificar tal classe como a que possui poder econômico sobre as demais e, por isso, as dirige politicamente. A classe dos funcionários aparece como dominante à medida que representa e reforça o símbolo supremo do poder de Estado; visto que, no quadro teórico hegeliano, o Estado, como entidade moral, é elemento antecessor, o demiurgo da sociedade civil.

Hegel, portanto, concebe o Estado como o triunfo da Razão no mundo terreno, uma totalidade que conserva os interesses particulares

harmonizando-os. O qual teria sua constituição legitimada pela consciência evoluída e apurada que cada povo desenvolvera. Assim resume Tragtenberg:

Hegel separa o interesse universal (Estado) e a sociedade civil (interesses particulares). A burocracia fundamenta-se nessa separação, aparecendo como elemento de *mediação* entre governantes e governados. (Ibidem, p. 30)

Esta problemática do sistema hegeliano – divergência entre os interesses particulares e o interesse geral, a contradição entre a sociedade civil e o Estado - é transmitida e passa a inspirar os trabalhos de juventude de Marx. Estando à luz dos temas suscitados pela grandiosidade da burocracia administrativa prussiana, germe da futura classe imperial no Reich de Bismark, os artigos escritos por ele à época da *Gazeta Renana* (até 1842) freqüentemente apresentam “a vida orgânica do Estado” em oposição às “esferas da vida não estatal”, a “razão de Estado” às “necessidades de interesse privado”. Temos até então – sustenta Löwy (2002, p. 62) - uma posição que sobrepõe o “Espírito-atividade-Estado” à “matéria-passividade-sociedade civil”. Marx encontrar-se-ia num ponto de sua trajetória teórica onde ainda supunha o Estado como entidade de cunho universal. As críticas que ele profere contra o Estado prussiano são circunstanciais, decorrem de seu caráter não-racional, em consonância aos interesses de uma pequena burguesia urbana emergente em conflito com o domínio político da aristocracia que o dirigia.

A experiência da luta contra a censura imposta pelo Estado prussiano no decorrer de 1843, quando os jovens-hegelianos têm suas aspirações políticas malogradas com a ascensão de Frederico-Guilherme IV, escancara o caráter “irracional” do Estado e o “espírito egoísta” da burocracia, o que teria levado Marx a reconsiderar integralmente as relações entre Estado e sociedade civil.

A partir de então, Marx distancia-se ligeiramente do esquema hegeliano ao demonstrar que a universalidade do Estado é, por excelência, abstrata e alienada. A autonomia da esfera política é desmitificada como capaz de, por si só, levar à emancipação humana. Religião e Estado aparecem como manifestações de um mesmo

problema secular: a projeção da essência humana através de um elemento intermediário. Assim, seu foco passaria a ser a crítica radical da sociedade civil burguesa fundamentada na propriedade privada, esfera onde predomina o egoísmo gerador da fragmentação dos vínculos universais entre os homens. No entanto, o problema fulcral de Marx continua sendo as antinomias entre o “ser comunitário” e o “indivíduo privado”, entre o “cidadão” e o “indivíduo vivo”, entre o “*citoyen*” e o “*bourgeois*”, ou seja, entre o interesse geral e o interesse privado. (Marx, 2004b)

Anos mais tarde, Marx (1982 t.II) deslocaria-se do universo alemão para dedicar-se a análise da onda revolucionária iniciada na França em 1848 e que culminou no golpe de Estado de 2 de novembro de 1851, que deu origem ao II Império. O regime altamente burocrático, personificado em Louis Bonaparte, aparece como uma tentativa de “unir todas as classes”, como um poder de Estado que aparentemente plainasse acima da sociedade.

Na realidade – observa Marx em *A Guerra Civil em França* – era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda não a tinha adquirido. (p. 239)

Este aparato estatal composto de mais de 500.000 funcionários e oficiais, altos dignitários do Exército, da Igreja, Magistrados, membro da academia e da imprensa fora, na abordagem de Marx, um rearranjo político institucional cuja finalidade era garantir a dominação burguesa. Tratava-se, no entanto, de uma burguesia economicamente dominante sem reflexos correspondentes na política. Sua dispersão em diversas frações internas, cada qual fundada numa forma de propriedade, explicitava sua fragilidade política e incapacidade de dirigir o Estado. Inicialmente, apenas unificadas no “partido da ordem”, em comum defesa da ordem burguesa ante as demais classes sociais, é que puderam exercer uma dominação mais ilimitada e mais rígida sobre estas. Algo, àquela altura, impensável via um regime que privilegiasse uma ou outra fração.

A burocracia bonapartista consolida-se no poder a partir do golpe de estado de 2 de novembro de 1851, quando, segundo Marx n’*O 18 de Brumário* (1982, t.I), a própria classe dominante economicamente teria

abdicado da autonomia de suas vontades políticas particulares (materializadas na forma política parlamentar) e as submetido às arbitrariedades de um poder estranho. “O poder executivo, por oposição ao legislativo exprime a heteronomia da nação por oposição à sua autonomia.” (Ibidem, p. 500) O sinuoso percurso da luta de classes na França haveria encaminhado a submissão de todas as classes sociais à autoridade de um indivíduo. Um Estado acima das classes sociais?

Segue-se daí uma reflexão – infelizmente não aprofundada o suficiente por Marx - a respeito da relação entre a burocracia de Estado e as classes sociais: “Este poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar (...) um poder de Estado cujo trabalho está dividido e centralizado como uma fábrica.” Quanto mais diversificada se torna a divisão do trabalho – explana Marx - mais há demanda de centralização, extensão e atribuições à máquina do Estado. Tudo no “interesse comum [gemeinsame]”, que a cada nova etapa se engendra, é convertido numa atividade exclusiva de governo, “desde a ponte, a escola e os bens comunais de um município rural até os caminhos-de-ferro, à riqueza nacional e às universidades de França”. (Ibidem, p. 501-502) Trata-se de estruturas tecnológicas e sociais comuns que, independentemente às controvérsias em jogo nos processos revolucionários, mantêm-se intactas, aliás, aperfeiçoadas, segundo ele.

Embora Marx conceba a burocracia estatal como realizadora de tarefas econômicas e políticas fundamentais ao desenvolvimento e consolidação do capitalismo, não é esta a tônica do escrito. Este omite a existência de uma classe social específica atuante por detrás do Estado. Na sua ótica, o curioso de todo este evento de Louis Bonaparte para a França teria sido a aparente e completa autonomia que o Estado ganhara frente à sociedade burguesa. Durante a primeira revolução, sob Napoleão, sob Louis-Philippe e a República parlamentar, todo este aparato estatal não passara de mero *instrumento* da classe burguesa. Porém, uma vez que suas premissas não admitiam o Estado enquanto instituição independente, que pudesse “flutuar no ar”, Marx fora obrigado a enxergar no campesinato francês - uma massa numerosa sem comportamento coletivo - a base social de seu sustento. Algo somente verdadeiro do ponto de vista plebiscitário e para o recrutamento militar do exército de Napoleão III.

Apesar dessa sua contribuição à problemática, Marx mostrou-se limitado, sob este aspecto, ao pensar o papel da burocracia de Estado

como “uma casta artificial”, um recurso mais ou menos recorrido, conforme as circunstâncias, à ascensão da burguesia. Assim, furtou-se em pensá-la como uma base social independente, com interesse material próprio, que caracterizara-se por atuar nos aspectos genéricos, nas necessidades comuns do capitalismo, em oposição aos particularismos da burguesia.

A temática dos gestores também fora um clássico objeto de debate no seio do movimento operário, principalmente nos momentos mais exaltados dos conflitos de classe. Cabe aos anarquistas o mérito de terem sido os primeiros a advertirem sobre as graves conseqüências que poderiam decorrer dos processos de burocratização nos organismos de luta. Penso que o problema central que sempre permeou esta controvérsia esteve centrado na divisão social entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Nesse sentido, é bastante ilustrativo reportarmo-nos às discussões que acaloraram os congressos da I Internacional dos Trabalhadores (AIT), nomeadamente aquelas protagonizadas entre as tendências bakuninista e marxista. Michael Bakunin (2001), embora nunca tenha se preocupado em edificar sólidas teorias científicas, tampouco tenha tido a oportunidade de registrá-las em momentos politicamente serenos, levantou questões candentes ao nosso assunto. Em suas principais teses, defendia não ser atribuição da AIT a tarefa de conquistar o poder político, ao contrário das teses de Marx. Para o membro fundador da Aliança Internacional da Democracia Socialista, este programa, na prática, corresponderia à construção de um novo Estado centralizado, dirigido por novos representantes e funcionários do dito Estado Popular.

De acordo com Bakunin (Ibidem), o Estado Popular de Marx, fundamentado no socialismo científico, implantaria um novo governo organizado pelos “doutos socialistas”, que corresponderia ao “pior de todos os governos despóticos”. (p. 62) Por esta acepção, aos trabalhadores não caberia empreenderem-se numa luta política, e sim na luta econômica. Essa seria uma de suas mais severas críticas levantadas contra Marx no seio da I Internacional, em 1871. Dessa maneira, rejeitou todo e qualquer projeto unificado de ação preconcebida para a organização, enquanto que, por outro lado, depositou toda sua credibilidade às manifestações autônomas e espontâneas dos trabalhadores.

Assim, ele não assimilou a idéia de “consciência política” enquanto tomada do poder de Estado, qualquer que fosse a forma de organização deste. O Estado, genericamente considerado, representava antes a “exploração das massas subjugadas e conquistadas”. De modo que a consciência política, do ponto de vista das massas, “ao contrário, significa revolta contra o Estado, e, em última instância, a destruição do Estado”. (Ibidem, p. 88-89)

A partir destas considerações, Bakunin (Ibidem) esboçou alguns traços que viriam a delinear esta camada social por outra perspectiva, até então, pouca considerada. Mesmo sem nunca ter formulado qualquer conceito cientificamente rigoroso, utiliza-se de alguns termos como: “flor do proletariado”, “cabeças extraordinariamente abarrotadas de cérebro”, “inteligência científica”, entre outros. É certo que, Bakunin nunca acolheu com entusiasmo o princípio de a intelectualidade, ou a ciência, pretensamente se apresentar como porta-voz ou vanguarda dos subjugados. Somente por obra dos próprios trabalhadores poderia ser conquistada a emancipação dos mesmos e, conseqüentemente, da humanidade, na visão do anarquista.

Bakunin põe em dúvida a igualdade jurídica, política e econômica prometida para o Estado Popular, como defendido pelos marxistas na AIT. Observa que a edificação deste acarretaria a necessidade de um governo extremamente complexo, que fosse capaz de administrar centralizadamente a economia, de forma a promover a justa repartição, a organização das fábricas e do comércio. Ou seja, seria inevitável a presença das “cabeças transbordantes de cérebro” dotadas de uma imensa ciência para gerirem este Novo Estado. Contra as teses de Marx, ele prenuncia, ainda na segunda metade do século XIX, que o Novo Estado Popular - o qual centralizaria não só a propriedade dos meios de produção, mas, sobretudo, a administração política das massas - consolidaria o

(...) reino da inteligência científica, o mais aristocrático, o mais despótico e o mais arrogante e o mais desprezível de todos os regimes. Haverá uma nova classe, uma nova hierarquia de doutos reais e fictícios, e o mundo se dividirá em uma minoria dominando em nome da ciência, e uma imensa maioria ignorante. Haveria, então, uma minoria ilustrada que gerenciaria toda a produção em benefício próprio. (Ibidem, p. 106)

A emancipação dos trabalhadores deveria passar, fundamentalmente, pela questão da instrução integral, pois que, na compreensão bakunista, a distinção entre classes privilegiadas e inferiores fundamentava-se na instrução diferenciada que cada qual recebia. O capitalismo seria peculiar precisamente por instituir esta cisão “deformada”, absoluta e artificial entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Diz ele:

Sim, é a ciência. Ciência de governo, de administração e ciência financeira, ciência de tosquiar os rebanhos populares sem os fazer gritar demasiado, de os manter constantemente numa salutar ignorância, a fim de que jamais possam, pela solidariedade e pela união de seus esforços, criar uma força capaz de os derrubar. (Idem, 2002, p. 35-36)

A crítica à divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual é também o fundamento que irá nortear os escritos de um militante polonês chamado Jan Waclav Makhäiski. Entre fins do século XIX e início do século XX, este autor e ativista convicto, inicialmente, contrapõe-se a social-democracia reformista do ponto de vista da ortodoxia marxista e, posteriormente, volta-se contra o bolchevismo por considerá-lo uma ideologia de intelectuais que pretendia cooptar o movimento operário. Se o argumento dos socialistas oficiais era que - excluindo os pequenos proprietários - a sociedade se dividiria entre proprietários de terras e indústrias e um rebanho de proletários assalariados, obsta que entre estes assalariados haveria ainda a distinção crucial entre aqueles que “cumprem um trabalho manual de produtores-escravos” e outros que “vestem a farda patronal de comandantes-organizadores desta mão-de-obra”. (Makhäiski, 1981, p. 110)

O autor não se limita em conceber a “*intelligentsia*” como classe exploradora nos termos do socialismo de Estado, concebendo-a igualmente no âmbito da empresa privada e nos círculos do meio operário. Sob diversos aspectos, sua formulação parece-me bastante avançada para aquela altura, visto que, atribui algumas características sistematizadas de classe autônoma ao grupo dos intelectuais antes mesmo da experiência soviética e, talvez, tenha sido o autor que mais influenciara a concepção de gestores em João Bernardo.

Em *O socialismo de estado*, já no ano de 1900, Makháiski (Ibidem, p. 84-95) concebe o segmento dos intelectuais como uma “nova classe”, que embora não fosse a possuidora de direito dos meios de produção, aproximava seu nível de vida ao da burguesia e, assim, revelava-se beneficiária de um fundo de manutenção de trabalho improdutivo. Para ele, todo o progresso do capitalismo corresponderia ao desenvolvimento da “renda nacional”, o “lucro líquido nacional”, algo só tornado possível mediante o crescimento da “sociedade cultivada e da *intelligentsia*”. O lucro obtido pelos capitalistas – valor excedente expropriado da classe operária - atenderia não somente aos interesses particulares dos burgueses, mas também aos desta sociedade cultivada.

Apesar de ambos os tipos de trabalhadores venderem sua força de trabalho para o patrão ou para o Estado, a diferença entre eles repousaria no fato de o trabalhador intelectual empregar os conhecimentos adquiridos às expensas do suor do operário, além de a utilização de seu conhecimento ser feita no sentido de otimizar a extração da mais-valia. Ou seja, o “salário” do intelectual é parte do lucro patronal, uma parte do produto do trabalho operário. Composta de engenheiros, diretores, contadores, intelectuais, técnicos, a *intelligentsia* poria-se a serviço dos patrões e passaria a compartilhar com eles tarefas de organização. (Ibidem, p. 110-111)

Sob esta forma de remuneração, como prestador de serviço de organização, cada intelectual se apodera de parcelas da riqueza explorada. A ele interessa intensificar os métodos mais racionais de extorsão do sobretrabalho e reivindicar uma participação mais generosa deste para si. Quer dizer que, mesmo que a *intelligentsia* ponha-se ao lado do proletariado e esforce-se em se confundir com ele, numa suposta oposição ao capital, o interesse econômico que, de fato, tenciona é o embolsamento de uma maior parte da mais-valia extorquida. Nesse sentido é que concorrem com a burguesia, pois perseguem fins próprios e apresentam-se como classe social com características singulares.

Na medida em que o capitalismo se desenvolve, as tarefas de organização da produção do trabalho, até então levadas adiantes pelos próprios patrões, tendem a ser repassadas para o comando da “confraria de ilustrados”. Os proprietários, por sua vez, permitem-se apenas receberem seus dividendos periodicamente. Desse modo, são os intelectuais os grandes beneficiários de cada grau de desenvolvimento

das forças produtivas, proclamada por eles como “naturais”, em favor do “progresso humano em geral” ou em conformidade com as “leis históricas”. (Ibidem, p. 109-139) O próprio progresso técnico determina o aumento da “renda nacional” que, pela concepção social-democrata e bolchevique de socialismo, haveria de ser distribuída – supostamente por “vontade do povo” – à classe intelectual sob a forma de “honorários e salários elevados”.

Makhaïski (Ibidem, p. 96-108) permite-nos compreender o “socialismo do século XIX” como base ideológica de legitimidade do poder de classe dos intelectuais, o “paraíso da nova classe”. A incompetência administrativa da burguesia, advinda de sua “senilidade histórica” – como argumenta a “ciência socialista” – abriria a oportunidade para outra classe dirigente tomar o seu lugar e conduzir a humanidade no curso de espera da “providência socialista”. Por esta mistificação, transmite-se a ilusão de existência de interesses coincidentes entre os trabalhadores intelectuais e os operários; como que os primeiros vivessem apenas da realização de sua força de trabalho intelectual.⁶

Mesmo que indispensável, a supressão da propriedade privada, na visão de Makhaïski, é insuficiente e não figura como nenhuma garantia de construção do socialismo, uma vez que “a mais-valia nacional criada por eles não desaparece mas passa pelas mãos do Estado democrático, como fundo de manutenção para a existência parasitária de todos os extorsionários, de toda a sociedade burguesa.” (Ibidem, p. 97) Ao contrário, perpetuaria-se por aí o governo dos “colarinhos brancos”, já que o ataque a propriedade privada não implicaria, por si só, no ataque aos “honorários” dos diretores, técnicos, engenheiros, etc.

Ao enfatizar a produção de mais-valia como característica nuclear do capitalismo, e não as relações jurídicas de propriedade, o autor compreende que tal ciência socialista não se oferece como ensinamento contestador do regime de exploração, senão como mais uma de suas formas de se legitimar. Pois que, neste contexto, os socialistas científicos se apresentam enquanto gestores racionais da economia, assimilando socialismo à planificação. Mais uma vez, põe-se em cheque

⁶ Lembremos que no capítulo V do Livro I de *O Capital*, Marx (2006, p. 231) ressalta a não existência de uma referência absoluta sobre o que seja trabalho complexo e trabalho simples. Isto depende de circunstâncias históricas e regionais que impõe condições variáveis aos processos de trabalho, sendo necessário, neste caso, contextualizar as afirmações do autor.

a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, questionando-se sobre a primazia que o marxismo ortodoxo confere às atividades de gestão em detrimento das de execução.

De acordo com ele, restringir o socialismo à estatização dos meios de produção significaria apenas que

(...) as pessoas privadas transmitem ao Estado seu direito de levar uma parte do benefício do seu capital, isto é, que a função de manter o salário operário ao nível de subsistência dos meios de vida necessários para a manutenção de sua força de trabalho é reservada agora a vontade da classe dominante, organizada em lei do Estado; vontade do Estado, da qual, até aqui, os mandatários eram os capitalistas particulares. (Ibidem, 91)

Da mesma forma que a herança constituiu o mecanismo de transmissão e reprodução da propriedade privada para classe burguesa, segundo o militante polonês, a transmissão de conhecimentos elevados, talentos e capacidades aos seus descendentes apresentaria-se como mecanismo de continuidade e perpetuação social dos privilégios desta classe. Daí que *intelligentsia* desvie os trabalhadores de sua luta econômica, sob a alegação de que a emancipação virá unicamente pela luta política. Ou seja, convoca o proletariado à luta por um regime de Estado fortalecido, onde seria, então, favorecida com exclusividade.

A presença mais danosa da *intelligentsia* socialista é constatada nos organismos que mais diretamente tratam da força de trabalho, tais como os sindicatos e outras organizações operárias, alerta Makhaïski. Sob a premissa de que a classe operária deve primeiramente aprender a dirigir o Estado, a classe dos intelectuais reproduz no interior de suas associações os mesmos princípios organizativos do Estado burguês. Por este mesmo pretexto, mobiliza os operários impelindo-os a participarem das instituições da ordem como forma de adquirirem os conhecimentos indispensáveis à paulatina tomada do Estado, portando-se muito mais como abafadores da revolução do que como seus preparadores: “As forças produtivas não estariam ainda suficientemente desenvolvidas! A hora da revolução socialista não soou ainda! Paciência!” (Ibidem, p. 131) Nestes organismos operários a intelectualidade atua, portanto, no sentido de canalizar toda a energia revolucionária para o campo

político, onde ocorre o mero rearranjo institucional entre as classes dirigentes; podendo até ser extinta a propriedade privada, contanto que não haja nenhuma alteração significativa das relações sociais de trabalho.

A revolução russa de 1917, capitaneada pelos bolcheviques, foi vislumbrada por Makhaïski como a infeliz realização de todas as denúncias que proferira contra o socialismo de Estado desde 1900. A ciência socialista teria ignorado que as classes sociais que protagonizaram processos revolucionários anteriores, mediante tomada do poder de Estado, eram todas classes possuidoras. Haveria neste entendimento uma utópica insensatez em conceber uma classe não-possuidora como ao mesmo tempo dirigente. Ficara claro, portanto, que o golpe de Estado de outubro de 1917 na Rússia representava os interesses

da pequena burguesia urbana e rural, da *intelligentsia*, qualificada de ‘popular’, assim como de desqualificados da burguesia e do meio operário, chamados pela república soviética à direção do Estado, da produção e de toda vida do país. (Ibidem, p. 143)

Se houve parcela da *intelligentsia* que contestou imediatamente o golpe e as medidas iniciais tomadas por Lênin, foi porque não houvera tido tempo de compreender o verdadeiro caráter de classe da revolução. No entanto, três meses de ditadura bolchevique foram suficientes – relata o autor – para que a sabotagem de parte dos intelectuais perdesse intensidade, pois percebiam que o bolchevismo não lhes era ameaçador. “Todos compreenderam que as declarações sobre a igualdade dos salários entre intelectuais e operários, e os decretos e ameaças do mesmo gênero, eram apenas demagogia para atrair as massas operárias.” (Ibidem, p. 162) Noutras palavras, a *intelligentsia* haveria avistado na Revolução de Outubro a grande oportunidade de lhe ser assegurado o direito de usufruir integralmente do excedente econômico.

Em suma, para Makhaïski, a intelectualidade se apresenta enquanto um grupo autônomo que possui funções, dinâmica, mecanismos de reprodução e interesses que lhes são peculiares. Por estas razões, formam uma classe que viabiliza e participa da distribuição daquilo que é expropriado dos trabalhadores. O autor quer dizer que a

intelligentsia é também apropriadora de mais-valia. E tanto a social-democracia, quanto os bolcheviques ansiavam por defender os interesses dessa classe social, e não do proletariado.

Outro nome que sugere a existência de uma classe social dominante advinda do próprio meio operário é Milovan Djilas (1971). Porém, sua análise parte de um ponto de vista absolutamente diferente destes já referenciados. Considerado um grande teórico do comunismo, dirigiu a Iugoslávia em 1953 e chegou a ser um amigo próximo de Tito. Em seguida, progressivamente, foi se desiludindo com a as linhas seguidas pelo Partido Comunista, passando a proferir diversas críticas à burocracia partidária, o que culmina com a sua expulsão do partido em 1954. Dentro deste quadro é que Djilas escreve seu livro *A Nova Classe*, ainda preso pelo regime.

Djilas inicia sua crítica ao advertir que Lênin havia dogmatizado o pensamento marxista na medida em que pretendia fazer da experiência russa uma aplicação revolucionária universal. E, embora a social democracia e os bolcheviques se reivindicassem fiéis leitores de Marx, observou que cresceram em direções opostas, por defenderem antes seus próprios interesses que os da classe trabalhadora.

Pela perspectiva do autor (Ibidem), a Revolução de Outubro se caracterizava por não ter sido resultado de práticas socialistas dentro da velha ordem, como no caso da revolução burguesa. Para ele, a chegada dos bolcheviques ao poder foi o resultado de uma imposição externa que se mostrara indiferente à cidadania e às liberdades individuais. No entanto, ele admite que o processo revolucionário russo teria criado a base material para uma futura sociedade mais livre e não duvidava que todos os teóricos da URSS esperassem, com boa-fé, que o Estado desaparecesse rapidamente, a democracia se fortificasse e que o nível de vida melhorasse. Haveria, então, a redução das diferenças entre campo e cidade e trabalho intelectual e trabalho físico.

Djilas pôde verificar - por sua própria experiência - que a burocracia política do estado soviético mantinha algumas características de suas antecessoras e apresentava algumas mais novas e bem peculiares. A origem dessa burocracia destacava-se por impor repentinamente uma nova ordem e não completar a ordem econômica já iniciada. Quer dizer, sua consciência se desenvolvera antes da consolidação do poder econômico e material. Ela surgiu e desenvolveu-se internamente a um partido especial que pregava a profissionalização

do militante, o qual após o estabelecimento político e econômico passaria a desfrutar de privilégios do monopólio administrativo. Diante disso, o autor assinala: “O capitalismo e outras classes antigas tinham de fato sido destruídas, mas uma nova classe, antes desconhecida na história, se havia formado.” (Ibidem, 1971, p. 62)

A “nova classe”, para Djilas, origina-se no proletariado, é anticapitalista e depende da classe trabalhadora para atingir a industrialização e consolidar seu poder. Caracteriza-se, também, por ser constituída *somente pela burocracia política*, enquanto a *burocracia administrativa* consta apenas como mero aparato sob o seu controle.

Sua grande realização histórica foi a alteração substancial das formas de relações sociais e propriedade. Enquanto o capitalismo consolidou a propriedade privada, o socialismo cuidou de destruí-la, porém, substituindo-a pela propriedade coletiva. Para embasar sua afirmação, ele (Ibidem) recorre à definição romana do Direito à Propriedade: uso, gozo, e controle dos bens materiais – privilégios que podem ser encontrados sob a administração monopolística dessa nova classe dominante.

Cabe observarmos que, para este autor, a nova classe é um fenômeno restrito do regime comunista e, ainda assim, localizado no plano da burocracia política. Trata-se, como veremos, de uma caracterização que o diferencia substancialmente da concepção de João Bernardo e outros autores. Sobre este aspecto, afirma Djilas:

Nos sistemas não-comunistas, os burocratas formam uma camada especial, mas não exercem a autoridade tal como os comunistas. Existem chefes políticos geralmente eleitos, ou proprietários, situados em posições superiores. São funcionários de uma economia capitalista moderna, ao passo que os comunistas são algo diferente e inédito: uma nova classe. (Ibidem, p. 70)

Os aparelhos burocráticos em que reiteradamente se convertem os instrumentos de luta do proletariado são também uma constatação dos chamados teóricos das elites. Tal processo de degeneração foi maliciosamente percebido por um autor inicialmente ligado a social-democracia, mas que no futuro serviria ao nacional-socialismo alemão.

Escrito antes mesmo da I Guerra Mundial e, obviamente, da própria Revolução Russa de 1917, o livro *Sociologia dos Partidos Políticos* de Robert Michels (1982) é um belo exemplo.

Diante das controvérsias acerca do posicionamento dos partidos social-democratas às vésperas da guerra, o autor observa empiricamente o paradoxal fenômeno da democracia política: os partidos políticos, aceitos como instrumentos insubstituíveis dos regimes democráticos, tornam-se organizações oligárquicas, profundamente hierarquizadas.

Sua exposição, alheia aos compromissos ideológicos que incidem sobre os teóricos de esquerda, permite-nos acompanhar a dinâmica interna pela qual estas grandes máquinas políticas - em especial os partidos socialistas -, para além do que atestam suas bandeiras e estatutos, propendem a ser dirigidas por uma classe profissional que mais distancia os militantes de base dos processos decisórios do que viabiliza sua participação.

Sobretudo em se tratando da luta dos fracos contra os fortes, para Michels (Ibidem), qualquer luta ou aspiração política que pretenda obter sucesso deve ser pautada numa ação comum, na organização coletiva. Em seu surgimento, toda organização política, observando os princípios democráticos, procura subordinar seus cargos delegados à vontade das massas, bem como toda a contabilidade é posta a disposição dos associados. Ocorre que, à medida que se tem o aumento da escala de organização, tais procedimentos tornam-se inaplicáveis. As tarefas que concernem aos delegados passam a exigir certa habilidade individual, domínio da oratória e outros conhecimentos técnicos especiais inacessíveis a grande parte dos membros da organização. Trata-se de demandas estratégicas inelutáveis que resultam na criação artificial de uma “elite operária”, uma vez que o poder de decisão tende a se concentrar nestas esferas diretivas e afastar-se das grandes massas. É, portanto, uma característica imanente, natural, à organização dividir-se entre uma minoria dirigente e uma maioria dirigida. Em suas próprias palavras: “Quem fala em organização fala em tendência à oligarquia.” (p. 21)

A ampliação da organização conduz inevitavelmente – nos diz o autor – à profissionalização dos cargos de chefia. A partir de então, o elemento então provisório tende a tornar-se permanente e, com isso, aprofundar o abismo existente entre o nível instrução do chefe e o da massa. As observações de Michels o levam a concluir que no interior

dos partidos do proletariado reproduz-se, em alto grau, a superioridade das direções. Mais do que isso, recria-se ali uma estrutura hierárquica através da qual se é tentado a ascender com vistas às melhores remunerações e honorários. “Revolucionários do período inicial tornam-se funcionários” – como bem asseverou Tragtenberg (1991)⁷, num sentido parecido. Por conseguinte, tem-se a instituição de uma verdadeira divisão em sub-classes de ex-proletários dirigentes e proletários dirigidos, cuja legitimidade se funda na diferença de instrução, ou seja, no critério tecnocrático da competência.

Ao contrário do que reza grande parte das teorias sobre o poder, na abordagem de Michels (Ibidem), o ponto de origem da pirâmide organizacional não é o seu topo, mas sim a inaptidão intelectual das bases no que diz respeito ao manejo dos artifícios burocráticos, os quais, cada vez mais, tendem a se tornarem um código de domínio exclusivo das lideranças. É da ignorância das massas em administrar os seus próprios assuntos que emerge a necessidade de um grupo profissional, “homens de negócio”, que administrem por elas. (Ibidem)

Amparadas pelo argumento tecnocrático, as chefias profissionais ainda tiram vantagens econômicas mediante o habitual sistema de remunerar todo serviço prestado ao partido, de modo a contribuir para a realimentação da burocracia partidária e o seu centralismo. Seus proventos podem decorrer de gratificações por representação parlamentar – vindas do partido ou do Estado -, ajuda de custo, usufruto do patrimônio, facilidades jurídicas, etc. Tanto maior será o conservadorismo de uma dada liderança quanto maior for sua dependência do aparato.

Nos sindicatos, o exemplo de autoritarismo dos chefes apresenta-se de forma mais flagrante. Na medida em que os funcionários das organizações operárias aprofundam-se em questões técnicas decorrentes das demandas diárias da associação, seu ângulo de visão ganha em precisão e perde em amplitude, ao mesmo tempo que os imperativos da “atividade prática” sobrepõe-se aos antigos princípios imortais. Com isso, verifica-se com maior frequência os atos de censura às atividades tidas como “irracionais”, ou seja, todas aquelas que transbordam os limites estabelecidos pela direções especializadas, as

⁷ Vide TRAGTENBERG, M. “Rosa Luxemburg e a crítica dos fenômenos burocráticos”. In: LOUREIRO, I. M. & VIGEVANI, T. (orgs.). *Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação*. São Paulo: FUNDUNESP, 1991.

iniciativas corajosas e espontânea das bases. Seguidos episódios teriam evidenciado a postura comum das direções sindicais de entrarem em desacordos com os sindicalizados, chegando ao ponto de proibirem festejos e confraternizações independentes, condenarem greves, cercearem discussões e formas de comunicação horizontais. Já à época de sua investigação, Michels (Ibidem, p. 90) notara que os comitês centrais das federações sindicais procuravam “arrogar-se, à custa das massas sindicalizadas, o direito exclusivo de determinar o ritmo da luta pelos salários e, conseqüentemente, de decidir se uma greve é ou não ‘legítima’” Fazem-no, como de costume, sob a alegação de melhor conhecerem as objetivas condições políticas e econômicas que atuam nos processos de luta.

Para o autor, é notório o fato da organização operária, com frequência, servir de incubadora de novas “camadas pequeno-burguesas”. “Graças a ela, certos grupos de indivíduos, numericamente insignificantes, mas de uma importância qualitativa muito grande, são arrancados das profundezas da classe proletária e elevados à dignidade de burgueses.” (Ibidem, p. 156) Surgem, assim, “elites operárias”, por um processo de “seleção natural”⁸ efetuado dentro da própria organização: indivíduos que abandonam o trabalho manual pelo trabalho intelectual. Por este meio, o antigo operário deixa de ser visto como semelhante pelos seus dirigidos na medida em que passa a gozar de privilégios materiais e honoríficos, meios de viver num conforto relativo, além de adotarem costumes cada vez mais estranhos ao seu antigo círculo social, suas maneiras se desembrutecem, seus hábitos se refinam. Mais do que seus “salários” cada vez mais generosos e outras vantagens, os representantes oficiais da classe operária geralmente não resistem à tentação de se reunirem com os patrões em luxuosos jantares, banquetes, congressos e outros eventos sociais; tornando-se, então, particularmente suscetíveis à bajulação. De modo que, “(...) muitas greves que seriam oportunas e vantajosas para os operários são interrompidas bruscamente, porque o patrão concedeu ao chefe da agitação uma renda vitalícia.” (Ibidem, p. 182)

Sob todos estes aspectos, os partidos socialistas e os sindicatos, como apontados por Michels, conformariam instituições altamente

⁸ Note que os argumentos utilizados por Michels para explicar a existência inelutável das elites fundamentam-se numa suposta verdade natural. Não é à toa que sua teoria, anos mais tarde, casar-se-ia muito bem com ideário nazista.

eficazes na tarefa de afastar da classe operária seus elementos mais brilhantes e perspicazes. Apesar de terem sido criadas como meios de entrincheiramento frente à organização do Estado e da empresa capitalista, essas entidades procederiam a uma reprodução dos mesmos fundamentos da hierarquia que combatem: autoridade e disciplina. Comportar-se-iam, deste modo, como um protótipo do Estado capitalista, e ansiariam apenas um dia poderem tornar-se governo efetivamente.

Daí o instrumento da classe operária converter-se em um fim em si mesmo, caindo naquilo que Tragtenberg (Ibidem) argutamente denominou “fetichismo da organização”. Por esta perspectiva, as divergências que envolvem as burocracias do Estado, dos partidos da ordem ou da oposição, não podem ser concebidas como disputas por princípios, pois que, estas não iriam além de uma luta de concorrência entre semelhantes.

A par das considerações conhecidas de Weber a esse respeito, Fernando Prestes Motta e Bresser Pereira (1987) afirmam ser a necessidade crescente de previsão, eficiência, padronização de procedimentos e direção os fatores mais relevantes para a emergência das organizações burocráticas no mundo moderno. Por outro lado – convém ressaltar – estes autores procedem a um tipo de análise em que estas organizações só são devidamente investigadas quando articuladas ao conjunto de relações sociais determinadas pelo sistema econômico dominante. Em suas palavras: “Constituem, acima de tudo, uma categoria histórica inserida na história dos modos de produção.” (p. 242) São as formas de cooperação, portanto, que revelam o caráter íntimo das instituições burocráticas que dela resultam.

Por esta perspectiva, é possível apreendermos as burocracias como classes dominantes, pois que, historicamente, as mesmas sempre apareceram vinculadas às formações sociais com produção de excedente econômico, como se sucedeu com as chamadas sociedades hidráulicas (primeiras civilizações da Ásia, Egito e da América pré-colombiana). A burocracia, nestes casos, decorreria das demandas advindas das técnicas da irrigação e outras obras públicas, além da necessidade de mobilização de grandes massas de trabalhadores braçais, ou seja, ela condiciona a organização e supervisão do processo de cooperação simples. (Ibidem; Tragtenberg, 2006)

Entretanto, a apropriação de excedente econômico por parte da burocracia estatal ocorria aí mediante cobrança de impostos, e não pelo mecanismo da mais-valia em que a exploração se dá na produção. De qualquer forma, *o modo de produção asiático* – como conceituou Marx – haveria se estabelecido assentado nesta forma de propriedade comunal nas mãos de uma cúpula de Estado, composta por militares, elite intelectual e funcionários públicos.

Não por acaso, teria uma estreita relação entre o desenvolvimento da cooperação industrial e o elevadíssimo grau de importância das gestões burocráticas. Afinal, a orientação pela eficiência, típica destas organizações, constitui-se como condição imprescindível ao desenvolvimento econômico; palavra de ordem hoje em dia e que na linguagem capitalista traduz-se em aumento de produtividade e maior extração de mais-valia. Sob este aspecto, Motta e Pereira (Ibidem) introduzem na discussão outro elemento fundamental na perspectiva adotada por esta pesquisa: a necessidade de garantir o disciplinamento da classe trabalhadora. A imposição de sistemas de trabalho hierárquicos e rígidos fora uma opção constante das administrações empresariais, o que caracterizaria este sistema social não somente como meio técnico, neutro, no âmbito das forças produtivas, mas, sobretudo, como instrumento político no contexto das relações sociais de produção.

Ao contrário do atomismo metodológico, referenciado no mito da estrutura mercantil simples, que dimensiona a abordagem liberal sobre o modo de produção capitalista, no entendimento destes autores, *planejamento, organização e coordenação* são características determinantes implicadas pela cooperação industrial, tanto nos países sob o regime da dita economia de mercado, quanto nos países da esfera da economia planificada.⁹

Nos países comunistas, por exemplo, foi o próprio Partido Comunista a se estabelecer como a grande organização burocrática administrada por carreiristas profissionais. Este, após a tomada do poder, assumiu a forma de uma tecnocracia de Estado que passou a abranger e coordenar a totalidade da vida econômica e social de um país. Nesse sentido, a burocracia política, comporia também uma classe

⁹ Como veremos noutro capítulo, em grande medida, esta referência está presente no modelo de análise de Marx, baseado em *uma só empresa*; fonte fundamental das críticas que Bernardo profere contra ele.

autônoma, ao lado dos administradores das empresas estatizadas. Na apreciação dos autores, as “revoluções socialistas” haveriam apenas guiado o sistema político estatal a um estágio mais elevado o possível de burocratização. (Ibidem)

Em relação à presença da burocracia administrativa na esfera do capitalismo privado, Prestes e Motta têm como referência as vastas investigações de Adolf Berle e Gardiner Means (1984), realizadas na década de 30, bem como o trabalho de John K. Galbraith (1985), da década de 60. É interessante observar que os mais ricos subsídios à formulação de uma teoria dos gestores são extraídos, precisamente, a partir das pesquisas destes autores – os quais, com base em suas experiências pessoais enquanto gestores na empresa privada e posteriormente nos altos cargos do Estado norte-americano, formularam verdadeiras expressões ideológicas da fase monopolista do capitalismo.

Instigados pelo veloz crescimento das sociedades anônimas nos EUA e na Europa ocidental, Berle e Means, em *A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada* (Ibidem), empenharam-se numa pesquisa que revelou estarem 44% das empresas norte-americanas, examinadas até o ano de 1929, sob o comando de administradores profissionais, detentores de menos de 20% do capital de todas as empresas. A sociedade anônima - deduzem - mais de que um dispositivo legal, já era, à época da pesquisa, uma instituição social organizadora da vida econômica.

Trataria-se, fundamentalmente, de um meio de agregar riquezas dispersas de inúmeros indivíduos e entregá-las ao controle de uma direção única. O sistema ganha terreno à medida que pequenas unidades econômicas livre-concorrentes – típicas do século XIX - são suplantadas por grandes agregados econômicos organizados e controlados por uma administração coletiva, cada vez mais assemelhados às operações do Estado. Tal fenômeno adquiriu grande significado histórico por ter redimensionado a forma de propriedade, centrada na figura do indivíduo, e estabelecido uma profunda distinção entre esta e o controle, conduzindo-nos a um novo estágio por eles denominado “capitalismo coletivo”.

Na aceção dos autores, não seria exagerado afirmar que os acionistas, por este processo, vêm-se cada vez mais despojados do controle físico dos meios de produção, visto que dispõem apenas de “pedaços de papel, conhecidos como ações”. (Ibidem, p. 37) O controle

físico e efetivo é transferido do proprietário individual para os executivos destas instituições “semipúblicas”, num evidente sinal de desintegração da clássica compreensão que fazemos de propriedade, agora, crescentemente cindida entre controle e usufruto. Enquanto o controle dos ativos físicos obedece a uma força centrípeta, a propriedade usufrutuária sofre uma ação centrífuga – ilustram-nos. Esta separação, por sua vez, estaria a provocar situações onde os interesses dos proprietários tenderiam a se conflitar com os dos executivos.

Nos EUA, desde o início do século XIX, verificara-se a existência de sociedades por ações, sobretudo nos setores considerados estratégicos. Ocorre que, já no começo do século seguinte, essas grandes companhias apresentavam-se como verdadeiros pilares da estrutura industrial estadunidense e passavam a estar presentes em praticamente todas as dimensões da vida social.¹⁰ Diante do cenário que se desenha para os autores, convêm que o capitalismo não seja mais apreendido em termos de inúmeros pequenos elementos concorrentes da empresa privada, senão em termos de poucas unidades gigantescas. A par disso, tem-se que o capital deixa de ser composto por bens tangíveis, palpáveis, para constituir-se de “organizações construídas no passado e capazes de funcionar no futuro”. Ou seja, trata-se de relações sociais consolidadas com grandes chances de serem reproduzidas posteriormente. As forças econômicas deixam, então, de serem regidas por uma “mão invisível”, para se movimentarem sob o domínio hegemônico de um grupo restrito de indivíduos. “As organizações sob o seu controle superam de muito o reino da empresa privada – estão mais próximas das instituições sociais.” (Ibidem, p. 67)

Concomitantemente à concentração de poder econômico, sucede-se que nas grandes companhias nenhum indivíduo detenha quantidade significativa de propriedade total. A propriedade pulverizada em ações torna-se um elemento passivo, de onde seu possuidor só retira expectativas sobre uma empresa, sem que isso lhe implique grandes responsabilidades para com ela. O proprietário converte-se, portanto, em possuidor meramente simbólico da propriedade, enquanto que o poder

¹⁰ Motta e Pereira (Ibidem, p. 39) observam que a mesma pesquisa realizada por Berle e Means foi feita em 1963 por Robert J. Larner. Na ocasião, este verificou que 84,5% das 200 maiores empresas industriais norte-americanas já eram dirigidas por administradores profissionais que detinham menos de 10% do capital votante.

real – responsabilidade que atestava a noção clássica de propriedade – transfere-se para um grupo independente.

Como corolário dessa fragmentação da propriedade e do desenvolvimento das sociedades anônimas, temos que o controle seja exercido efetivamente pelos grupos que detêm o poder de selecionar o conselho de diretores, ou a sua maioria.

O irrealismo do modelo da oposição mercado/planejamento, a preponderância crescente dos monopólios de grandes empresas e do Estado sobre firmas atomizadas e a dissociação entre propriedade capitalista e gestão são algumas das constatações que motivam *O Novo Estado Industrial* de Galbraith (1985). Um enfoque no aspecto tecnológico, entretanto, parece ser a sua tênue diferenciação relativamente a Berle e Means. Segundo ele, foi da implementação de tecnologias mais complexas e aprimoradas, ou seja, a aplicação sistemática de conhecimentos científicos às tarefas práticas, que resultou o extraordinário fracionamento do processo de trabalho que vivenciamos.

Quanto mais minuciosa se torna a aplicação tecnológica, maior é a extensão dos períodos intermitentes entre o início e o término do fabrico de um bem. Ocorre também um brutal acréscimo do montante do capital investido na produção que acarreta a necessidade de trabalho de grandes especialistas cooperando organizada e centralizadamente. O planejamento econômico, então, coloca-se como imperativo. Neste quadro, a pequena firma não tem condições de acompanhar os aumentos de massa de capital exigidos a cada inovação e cede lugar à grande empresa moderna e ao estado planejador. (Ibidem)

Tradicionalmente, a ciência econômica pouco se importou com a reflexão acerca do relacionamento entre *capital* e *poder*. Isso porque – de acordo com Galbraith – os pressupostos da linhagem teórica iniciada por Smith e Ricardo sempre foram os de que as pequenas empresas competitivas seriam continuamente equilibradas de forma a nunca adquirirem relevância frente ao tamanho do mercado, o qual estabeleceria os preços de todos os fatores de produção. Supunha-se ainda que o grau de tecnologia fosse sempre estável e nivelado. Assim, à chefia de cada empresa pouco restava de exercício real de poder sobre os processos econômicos mais gerais, sendo sempre elas subordinadas aos ditames exógenos da concorrência. Para ele, fora Marx o primeiro a suscitar esta questão, por haver conferido o domínio da produção

àqueles que controlam e fornecem o capital. “Esse poder, tal como existe, pertence natural e inevitavelmente ao capital: Seu exercício constitui prerrogativa da propriedade.” (Ibidem, p. 49)

A novidade está em que uma multiplicidade de evidências empíricas aponte para o deslocamento de poder dos proprietários para os administradores: a sede do poder na empresa e na sociedade passa a ser encontrada na “competência organizada”. É de Galbraith a tese de que, hoje, o conhecimento técnico haveria suplantado o capital enquanto fator estratégico. Assim como a revolução industrial substituiu a terra como elemento central da produção, atualmente, o capital é substituído pelo conhecimento técnico. Por esta mesma razão, o sistema econômico e político estariam em transição do capitalismo para a “tecnoestrutura”. (Ibidem) O capital acumulado – por exemplo, o das poupanças – deixou de ser o fator de reprodução ampliada da produção. Diferentemente, esta possibilidade está cada vez mais sendo acessada internamente à empresa, que através de seus lucros alcançariam o autofinanciamento das novas pesquisas e tecnologias que tendem a reduzir mais os custos de capital. Surge, então, o novo fator estratégico da produção como decorrência de desenvolvimento da própria indústria: *o conhecimento técnico e organizacional*.

O que aparece como alarmante, na concepção de Galbraith, é a perda de importância do papel de empreendedor individual schumpeteriano, o qual tende a ceder seu espaço à organização. Pensa-se como esforço bem sucedido de “sintetizar na organização uma personalidade de grupo muito superior para seus propósitos à de uma pessoa natural, e com a vantagem adicional da imortalidade”. (Ibidem, p. 57) A necessidade de recorrer à informação de um grupo e não mais de um indivíduo teria três grandes origens. Primeiramente, deriva de exigências tecnológicas da indústria moderna, cujas maiores realizações não poderiam mais depender da genialidade de uma só pessoa. Em segundo lugar, há exigência de grande monta de capital adiantado e sua conseqüente necessidade de planejamento quanto aos fatores externos: prever e direcionar mercados. Finalmente, as demandas de coordenar centralizadamente a variedade de talentos especializados.¹¹

¹¹ Um recente exemplo disso: A edição de 23 de fevereiro de 2000 de *Veja* noticiou a chegada ao Brasil de um simples aparelho de barbear da marca *Gillette* cujo custo de desenvolvimento ultrapassara 1 bilhão de dólares; cifra comparável ao custo de criação de um automóvel utilitário da Volkswagen. O grau de conhecimento técnico aplicado foi tal, que o projeto

Infere o autor que o capital monopolista e a tecnoestrutura aproximaram de forma nunca antes vista, como consequência do planejamento, a gestão da produção ao conhecimento científico. Cada vez mais a tecnoestrutura vê-se profundamente dependente da “classe educacional e científica”, visto que é ela que lhe proporciona mão-de-obra qualificada e a deixa interada das mais novas descobertas tecnológicas. Tem-se, assim, extinguida a liderança individual que unia propriedade e capacidade de controle da produção enquanto a organização converte-se em entidade suprema. (Ibidem, p. 211)

Dentro da empresa, os tipos e variações de controle podem processar-se mediante mecanismos legais ou extralegais, como constataram Berle e Means (Ibidem). Holdings¹², emissão de títulos sem direito a voto e votos por procurações são alguns dos dispositivos legais que garantem a quaisquer grupos com participação ínfima no capital de empresas controlarem, direta ou indiretamente, a totalidade do investimento. Já em casos em que a propriedade encontra-se tão pulverizada, sem que seja possível compor qualquer grupo de interesse minoritário, a administração tende tornar-se um grupo auto-perpetuador por meios extralegais, uma vez que detém o poder de selecionar o comitê de procuradores. Por esta razão, os administradores dispõem do controle sobre a distribuição de lucros aos acionistas e sobre toda a contabilidade dos rendimentos das companhias principais e subsidiárias, sendo-lhes ainda permitido alterar direitos contratuais originais que regulamentam a participação de cada qual nos ativos e nos lucros.

O trabalho destes autores, junto ao de Galbraith, coloca em evidência a fratura sofrida entre as funções do capital com o avanço das sociedades anônimas e a consequente divergência de interesse entre proprietários e administradores profissionais que dela decorre.

A posição do proprietário foi reduzida à de ter uma série de interesses legais e de fato na empresa, enquanto o grupo que chamamos controle está em condições de ter poderes legais e de fato sobre ela. (Ibidem, p. 123)

contou com a participação de um exército de 500 cientistas que trabalharam durante seis anos nos laboratórios da empresa nos EUA. Curiosamente, “nenhuma pessoa que trabalhou em seu desenvolvimento tinha conhecimento do processo global.”

¹² Estratégia empresarial que permite a uma empresa menor controlar por maioria de ações uma empresa maior e assim sucessivamente, erigindo uma estrutura hierárquica piramidal.

Desse modo, pode ocorrer que o grupo de controle seja movido por um desejo de lucro pessoal que, muitas vezes, colide com o dos acionistas e até da própria empresa. Por estar na direção do processo, este grupo encontra-se na condição de servir aos seus próprios interesses, não podendo, por isso, serem considerados meros funcionários do capital. “Não há mais nenhuma certeza de que uma companhia funcionará de fato com vistas aos interesses dos acionistas.” (Ibidem, p. 261) Diante deste quadro, os autores não hesitam em concluir que o interesse de propriedade e o interesse de controle não são apenas diferentes, mas sim opostos.

É claro que Berle e Means, na condição de apologistas da classe dos administradores e do capitalismo monopolista do século XX, apresentam as sociedades anônimas como provedoras de grandes benesses ao conjunto da sociedade. Por isso tratam-na como empresas “semipúblicas”, “instituições sociais”, politicamente desinteressadas; mais uma vez ocultando o interesse de uma parte da sociedade sob o véu do triunfo da racionalidade como “interesse coletivo”. No entanto, trazem-nos um conceito mais lato de *propriedade* e *capital*. Tradicionalmente, quando falamos em propriedade, não estamos a nos referir apenas à estrutura física das fábricas, mas também a toda uma organização de funcionários, uma hierarquia de executivos, técnicos, diretores e trabalhadores. Daí que o conceito de propriedade tenha de se estender às relações administrativas. O desenvolvimento técnico – nos dizem eles – reduz a importância dos bens palpáveis e eleva a importância dos fatores de organização e conhecimento técnico. Ressalvam ainda que o capital, em seu sentido mais amplo, é impossível de ser restrito a um único indivíduo, devendo, portanto, sempre ser pensado na forma de apropriação coletiva destes fatores.

Inserida neste quadro - salienta Bresser Pereira (Ibidem) - a burocracia deve ser compreendida enquanto instrumento de garantia à produção de mais-valia e acumulação de capital, com a diferença de não ser mais uma burocracia assentada num saber amplo e erudito, como nos modos de produção pré-capitalistas, mas uma burocracia de saber especializado com crescentes características de classe social.¹³ Nesse

¹³ Embora esta obra tenha sido escrita em co-autoria, futuramente, trabalhos individuais de Fernando Prestes Motta evidenciarão que sua posição divergia significativamente desta

sentido, ele desenvolve a tese da existência de um “modo de produção estatal que teria a burocracia ou a tecnocracia como classe dominante”, assegurada a sua apropriação do excedente através do “controle efetivo” que exerceria sobre os meios de produção. (p. 249)

Os atributos desta classe não se resumem, todavia, a uma forma de participação na produção, segundo Bresser Pereira (1972). A “tecnoburocracia” deve ser pensada igualmente enquanto um sistema político e cultural num sentido mais amplo. Na sociedade moderna, valores, crenças, artes e entretenimentos estariam a ganhar traços tecnoburocráticos cada vez mais firmes.

O primeiro grande postulado ideológico da tecnoburocracia é não se apresentar como tal. Ela supõe-se acima das emoções e irracionalismos, ou seja, guia-se por critérios puramente técnicos, científicos, racionais e não míticos ou ideológicos. “Governar não é um problema político, é um problema técnico.” (Ibidem, p. 111) Trata-se, essencialmente, do mito da total desmistificação do mundo, da neutralidade da técnica, de onde se deduz o técnico como agente do desenvolvimento.

O grande objetivo a ser atingido pelo racionalismo tecnoburocrático é a eficiência econômica, quer dizer, o aumento da produtividade via planejamento e administração racional. Nesse sentido, a própria crítica de Marx ao capitalismo estaria inclusa nesse conceito, afirma Pereira, uma vez que ela pretende-se fundamentada em um estágio mais elevado de racionalismo.

Com base nestas considerações, nota-se que Bresser apresenta a classe tecnocrática, dos administradores profissionais, bem definida em todos os seus níveis de existência, com interesse econômico próprio, mecanismo próprio de apropriação de mais-valia e produtora de uma ideologia legitimadora correspondente:

Eles não mais se limitam a controlar a empresa em nome dos proprietários. Eles cada vez mais passam a administrar em próprio nome. O acionista, perdido entre milhares e milhares de outros acionistas, limita-se a receber dividendos e assinar procurações em benefício da diretoria da

apresentada por Bresser Pereira. Ou seja, a tese de que a tecnoburocracia seria uma classe dominante de um modo de produção posterior ao capitalismo.

empresa constituída de administradores burocráticos. Sob muitos aspectos eles ainda são assessores da classe capitalista. São funcionários do capital. Mas sob outros já alcançaram suficiente autonomia para serem considerados associados com objetivos próprios. Como os capitalistas se apropriam do excedente através de lucros, os burocratas o fazem através de ordenados. E uma ideologia eficientista, que privilegia o planejamento e coloca o administrador profissional como herói do sistema, vai aos poucos se inserindo no quadro da velha ideologia liberal e individualista da burguesia, apoiada na concorrência e no mercado. (Motta & Pereira, 1987, p. 42)

Porém, convém, desde já, mencionar as diferentes caracterizações que existem entre a formulação teórica da classe de autores como Pereira, Berle, Means e Galbraith e a concepção bernardiana de gestores. A despeito de suas contribuições imprescindíveis, para eles, a emergência da sociedade tecnocrática (da tecnoestrutura, tecnoburocracia, etc.) representa a passagem do capitalismo monopolista para um novo modo de produção. Quer dizer que, se concebem uma nova classe social dominante - definida pelo controle -, distinta da burguesia - definida pela propriedade privada - é porque entendem que o planejamento e a organização tendem a substituir o lugar central antes ocupado pela oposição capital/trabalho. Fala-se, portanto, de um pós-capitalismo. Ambiguamente, reafirmam a associação imediata entre capitalismo, propriedade privada e livre-concorrência, a qual aparentavam criticar.

Esta tese, de uma perspectiva marxista, encontra, até então, duas grandes vias argumentativas de refutação. A primeira, e mais inocente, é aquela que tem Paul Sweezy (*apud* Pereira, 1972) como notável representante. Por ela, contestam-se os dados empíricos que indicariam o controle das grandes firmas predominantemente nas mãos dos administradores profissionais, em detrimento de seus proprietários. A segunda consiste no reconhecimento do crescimento deste grupo de gestores, porém, com a ressalva de que sua atuação e os processos decisórios estariam ainda subordinados aos objetivos gerais do proprietário capitalista, como vimos com Poulantzas. Embora tenha

mais alcance, esta compreensão parece confundir ratificação com decisão.

Radicalmente diferente, para Bernardo, não se trata de conceber uma classe pós-capitalista, tampouco entendê-la como fenômeno recente das relações de produção, as quais haveriam engendrado a multiplicidade de funções administrativas, porém, coadjuvantes, secundárias. Como pretendo esmiuçar no capítulo que se segue, na sua concepção, o campo social de existência autônoma dos gestores tem seu lugar desde os princípios do desenvolvimento deste modo de produção. O caráter integrado, coordenado, da exploração capitalista não constitui uma novidade da fase monopolista, senão uma estrutura condicionante desde seus momentos mais incipientes.

3 – PARA ENTENDER OS GESTORES

Este capítulo discorre introdutoriamente sobre quatro concepções fundamentais que o autor em questão elabora. Ao apresentá-las, pretendo fixar com maior precisão a originalidade de Bernardo frente às posições majoritárias do marxismo ortodoxo e, certamente, das posições do próprio Marx. Como mencionei preliminarmente, conceber os gestores significa conceber o capitalismo sob aspectos diferentes. Em outras palavras, a tarefa que proponho não é outra senão a exposição do entendimento que ele faz do conceito de capital, a partir de suas obras fundamentais.

O argumento principal que parece estar no núcleo de todo o universo teórico de João Bernardo, e da qual as teses aqui apresentadas constituem corolários, é a seguinte:

O capital não é a soma de bens materiais ou títulos financeiros; é a supremacia que se exerce em dadas relações sociais e econômicas. O capital é a capacidade de enquadrar os trabalhadores no processo de produção da mais-valia, de orientar o seu decurso e de se apropriar dos seus resultados (Bernardo, 1993, p. 100-101)

A reflexão minuciosa acerca deste postulado tende a nos levar a crer que o modo de produção capitalista é, antes de qualquer coisa, uma relação social. Conceber um capitalista, por esta perspectiva, não se resume a identificar um indivíduo enquanto detentor de certo conjunto de instrumentos de trabalho e matérias-primas ou de certa quantia em dinheiro. O que seria cometer o equívoco de tomar o símbolo, a expressão materializada, pela coisa propriamente dita. É preciso conceber, reciprocamente, a existência de condições coletivas que obriguem numerosos operários a venderem a sua capacidade de trabalho e submetê-la ao controle de outrem. (Marx, 1969, p. 108)

Esta definição de capital, referenciada nas relações sociais de produção, põe-se defronte àquela referenciada nas relações jurídicas de propriedade. Eis a grande fronteira que separa a heterodoxia do marxismo bernardiano da ortodoxia do marxismo predominante. E somente a partir desta compreensão primária, e de outros aspectos que a

envolvem, é que podemos chegar ao conceito de gestores adequadamente.

Perseguindo estes objetivos, explanarei, portanto, as seguintes temáticas que singularizam o quadro conceitual de Bernardo: a) a particular interpretação da teoria da práxis marxista; b) o papel do controle e da propriedade na definição das classes sociais; c) o caráter originário e essencialmente integrado da produção capitalista e d) o seu entendimento acerca do papel do Estado.

Trata-se de compreensões teóricas prévias e indispensáveis que convergem à correta abordagem dos gestores como classe social exploradora.

3.1 – DA CRÍTICA DA ALIENAÇÃO À CRÍTICA DA EXPLORAÇÃO – O PRIMADO DA PRÁTICA E A PRODUÇÃO CONSTANTE DE INSTITUIÇÕES:

No curso de suas longas análises sobre Marx, Bernardo procura demonstrar que a passagem da problemática da alienação à problemática da exploração é fundamental para a formulação de um modelo analítico anti-humanista, desatrelado de preceitos abstratos. A finalidade é erigir um quadro de entendimento pelo qual não se confunda o social com um campo de interações individuais ou mediação direta entre indivíduos e a realidade natural; mas, ao invés disso, pelo qual seja possível conceber o âmbito das instituições sociais como *contexto* e *agente* da prática dos homens em coletividade, uma ação sempre simultaneamente material e coletiva. O autor se propõe a dar destaque ao campo novo de análise inaugurado pela teoria da ação marxista.

Não se trata de adotar ou não o dicotômico e afamado debate, retomado na tradição marxista por Louis Althusser (1979), em torno da suposta ruptura epistemológica entre o “jovem Marx” (filósofo humanista, idealista) e o “Marx maduro” (teórico do socialismo científico, materialista). Trata-se apenas de, a luz desta discussão, traçar-se, em linhas gerais, a autenticidade do pensamento de Bernardo quanto à centralidade das instituições sociais como sujeitos práticos dos processos históricos, um novo ponto de vista anti-humanista sem, contudo, descartar a teoria da práxis.

Boa parte dos autores reconhece a importância de uma passagem que ilustra com nitidez a originalidade com que Marx rompe com todas as linhagens filosóficas antecessoras que se ocuparam em elaborar uma teoria da ação humana: a primeira de suas *Teses Sobre Feuerbach* (1982 t.I). Nesta tese, ele critica a insuficiência do materialismo vulgar de Feuerbach, por este tomar

as coisas, a realidade, o mundo sensível (...) apenas sob a forma do objecto [des Objekts] ou da contemplação [Anschauung], mas não como actividade sensível humana, práxis, não subjetivamente. (p. 01)

Dessa limitação resultaria que a dimensão ativa do homem tenha sido desenvolvida apenas abstratamente pelos idealistas, como mera atitude teórica, sem se reconhecer enquanto atividade objetiva. Por aí, indicar-se-ia o grande salto que, ao longo de sua trajetória intelectual, Marx teria dado relativamente ao pensamento hegeliano, quando concebe a atividade humana essencialmente como prática e material. Com este salto, autonomizou-se a esfera da ação humana em relação às esferas do mundo das idéias e da natureza, colocando-a como campo específico. Marx haveria inaugurado, ainda, um novo relacionamento lógico entre esta esfera, o mundo natural e as representações ideológicas. (Bruno, 1989, p. 14)

A despeito da adesão ou não da asserção sobre o “corte epistemológico” enunciada por Althusser, esta parcela de autores comunga a opinião de que *Teses Sobre Feuerbach* junto a *A Ideologia Alemã* (1982 t.I) – ambas escritas por volta de 1845 - seriam as obras que marcariam a mutação substancial nas idéias de Marx. (Bermudo, 1979; Löwy, 2002; Althusser, 1979) Então, os nossos problemas seriam: a) precisar o significado dela no conjunto de seu empreendimento teórico e b) definir quais as forças motivadoras desta mudança analítica.

Seriam estes os primeiros registros autenticamente “marxistas” de Marx na ótica destes autores? Sem fazer disso um fato, lembremos que Marx mesmo acena para que concluamos por aí. Isto é, pela tese de que durante este período estaria ele realizando a sua auto-crítica e travando um diálogo íntimo com sua antiga consciência filosófica. Pelo menos é o que sugere seu Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (1982 t.I), quando lembra-nos que, junto a Engels, n’ *A Ideologia Alemã*,

estaria a fazer o “ajuste de contas” com a “maneira de ver” do idealismo alemão. (p. 532)

Lembremos que, para Althusser (Ibidem), esta “cesura epistemológica” dividiria o pensamento de Marx em dois grandes períodos essenciais: o período “ideológico”, anterior a 1845, e seu período posterior, “científico”. No primeiro momento, Marx debruçar-se-ia ainda sobre uma problemática kantiano-fichtiana e na problemática antropológica feuerbachiana. Marx só teria chego a uma teoria científica da história quando realizou a crítica radical da filosofia do homem. No “jovem Marx”, ainda encontrar-se-ia a noção de que a definição do Homem seria o princípio teórico de sua concepção de mundo e da atitude prática. A essência do homem (entendido enquanto liberdade-razão ou comunidade) fundamentaria toda a teoria da história e da prática política. (p. 23-29)

Althusser (Ibidem, p. 135-137) inclui neste “período ideológico” obras da relevância dos *Manuscritos de 1844*, onde ainda poderíamos presenciar o humanismo – ou a “Antropologia” - de Feuerbach influenciando sua análise¹⁴. Por isso, Marx identificaria na desrazão o princípio da alienação e, aí, a história do homem. Até então - argumenta ele – o homem é liberdade-razão porque é “ser-comunitário”, que só se realiza nas relações humanas universais. “Ainda aí a essência do homem funda a história e a política” (p. 199) Estaria pressuposto nestes escritos de juventude uma essência pré-definida, de modo que a política é tomada como processo de reapropriação prática da essência. Nesse sentido, é à filosofia que caberia o papel de agente ativo que deve penetrar no proletariado, e provocar a revolta consciente do homem contra sua condição desumana.

Somente a partir de 1845, conforme este autor, Marx haveria rompido com esta teoria da história fundada na essência do homem. Tal ruptura caracterizar-se-ia por três dimensões: a) elaboração de uma teoria da história e da política fundada em conceitos novos: formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, etc; b) crítica radical das pretensões teóricas de todo o humanismo filosófico e c) definição do humanismo como ideologia. Isso significa que Marx passara a adotar uma nova problemática, não repousada mais sobre a

¹⁴ Quanto à influência de Feurbach, é também a posição de Bermudo (Ibidem) e Löwy (Ibidem), de quem trataremos mais a frente.

definição da natureza humana. “A ruptura com toda a Antropologia ou todo humanismo filosófico” – provoca Althusser – “não é um detalhe secundário: ela é um mesmo ato com a descoberta científica de Marx.” (Ibidem, p. 200)

Estaria, dessa maneira, inaugurada uma nova forma sistemática de apresentar as questões ao mundo, novos princípios e novos métodos. No lugar do velho par conceitual indivíduo/essência humana é posta uma teoria investigativa dos diferentes níveis da prática humana, a qual opera com conceitos concretos que localizam as diferenças específicas, onde está situado cada elemento particular da estrutura social. Somente assim pôde ser concebida uma teoria na qual é o desenvolvimento da história, o período social economicamente dado, o que determina os homens concretos.

Na opinião de Michel Löwy (2002), a partir dos *Manuscritos de 1844*, Marx já teria aderido definitivamente ao comunismo, na medida em que aí já se “abandona a temática jovem-hegeliana da ‘filosofia ativa’ e esboça uma análise econômica da condição proletária” (p. 139) Segundo ele, o escrito mantém, contudo, fortes traços “feuerbachianos”, já que Marx transporia o esqueleto da crítica da alienação religiosa à vida econômica¹⁵. Como podemos verificar, o comunismo aparece como superação da alienação, mas, na obra, pouco se desenvolve sobre questões concretas concernentes à práxis revolucionária.

Marx mesmo enuncia iniciar a análise por um fato econômico presente e concreto, qual seja: “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão.” (Marx, 2004a, p. 176) Segue-se no capitalismo, segundo ele, a valorização do “mundo das coisas” em detrimento do “mundo dos homens”. A essência de tal fenômeno é o estranhamento do produto em relação ao homem que produz. Segundo Löwy, no entanto, por estar ainda contaminado pela crítica religiosa, Marx inferiria ser a propriedade privada o resultado, e não a causa, da alienação. Como se lê neste clássico: “No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem.” (Ibidem, p. 184)

Depreende-se do texto a concepção de desalienação enquanto reunificação da essência humana cindida, reencontro do homem consigo

¹⁵ Refere-se a obra de Feuerbach: *Essência do Cristianismo*.

mesmo. Assim entendido, a atividade vital que nos distingue dos animais é consciente, e a práxis se passa como processo intelectual. Por outro lado, Marx trata também da associação operária como organismo que, ao contrário do individualismo atomístico, realiza em germe a sociedade do futuro. Conforme Löwy (Ibidem), aí estaria dado o grande passo à proposição do “humanismo positivo”, o comunismo como “humanismo prático”.

Então, é nas obras inicialmente citadas – as *Teses* e *A Ideologia Alemã* - que teremos em Marx a predominância de uma concepção de prática diferente daquela concebida anteriormente. Quando ele alcança a práxis revolucionária do proletariado, a verdadeira atividade humana, “objetiva e crítico-prática”. (Ibidem, p. 166) A sensibilidade humana deixa de ser meramente contemplativa, para tornar-se, agora, atividade mediada por conjuntos de relações, em que mesmo o meio natural é subordinado pelo trabalho. Nesse sentido, chega-se a uma identidade entre a mudança das circunstâncias objetivas e a mudança de si mesmo, ocasionada pela atividade produtiva, o trabalho.

Sob o ponto de vista de Michel Löwy, é *A Ideologia Alemã* o ponto de chegada de um movimento que se iniciara em 1842. Pois que, neste texto, Marx conclui que a tarefa de revolucionar o mundo existente consiste em um ato prático e não em fraseologias. Se o proletariado, em sua *Contribuição à Crítica da Filosofia de Hegel*, aparecia como porção passiva da crítica, classe sofredora, caução moral da “filosofia ativa”, nesta fase, adquire caráter revolucionário em decorrência da condição social concreta desta classe¹⁶. Em outras palavras, o proletariado só se torna classe social plena enquanto opositor prático à burguesia, quando define sua existência pelo antagonismo que estabelece nas relações sociais de produção. Redimensionando a relação teoria e prática, colocaria o próprio Marx: “A existência de idéias revolucionárias numa época determinada pressupõe já a existência de uma classe revolucionária (...).” (Marx & Engels, 1982 t.I, p. 39)

¹⁶ De fato, na *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (2004b), pode-se encontrar passagens que sugerem mesmo este papel ainda passivo atribuído ao proletariado, um instrumento prático a ser apoderado pela atividade crítica: “Na luta contra este estado de coisas, a crítica não é paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão.” (p. 48) Por outro lado, Marx já demonstra sinais de entender a atividade crítica, em si mesma, limitada: “Mas a própria teoria torna-se, da mesma forma, uma força material quando se apodera das massas. A arma da crítica não pode substituir, sem dúvida, a crítica das armas; a força material só será abatida pela força material.” (Ibidem, p. 53)

Mészáros (1981), por sua vez, é bem mais rigoroso ao fazer objeções à dicotomia operada por Althusser. Tomar *A Ideologia Alemã* – adverte – enquanto ponto de referência desta mutação significaria proceder a uma contraposição exagerada entre os escritos, uma vez que entende já estarem presentes nos *Manuscritos de 1844* todos os pontos apresentados como inovações radicais. Por esta leitura, Marx sempre guardara em sua obra a identidade de problemas ao abordar a luta de classes, a emancipação do proletariado em particular, ou a “emancipação humana”. Apresenta-nos como errônea, portanto, a afirmação de que, a partir de 1845, Marx teria deixado de se ocupar com o tema do homem e sua alienação para tomar como objeto os conceitos de “classe”, “proletariado”, etc. (p. 201)

A abordagem mais cuidadosa de inúmeros trechos de obras posteriores de Marx haveria de demonstrar que o termo alienação nunca fora abandonado, como argumentou Althusser, nem mesmo a forma de abordagem como feita nos *Manuscritos de 1844*. Segundo as próprias palavras de Mészáros: “Temos aqui até mesmo as noções ‘antropológicas’ do jovem Marx, junto com a concepção de superação da alienação como transcendência do caráter abstrato mediado da atividade humana.” O erro de abandonar o conceito ou traduzi-lo parcialmente corresponderia “a demolição total do próprio edifício.” (Ibidem, p. 204-205) Todavia, este conceito insubstituível, sendo eminentemente sintético, pode perfeitamente não ser apresentado de forma textual na medida em que a problemática complexa de que dá conta seja apresentada esmiuçadamente, como se sucede com tantos outros escritos.

O autor não pretende, via esta argumentação, negar a evolução intelectual de Marx. Ao invés disso, salienta que há sim uma modificação realmente significativa que se haveria ocorrido entre 1843-1844, quando Marx, na *Introdução a Crítica da Filosofia de Hegel*, teria atingido já a necessidade de “unificação” da filosofia à prática e ao conceito de alienação conferido centralidade. Quanto às observações que Marx fizera às *Teses Sobre Feuerbach*, acredita serem “todas” encontráveis nos *Manuscritos de 1844*, mesmo quando não explicitamente citadas, é quando o “caráter abstrato e programático” das idéias de Marx é superado pelo conceito de “trabalho alienado”. A partir de então, os vínculos de Marx com a “antropologia” feuerbachiana

seriam “mais terminológicos do que qualquer coisa”. (Ibidem, p. 211-213)

Bernardo (1977 v.I) revela ter iniciado uma reinterpretação da obra de Marx com base na leitura de Lukács de *História e Consciência de Classe*; a partir de quando o marxismo e a teoria da práxis passam a ser, para ele, “campos teóricos idênticos”. Em seguida, acrescenta:

Foi a leitura de Althusser que, vários anos após a introdução de Lukács, me permitiu formular com maior exactidão concepções e teses para que procurava encontrar, entre a teoria disponível, inspiração e modelos. (p. 40)

O autor, a luz da polémica de Althusser, reconhece que nem sempre Marx debruçara-se sobre a mesma problemática. Nem por isso, o problema de definir as mutações e rupturas no processo de formulação ideológica de Marx se resolveria pela distinção, nos termos cronológicos de Althusser, entre um “jovem Marx” e um “Marx marxista”.

Através dela, não seria viável apreender o carácter sempre contraditório que perpassa a trajetória intelectual, o que faz dela um campo aberto, capaz de se transformar em novos sistemas. Por conta disso, advoga ele, interiormente aos trabalhos de Marx, mostrar-se-ia bem mais adequado se falar em “oscilações” do que em “rupturas.”

Situado no campo ideológico estipulado pelos pensamentos de Kant e Hegel, o sistema de Marx teria trazido como novidade, não a introdução da teoria da ação – esta já haveria sido suscitada na seqüência da obra de Kant –, mas a possibilidade de se pensar a ação enquanto executada pela força de trabalho, o sujeito da ação. Desde há muito, a civilização européia já havia rompido com a fusão ideológica entre o homem e a natureza. Mas, até então, as concepções teleológicas prevaleciam, e nelas as teorias da ação divina unificavam ideologicamente a existência humana e o mundo exterior. A partir da Renascença é que viríamos a assistir à separação do homem relativamente à natureza. Com Galileu – argumenta Bernardo (1991) – tem-se a natureza concebida em seu carácter objetivo, independente do homem. Daí tomar-se a matemática como expressão da própria realidade física.

Inversamente, pela versão racionalista, com Descartes, irrompeu-se a existência do *eu*, através da atividade pensante, em oposição à existência da matéria. Noutras palavras,

(...) ou se secundarizava a validade do sujeito humano relativamente ao objeto natural, cuja verdade existiria por si própria, como sucedia com os empiristas; ou se tornava a verdade dos objetos naturais acessória da prévia definição de uma verdade tida por fundamental, que era a da existência do sujeito pensante, como acontecia com os racionalistas. (Ibidem, p. 21-21)

Fora Kant o primeiro pensador a tentar superar tal dualidade, constata o autor (Ibidem). Basicamente, o sistema kantiano teria se constituído a partir da confrontação entre as teses empiristas – nomeadamente a de Locke e Hume - e as teses racionalistas – como as de Spinoza e Leibniz. Por um lado, o empirismo unificava o *eu* à natureza – originalmente independentes – no processo do conhecimento, quer dizer, pelo caráter ativo das impressões sensoriais, num movimento que se processa do exterior agindo sobre a passividade receptiva da mente humana.

Enquanto isso, Spinoza e Leibniz criticavam o particularismo das coisas e pensavam a união dos elementos. A anulação da separação entre o *eu* e o mundo exterior decorreria, então, do conhecimento racional, não-sensorial; um princípio unificador da capacidade pensante. É a atividade racional o meio pelo qual se estabelece o autoconhecimento, bem como o conhecimento da relação do indivíduo com o todo.

Kant, nesse contexto, haveria tentado conjugar estas duas grandes correntes: formular a síntese entre a experiência sensorial e a razão. Ao aplicar um método ao outro – diz-nos Bernardo na *Economia dos Conflitos Sociais* – ele finalmente pôde alcançar a abertura de um novo campo teórico. Com isso, atribuiu-se à experimentação um sentido diferente, porque Kant propôs a complementaridade entre o “método experimental do conhecimento da natureza” e a “metodologia para a abordagem da razão”. Nesse sentido, o objeto da experimentação não se reduziria à natureza, pois este mesmo objeto natural reconstituiu-se em conformidade ao percurso do intelecto. O percurso experimental dependeria de um papel ativo da razão: “A experimentação” – abrevia o

autor – “desenvolve-se em introspecção” (Ibidem, p. 25) Por esta via, teria ocorrido a afirmação do caráter ativo do *eu* cognoscente. Kant articula contra Descartes, a declaração da existência do *eu* que se conhece somente a par do seu relacionamento com objetos; ressalve-se: uma relação intelectual e não prática.

Em que pese Kant ter mantido a afirmação da existência real do mundo exterior, não se trata jamais de uma relação com a natureza empírica, nem consigo mesmo. “É um eu em relação ao fenômeno.” (Ibidem, p. 27) Segundo Bernardo, resulta deste sistema a incapacidade de se pensar os processos em transformação. Assim ele coloca:

Enquanto se reproduz a si próprio no processo de conhecimento, o eu é ativo; mas, enquanto não se produz como fenômeno para si próprio, o eu é passivo, tanto mais passivo quanto o é perante a si mesmo. (Ibidem, p. 31)

As limitações do pensamento de Kant residiriam, então, no fato de conceber a realidade do mundo exterior como objeto para o sujeito apenas enquanto objeto do conhecimento. Ou seja, não se trata de uma ação prática do sujeito sobre o mundo material, trata-se antes de um *eu epistemológico*, carente de aspectos práticos.

Após o pioneirismo de Kant, seguiram-se diversos autores que trabalharam a questão da especificidade da ação humana diante o mundo exterior, entre eles: Fichte, Schelling, Jacobi e mesmo Hegel. Estes pensadores abrem espaço para que a relação homem-coisa - por Kant e seus discípulos concebida até aí como meramente epistemológica - possa ser pensada como uma relação homem-homem, ou seja, uma ação sempre mediada por outros homens, com conteúdo social material real. É precisamente este o aspecto que Bernardo colocará em destaque e denominará esfera das instituições.

Em *Marx Crítico de Marx* (1977), Bernardo pôde desenvolver um sistema teórico cujo sujeito da práxis centra-se exclusivamente nas instituições sociais¹⁷, relegando aos processos intelectuais e às

¹⁷ Observo que no prefácio de *Dialética da Prática e da Ideologia* (1991b), escrito a mais de dez anos após o acima citado, Bernardo alerta-nos para uma retificação no seu modelo: ainda na década de 70, ele reconhece ter deixado vazão a uma concepção de prática que restringir-se-ia ao concreto individual, não havendo lugar para a prática concreta coletiva. A coletividade da prática só ocorria por se processar sobre instituições. Passada, então, “(...) a experiência do

ideologias o palco das representações decorrentes destas práticas. Neste quadro, a atuação humana e as elaborações ideológicas que a refletem estão sempre determinadas pelas estruturas sociais objetivas, ou seja, pelas instituições da produção material da sociedade. Contudo, tal afirmação não se faz sem ser fonte de inúmeros problemas, resolvidos contraditoriamente pelo próprio Marx – afirma nosso autor. Um elemento nuclear do problema residiria na definição do conceito de “determinação”, entendida no seu sentido globalizante, referente ao “todo”.

Como se vê, o sistema de Marx surge em meio a formações ideológicas que ou concebem o comportamento humano como prolongamento da realidade natural, ou, quando o pensam como atividade específica do indivíduo sobre a natureza, priorizam a antecedência da ideologia individual em relação à vida material. Cinde-se, por este procedimento, o comportamento individual de suas representações mentais e assimilam-no à realidade natural. Num extremo, teríamos o abandono da análise do comportamento individual e suas representações mentais, no outro, reduziríamos a ação do indivíduo à idéia, secundando sempre o estudo dos comportamentos humanos, das formas sociais e do mundo material. Em ambos os casos, além de a ação individual aparecer como mera expressão de uma causa - seja ela natural ou ideal - o modelo de causalidade não se altera, ainda que procedam à inversão da hierarquia das relações.

Diante disto, Bernardo sugere:

É possível, no entanto, conceber os comportamentos individuais como capazes de uma ação sobre o nível que os determina, desde que a relação determinante-determinado seja pensada como uma espiral parabólica. (Bernardo, 1977 v.I, p. 59-60)

rápido declínio e, depois, da eliminação do caráter autônomo das lutas dos trabalhadores em Portugal, de 1976 em diante (...)” (p. 09) constatou ser necessário desenvolver o modelo até suas últimas conseqüências, de modo que, a partir daí, teve-se, não os indivíduos, mas sim as instituições como *sujeitos únicos* da ação. “Nego portanto ao indivíduo o caráter prático e reduzo-o a uma mera existência ideológica.” (Ibidem) No entanto, os detalhes de tal modificação não constitui elemento relevante ao tema em foco.

Por esta imagem, seria possível atribuir diferentes graus e qualidades de ação aos níveis determinante e determinado, erigindo um modelo do todo complexo. Entretanto, é importante destacar que Marx além de inaugurar um sistema de investigação em que o comportamento do indivíduo social põe-se como objeto específico, distinto do mundo das idéias e da realidade natural, arquiteta, também, uma nova relação lógica entre este objeto, as representações ideológicas e o mundo natural.

Nestes pontos, parece incidir sobre o modelo de João Bernardo a influência da leitura anti-humanista de Althusser, pois que, ambos dão ênfase ao fato de Marx não só ter invertido a dialética hegeliana, mas, sobretudo, consagrado uma relação lógica completamente nova em relação à lógica idealista¹⁸.

Althusser, em *Sobre a Dialética Materialista* (1979) - quando discute o conceito de “todo complexo estruturado Já Dado” e o conceito de “sobredeterminação” - estabelece a distinção entre contradição principal e contradições secundárias; e, internamente a primeira distinção, por seu turno, haveria ainda a distinção entre o aspecto principal e o aspecto secundário da contradição, e, daí o conseqüente desenvolvimento desigual da contradição. Uma vez considerada essa hierarquização entre as contradições, logo estaria posta a existência de uma estrutura como dominante. No entanto, em respeito ao princípio da *sobredeterminação*, ele ressalva não serem as contradições secundárias meros fenômenos da contradição principal. Elas seriam essenciais para a existência das primeiras. Para ele, sobredeterminação nada mais é que “(...) a reflexão, na própria contradição das suas condições de existência, isto é, da sua situação na estrutura como dominante do todo complexo.” (Ibidem, p.184) Por conseguinte, entende que os momentos em que Marx tratara da produção em geral não deviam ser tomados enquanto a busca da origem do “universal simples”, que condicionaria todo o desenrolar da história, mas sim o rigor em definir a especificidade de um estágio determinado do desenvolvimento social. Não havendo a essência

¹⁸ Convém lembrarmos que Marx assinala no seu *Posfácio à Segunda Edição Alemã (1872) do primeiro volume de 'O Capital'* (1982 t.II, p. 102) que seu método não só era diferente, mas, sobretudo, o oposto do de Hegel. Se, para Hegel, o pensamento é o sujeito autônomo do Real, para Marx, o pensamento seria o material “transposto e traduzido na cabeça do homem”. “Nele [em Hegel], ela [a realidade] está de cabeça para baixo. Há que virá-la para descobrir o núcleo racional no invólucro místico.”

originária, o que temos é, conforme o autor, um “sempre-já-dado”, “complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinado”. Como ele sublinha no mesmo texto:

Em lugar do mito ideológico de uma filosofia da origem e dos seus conceitos orgânicos, o marxismo estabelece o princípio do reconhecimento da estrutura complexa do todo ‘objeto’ concreto, estrutura que determina tanto o desenvolvimento do objeto quanto o desenvolvimento da prática teórica que produz o seu conhecimento (Idem, p. 174)

Na compreensão que Bernardo (1977 v.I) faz do campo lógico aberto por Marx, o *determinante* age circunscrevendo a amplitude de ação do *determinado*, o qual não pode ser definido como mera expressão idêntica do primeiro. O fundamental da questão é fixar a distinção entre “amplitude da ação” e “forma de realização”. Por este discernimento, poderíamos compreender o comportamento humano como determinado e, ao mesmo tempo, com interferência sobre a estrutura determinante, capaz de alterar constantemente os termos da relação determinante-determinado. Na lógica materialista de Marx, o determinante não faria desencadear uma série de efeitos pré-estabelecidos. Caber-lhe-ia, apenas, o feito de conferir “a amplitude desses efeitos e do campo em que se constituem os seus resultados gerais”. (p. 61) Nestes marcos, a “forma de realização da determinação” figuraria como o conjunto dos efeitos efetivamente realizados, a posição exata ocupada no interior da amplitude, a fisionomia concreta com que se constituem os resultados.

Dessa leitura resulta um modelo anti-teleológico que infere a imprevisibilidade dos processos enquanto totalidade. A forma lógica de Marx, segundo o autor, distingue o todo de suas partes, o que faz com que suas leis e tendências incluam-se no campo geral de evolução das determinações, nunca em previsões de formas concretas. Apenas nestes termos, levado em conta a fugacidade do nosso objeto, é que poderíamos pensar em história como ciência, conclui Bernardo. No seu quadro teórico, o determinado só é determinado porque a área da sua ação é imposta por um nível que lhe é exterior. Todavia, ele pode interceder no determinante e modificá-lo, reorganizando a relação entre

os níveis a cada ciclo, e, por isso, re-estipular novas amplitudes para a sua ação.

Neste ponto, Bernardo acusa a ortodoxia marxista de haver feito a inversão materialista – ou “naturalista” – sem, no entanto, sair do campo lógico hegeliano. No que estaria inclusa a leitura de Mészáros, por exemplo, para quem abandonar o conceito de alienação seria abrir mão de uma “conquista real”: o “núcleo racional” da filosofia hegeliana.

Nesta ótica, o “acerto de contas” de Marx teria apenas ironizado a abstração filosófica que substituiu o “indivíduo real” pelo “homem abstrato”, jamais o conceito de alienação. Se, n’ *A Ideologia Alemã*, o termo “alienação” aparece empregue ironicamente – como Mészáros (1981, p. 199-200) nos ilustra – é somente para demonstrar os seus aspectos mistificados quando ele não aparece referenciado à prática social. Ou seja, tratar-se-ia de uma crítica dirigida ao uso idealista do termo, sem o abandono do esqueleto lógico.

Em contraponto, para Bernardo (Ibidem, p. 72), a transposição direta da lógica idealista para o mundo empírico traz, por consequência, a consagração da esfera das forças produtivas como essência do todo, de forma a reduzir as demais “a formas imediatamente expressivas dessa essência”. Neste sentido, a lei de causalidade da lógica hegeliana, como tal, impediria a compreensão do salto típico marxista, ou seja, admitiria a camuflagem do elemento da ação, sem o quê a mudança de ordem quantitativa não se poderia ser traduzida em transformação qualitativa.

Feitas estas observações quanto ao conceito de “determinação” como concebido por João Bernardo, pode-se compreender com maior precisão o lugar primordial que é conferido ao âmbito das “instituições”. Para ele, a exclusividade da atividade humana está em se distinguir da realidade que estipula o campo limite de sua ação e sobre o qual ela se exerce. É esta ação, em seu desenvolvimento, que engendra as instituições, as formas concretas de realização do nível determinante. Através das instituições definem-se os grupos sociais que as criam; uma vez que a existência dos grupos sociais não decorre diretamente sobre as determinantes desta ação, mas sobre instituições que são a própria ação em processo. “A realidade social” – define o autor (1991b, p. 16) – “é um processo permanente de criação de instituições.” Por intermédio delas se estabelecem invariavelmente tanto a relação sujeito-sujeito (inter-relação de instituições) quanto a relação sujeito-objeto (instituições-natureza).

Por esta razão, não se pode inferir que o nível determinante fundamental, a infra-estrutura, seja determinante de uma dada ação, pois que, só aparece para cada instituição aquilo com que ela se relaciona. A natureza, melhor dizendo, só o é e se define por ser objeto da instituição. Isso quer dizer que:

O homem não existe sobre a natureza, mas sobre as instituições sociais em que pratica a natureza, e essas instituições sociais não são uma mediação, um vínculo entre o homem e a natureza, mas sim a visão que o homem tem da natureza. Elas são a natureza-para-o homem. (Idem, 1977 v.I, p. 84)

Estes traços fundantes da concepção materialista da história realçados por Bernardo aparecem esboçados, a meu ver, em *A Ideologia Alemã*, quando Marx e Engels (1982 t.I) afirmam partir dos “indivíduos reais”. Propõe-se a iniciar sua análise tendo por referência os homens no decorrer de suas próprias ações, aquelas que mantêm entre si, no tocante à produção das condições materiais de vida, e por isso, também à natureza.

Podemos distinguir os homens dos animais – dizem eles (p. 08) – pela consciência, pela religião, por tudo o que quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é *condicionado pela sua organização física*. [grifo dos autores]

Notemos que entre o indivíduo e a natureza, ou antes mesmo da atividade humana incidir diretamente sobre a realidade exterior, está pressuposto um fator condicionante essencial: a “organização” entre estes indivíduos. Não se trata, claro está, da mera reprodução física, mas de uma forma determinada de atividade destes homens, uma forma de divisão social do trabalho, quer dizer, o seu próprio modo de vida. Por esta razão, os homens definem-se por serem “o quê” e “o como” produzem, algo que só se realiza tendo o pressuposto do

“intercâmbio”¹⁹. Às formas de realização deste, por sua vez, corresponderão as diferentes formas de propriedade, as quais ele enuncia sequencialmente no escrito.

As premissas são, portanto, os homens no seu processo de desenvolvimento real, perceptível empiricamente e subordinado a determinadas condições. Enquanto que Feuerbach limitou o alcance de seu materialismo ao reduzir o mundo sensível à mera contemplação ou à mera sensação, ao partir do “Homem” e não dos “homens históricos reais”. O mesmo não percebera que o mundo sensível, exterior, não é algo herdado da eternidade, sempre igual, é antes um produto da atividade de uma “série de relações”.

De resto – prosseguem os autores – esta natureza que precedeu a história humana não é, de modo nenhum, a natureza em que Feuerbach vive, é a natureza que hoje em dia, à exceção talvez de uma ou outra ilha de coral australiana de origem recente, já em parte nenhuma existe, e que portanto também não existe para Feuerbach. (Ibidem, p.18)

Não obstante, é certo que, no modelo de Marx, a prática dos homens e os elementos da consciência - que desta prática derivam - podem ser ambigualmente interpretados como algo a ser desenvolvido imediatamente sobre a base exterior (natural) de existência. Os autores, neste mesmo documento (p. 20-23), postulam que a consciência começa a aflorar não só a partir da necessidade de os indivíduos entrarem em ligação, de sua conexão limitada com outras pessoas, mas também a partir do ambiente sensível imediato, como consciência direta da natureza. O ato de produção e reprodução dos meios de subsistência implica diacronicamente, para eles, em uma dupla relação: natural e social. Independente da circunstância e da finalidade da ação para satisfação de necessidades, os homens vêm-se diante a exigência de entrarem em *cooperação*, estabelecerem vínculos sociais. Estes vínculos, por sua vez, ou uma determinada forma de cooperação constituem, ao mesmo tempo, uma força produtiva. Estabelece-se,

¹⁹ [Verkehr no alemão] Arrisco-me a dizer que, nesta obra, o termo assume o sentido do conceito, ainda em aprimoramento, de *relações sociais de produção*.

portanto, um quadro de condicionamento recíproco entre a esfera de necessidades concernentes à relação inter-indivíduos e a esfera de necessidades concernentes à relação direta homem-natureza.

Neste ponto, cabe ressaltarmos a diferença do modelo apresentado por Bernardo relativamente ao de Marx. Para o primeiro, os indivíduos sociais não existem sobre o nível determinante da sua ação, nem sobre a realidade material imediata, mas somente sobre instituições. O ato de produzir novas necessidades é o ato mesmo de produzir novas instituições. A existência da cooperação, a comunhão de processos práticos, antecede a execução de qualquer obra, a qual figura apenas como expressão material de determinada forma de cooperação. Da mesma maneira, a consciência não pode decorrer da relação direta entre o indivíduo e a realidade natural, senão processada através de relações sociais, que são a ação em processo. Apenas sobre esta única realidade é que se pode pensar. De onde se depreende sempre ser dada teoria a teoria de uma prática, incapaz de alcançar uma realidade-verdade que ultrapasse tal prática. Na abordagem bernardiana, são estas as passagens inovadoras de Marx que devem se retidas.

Lúcia Bruno (1989) corrobora as teses reformuladas de Bernardo à medida que afirma a possibilidade de somente ao nível do pensamento a prática poder ser individual. Entretanto, trazida ao plano da materialidade, ela só pode realizar-se no âmbito das relações sociais. Marx, segundo ela, “retira-lhe qualquer caráter individual e a prática socializa-se em práxis.” (p. 15) Esta seria a essência da crítica de Marx ao recurso mítico de Robinson Crusóe.

Sob esta nova perspectiva, a autora ainda chama atenção para a perda de valor da oposição dicotômica ciência/ideologia tão enraizada no marxismo ortodoxo, posto que, aqui, toda teoria é concebida enquanto expressão de uma prática. A diferença é que o que usualmente se denomina ideologia é o modelo referente à prática dos grupos alheios e somente a própria ideologia confere a si mesma o estatuto de “verdade como ponto fixo perpetuado”, ou seja, ciência. (Ibidem, p. 17)

Sucedese neste modelo o descentramento completo do indivíduo como ponto de partida do processo social. Não sendo o homem a explicar o processo histórico, mas sim o processo histórico a explicar o sujeito, tem-se, por corolário, as instituições sociais como sujeitos absolutos do devir histórico. O indivíduo – segundo a autora – figura como vítima de um desejo, de uma ilusão: o de controlar os

desdobramentos da própria prática nos seus múltiplos aspectos e em seus resultados, ignorando a imprevisibilidade dos desdobramentos de suas práticas.²⁰

Aí residiria toda a originalidade de Marx: tomar a prática enquanto nível específico. A ação deixa de ser a atividade do pensamento e passa a ser localizada na prática exterior. A lógica e a ideologia atribuída ao “jovem Marx” – a qual exprimiria uma prática sem, no entanto, concebê-la - desvanece-se à medida que ele concebe a autonomia e especificidade da prática. A partir daí – conforme Bernardo – a terminologia que utiliza torna-se mero vocabulário emprestado para referir-se a uma problemática diferente. Este seria o sentido fundamental da inversão de eficácias que Marx opera ao substituir o papel da crítica pelo da revolução. Nestes termos, sintetiza Löwy (2002, p. 180) “(...) a consciência não pode ser outra coisa que a consciência da prática existente”.

Lukács, por exemplo, no entender de Bernardo (1977 v.I, p. 87), procede ao equívoco de não conceber esse relacionamento entre as práticas institucionais e as ideologias expressoras. Assim, ele teria admitido uma ação imediata da prática individual sobre a natureza. Disso resultaria que essa corrente marxista confunda conhecimento da prática e o conhecimento da realidade natural. No bojo desta miscelânea, admitiu-se, por consequência, que o proletariado seria a fração social portadora da consciência totalizante, universal, da sociedade, que teria o conhecimento da evolução do processo e, mais que isso, da verdade da realidade.

Todo o conhecimento, no entanto, só o é da prática em seu decurso, não dos efeitos naturalizados do processo, ou da realidade naturalizada. Porém, caso se considere que toda prática só se realiza através de relações sociais, é possível conceber que nos sistemas

²⁰ Alegoricamente, neste mesmo artigo (1989), a autora retoma o mito de Édipo-Rei com o intuito de destacar a autonomia da ação em relação às vontades particulares. Segundo ela, a tragédia grega versa sobre o fascínio do homem pela problemática do destino e do acaso, sobre a precariedade da teoria como guia da ação. Édipo, com a cega crença de poder fugir ao seu destino (matar o pai e amar a mãe), deixa Corinto com a ilusão de poder afastar-se das “funestas predições” que lhes são reveladas pelo Oráculo. Pensando estar se protegendo, Édipo prepara, involuntariamente, sua própria destruição. A crença na onipotência de seu raciocínio o faz percorrer os desdobramentos até o fim do processo. “Foi na ignorância que os cometeu”. Conclui não ser a ação o resultado de escolhas apriorísticas, mas ser ela determinada sempre pelas relações sociais, nunca individuais.

ideológicos, que como tal são sistemas particulares, existam concepções gerais comungadas pelos indivíduos que compartilham de uma mesma prática.

Colocado isso, torna-se mais claro entender qual é para João Bernardo a força motivadora das oscilações ocorridas no pensamento de Marx. Quanto à questão, o autor tem um ponto de acordo com Althusser, quando este define a ideologia enquanto um sistema de representações, com lógica própria que deva ser “considerada com um todo real, unificado interiormente por sua própria problemática, e de tal maneira que não se possa destacar-lhe um elemento sem alterar-lhe o sentido”, um elemento constituinte da totalidade social. (Althusser, 1979, p. 51 e 205) Contudo, ao conceber uma relação de sobredeterminação do real pelo imaginário e do imaginário pelo real (p. 207), ele teria conferido ainda à ideologia um papel ativo na relação dos homens com suas condições de existência.

Como ele deixa transparecer, a mudança de problemática do “jovem Marx” para “Marx maduro” teria sido um trajeto percorrido eminentemente no campo dos processos intelectuais do grande pensador alemão, ao nível da “prática teórica”. Como fica claro em outro artigo seu:

O trabalho que permite passar de Generalidade I à Generalidade III, isto é, se fizermos abstração das diferenças essenciais que distinguem Generalidade I da Generalidade III do ‘abstrato’ ao ‘concreto’, não concerne senão ao processo da prática teórica, isto é, passa-se totalmente ‘no conhecimento’. (Ibidem, p. 161-162)

A “ruptura”, no esquema de Althusser, é ainda aclarada no nível ideológico. Para Bernardo (Ibidem), o importante é perceber que, quando se irrompe uma nova problemática, não se trata de uma ruptura ao nível do discurso. “Essa ruptura do discurso é, no ideólogo, a expressão de uma prática nova que se assumiu, a integração num outro processo de práticas, a realização de outro tipo de instituições.” (p. 243) Isso quer dizer que a ruptura só pode ser elucidada se tomarmos como referência um campo exterior às tais ideologias.

Sobre este aspecto – e apenas sobre este aspecto –, a abordagem de Michel Löwy apresenta bastante proximidade com a de Bernardo.

Em *A Teoria da Revolução no Jovem Marx* (2002), o autor, argutamente interpreta a evolução do pensamento na obra de Marx à luz da “totalidade sócio-histórica, nos quadros sociais que a determinam: a sociedade capitalista do século XIX, o movimento anterior a 1848, a *intelligentsia* neo-hegeliana, etc.” (p. 27) Os “quadros sociais” – explica – colocam-se como “condições” às possibilidades teóricas, permite às “possibilidades” tornarem-se “necessidades”. São eles constituídos pela estrutura econômica e social (incluindo o nível de desenvolvimento das forças produtivas, situação geral das classes, existência de algumas categorias profissionais, etc); a superestrutura política (situação do movimento operário, das organizações, partidos, jornais, etc); superestruturas ideológicas (valores coletivos, concepções de mundo, doutrinas filosóficas, econômicas, etc) e a conjuntura histórica (acontecimentos sociais, políticos e militares).

Em *El Concepto de Práxis en el Jovem Marx*, José Manuel Bermudo (1975) insiste igualmente para que observemos os deslocamentos dos temas teóricos de Marx, bem como a retificação de seu conceito de práxis, em conformidade a sua aproximação do movimento operário. Não se trata, então, de um mero encontro - crítico que seja - de um intelectual com a “economia política”, ou de uma “reunião” do conceito de alienação com os problemas da economia política, como quer Mészáros. Concretamente, não são as descobertas a respeito das leis que regem a produção capitalista que o fazem proceder a uma prática proletária, e sim o inverso. “O sea, la ciencia de Marx surge como ciencia de classe, determinada por una práctica de classe y hecha posible por esta práctica.” (p. 242)

Pela leitura desses dois trabalhos – de Löwy (2002) e Bermudo (1975) – é possível acompanhar a mudança de problemática no pensamento de Marx em razão dos quadros institucionais nos quais ele se inseria em sua trajetória prática e intelectual. Dessa forma, a reelaboração de suas concepções aparece estreitamente ligada a sua vivência como redator da *Gazeta Renana*, suas frustrações políticas em relação ao Estado ante a ascensão de Frederico-Guilherme IV ao trono da Prússia, suas experiências com o movimento operário francês nos anos 40 - quando toma conhecimento das sociedades secretas parisienses, da Liga dos Justos, do Cartismo (movimento operário inglês), da revolta dos tecelões da Sicília, entre outros acontecimentos. Enfim, demonstra-se que fora as tendências reais do movimento

operário que provocaram a “reviravolta” na teoria de Marx e que o levaram a redimensionar suas expressões ideológicas.²¹

De tudo que fora colocado até aqui, interessa-nos precisamente apreender a concepção de práxis na teoria de João Bernardo. Seu empenho é o de erigir um quadro de entendimento crítico do capitalismo que não se fundamente em qualquer princípio humanista abstrato, nem se ancore numa pretensa verdade sobre a realidade. Como pretendi demonstrar, as formações ideológicas no modelo bernardiano - sejam elas artísticas, teológicas, filosóficas, científicas, etc - transcorrem das diferentes práticas sociais postas em processo e restringem-se a serem representações expressoras sem causalidade sobre elas. Assim sendo, o ascenso da crítica consistente do capitalismo só pode ser assentada sobre o ascenso de uma ação contestatória dos mecanismos de exploração e dominação.

Daí o modelo da mais-valia, como instrumento teórico que reflete - e não se pode perder este ponto de vista - a contraditoriedade específica da prática proletária na sociedade capitalista: capacidade de desenvolver um tempo de trabalho superior àquele que assimila para si mesma.

Costumeiramente, quando se procede a uma análise que adote as instituições sociais como sujeitos, concebe-as em termos de estruturas estáveis, coesas, imutáveis, rígidas, visto que acabam eliminando o componente ativo. Isso quando não as remetem para níveis ideológicos puros. Ocorre que, neste modelo a contradição e a dinamicidade são princípios balizadores. Posto que toda instituição é o campo das práticas em processo, e a afirmação de uma dada prática implica a negação de uma outra prática. Isto é, cada instituição afirma sua especificidade por oposição às demais.

²¹ Quanto a Althusser, Bernardo (1977 v.I) reconhece ter ele, em algumas passagens de sua obra, se referido às práticas sociais de Marx, porém sem conferir o peso adequado à eficácia dela no projeto teórico. As experiências práticas não “intervieram” – como costumava afirmar Althusser – mas “determinaram a ruptura”. Ele teria negligenciado o nível da prática social como ponto de partida para a “cesura epistemológica”, “permaneceu no problema quando parecia ter saído dele”. (p. 245) Na melhor das hipóteses, o que aparece em Althusser são as novas representações ideológicas (uma terceira ideologia) que exprimem a nova prática social da ruptura. “A polêmica ideológica é sempre uma utopia, porque o terreno do choque e do confronto só pode ser a prática e nunca as ideologias decorrentes de cada uma dessas práticas e, por isso, distintas isoladas e auto-referenciadas.” (Ibidem, p. 113)

Ao desenvolver tal negação, cria-se uma estrutura em expansão e em transformação permanente, dentro do que existem princípios gerais que compõem sua “prática primária” que a singulariza em oposição às demais práticas. É ela que rege as “práticas secundárias que a integram”. “Às instituições de cada prática primária chamo classe social.” (Bernardo, 1991b, p. 19)

Para Bernardo, somente uma das práticas primárias (portanto, uma classe social) produz os meios necessários para existência e reprodução dela própria e também das estruturas decorrentes das restantes práticas primárias (outras classes sociais). Estas se definem negativamente, como ordenadoras da produção e apropriadoras finais de parte desses meios. Este é o fulcro contraditório da esfera das instituições, a própria exploração em processo; requisito indispensável para apreensão da classe dos gestores em João Bernardo, e cujo entendimento é o intuito da próxima parte.

3.2 – PROCESSO DE EXPLORAÇÃO ENQUANTO TRABALHO EM PROCESSO – RELAÇÃO PROPRIEDADE/CONTROLE:

Para Bernardo, a originalidade de Marx consistiu em atentar-se não exatamente para o trabalho – ou melhor, para o resultado final da ação dos trabalhadores – mas para a ação propriamente dita. Isto significa apreender que a grande cisão operada no capitalismo não diz respeito somente a uma distorção reinante no momento de distribuição da riqueza, ou seja, o distanciamento entre o produtor direto e o produto final de seu trabalho. É imprescindível tomar nota que a alienação está presente, principalmente, no decorrer do processo de produção, na organização do trabalho sendo imposta “de fora”; o que é uma indicação explícita de Marx desde os *Manuscritos de 1844* (2004a), pelo menos.

Futuramente, pronunciaria Marx:

O tempo é o espaço [room] do desenvolvimento humano. Um homem que não tem tempo livre de que disponha, (um homem) cuja vida inteira – afora as interrupções meramente físicas pelo sono, refeições, etc – esteja absorvido pelo seu trabalho para o capitalista, é menor que uma besta de carga. É uma mera máquina de produzir Riqueza

Alheia, derreada no corpo e embrutecida no espírito. E, contudo, toda a história da indústria moderna mostra que o capital, se não for refreado, trabalhará sem descanso e sem compaixão para toda a classe operária ao estado extremo da degradação. (1982 t.II, p. 70)

Esta verificação teria correspondido à mudança analítica da perspectiva da “alienação” ao conceito de “mais-valia”, e seu par indissociável “força de trabalho”.

Não se trata de comparação entre produtos, estática e a posterior da comparação entre o valor dos bens de subsistência dos trabalhadores e o valor dos produtos materiais que fabricaram ou dos serviços que prestaram. (Bernardo, 1991a, p. 49)

Marx, pela acepção de Bernardo, remete a dinâmica do real ao *exercício da capacidade de trabalho*. É no *decorrer* do processo de produção que a força de trabalho toma o lugar do capital variável adiantado e cria um novo valor, ao desenvolver um tempo de trabalho superior ao em si incorporado. Isso significa que Marx só concebera o trabalho, e seus frutos, sob a ótica da força de trabalho em funcionamento pleno e efetivo; sendo o capital, portanto, uma contradição em processo: a relação social da mais-valia.

De modo que, levar em conta os tempos de trabalho como referência de valor serve-nos como critério observador da força de trabalho em processo de ação, a duração da capacidade de trabalhar. Entender a ação enquanto práxis representa trazer à tona aquilo que as filosofias anteriores tomavam apenas como pressuposto, algo implícito. Segundo Bernardo (Ibidem, p. 51), “(...) a redução da ação a processos mentais baseia-se na escamoteação da ação enquanto processo prático de produção material.” Vejamos mais de perto em que consiste esta interpretação do autor em questão.

Para João Bernardo, as classes sociais não se definem simplesmente em torno da relação que mantêm os grupos com a propriedade jurídica, senão também pela maneira específica que cada qual se insere nos mecanismos de reprodução da mais-valia. Esta, por

seu tempo, deve ser entendida como relação social antagonica entre aqueles que dispõem de seu tempo e controlam o tempo alheio (exploradores) e aqueles que não dispõem de seu próprio tempo (explorados).

A divisão de classes resulta, antes de mais, das diferentes situações ocupadas quanto à disposição do tempo. Se os valores são relações sociais e, portanto, decorrem de dados sistemas de otimização do tempo, os capitalistas definem-se pelo controle que obtêm sobre o tempo alheio e só em função desta categoria genérica podem entender-se as categorias de propriedade. Para além de regimes diferentes de apropriação dos meios de produção, têm em comum o controle exercido sobre o tempo alheio. (Idem, 1992, p. 41)

A polêmica é inevitável. Pois, como levantado no capítulo introdutório, conquanto Marx não tenha concluído sistematicamente uma teoria das classes sociais no capitalismo, se reconstruirmos, a partir de elementos esparsos de sua obra, este conceito inacabado, constataremos que ele freqüentemente vinculava a resolução do problema ao critério da propriedade privada. As relações estabelecidas entre os proprietários dos meios de produção e seus produtores diretos revelariam o conteúdo das relações sociais de produção, constituiriam a sua forma social. Em *A Ideologia Alemã*, por exemplo, seus autores são categóricos ao associarem uma determinada forma de propriedade, e as classes que a envolvem, a um determinado momento do desenvolvimento da produção:

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas formas diferentes de propriedade: ou seja, cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si, no que respeita, ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. (Marx & Engels, 1982 t.I, p. 10)

No entanto, o modelo explicativo aberto e inacabado de Marx e Engels, junto às mutações incessantes dos processos históricos, forçamos a repensar o problema.

Ao fazer apreciações póstumas acerca do trabalho de Proudhon, no ano de 1865, Marx (1985) observa que a questão do clássico *O que é a Propriedade?* só poderia ser elucidada com uma análise crítica da economia política, o que equivaleria a abarcar o conjunto das relações que envolve a propriedade, “no en su expresión jurídica, como relaciones volitivas, sino em su forma real, es decir, como relaciones de producción”. (p. 162) Do que podemos extrair que uma das maiores limitações de Proudhon tenha sido a de reduzir o conjunto de todas estas relações econômicas a um conceito jurídico geral de propriedade. Daí restringir os capitalistas à burguesia, ou seja, aos proprietários formais dos meios de produção, ao passo que se oculta a apropriação coletiva efetuada pelos gestores.

Moishe Postone (1978; 1993), autor contemporâneo do controverso grupo *Exit*²², centrado na análise das categorias *valor* e *mercadoria*, mantém intransigente postura contrária a qualquer pretensão de se fazer do marxismo um instrumento teórico de gestão política e econômica e, por esta razão, põe em causa a centralidade do conceito de propriedade. Para ele, o “marxismo tradicional” (ou o “marxismo do movimento operário”, segundo a terminologia comum aos autores deste grupo), ao definir o capitalismo nos termos da economia de mercado e da propriedade privada, teria deixado escapar a característica essencial do modo de produção, não a distinguindo de formas concretas que ele assumira no século XIX.

Para os “marxistas tradicionais”, a estrutura de livre mercado, combinada a modelos sócio-organizacionais correspondentes (dissociação entre posse e administração e crescimento de um proletariado industrial), teria desenvolvido formas concentradas de planejamento econômico que apontariam para a possibilidade de nascimento do socialismo; superficialmente entendido enquanto um novo “modo de distribuição”. (Ibidem) É aqui que incidem com maior força as contestações feitas por Postone, pois, desse modo, o marxismo

²² Grupo *EXIT!*: *Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*. Grupo de intelectuais organizado em torno de uma revista. O nome de maior expressão, atualmente, talvez seja o do pensador Robert Kurz. Seus textos, em português, podem ser encontrados no sítio: <http://obeco.planetaclix.pt>.

tradicional teria formulado, na melhor das hipóteses, uma crítica do “modo de distribuição” e não do modo de produção capitalista.

Desses pressupostos do marxismo tradicional, outras errôneas deduções derivariam, argumenta Postone (1978). A exemplo disso, a categoria “valor” se encontra entendida como categoria distributiva automática, que mediaría a contradição entre o modo de produção industrial (forças produtivas) e a forma privada de apropriação e consumo (relações sociais). Assim, tão logo a organização industrial da produção tenha passado a ser entendida como fio condutor histórico, que se desenvolve externamente num sentido neutro, outros aspectos extrínsecos, como o da dominação de classe e da propriedade privada, seriam internalizados e assumiriam ilusoriamente o papel definidor do capitalismo.

O socialismo, nestes termos, significaria nada mais que uma nova forma de administração política e econômica do mesmo modo de produção. Isso quer dizer que o marxismo tradicional, como nos afirma Postone, localizando o elemento dinâmico na “esfera econômica”, deixa escapar os “aspectos invariáveis do modo de produção” e se expõe, portanto, às acusações de que é somente mais uma modalidade da crença cega no progresso tipicamente iluminista. (Ibidem, p. 02)

O grande equívoco do “marxismo tradicional” teria sido o de conceber o trabalho qual um conceito a-histórico e num sentido inteiramente positivo. Isso implicaria em aceitar o desenvolvimento das forças produtivas como um processo puramente técnico e autônomo em relação ao capitalismo. A leitura que fazem “do ponto de vista do trabalho”, enxerga a contradição apenas em um aspecto da vida social, a saber, a propriedade privada e o mercado, ou seja, na esfera da distribuição. De acordo com o autor, esse desacerto os conduziria a focar suas críticas no aspecto classista da sociedade capitalista.

O modelo da mais-valia – para Postone, uma mera categoria distributiva - desvendaria que o excedente no capitalismo é criado pelos trabalhadores, mas apropriado pelos capitalistas. Bastaria, portanto, uma gestão centralizadora e a expropriação das classes capitalistas para resolver a contradição do capitalismo. Seria, claro está, uma tarefa dos trabalhadores, precisamente por estes se encontrarem alicerçados no universo da produção, a plataforma do mundo novo, por representarem o universal da humanidade em oposição ao particularismo da

propriedade privada. Daí a denominação equivalente de “marxismo do movimento operário”. (Idem, 1993, p. 05)

Porém, a crescente importância assumida pelo conhecimento científico e pela tecnologia avançada estaria, cada vez mais, a contestar esta premissa do trabalho como provedor de toda riqueza, e a por em questão a consistência teórica do marxismo tradicional. De acordo com ele, careceríamos, agora, de formular uma crítica histórica focada no trabalho alienado capaz de revelar essência e dinâmica do capitalismo.

Postone chama-nos atenção para a possibilidade das mesmas leis e condições para a produção e distribuição de riquezas, tipicamente capitalistas, revestirem-se de diferentes formas, um mesmo processo histórico que se manifesta em diversos aspectos. Logo, as relações de propriedade ou entre classes, referindo-se somente ao modo de distribuição, exprimiriam uma única dimensão das relações de produção. Sendo preciso que o conceito, como “*sub specie productionis*” (Ibidem, p. 16-17), seja apreendido, sobretudo, no âmbito de produção, onde concretamente se apresenta sob a forma do trabalho assalariado.

Sobre este assunto, algumas passagens de Marx não deixam espaços para dúvida. É o que consta na *Crítica do Programa de Gotha* (1982 t.III, p.17), de 1875:

Em qualquer altura, a repartição dos meios de consumo é apenas consequência da repartição das próprias condições da produção; esta última repartição, porém, é um carácter do próprio modo de produção (...) O modo de produção capitalista, por exemplo, repousa em que as condições materiais [sachliche] da produção estão repartidas entre não-trabalhadores, sob a forma de capital e propriedade da terra, enquanto a massa é apenas proprietária da condição pessoal de produção: a força de trabalho.

Nesse sentido, analisar as determinações singulares do capitalismo significa examinar o fundamento da produção burguesa, ou seja, a produção baseada no valor, no tempo de trabalho como critério de riqueza.

A despeito das severas críticas que competem a esta concepção de Postone,²³ é pertinente observarmos dois apontamentos inquietantes feitos por ele, os quais tocam diretamente nosso tema: a) a crítica da propriedade privada não pode referir-se apenas à esfera da distribuição, devendo atacar o fundamento da produção e, conseqüentemente; b) a ultrapassagem do capitalismo não se limita em estabelecer uma distribuição igualitária das riquezas sociais, sem se alterar a forma de se produzir.

Parece-me que, sob este aspecto, as teses de Postone estão em conformidade às críticas que Marx conduz contra Proudhon em *Miseria de la Filosofia* (1985). Nesta ocasião, ele repete de diversas maneiras as implicações que acompanham uma investigação sobre a propriedade: “(...) definir la propiedad burguesa no es otra cosa que exponer todas las relaciones sociales de la producción burguesa.” (p. 125) Proudhon haveria - assim como Ricardo - chegado à determinação do valor relativo de uma mercadoria pelo tempo de trabalho. A diferença é que o socialista francês, ignorando os aspectos dinâmicos das relações de produção capitalistas, remeteria à posterioridade, para uma sociedade nova, os mesmos mecanismos de regulação do mundo atual, tão bem descritos por Ricardo.

Proudhon, ao formular uma reinterpretação utópica das teorias de Ricardo, concluiu que uma dada quantidade de trabalho equivaleria a um produto criado por esta mesma quantidade trabalho e que dada jornada de trabalho equivaleria a uma outra quantidade de trabalho, não havendo entre elas diferenças qualitativas. Uma igualdade perfeita, portanto, presidiria os processos de troca. Deduz-se daí, então, que o salário, valor relativo do trabalho, segundo Proudhon, seria determinado

²³ Postone, no melhor estilo do marxismo de cátedra, tenciona secundarizar o papel central da luta de classes no dinamismo histórico do capitalismo, e sua eventual ultrapassagem. Ainda que por argumentação diferente, insiste em corroborar com o modismo acadêmico pós-moderno que fragmenta ideologicamente - quando não anula - a existência da classe trabalhadora. Substituindo a negatividade do sujeito prático pela “apropriação reflexiva” (1978). Num sentido colaboracionista muito próximo, Kurz, o guru deste grupo de intelectuais, afirma que o processo capitalista só será suplantado “(...) quando se conseguir uma *integração social*, em que pela primeira vez na história os *membros da sociedade* organizem conscientemente o emprego dos seus recursos comuns (por exemplo numa organização de conselhos escalonada e abrangente)”. (Kurz, 2004, p. 46)

pelo tempo de trabalho que se necessita para produzir todas as necessidades para a sobrevivência do trabalhador.

Uma nota de rodapé, posteriormente acrescida por Engels (Ibidem, p.42), observa que ele próprio e Marx aceitaram inicialmente esta proposição. Marx, porém, a corrigiria em *O Capital*, ao considerar justamente a possibilidade de a força de trabalho ter seu preço movimentando-se abaixo do seu valor.

Por tanto, el valor relativo medido por el tiempo de trabajo es fatalmente la fórmula de la esclavitud moderna del obrero, en lugar de ser, como quiere el señor Proudhon, la 'teoría revolucionaria' de la emancipación del proletariado. (Idem, 42)

Marx esforça-se por demonstrar que a mera obediência ao princípio do “valor constituído” - lei que Ricardo legitima ancorando-a em um idílico estágio da produção, enquanto Proudhon projeta-a para o futuro - não modifica em nada a relação entre trabalhadores e fabricantes. Subjacente à afirmação de que o bom funcionamento deste princípio tornaria possível a distribuição igualitária entre todos os produtores, está a hipótese de que, antes de qualquer processo de troca, os indivíduos teriam participação igual na confecção de um produto, que todas jornadas de trabalho seriam equivalentes quantitativa e qualitativamente. O que é algo inteiramente fictício se compreendermos o capitalismo em seu movimento real.

Para abreviar a conversa, Proudhon teria confundido o valor das mercadorias medido pela quantidade de trabalho materializado nelas com o valor das mercadorias medido pelo “valor do trabalho”. A verdade é que propor a distribuição de riqueza com base no tempo de trabalho indiferenciado de cada produtor é uma nivelção trazida pela própria indústria moderna, que conjectura abstratamente uma estrutura econômica onde os trabalhadores diretos são apropriadores diretos e têm como salário o seu próprio produto. Marx aparenta convencer-se de que o trabalho, enquanto tal, enquanto mercadoria, não é elemento suficientemente capaz de mensurar o valor. Aliás, a problemática de Marx nunca fora restrita à mera quantificação do valor, mas, sobretudo, a apreensão de suas qualidades. Visto que, não se compra ou vende um trabalho qualquer, mas sempre um trabalho determinado, como

elemento da produção, “como se compraria uma máquina.” (Ibidem, p. 47)

João Bernardo entende que o grande salto de Marx em relação à teoria do valor-trabalho dos economistas clássicos teria sido o de conceber a especificidade do valor de uso da força de trabalho, como única força capaz de ação criadora. Adam Smith, por exemplo, em *A Riqueza das Nações*, remeteria a fonte do valor de uma mercadoria à quantidade de trabalho que ela é capaz de comprar. Especifica ainda que o valor não corresponde somente ao trabalho que custou para produzir, mas estende-o também ao lucro esperado pelo capitalista e a renda do proprietário fundiário. Com alguma atenção, percebe-se que o valor, portanto, não é determinado pelo trabalho incorporado, mas pela quantidade potencialmente despendível, pelo que futuramente o capitalista poderá assalariar mediante esta mercadoria.

Nestas teses, como bem se sucede com Proudhon, a compreensão estática da formação do valor não abarca o princípio do aumento constante da produtividade do trabalho, o qual aparece desvinculado do esforço humano e das lutas sociais que a envolvem. Sob esta ótica, em Smith, o dispêndio de uma dada quantidade de trabalho, sob qualquer época ou condição, resultaria numa mesma porção de valor.

Ricardo, por seu turno, teria refutado essa rigidez na definição do valor e, então, tomado por referência o critério que Smith atribuiu somente a um estágio social primitivo. Quer dizer, quando um produtor era ao mesmo tempo apropriador, quando o critério poderia ser estabelecido pela quantidade de trabalho que fosse incorporado num certo bem. Contudo, se o economista inglês propôs como critério o tempo de trabalho realizado no âmbito da produção, restringira-se a considerar unicamente o aspecto dos produtos já produzidos.

O conceito ricardiano de valor-trabalho – conclui Bernardo (1991a, p.57) – parte do resultado como algo de adquirido, enquanto o conceito marxista de valor-tempo de trabalho desvenda o processo de produção, e esta diferença de perspectiva é crucial.

Ricardo concebe, portanto, o processo de produção com algo incontestável, a economia como uma relação entre coisas, ocultando, por conseguinte, a exploração.

A argumentação básica de Bernardo a esse respeito repousa na premissa de que o tempo de trabalho adquire importância no modelo da mais-valia à medida que ele observa os elos encadeados da produção, não o produto materializado e acabado, mas ao decurso de sua feitura. Desse modo, ele afirma: “A exploração capitalista consiste na cisão operada entre o trabalho necessário e o sobretalho, e essa é uma cisão no interior do tempo de trabalho dispendido durante o processo produtivo.” (Ibidem, p. 59) Isso significa, sinteticamente, a passagem do conceito de *trabalho* para o conceito de *tempo de trabalho*.

As desavenças, imprecisões e ambigüidades que cercam este ponto sucederiam em decorrência das teses contraditórias postas na obra própria de Marx, explica Bernardo. Nestas teses marxistas ficaria ocultado o ponto central das relações capitalistas: “(...) uma relação entre pessoas, sob a forma de produção de bens”. (Idem, 1992, p 41) Estaria sendo desconsiderado o fato de o tempo de trabalho incorporado só se converter em medida do valor enquanto a relação da mais-valia, que coloca a defasagem entre um termo e outro do problema, for pressuposta no núcleo do modo de produção. O próprio Marx - provoca Bernardo (1977; 1991a) - teria permitido que a mais-valia fosse dissociada da lei do valor, o seu axioma lógico, por ter admitido a transposição dessa última para o mítico mercado livre-concorrencial.

Como procurei acima demonstrar, uma das críticas mais poderosas de Marx ao modelo de Proudhon recai sobre a utópica naturalização que este último faz da lei do valor. Entretanto, para Bernardo (1977 v.I), a lei do valor, da maneira que fora exposta por Marx em *O Capital*, incidiria no mesmo equívoco que tanto criticara. Isso porque teríamos representado ali mais do que um referencial teórico de análise, uma vez que ela é pretensamente apresentada na obra com um princípio em torno do qual toda a realidade se edificasse. Ambicionou-se fornecê-la enquanto essência permanente das formas históricas, centro real e verdadeiro de todas as formas de sociabilidade, ou seja, uma lei deduzida diretamente de uma realidade fundamental intocável e indiscutível - naturalizada, portanto. Esta verificação poria em evidência que o método expositivo da obra, o qual apresenta uma lógica própria, encontra-se em contradição à estrutura teórica como um todo.

Conforme uma das argumentações mais nucleares de *Marx Crítico de Marx*, nos quatro capítulos iniciais de *O Capital*, ao tratar da

mercadoria, Marx intentara operar um procedimento lógico usual que é o de reduzir “muitas coisas iguais entre si a duas coisas iguais entre si”, e daí pressupor a existência de uma terceira, um elemento comum que estabelece critérios de mensuração. Pretendeu-se provar que o terceiro elemento só poderia ser o tempo de trabalho incorporado nos produtos. A lei do valor, então, é apresentada como evidentemente natural e verdadeira por este método lógico. Acontece que – pela compreensão de Bernardo - este método de exclusão das partes cai numa lógica inteiramente metafísica quando considera *o todo* como uma realidade dada e imutável, onde todas as partes seriam inequivocadamente divisíveis, visivelmente quantificáveis, sem se supor que novas partes surgissem ou que outras se extinguissem. Não se deveria, portanto, proceder a uma análise-modelo particularizada, mas sim da globalidade das relações econômicas. Esta dedução da lei do valor por uma lógica formal e estática acaba por caracterizar as mercadorias como produtos já produzidos, sem antecedentes, independentes e não como elemento de um *processo* de produção. (Ibidem, p. 217-218) Segundo o autor, haveria aí uma contradição ao nível do discurso, a qual não parece ser o ponto de partida da visão estruturada do todo que Marx elabora.

É forçoso notar que, em sua obra maior, mesmo tendo Marx (2006) inicialmente apresentando a mercadoria como mero objeto que corporifica trabalho humano passado, de modo a ocultar o próprio processo de produção e privilegiar a análise do produto do trabalho já corporificado na mercadoria²⁴, ambigualmente, em seguida, mostrou-se preocupado em revelar as relações sociais subjacentes àqueles objetos materializados, quando diz:

É porém essa forma acabada do mundo das mercadorias (análise dos preços), a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhadores privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência. (Ibidem, p. 97)

²⁴ Por exemplo, quando coloca: “Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza.” (Ibidem, p. 61) E que “(...) os objetos úteis tornam-se mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independente uns dos outros.” (Ibidem, p.94)

Marx, então, por que haveria protelado apenas para o final do quarto capítulo as discussões sobre a especificidade do valor de uso da força de trabalho? Pois, da forma como está colocada, definiu, primeiramente, a fórmula $D-M-D'$ como mais-valia, sem, no entanto, especificar o caráter de M , quer dizer, que somente a força de trabalho como mercadoria pode constituir a base de reprodução $D-M-D'$: Como se encontra no capítulo IV:

No final, se retira mais dinheiro da circulação do que se lançou nela no início. O algodão comprado a 100 libras esterlinas será vendido, por exemplo, a 100+10 libras, 110 libras esterlinas, portanto. A forma complementar desse processo é, por isso, $D-M-D'$, em que $D' = D + \Delta D$, isto é, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um acréscimo. A esse acréscimo ou excedente sobre o valor primitivo chamo de *mais-valia* (valor excedente). (Ibidem, p. 181)

Por esta forma de exposição, a mais-valia produzida pela força de trabalho figura como mera modalidade histórica da mais-valia produzida por qualquer outro tipo de mercadoria na esfera da circulação. Todavia, ressaltando a contradição entre a forma de exposição e a estrutura teórica marxiana, o que se verifica, de acordo com Bernardo (Ibidem, p. 223), é que no conjunto do modelo, a força de trabalho é o único produtor ativo da reprodução do capital, e todas as mercadorias restantes seriam nada mais do que suportes passivos.

Não obstante, o exame de outro documento de Marx que expõem publicamente seu aprimoramento do conceito de mais-valia – e também a seqüência de desenvolvimento no próprio *O Capital* - nos convida a concluir que a característica singular da força de trabalho constitui pedra angular do seu edifício teórico. Em *Salário, Preço e Lucro* (1982 t.II), de 1865, fica expresso que se nos referimos ao valor, tão somente enquanto riqueza resultante do trabalho, deixamos encobertos os aspectos dinâmico e integrado que caracterizam os processos de trabalho. Ou seja, quando se discute o valor de uma mercadoria não se trata de estabelecer qual fora o salário para sua produção, ou o valor do trabalho, o que seria uma tautologia; senão a quantidade de trabalho que só pode ser mensurada pelo tempo. Ainda assim, diz ele, “Deixamos

completamente indeterminado como é que o seu dia ou semana de trabalho foram pagos ou mesmo se foi empregue trabalho assalariado.” (p. 50)

Também não se quer dizer com isso que um dado trabalho moroso e desajeitado torna uma mercadoria mais valiosa. Daí que Marx introduz o conceito de tempo de trabalho necessário, o “trabalho social”. Visto que a quantidade de tempo de trabalho necessário para a confecção de uma mercadoria varia continuamente em função das mudanças nas forças produtivas. Dependem, portanto, da concentração de capital e combinação do trabalho, subdivisão do trabalho, da maquinaria, encurtamento do tempo e do espaço por meios de comunicação, transporte, etc. Por isso, os valores das mercadorias só podem ser determinados “pelas quantidades *relativas* de trabalho fixado nelas”. (Ibidem, p. 51) [grifo meu]

Marx, então, coloca o seguinte questionamento: se as mercadorias são vendidas pelos seus respectivos valores, não se pode inferir que os lucros decorram de um sobrecarregamento dos preços, pois que, “O que um homem constantemente ganharia como vendedor, perdê-lo-ia tão constantemente como comprador.” (Ibidem, p. 55) O que o leva a localizar o espaço de reprodução ampliada do capital não mais no âmbito da circulação, e sim no âmbito da produção.

A transformação do dinheiro em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro. Quando este serve de meio de pagamento ou de compra (*D-M*), apenas realiza o preço da mercadoria. E, mesmo o ato de revenda da mercadoria (*M-D*), apenas reconverteria a mercadoria em dinheiro. Portanto, a chave do entendimento da produção de mais valor – revela-nos Marx (2006) – deve ser encontrada na especificidade do valor de uso de certa mercadoria, aquela que possui a faculdade peculiar de ser fonte de valor. “E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.” (p. 197)

O desvendamento do problema passa pelo entendimento prévio de que ao capitalista comprar a força de trabalho de um trabalhador qualquer, ele adquire o direito de dispor, consumir e usar a mercadoria comprada. A superioridade econômica que a propriedade jurídica lhe confere não é outra senão a de dispor e comandar a força de trabalho em seu conjunto, fazê-la trabalhar durante um determinado intervalo de tempo.

Nesta situação, o valor da força de trabalho, como de qualquer outra mercadoria, é definido pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e reprodução, isto quer dizer, no caso da força de trabalho, o tempo médio de trabalho necessário à produção dos seus meios de subsistência. O que o modelo de João Bernardo destaca, nesta relação, é que o capital não se apropria somente do resultado do trabalho, mas, principalmente, beneficia-se do direito ao *uso da força de trabalho*, quer dizer, de dispor da organização e da administração de seu uso no processo de produção.

Com o pagamento do salário, de acordo com o próprio Marx (1982 t.II; 2006), o capitalista não adquire o trabalho, mas uma capacidade de trabalho num determinado período. Portanto:

A mais-valia resulta precisamente desse efeito útil específico da força de trabalho, de ser capaz de desenvolver um tempo de trabalho superior ao incorporado nos produtos que consumiu. (Bernardo, 1991a, p. 50)

Por deter o controle do processo produtivo em suas mãos, ao capitalista é permitido fazer o operário laborar num tempo para além e acima do tempo necessário de trabalho para repor o seu salário. O que nos leva a concluir que a *apropriação do sobretrabalho e controle sobre o processo de trabalho* são momentos indissociáveis da exploração de tipo capitalista.

Como se vê, o conceito de exploração, entendido nos termos da mais-valia, guarda uma novidade em relação às concepções de exploração já desenvolvidas acerca de regimes econômicos anteriores. Naqueles casos, a exploração se referia a uma menor distribuição da riqueza produzida. Enquanto que, no capitalismo, a mais-valia denota uma maior produção. Altera-se, assim, o foco do problema, pois a exploração de tipo capitalista passa a ser localizada no próprio processo produtivo, e não no campo da circulação.

Para Bernardo (1977 v.I, p. 233), esta grande virada de Marx – tomar a lei do valor como tempo de trabalho – é a expressão da prática proletária na produção, lugar onde o mistério da exploração se revela, onde o tempo é o componente a ser assinalado, o trabalho enquanto processo. Observar estes aspectos, desmascarar a cisão no processo de

trabalho, induz-nos a destacar as características principais da privação que sofre o proletariado quanto ao controle sobre as instituições em que sua prática ocorre, quanto ao “produto-na-produção”, e não somente quanto ao “produto-já-produzido”.

Paradoxalmente, a força de trabalho é o elemento que articula os dois pólos dessa relação social determinada e dita o ritmo e conteúdo do desenvolvimento capitalista. É sua capacidade em resistir ao aumento do ritmo de trabalho no cotidiano da exploração – evitando o prolongamento do dia de trabalho para além daquele período necessário à recomposição do salário, ou mesmo diminuindo – que regula a taxa de mais-valia e o emprego de técnicas de aumento da produtividade.

Note-se que esta defasagem exprime, em termos práticos, a perda de controle sobre o produto e sobre o processo de trabalho por parte dos trabalhadores e, simultaneamente, os seus repasses aos domínios do capital. Tais são as práticas essenciais em permanente contradição que definem a particularidade do capitalismo como modo de produção. A luta de classes figura como decorrência da indefinição própria do *quantum* de trabalho que pode ser (ou não) gasto no processo de produção, dado aquele intervalo existente entre a venda da força de trabalho e sua efetivação como valor de uso pelo capitalista. Contudo, é nesta intermitência – no interior do processo de produção - que ocorrem os conflitos sociais que delimitam o campo dos capitalistas em oposição ao dos trabalhadores, e neles concentra-se a análise bernardiana.

O autor, a partir deste particular entendimento que faz da substância do capitalismo, concebe também outra forma de lhe perceber os conflitos. Segundo ele, todas as lutas e as formas de resistência da classe trabalhadora comportariam, ao mesmo tempo, um “*objetivo*” (expresso nas suas reivindicações) e uma “*forma de organização*”. Afinal, independente do anseio da luta, para que ela ocorra, os trabalhadores se organizam.

Com base na leitura de *Economia dos Conflitos Sociais* (1991a), no que tange aos *objetivos*, as lutas e pressões da força de trabalho podem ser sistematizadas e resumidas às seguintes formas: a) aumento do tempo de trabalho a ser incorporado nela mesma (aumento dos *inputs*: acréscimo dos salários, direito a usufruírem serviços públicos, furtos de peças nas empresas, etc); b) redução do tempo de trabalho despendido no processo de produção (redução dos *outputs*: redução da jornada de trabalho, reconhecimento de feriados, absenteísmo, etc).

Em ambos os casos, ao capitalista é possível ceder em certos limites e ainda assim recuperar essas concessões, como veremos a seguir. O problema surge para o capitalista quando as reivindicações e pressões passam a serem exercidas num campo mais difuso. Vejamos.

Quando há reivindicações de *tipo a* (maior aquisição de bens materiais, institucionais, serviços), para a força de trabalho são perceptíveis apenas os efeitos úteis do que é reivindicado e não acréscimos em termos de valor. Caso o capitalista ceda, mantendo-se inalterado o tempo de trabalho, tem-se, então, o aumento momentâneo à parte destinada ao capital variável e imediata redução da *mais-valia*. Prontamente, os capitalistas passam a buscar formas de reduzir os custos e, privilegiando-se do controle sobre o processo produtivo, podem incrementar instrumentos e/ou métodos de trabalho para obter o aumento da produtividade. Com o aumento da produtividade ocorre que, no mesmo tempo de trabalho despendido, multiplicam-se as unidades de mercadorias produzidas, as quais, unitariamente, hão de incorporar uma menor fração de valor. (Ibidem, p. 67)

Este aumento da produtividade, ao se espriar para todos os ramos da produção, alcança os processos que fabricam direta e indiretamente os bens de consumo dos trabalhadores, acarretando a diminuição do valor incorporado na força de trabalho.²⁵ Por estes motivos, o nível e o tipo de consumo considerados necessários de uma dada época e/ou região variam consoante à intensidade das lutas e não tão somente pelo desenvolvimento autônomo do estágio técnico.²⁶

Esse é o sentido que Bernardo confere aos mecanismos da *mais-valia relativa*, conceito essencial à apreensão da dinâmica capitalista.

²⁵ Estes mecanismos de absorção dos conflitos por parte dos capitalistas, com o intuito de recuperarem suas perdas decorrentes das lutas por aumento de salário ou outras formas de atenuação da taxa de *mais-valia* e a sua relação com o aumento da produtividade, aqui tão ressaltados por Bernardo, podem ser depreendidos, por exemplo, da exposição em *Salário, Preço e Lucro*. Ali, Marx (1982 t.II, p. 75-76) observa, a partir do exemplo da subida dos salários agrícolas na Inglaterra, entre 1849 e 1859, que os rendeiros não podendo elevar os preços do trigo para recuperarem seu ônus com o aumento de salário, viram-se impelidos a desenvolverem suas forças produtivas, de modo que “(...) introduziram maquinaria de toda a espécie, adotaram métodos mais científicos, converteram parte da terra arável em pastagens, aumentaram a dimensão das propriedades e, com isso, a escala de produção e diminuindo, por estes e outros processos, a procura de trabalho (...)”

²⁶ Por um processo similar, com poucas alterações, dão-se os ciclos de assimilação das reivindicações de *tipo b*.

No capitalismo, as lutas sociais não pautam apenas o desenvolvimento da tecnologia e o seu ritmo; elas impõem também a definição do sentido desse desenvolvimento, aparecendo o progresso como sinônimo do aumento da produtividade (Ibidem, p. 69)

Quanto aos ciclos de absorção das lutas e as suas implicações para a tese dos gestores, é importante considerar que toda maquinaria pressupõe, ao mesmo tempo, um sistema de organização do trabalho. Portanto, toda geração de máquina e desenvolvimento mecânico do processo de trabalho já é simultaneamente concebida junto às novas formas de organização da gestão desse mesmo processo.

Ao atentarmos-nos às reflexões que Marx expõe no *Capítulo VI Inédito de O Capital* (1969), encontramos argumentos que aproximam à leitura de Bernardo. Principalmente, no que se refere a pontuar o surgimento do modo de produção “especificamente capitalista” no momento em que este passa a se assentar na produção de mais-valia relativa e na externalização do controle sobre o processo de trabalho. Nas palavras de Marx,

(...) é aqui que o significado histórico da produção capitalista surge pela primeira vez de maneira gritante (de maneira específica) precisamente mercê da transformação do trabalho imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. (p. 93)

Entendida como expressão material da “subsunção real” do processo de trabalho ao capital, a mais-valia relativa modifica o fundamento de todas as formas anteriores de produção e inaugura uma relação econômica de hegemonia e subordinação, onde o capitalista não só consome a capacidade de trabalho, mas principalmente a controla e vigia. Sob este regime, as forças produtivas do trabalho diretamente social - por intermédio da cooperação e da divisão do trabalho, da aplicação da maquinaria, do emprego consciente da ciência e da tecnologia ao processo imediato da produção – constitui a “força produtiva do capital”, não como força produtiva do trabalho.

Registra-se aqui, pois, a perda de autonomia anterior no processo de produção; a relação de hegemonia e subordinação é ela mesma produto da implantação do modo capitalista de produção. (Ibidem, p. 93)

Como já mencionado, Poulantzas reabriu a discussão em torno dos critérios de definição das classes sociais. E, embora transfira às determinações de nível ideológico e político o fator decisivo para identificar a “nova pequena-burguesia”, ele introduz problematizações bem convenientes ao caso. Segundo o autor, o processo de trabalho ver-se-ia sempre enquadrado por uma forma histórica determinada, ou seja, combinado a uma forma de relação de produção. Compreende-se, então, o processo de trabalho como a relação homem-natureza e as relações de produção como a relação dos homens entre si.

De acordo com suas colocações em *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (1978), essas relação referem-se sempre a) à relação do não-trabalhador (proprietário) com o objeto e meio de trabalho e b) à relação do produtor direto com os objetos e meios de trabalho. Estas duas relações, por sua vez, arrastariam ainda dois aspectos – que penso serem cruciais para apreensão do nosso objeto.

- a) propriedade econômica: significa o controle econômico real dos meios, isto é, o poder de afetar os meios de produção para determinadas utilizações e dispor assim dos produtos obtidos;
- b) a posse: significa a capacidade de dinamizar os meios de produção, isto é, o domínio do processo de trabalho. (p. 19)

Numa sociedade dividida em classes, predomina-se sempre o primeiro aspecto: a relação de propriedade econômica do grupo não-trabalhador com os meios de produção. Trata-se, neste caso, do “controle real” exercido pelos proprietários sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho, o que lhes permitiria extrair sobretrabalho dos trabalhadores diretos. Assim, é relevante notarmos – ressalva o autor - que quanto à primeira relação, é distinguível o significado do “controle real” dos meios de produção e o significado da “propriedade jurídica”, que é um elemento superestrutural. Embora o

direito homologue formalmente a propriedade econômica, ele não faz esta diferenciação, e por muitas vezes a propriedade jurídica não corresponde à propriedade econômica real. A primeira diz respeito à superestrutura e a segunda diz respeito à estrutura. “Neste caso, é esta última que permanece determinante para a delimitação do lugar das classes sociais, ou seja, para aquela da classe dominante-exploradora.” (Ibidem, 19)

No que concerne à relação entre as classes exploradas com os meios e objetos de trabalho – constata Poulantzas – o modo de produção capitalista apresentaria uma característica peculiar. Enquanto em modos de produção pré-capitalistas os trabalhadores não se encontravam inteiramente “afastados” dos meios e objetos de trabalho e, por isso, detinham a “posse” de seu pedaço de terra, etc; no capitalismo, os produtores diretos encontram-se plenamente desapossados de seus meios de trabalho. Anteriormente, não se podia conceber os produtores diretos como sendo, pura e simplesmente, despojados de todos os seus bens. Isto só se torna possível mediante a um processo histórico longo e violento, o qual Marx denominara “acumulação primitiva”.

Como diversos autores observam, a desapropriação dos trabalhadores no capitalismo atinge os níveis mais extremos possíveis, pois ela não provoca efeitos apenas no destino do produto final. Mais do que isso, impõe ao trabalhador o tipo de bem a ser produzido, a origem da matéria-prima, o ritmo e a qualidade dos procedimentos laborais, além do destino do produto, é claro. Esta é a alteração decisiva operada pelo capitalismo, captada e sintetizada por Marx pelo conceito de *força de trabalho*.

Chegamos, então, a um ponto em que já é possível compreender o porquê da reformulação de critérios de definição das classes sociais na perspectiva bernardiana. Se o problema da alienação dizia respeito ou a cisões de uma ação entendida como processo intelectual, ou em relação a sua materialização no produto final do trabalho, a mais-valia diz respeito àquelas práticas institucionais, ou seja, incide-se, sobretudo, na questão do controle sobre o tempo.

Numa só palavra, o fator-propriedade só adquire validade se entendido como apanágio de controle sobre o tempo de trabalho alheio. No cerne da luta de classes, o embate fundamental pode ser entendido como a constante tensão entre as tendências heteronômicas e as tendências autonômicas de controle sobre o tempo de trabalho.

3.3 – CAPITALISMO – SOCIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ESFERA DA PRODUÇÃO:

Desde *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*, seu primeiro esforço teórico publicado em 1975, Bernardo procurou demonstrar que, quanto ao processo de socialização do produto capitalista, constataríamos uma contradição constante na obra magna de Marx, que originaria todas as demais: se no plano da exposição marxista a socialização aparece ocorrente na esfera da circulação de mercadorias, pela estrutura implícita do seu constructo teórico, ela só poderia operar-se ao nível da produção.

Haveria, portanto, um patamar de integração inter-capitalista que se opõe à tese que assimila o modo de produção às estruturas livre-concorrenciais ou às leis de mercado, mascarando o caráter capitalista dos regimes planificados de economia.

A primeira grande proposição – e talvez a mais importante – do autor, da qual parece erigir sua convicção da existência dos gestores enquanto classe, diz respeito à própria estrutura social que singularizaria este modo de produção relativamente a todos os outros: o fato de as unidades produtivas, neste caso,

se relacionarem reciprocamente sob o ponto de vista tecnológico, requerendo, além disso, como condição prévia à sua existência e necessária para sua expansão, um certo número de instituições materiais e sociais, sem as quais seria impossível a actividade produtiva. (Idem, 1979, p. 12)

E é precisamente sobre o funcionamento econômico em termos globais que transcorre a prática social dos gestores, ou seja, sobre o aspecto tipicamente integrado da produção capitalista, o qual envolveria a organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, a organização material dos processos produtivos e a organização dos mercados de produtos.

Sucedo que, tomando a socialização do produto capitalista no âmbito da produção, temos, por implicação, um redimensionamento completo da lei do valor, de onde Bernardo infere duas fundamentais determinações que nos conduzem a um novo entendimento a respeito da produção/distribuição de mais-valia, do problema do Estado e,

conseqüentemente, da definição das classes sociais. Para ele, não há qualquer antagonismo entre integração e concorrência econômica. Neste ponto, desenvolverei um pouco o assunto, com o intuito de apresentar uma noção nuclear na obra de João Bernardo: a *socialização do produto na produção* e o conceito de *Condições Gerais de Produção*.

Na avaliação de Bernardo, a contradição entre o modelo de produção da mais-valia e o modelo de sua distribuição figura como uma das mais evidentes de *O Capital*. Enquanto o modelo da produção concebe globalmente o relacionamento entre a classe proletária e a classe capitalista no momento da produção, o modelo da distribuição de mais-valia centra-se na particularidade de cada unidade produtiva. Como não se cansa de afirmar, o modelo da mais-valia deve ser pensado como expressão ideológica da prática proletária, de modo que, por esta perspectiva, não faz qualquer sentido falar da relação de um grupo restrito de operários com uma empresa isoladamente. (1975; 1977; 1991a) A mobilidade crescente da força de trabalho permite-nos perceber que a relação entre um grupo particular de operários com um capitalista concerne apenas ao ato da remuneração, ainda assim algo bastante provisório. Para o proletariado, o capitalismo consiste essencialmente numa forma dada de incorporação do trabalho vivo (força de trabalho) no trabalho morto (capital), globalmente considerados.

Assim, cumpre situarmos previamente que, no ato do assalariamento, um dado grupo de operários relaciona-se somente com uma porção do capital total de uma empresa, ou seja, o montante variável. O seu trabalho, no entanto, irá reproduzir de forma ampliada as máquinas de todo o capitalismo, indiscriminadamente, já que as unidades de produção são tecnológica e economicamente integradas. Por outro lado, sabe-se também que o conjunto de bens e serviços que somam o consumo particular de cada trabalhador não advém de uma única unidade produtiva, mas de uma integração complexa de várias delas, além de serviços fornecidos pelo aparelho de Estado. Isto significa que, se por um aspecto – o da remuneração – o proletário é ligado com parte do capital de uma empresa, por outro aspecto é ligado a todo o campo capitalista. (Bernardo, 1977 v.II, p. 08)

Caso admitamos que no processo de produção um grupo de trabalhadores se relaciona não somente com o capital do proprietário particular que o remunera, mas com o capital global do conjunto dos

capitalistas, temos de admitir, por consequência, que o mesmo grupo de trabalhadores não produz mais-valia para uma empresa em particular, mas para a totalidade dos capitalistas. É o formalismo jurídico da propriedade privada que faz com que este aspecto da globalidade seja mascarado, já que o pagamento do preço da força de trabalho – uma dimensão parcial da relação - se efetua segundo as unidades de propriedade. Assim também entendeu Lúcia Bruno:

Nesta perspectiva, o capitalismo deixa de ser compreendido como a mera somatória de empresas isoladas regidas apenas pelas leis cegas de mercado e apresenta-se como uma totalidade complexa e contraditória onde se articulam dois pares de relações: a relação entre a classe explorada e as classes exploradoras (produção da mais-valia) e a relação concorrencial inter-capitalista pelo aumento de produtividade e por uma apropriação suplementar da mais-valia. (Bruno, 1991, p. 45)

Curiosamente, Marx ao discutir o processo de distribuição da mais-valia expõe um modelo diferente. Ele concebe um esquema onde a mais-valia apropriada por um capitalista em particular corresponde àquela produzida na unidade de produção da qual é proprietário. Bernardo (Ibidem) obsta que se trataria de um circuito substancialmente distinto daquele implícito quando da produção da mais-valia, no qual estaria considerado como fundamental o relacionamento de classes globalizadas.

Segundo ele, a raiz do problema reside no sistema explicativo econômico erigido por Marx, que se assenta no modelo redutível a “*uma só empresa*”. (1975; 1977; 1979; 1991a) Um quadro explicativo que refletiria a mítica etapa da “produção mercantil simples”, em conformidade aos princípios dos economistas clássicos, como Say, Smith, etc. Na sua avaliação, Marx haveria equivocadamente concebido o capital total como mera “somatória não complexa de capitalistas particulares”, compostas de elementos indiferenciados entre si, carecendo, portanto, de um modelo investigativo diferente de relacionamento inter-capitalistas (1977 v.II, p. 19)

O ponto de partida do modelo integrado proposto por Bernardo firma-se no pressuposto de que o caráter de mercadoria das coisas provém das relações sociais em que se enquadram, e não de sua realidade natural, ou sua realidade física e palpável. Em regimes econômicos pré-capitalistas a socialização do produto não ocorria na produção, pois a existência do excedente estava sujeita a fenômenos extra-econômicos – fatores climáticos, por exemplo. A troca, portanto, era um acontecimento fortuito, dependente de critérios atinentes ao valor de uso. “Marx” – argumenta ele – “confunde sistematicamente a socialização dos produtos capitalistas com a socialização das mercadorias resultantes das necessidades eventuais de troca em regime de células familiares componesas-artesanais.” (Ibidem, p. 24)

Ao trilhar por esta hipótese, infere-se que o caráter social do produto fica determinado na esfera da circulação, com a prática da concorrência. A exposição de Marx, reiteradas vezes, enfatiza a concepção que confere ao mercado o papel da socialização do produto, ao contrário da estrutura teórica implícita, por qual a produção é sempre determinante em última instância da circulação.

Isto significa que o produto só se haveria de tornar realmente socializado no instante de seu consumo, pelo seu reconhecimento como valor de uso. Ou seja, o produto só adquiriria relevância social à medida que desaparecesse materialmente. A produção, quando posta em discussão neste tema, nos aparece como antecipação imaginária da socialização pela concorrência, “uma espécie de atitude mental.” (Ibidem, p. 29)

Nesta matéria, Isaac Rubin (1987) fora um dos autores que melhor reconheceu o caráter social do produto capitalista já ao nível da produção, embora, ambigualmente, exacerbe a teoria do fetichismo e do papel socializante do mercado. Para ele, nesta forma específica de economia – “mercantil-capitalista” – as relações de produção entre os homens assumem, inevitavelmente, a forma do “valor das coisas”, o caráter social do trabalho se apresenta somente pelo valor. Daí que a investigação não deva partir da definição do valor ou da troca como tal, mas da estrutura de produção da sociedade mercantil, a totalidade das relações entre as pessoas. “As transações de troca no mercado são” – destaca Rubin – “as conseqüências necessárias, então, da estrutura interna da sociedade; elas são um dos aspectos do processo social da produção.” (p. 77)

O autor explana que, apesar de não ser ignorada a complexidade da economia capitalista, o método analítico de Marx permite que eliminemos o fato de uma mercadoria ser produzida por um capitalista junto a um concurso de trabalhadores assalariados. Assim é possível analisar, destacadamente, tipos individuais de relações de produção. Num primeiro instante, interessa somente o relacionamento entre pessoas, “enquanto produtores de mercadorias isolados e formalmente independente uns dos outros.” (Ibidem, p. 79) É somente neste modelo de “economia mercantil simples” que surge o trabalho abstrato e socialmente necessário. Pela sua leitura, o nexos social entre as diferentes atividades de produtores privados estabelece-se por meios da igualação de todas as formas concretas de trabalho. Algo que só pode ocorrer na medida em que todas as propriedades concretas de trabalho forem abstraídas. O mercado é, portanto, o campo sociável onde os produtos do trabalho são permutáveis com respeito a seus aspectos quantitativos, indiferentemente à particularidade de cada qual. Esta é a “relação social que transforma a totalidade de unidades econômicas privadas numa economia social unificada.” (Ibidem, p. 145)

Como se vê, Rubin não concebe uma forma de capitalismo que não seja acompanhada de uma estrutura mercantil indispensável e dominante. Quer dizer, toma uma forma particular de realização do capitalismo - o momento pré-monopolista, fundamentado entre produtores particulares autônomos, protagonizado por sujeitos econômicos independentes – como sua fisionomia definidora, deixando de explicar regimes planejados e monopolistas que caracterizariam a economia capitalista a partir da década de 1930.

Contudo, todos estes mecanismos de mercado, supostamente equilibrados, são determinados – alerta o autor - pela produtividade do trabalho. Reconhece que, concretamente, quando Marx aborda as modificações da quantidade de trabalho necessário para a produção de mercadorias, ele não se refere a um trabalho individual, a uma mercadoria determinada, senão à quantidade média de trabalho necessário, conforme um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas. A magnitude do valor, então, é determinada por este nível de desenvolvimento das forças produtivas, compreendidas nas dimensões material e humana. Nas etapas posteriores da análise de Marx, já estaria claro, segundo ele, a distinção entre o valor social e o valor individual de uma dada mercadoria: o tempo de trabalho socialmente necessário é,

pois, diferente do tempo de trabalho individual. A grande característica da economia mercantil, no entanto, permite que estas condições concretas particulares e diferenciadas de cada processo produtivo sejam niveladas segundo o valor social médio.

Assim sendo, é possível – ainda pela explicação de Rubin - estabelecer uma hierarquização entre empresas individuais de um mesmo ramo, começando pela mais produtiva e seguindo até a menos produtiva. As mais produtivas, logicamente, conseguem realizar uma maior mais-valia, ou sobrelucros, que as demais. Nesse sentido, autor intui a necessidade de conceber outra determinação da lei do valor, a qual será destacada e bem desenvolvida por Bernardo: a lei da incorporação do tempo mínimo possível de trabalho.

Toda empresa capitalista tenta introduzir as últimas melhorias técnicas para reduzir o valor de produção individual em comparação com o valor médio e obter a possibilidade de extrair sobrelucro. (Ibidem, p. 191)

O que talvez tenha sido insuficiente na análise de Rubin relativamente à do autor aqui apresentado fora a sua indiferença – ou subestimação- quanto à especificidade do tipo de troca decisiva para a caracterização do modo de produção capitalista já constituído: a compra e venda da força de trabalho, e não a de uma mercadoria qualquer.

No modelo desenvolvido por Rubin, conquanto se reporte formalmente às determinações da produção, ignora-se a prática proletária neste nível. E mesmo quando aborda a corrida pelo aumento da produtividade do trabalho em cada unidade produtiva, o autor estipula que todo processo ocorra na esfera do mercado mediante a concorrência, mostrando-se cego à imbricação dos processos de trabalho, à tecnologia compartilhada ao nível da produção entre as diferentes unidades produtivas. É precisamente este o aspecto que a análise bernardiana procura explorar.

Bernardo enfatiza o fato de os mecanismos da mais-valia relativa só se completarem quando o aumento da produtividade alcança os setores que produzem os bens e serviços de subsistência da força de trabalho. No entanto, a diminuição do tempo de trabalho necessário nestes setores é estreitamente dependente de todos os demais, cujo

produto final lhes serve direta ou indiretamente, de modo que o mecanismo só se opera de forma efetiva se acionado um grande número dos setores da cadeia produtiva. Daí resulta que o processo de incorporação de trabalho vivo no trabalho morto se oriente de maneira integrada pela constante procura de condições ideais para a produção de mais-valia.

Logo, na dinâmica deste modo de produção, somente a lei que diz ser o valor do produto determinado pelo tempo de trabalho nele incorporado mostra-se insuficiente para abarcar o caráter genérico dos produtos no capitalismo. Pois, se todo produto capitalista é confeccionado para o consumo indefinido de outrem, deduz-se, desse modo, que todo produtor particular é um produtor de generalidade. A passagem do produtor privado para o produtor social não é compreendida pela primeira determinação do valor – do tempo de trabalho incorporado num produto –, é preciso considerar a “lei do tempo de trabalho mínimo possível a ser incorporado num produto”, a qual constitui a “segunda determinação da lei do valor” – no modelo bernardiano. (Bernardo, 1975, p. 19)

Esta é a lei que abrange a dimensão abstrata de um produto, seu caráter social. Pois que, a incorporação de um tempo de trabalho mínimo possível apresenta-se como finalidade comum, indiferenciada, de todos os produtos. Conforme o autor,

(...) a nova determinação restrita vai-nos permitir compreender a realização da exploração como necessidade de incorporar num produto não só um tempo de trabalho superior ao incorporado na força de trabalho, mas ainda inferior ao incorporado pelas outras unidades de produção nos produtos de mesmo tipo (Ibidem, p. 20)

Ou seja, enquanto a primeira determinação do valor ocupa-se em explicar a exploração no interior de uma unidade produtiva em particular, a segunda determinação alcança o campo genérico, de inter-relação das unidades produtivas. Essa é a lei da generalização (integração) das múltiplas unidades de produção, a lei que estabelece uma *concorrência complementar* entre todas as unidades.

Marx, quando apresenta o processo de socialização de um produto como resultante da circulação, pressuporia a parcelização dos

capitalistas em unidades de propriedade. Enquanto portadores independentes de mercadorias, estes capitalistas só se relacionariam na luta entre si pela melhor realização da mais-valia. E apenas deste comportamento decorreria o caráter capitalista da economia. Bernardo salienta, no entanto, que, se considerada a segunda determinação da lei do valor – concernente à dimensão integrada da produção - verificar-se-á que a tendência à incorporação de um tempo de trabalho inferior ao médio é o elemento definidor.

Em resumo, Marx, na exposição de sua obra, não concebe outro capitalismo senão o que se exprime nas formas de concorrência na circulação realizada mediante a particularização da classe capitalista em unidades de propriedade independentes juridicamente, e não concebe a concorrência na produção, que é independente das unidades de propriedade e decorre unicamente de uma tecnologia em que a produção de produtos se realiza sob a forma de uma produção das condições de realização destes produtos, ou seja, pela incorporação nesses produtos de um tempo de trabalho sempre menor. (Idem, 1977 v.II, p. 36-37)

A tese central de Marx a esse respeito supõe que a mais-valia apropriada por um dado capitalista é aquela produzida pelos operários que estão sob o jugo de sua propriedade jurídica e que a taxa de lucro médio resulta da multiplicidade de lucro de cada empresa e suas respectivas composições orgânicas. No nono capítulo do Livro III de *O Capital*, Marx desenvolve parte de seu modelo sobre a formação da taxa geral de lucros.

Marx dá o exemplo de cinco esferas de produção diferentes, nas quais as taxas de exploração são todas equivalentes (no caso, 100%), porém, variam, entre elas, as taxas de lucro, devido à diferença de composições orgânicas de capital. Chegas-se, então, à taxa média de lucros e ao preço de custo global da produção pela soma dos capitais investidos, a soma da mais-valia produzida e o valor global das mercadorias por estas unidades produzidas. Uma vez que são diferentes as proporções entre o capital constante e o capital variável em cada

esfera, resta – raciocina Marx – calcular a proporção média para o total da produção. (Marx, 1983, p. 122)

Logo, verifica-se que as mercadorias em algumas unidades são vendidas acima do valor, enquanto em outras fixam-se seus preços abaixo do mesmo. De modo que, ao final da equação, os preços desviados anulam-se reciprocamente e acabam por manter a uniformidade da taxa de lucro, sua média geral. Este é um ponto chave que provoca Bernardo a reformular o modelo: explicar como um dado capitalista consegue realizar e apoderar-se da mais-valia produzida por outro. Pela concorrência na circulação? De qualquer maneira, Marx conclui:

Conseqüentemente, as taxas de lucro que prevalecem nos diversos ramos da produção são originalmente muito diferentes. Essas diferentes taxas de lucro são igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas essas diferentes taxas de lucro. O lucro que, de acordo com essa taxa geral de lucro, cabe a um capital de grandeza dada, qualquer que seja sua composição orgânica, chama-se lucro médio. (Ibidem, p. 123-124)

Em seguida, Marx infere que, embora os capitalistas de diversas esferas da produção recuperem os valores-capitais consumidos na produção das mercadorias, não significa que se apoderem de toda mais-valia produzida em sua esfera de produção em particular. A parte que caberá a cada qual nesta repartição da mais-valia, ou lucro, observará a massa de mais-valia produzida em todas as esferas da produção em conjunto, restando-lhe a alíquota do capital global.

Pela apreciação de João Bernardo (Ibidem, p. 54), em diversas passagens de *O Capital* quando a mais-valia não é o foco de análise específico, Marx demonstra não ser completamente indiferente ao caráter integrado do processo de produção e distribuição da mesma. Ocorre que, pela sua forma de exposição, esta dimensão não adquire a devida importância no conjunto de seu modelo. Haveria, então, uma coerência aritmética interna ao modelo que, no entanto, não corresponderia à prática real dos capitalistas. Na lógica geral da obra, sua elaboração satisfaz a critérios que concebem a macro-economia

como uma somatória de empresas particulares, e não como totalidade estruturada de empresas distintas.

Os diversos capitalistas figuram aqui, no que se refere ao lucro, como meros acionistas de uma sociedade anônima, em que as participações no lucro se distribuem uniformemente para cada 100, de modo que elas se distinguem, para os diversos capitalistas, apenas pela grandeza do capital que cada um investiu no empreendimento global, por sua participação proporcional no empreendimento global, pelo número de suas ações. (Marx, 1983, p. 124)

Na base do sistema teórico central marxista – frisa Bernardo (Ibidem) - reside a noção de que a empresa particular seria a base da apropriação da mais-valia. A apropriação de cada capitalista apresentar-se-ia como anterior à distribuição, ou melhor, a distribuição da mais-valia aparece como *re-distribuição* já anteriormente apropriada em particular. Considerou-se, portanto, enquanto unidade de apropriação da mais-valia, não as empresas, mas a relação direta estabelecida entre um capitalista em particular e um grupo particular de operários, com referência ao capital investido.

O modelo bernardiano, por sua vez, parte dos desdobramentos implicados pela segunda determinação da lei do valor, quais sejam: a socialização do produto capitalista na esfera da produção e a conectividade tecnológica dos diversos processos produtivos. Daí que a mais-valia deva ser pensada como algo resultante de uma produção globalizada.

Desde que a forma de produção capitalista passa a se desenvolver sobre uma base por ela mesma criada e ultrapassa os limites da fase mercantil, surge com ela a necessidade, sem precedentes, de uma coordenação global tanto da mão-de-obra quanto dos diferentes processos de trabalho: a função diretiva, como observado no Livro I de *O Capital*. Isso força-nos considerar que a singularidade dessa modalidade de exploração, em relação a sistemas de produção anteriores, reside principalmente na questão da administração centralizada das cadeias produtivas e da grande concentração tecnológica. Em diversos momentos, Marx acentua este importante

aspecto, sem fixar, contudo, que esta função orgânica específica estabelece antagonismos profundos com o papel do capitalista particular.

Como já apontado anteriormente, cada ramificação do processo de produção depende técnica e socialmente de inúmeras outras. Por conseguinte, o caráter social da práxis abrange todos os trabalhadores no contexto da vivificação do trabalho morto pelo trabalho vivo. Esta dinâmica exige, então, força de trabalho cooperada coletiva e globalmente. Esse aspecto integrado da dinâmica capitalista – que aparece na estrutura implícita do modelo de Marx como método particular de produção de mais-valia relativa – constitui o elemento decisivo que a diferencia de outras formações históricas. Para ele, a diversidade de funções, com a cooperação de muitos assalariados, tenderia a crescer em função do domínio do capital. A produção em larga escala demandaria um nível de direção que pusesse em harmonia as atividades particulares e preenchesse “as funções gerais ligadas ao movimento de todo organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados”. (Marx, 2006, p. 384)

Tal verificação, se levada em conta com a devida seriedade, impele à reformulação da categorização conhecida que Marx estabelecera entre os setores I e II da produção.²⁷ Segundo Bernardo (1991a), aquilo que o modelo marxista denomina Setor II nada mais é que o último ponto de uma cadeia integrada de diferentes linhas de produção. Como tal, não pode ser analisada à margem dos setores de fabrico dos meios de produção. O aumento da produtividade neste setor – decisivo para o encerramento de um ciclo de mais-valia relativa - reflete o conjunto de remodelações tecnológicas realizadas em ramos da produção anteriores, aqueles que fornecem-lhe *inputs* destes bens de consumo, como num efeito cascata.

Não é possível pensar um único exemplo histórico em que as transformações sócio-econômicas localizadas deste modo de produção tenham sido alavancadas por iniciativas isoladas de uma unidade produtiva cujo produto final servisse a um número restrito de outras unidades. A partir desta constatação - do princípio da integração tecnológica do capitalismo, desde seus estágios mais incipientes - é que

²⁷ Recorde-se: Setor I, responsável pela produção de meios de produção; Setor IIa, que produz bens de consumo da força de trabalho e; Setor IIb, que produz bens de consumo de luxo dos capitalistas.

Bernardo desenvolve um modelo de produção, distribuição e apropriação de mais-valia com base num par elementar de conceitos: Condições Gerais de Produção (CGP) e Unidades de Produção Particularizadas (UPP).

A integração tecnológica conduz-nos a postular a não-particularidade, ou o não-isolamento dos capitalistas. A parcelização dos capitalistas não se refere à relação que cada qual mantém com um grupo dado de operários; esta existe apenas no âmbito da propriedade jurídica e exerce-se na prática de embates pela mais-valia. Bernardo entende que em *O Capital* admite-se, automaticamente, que da existência da propriedade segue-se a fragmentação entre as diversas unidades de produção. A integração tecnológica, entretanto, posta em primeiro plano, revela-nos que tal parcelização na esfera da produção é inexistente. Ademais, revela-nos que não há também uma justaposição entre unidades de produção e unidades de propriedade. A apropriação de mais-valia, por conseguinte, não pode resultar da relação entre capitalistas particulares e operários particulares, senão do resultado de uma distribuição prévia de mais-valia global. Consoantemente aos múltiplos regimes econômicos e políticos que o capitalismo comporta, encontrar-se-á formas variadas de propriedade, de hierarquização entre elas e formas de dispô-las. (Bernardo, 1977 v.II, p. 67-68)

O modelo que Bernardo propõe supõe a relação conjugada e estruturada entre empresas e processos produtivos reciprocamente diferenciados, um modelo de análise que considere as teias complexas de relações sociais bem articuladas. Diz ele:

A hierarquização é a forma como esta integração se realiza. O lugar dominante cabe aos processos que surtem o maior número de efeitos tecnológicos em cadeia e o leque mais vasto desses efeitos, porque o seu *output* serve de *input* ao maior número de outros processos. O aumento da produtividade num dos processos produtivos dominantes constitui, portanto, uma condição necessária para que tal aumento ocorra num número muito elevado dos restantes, pelo que são eles as condições fundamentais para a integração econômica global. (Bernardo, 1991a, p. 157)

São estes os processos ocorrentes no âmbito da produção que Bernardo denomina Condições Gerais de Produção. Elas compõem o campo – técnico, social e cultural - primordial para que se operem os mecanismos da mais-valia relativa, os quais, por sua vez, proporcionam o próprio desenvolvimento deste modo de produção. São condições materiais e institucionais gerais do mesmo modo como internamente a uma empresa isolada os são os instrumentos de trabalho e a organização do processo produtivo: contribuem igualmente para a incorporação de um tempo de trabalho sempre menor num determinado produto.

Como pretendo fazer compreender, não se entende por integração tecnológica tão somente os aspectos técnicos da produção – aquilo que usualmente conhece-se por infra-estrutura -, mas compreende também as relações sociais de produção articuladas com sua realização material.

Por oposição às CGP, acompanha o conceito de Unidades de Produção Particularizadas, que abarca aquelas unidades produtivas cujo produto final (*output*) é empregado como *input* para uma quantidade restrita de outros ramos.²⁸ Portanto, não constituem elementos centrais para a difusão de remodelações tecnológicas para a globalidade da economia.

Cumpramos observamos que a articulação entre CGP e UPP – integração/diversificação – constituiu elemento originário do modo de produção, assim como as variações de suas formas desenvolveram-se conforme as fases históricas e regimes do mesmo. Esta concepção, como se vê, põe em causa as abordagens teóricas que concebem a existência de uma fase *livre-concorrencial* do capitalismo, que, por aí, fantasiam um período em que unidades operassem em completo isolamento e particularização. Sendo assim, cada momento histórico – seja considerado por período ou por região – se caracterizaria pela particularidade em que se articulam as CGP e as UPP. João Bernardo apresenta-nos, em *Economia dos Conflitos Sociais*, algumas definições gerais das formas históricas concretas de existência de CGP, as quais tentarei resumir; ressaltando que a definição diz respeito às funções

²⁸ Antes da publicação de *Economia dos Conflitos Sociais* (1991) Bernardo falava em Unidades de Produção Última (UPU), como, por exemplo, aparece em *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975) e *Marx Crítico de Marx* (1977). Valho-me de todas estas obras neste capítulo, porém, para facilitar a leitura (e a escrita) utilizarei sempre o termo atualizado (UPP), exceto nas passagens que sejam citação explícitas.

exercidas e não às unidades físicas, nem tampouco às unidades de propriedade:

I) Condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho:

Constitui-se pelo aparato que permite tanto a produção de novas gerações de força de trabalho, como: creches, escolas e outras instituições de ensino; quanto nas infra-estruturas sanitárias e hospitalares que proporcionam a existência das famílias de trabalhadores. Inclui-se também o meio social, ou o urbanismo. Decerto, esta é a forma de CGP mais influente e central nas reformulações de Bernardo; o que a faz merecer algum detalhamento.

A tese clássica, amparando-se no modelo da “produção mercantil simples”, entende que os proletários são produzidos na esfera doméstica, ficando fora do processo de produção capitalista. Ou seja, a força de trabalho apareceria igualmente como mercadoria pronta, acabada. Os bens de subsistência, nestes termos entendidos, seriam consumidos no âmbito particular de cada unidade familiar. Isto significa que haveria de ficar a cargo de cada proletário a organização e a reprodução de sua capacidade de trabalho e a formação das futuras gerações de trabalhadores. (Bernardo, 1985a)

Esta abordagem pode ser perfeitamente evocada por posições reformistas que ao considerarem o consumo dos trabalhadores como uma esfera externa ao domínio capitalista direto, contemplam o aumento do tempo do ócio, do lazer, das relações sexuais, etc., como espaços de liberdades a serem alargados em detrimento do capitalismo. Cabem, aqui, algumas objeções: Se o processo de produção e reprodução do proletariado ocorre no nível particular e desarticulado das unidades familiares, como é possível explicar o seu comportamento monopolista na venda do uso de sua capacidade de trabalho? Note-se que o monopólio de que os capitalistas desfrutam, no que diz respeito à venda de seus diversos bens fabricados, decorre da própria natureza do processo de produção desses bens. Tal fato não se aplicaria à força de trabalho, pois que, segundo este modelo de Marx, a mesma seria produzida em unidades familiares isoladas e sortidas para, somente em seguida, aparecerem no mercado enquanto classe.

A explicação que Bernardo sugere em substituição à concepção tradicional propõe, como ponto de partida, tomar o salário individual como salário familiar. Assim, o salário recebido por um membro da

família destina-se a remunerar também o trabalho doméstico da família e não somente de sua força de trabalho numa dada empresa:

(...) o salário familiar remunera a utilização parcial da força de trabalho desse elemento na empresa, a sua utilização parcial no trabalho doméstico e a utilização exclusiva no trabalho doméstico da força de trabalho de outro elemento da família. (Ibidem, p. 87)

O trabalho doméstico, portanto, incumbe-se exclusivamente de reconstituir a força de trabalho assalariada e a produção de nova força de trabalho, ou seja, conserva a força de trabalho já existente e cria gerações futuras. “Copular é exterior ao capitalismo; ter filhos e educá-los é para o proletariado, neste modelo, um processo interno ao capitalismo.” (Ibidem) Do que podemos inferir quatro conseqüências:

a) A produção da força de trabalho é, desde o início, inserida na esfera do assalariamento proletário e, não sendo o proletariado uma característica individual, define-se a “família proletária” como unidade nuclear da classe proletária.

b) A reconstituição da força de trabalho, bem como sua reprodução, depende da articulação entre o trabalho doméstico e o trabalho exercido em unidades produtivas que prestam serviços destinados a isso (escolas, hospitais, centros culturais, parques, cantinas, *fast-foods*, *shopings centers*, etc.) Assim sendo, dois são os critérios de classificação dos setores da produção que se inserem neste modelo. O que se refere ao produto: aqui, o denominado setor I é responsável pela produção de meios de produção, o setor II fica encarregado da produção de bens de consumo, sendo o setor *IIa* destinado ao consumo da força de trabalho e o setor *IIb* destinado ao consumo de luxo dos capitalistas; e o critério que discrimina os locais de trabalho: opondo trabalho doméstico aos que ocorrem em qualquer empresa de outro tipo.

c) Os processos de trabalho se mostram mais articulados quando se observa que o produto final (*output*) de trabalho das empresas do setor *IIa* constitui elemento indispensável (*input*) na produção de força de trabalho. Note-se que o consumo proletário se enquadra tanto como *input* e *output* do processo de produção, não sendo, portanto, uma categoria econômica própria e independente. A ampliação do porte dos serviços destinados à produção da força de trabalho, juntamente à

composição da oferta de bens e serviços do setor IIa, podem diminuir o tempo de trabalho doméstico necessário para a formação da nova força de trabalho, liberando tempo para o trabalho empresarial.

d) O produto final do processo em que atua o trabalho doméstico, quer dizer, a nova força de trabalho criada, obviamente irá assalariar-se numa empresa, o que reforça a articulação entre o trabalho doméstico e o trabalho na empresa. Aqui, o *output* doméstico é que irá servir de *input* ao conjunto da empresa.

Assim, a força de trabalho proletária que se assalaria nas empresas é produtora de mais-valia; mas ela é também produto, resultado de um trabalho que decorreu no âmbito do salário familiar, por isso o trabalho doméstico é produtor de mais-valia. (Ibidem, p. 90)

É dessa maneira que os processos de trabalho influem-se reciprocamente, o que evidencia a importância dessa concepção para o modelo global de Bernardo.

Consideremos, ainda, que o tempo de fabrico da força de trabalho seja muito mais longo que o tempo de fabrico de outros bens e serviços. Isso faz com que raramente coincida ser o capitalista particular, que paga a maior parte dos salários familiares, o mesmo a beneficiar-se de uma dada força de trabalho. É essa defasagem de ritmos que explica a razão de existência de órgãos comuns entre os capitalistas (CGP e o Estado) que historicamente incumbiram-se da tarefa de contribuir com o salário familiar, seja em forma monetária ou pela prestação de bens e serviços. À mesma proporção que a concentração de capital nas empresas se adensa, verifica-se o estreitamento de laços entre empregadores privados e o Estado, nas questões concernentes ao pagamento do salário familiar. Vê-se, com isso, que o mercado destinado ao consumo da classe proletária não é estruturalmente imprescindível ao capitalismo. Da mesma forma que o Estado enquanto empregador é algo sempre necessário para o funcionamento do sistema.

Conclui-se que se este processo não obedece ao modelo da “produção mercantil simples”, logo, são as classes capitalistas globalmente consideradas que apropriam-se desse produto específico que é a força de trabalho; não se tratando, portanto, da relação entre

indivíduos independentes que vão ao mercado para trocarem suas mercadorias.

Se inserirmos todo este mecanismo na dinâmica da produção de mais-valia, temos que, a cada nova geração proletária encontrar-se-á um tempo de trabalho cristalizado superior ao empregado na geração precedente que a produziu. Na dinâmica dos conflitos sociais, a força de trabalho atuante pode reivindicar um aumento no seu direito ao consumo através de pressões pelo aumento salarial, isto significa buscar um maior número de *inputs* de bens e serviços na sua força de trabalho. Já o capitalista almeja que o tempo de trabalho acrescido seja incorporado na geração de força de trabalho ainda em formação. Isto pode ocorrer mediante regras jurídicas, coação policial ou mesmo por apelos publicitários que incitem o consumo de certos bens e serviços específicos.

O capitalista impõe, por diversas maneiras, que se empregue um tempo de trabalho sempre crescente e que a formação suceda em campos e sentidos prescritos. Em observância aos princípios da mais-valia relativa, é indispensável que haja um aumento permanente no nível de instrução a cada geração. Afinal, uma geração proletária de dado nível de instrução não pode formar uma parte da geração futura, da qual se exige maior conhecimento. Daí que verifiquemos, atualmente, a progressiva relevância assumida por empresas de serviços especializados em aspectos específicos da formação. “Desse modo” – assevera Bernardo – “o capitalismo produz gerações proletárias capazes de proceder a um trabalho mais *complexo*.” (Ibidem, p. 92)

Noutros termos, cada nova geração proletária é capaz de num mesmo intervalo de tempo de trabalho incorporar um valor superior ao incorporado por gerações anteriores. Há, conjuntamente, o desenvolvimento de técnicas mais complexas e sistemas de organização de trabalho que exigem cada vez menos força muscular em relação à atividade cerebral do proletário. A exigência de uma qualificação mais complexa da força de trabalho, por consequência, intensifica o processo de emprego do ócio, do lazer, da educação e do consumo como momentos fundamentais tanto para a formação do trabalhador de novo

tipo adequado à nova organização produtiva quanto para o robustecimento das instituições ideológicas.²⁹

Como já observado anteriormente, o regime da mais-valia relativa – fundamentado no aumento da produtividade - demanda formas de inter-relacionamento das unidades produtivas em nível global. É importante lembrarmos que o mecanismo de aumento da produtividade não precisa necessariamente iniciar-se neste setor. Basta que se reduza o valor dos *inputs* de outras unidades produtivas que servem ao setor IIa, ou que se reorganizem os processos de trabalho no sentido de reduzir os *inputs* por cada unidade de produção antecedente. Sendo uma necessidade geral de todos os capitalistas, todos envidam esforços para obterem o aumento de produtividade, seja qual for o setor. O aumento de produtividade no setor que produz bens de produção colabora com o aumento da produtividade no setor que produz bens e serviços de consumo da força de trabalho, impelindo-a para a desvalorização.

Em suma, o aumento da produtividade num determinado ramo traz implicações a todos os outros interligados a ele econômica e tecnologicamente.

Por isso, o capitalismo desenvolve, desde o seu início e como condição da sua vigência, um campo de instituições próprio a essa inter-relação – as Condições Gerais de Produção, que fundamentam a existência social dos gestores e onde se expande a ação do Estado. (Ibidem, p. 94)

II) Condições gerais da realização social da exploração:

São os mecanismos que condicionam que o processo de trabalho seja um processo de produção da mais-valia, quer dizer, afastam os trabalhadores do produto final do trabalho e da organização do processo de trabalho. Fundamentalmente duas condições básicas: o urbanismo e as instituições repressivas.

Neste ponto devemos atentar para a relação que há entre o urbanismo e as forças repressivas. Quanto ao urbanismo, podemos notar que, por um lado, ele separa os *habitats* sociais e, por outro lado,

²⁹ Os jogos eletrônicos, por exemplo, seriam elementos essenciais para a rápida habituação dos jovens aos computadores e às demais tecnologias de trabalho mais recentes.

promove a integração social das vias de comunicação, refletindo e condicionando o processo de produção da mais-valia. A respeito das forças repressivas, devemos lembrar que elas não suprimem a importância da mais-valia relativa, elas apenas marcam o limite entre as concessões capitalistas e a repressão declarada.

Observemos ainda que nas regiões e nos períodos em que se operem mais intensamente os mecanismos da mais-valia relativa, a força repressiva se traduz em fiscalização, o desenvolvimento do capitalismo passa a ampliá-la e sofisticá-la, de maneira que os fiscais quase não têm contato com a força de trabalho ao utilizarem meios técnicos de vigilância. Daí a conjugação entre arquitetura, urbanismo e instituições repressivas.

III) Condições gerais da operatividade do processo de trabalho:

São os elementos que asseguram o funcionamento material do processo de trabalho enquanto processo de exploração, meios tecnológicos que distanciam os trabalhadores diretos em relação à administração da produção. Incluem-se as universidades e os institutos de pesquisa e informação. São responsáveis pela investigação teórica e aplicação de novas técnicas administrativas do processo produtivo, além de se encarregarem também da veiculação e armazenamento de informações que reforcem os mecanismos de controle dos capitalistas e de aumento da produtividade.

IV) Condições gerais da operacionalidade das unidades de produção:

Estas são as instalações necessárias ao funcionamento físico das unidades de produção, infra-estruturas. Ex.: redes de produção e distribuição de energia, redes de comunicação e transporte, fornecimento de água, coleta de lixo, etc.

V) Condições gerais da operatividade do mercado:

Consiste nos meios que permitem o relacionamento entre produtores e consumidores. Podem-se incluir as redes de transporte e as instalações para armazenagem de *outputs* de diversas linhas de produção.

VI) Condições gerais da realização social do mercado:

Está inclusa a publicidade no seu sentido mais amplo. São organizações estimulantes de certo estilo de vida, o que na prática determina a categoria de bens e serviços a ser consumida pela força de trabalho. (Idem, 1991a, p. 159-162)

Conceber este campo de integração inter-capitalistas acarreta profundas reformulações no modelo de estrutura econômica que distingue o capitalismo, sobretudo, acerca das vicissitudes da transferência de mais-valia. Pois um duplo aspecto envolve a questão das CGP: sendo fatores indispensáveis para o processo de produção, estas resultam da colaboração de todos os capitalistas; por outro lado, sendo condições de produção que permitem a incorporação de um tempo de trabalho menor nas UPP, beneficiam uma ou outra unidade de forma desigual.

Para o capitalista em particular, a mais-valia apropriada não basta. Ela precisa ser realizada, quer dizer, ser reconhecida enquanto valor de uso. Incorporando um tempo de trabalho menor, é permitido ao capitalista antecipar-se em relação ao tempo de trabalho mínimo – ora considerado necessário - e conquistar novos mercados e/ou realizar um sobrelucro. Contudo, a diminuição do tempo de trabalho não depende apenas das modificações operadas no âmbito particular de cada empresa. Toda unidade de produção está estreitamente dependente das CGP em que se insere.

Passa a ser imprescindível, com isso, compreender a interdependência das unidades de produção e a dependência de todas elas em relação às CGP. O posicionamento mais ou menos favorável de cada qual em relação às CGP determinará a sua posição na estrutura hierarquizada que caracteriza o relacionamento inter-capitalista. Então, dois movimentos essenciais da articulação entre UPP e CGP devem ser observados para o entendimento mais coerente do processo de produção, distribuição e apropriação da mais-valia: a importância com que cada UPP participa do financiamento das CGP e o grau de beneficiamento que tiram delas; nos termos de Bernardo: “interação financiamento-utilização”. (Idem, 1977 v.II, p. 77)

O financiamento das CGP ocorre mediante o pagamento de impostos por parte dos capitalistas em geral, dos assalariados em geral, ou pelo seu auto-financiamento mediante tarifas pagas por utilização de serviços públicos. Desde já, tem-se estabelecido um aspecto da distribuição da mais-valia, dado que o imposto pago por um capitalista corresponde à fração da mais-valia produzida pela classe trabalhadora, e apenas a porção que lhe resta é apropriada particularmente. Logo, o capitalista particular põe-se a procurar uma posição relativamente favorável a estas CGP, de modo que suas despesas com o capital

constante diminuam e aumente sua taxa de lucro. Ou seja, aquela unidade que menos contribuir para as CGP - por via dos impostos, por exemplo – ou mais usufruir das condições fornecidas consegue imediatamente se favorecer, além de, posteriormente, ser-lhe possível incrementar tecnologicamente sua empresa.

A relação entre os salários tributados e as CGP não atinge somente a exploração dos trabalhadores. Igualmente, trata-se de um mecanismo de distribuição desigual da mais-valia. Já que pequenas empresas têm de acompanhar elevações gerais de salários e impostos sem que, de fato, para o tipo de qualificação de força de trabalho que exigem, seus operários necessitam de tal tipo de serviço mais complexo.

É interessante notarmos que, ao discutir a importância de legislações inglesas do meio do século XIX, as quais regulamentavam as condições de higiene e educação da força de trabalho, Marx (2006, p. 548-549) observa a contradição existente entre os capitalistas particularmente considerados – perseguindo seus interesses individuais - e assuntos de interesses comuns e gerais da produção capitalista, até aquele momento, concentradas na ação do Estado. O número de acidentes de trabalho registrados na Irlanda crescendo de forma colossal com a contratação de trabalhadores rurais, sem experiência com máquinas, para a execução de trabalhos fabris, obstava as condições de normalidade exigida pela produção capitalista. Nesse sentido, a lei fabril inglesa de 1864 apressa, coercitivamente, a adoção de precauções de limpeza, higiene e instrução escolar com o intuito de melhorar as condições do ambiente de trabalho. Um dos resultados mais significativos desta lei foi o duro ataque aos proprietários capitalistas menores que não tinham condições de se adequarem às novas regulamentações, o que assegurou o monopólio dos grandes.

Aquela parcela de impostos incluída na contabilidade capitalista como salários brutos, na maior parte dos casos, é destinada aos setores das CGP responsáveis pela formação da força de trabalho, seu nível e tipo de instrução. Tem-se nesta situação, também, implicações significativas na distribuição desigual da mais-valia pela relação financiamento-utilização, pois que, quanto mais se desenvolve a tecnologia, mais se exige da qualificação dos trabalhadores, porém – como no caso anterior - não são todas empresas que a requerem ou usufruem da mesma forma. Para Bernardo (Ibidem, p. 80) este seria um dos fatores mais influentes da desigualdade no processo de distribuição

da mais-valia: todos capitalistas contribuem para o financiamento das CGP - o que constitui um momento de integração e colaboração entre eles – porém, estes mesmos utilizam-nas, quanto à possibilidade de incorporação de menos tempo de trabalho, de forma desigual.

A reflexão de Marx (Ibidem) possibilita-nos perceber que a extensão das leis fabris – que subjetivamente desagradam os capitalistas individuais menores – teve como resultado prático a generalização e o aceleração das transformações dos processos de trabalho combinados. Por intermédio delas, beneficiou-se a concentração do capital e sua hegemonia em detrimento das formas de produção pré-capitalistas e transitórias. Além disso, impuseram uniformidade, regularidade e ordem à economia; estimulando, assim, o amadurecimento do modo de produzir fundamentado e ritmado pelo progresso técnico, pelo aumento da produtividade, ou em outras palavras, pelos mecanismos da mais-valia relativa.

A partir destas considerações, podemos postular que o aspecto determinante do esquema de distribuição da mais-valia proposto por Bernardo assenta-se na observação deste campo de relacionamento entre todos os capitalistas e de todos eles com as CGP. De onde decorre sua crítica ao modelo de Marx, o qual procede a uma abstração que tem por base o modelo de uma só empresa.

Contudo, viu-se até então, alguns aspectos ligados ao problema da distribuição da mais-valia, cabendo, agora, abordar o problema de sua realização. Como já fora apontado acima, se da perspectiva do proletariado o problema da extorsão da mais-valia incide no momento de sua produção, para o capitalista, por sua vez, ela só faz sentido se for realizada. Uma vez que estamos a analisar o campo de relacionamento inter-capitalista, tal assunto assume relevância. Se até aqui sublinhamos que a concorrência pela mais-valia não se desenvolve sob critérios exclusivos da circulação, mas sim ao nível da produção, não foi para ignorar este momento, senão para conferir-lhe relevância adequada.

Infere-se, obviamente, que uma posição privilegiada na distribuição da mais-valia – quer dizer, na *relação financiamento-uso* das CGP -, na maioria das vezes, traduz-se em ótimas condições à realização da mais-valia. Porém, “a distribuição desigual” – acrescenta Bernardo – “é só uma face do jogo. Na outra estão o volume e o ritmo dos reinvestimentos de mais-valia no processo de produção”. (Ibidem, p. 117) Isto quer dizer que nem sempre o montante total de mais-valia

distribuída corresponda justamente à mais-valia realizada e que aquelas desigualdades no momento da distribuição verificam-se também no momento da realização. Algo que, segundo o autor, Marx não distingue claramente. A análise articulada destes dois momentos leva-nos a concluir que, concretamente, os processos de distribuição e realização de mais-valia nunca serão precisamente captados por fórmulas aritméticas, tampouco podem ser previstos. As condições da exploração imediata e da realização não coincidem, processam-se através de instituições diferentes.

O problema da realização da mais-valia sempre chamara a atenção não só dos teóricos ditos marxistas, mas também de teóricos neo-clássicos de linhagem keynesiana, sempre que suscitados pelos momentos de crise de “superprodução”. Kalecki (*apud* Miglioli, 1981), por exemplo, em 1933, destaca o papel da *demanda efetiva*, ou o problema dos mercados, no processo de acumulação capitalista. Para Miglioli, que faz uma investigação a respeito desta problemática, Marx e Kalecki, ao contrário do que afirmariam os marxistas, teriam esta preocupação em comum: pensar o problema da acumulação sob a ótica da demanda. Segundo ele, Marx sempre reconhecera a forte influência da oferta e da demanda sobre as oscilações de preços no mercado. (Ibidem, p. 106)

Partindo equivocadamente do modelo expositivo de Marx, Miglioli acredita que ali já haveria sido constatado que, neste sistema de produção, a oferta de mercadorias sempre ultrapassaria a sua demanda, pois “(...) ele (o capitalista) lança em circulação mais valor em forma de mercadorias do que o que ele retira em forma de mercadoria.” (Marx *apud* Miglioli, 1981, p. 109) Quer dizer, se o capitalista lança mercadorias no valor de $C + V + S$, sua demanda, porém, é de apenas $C + V$.³⁰ Logo, verificar-se-ia que sua oferta é sempre maior do que sua demanda, sendo a mais-valia justamente a diferença entre a oferta e demanda. Pois sendo a última um valor não contabilizado no custo da produção do capitalista, não se acrescenta à demanda criada.

A realização da mais-valia, por conseguinte, passa a ser o mesmo problema da produção. Pois, para que a demanda se equilibre à oferta, é necessário que se converta toda a mais-valia em gastos, com a compra de mercadorias, diz-nos o autor. (Ibidem) O entesouramento e o

³⁰ Miglioli utiliza as seguintes siglas: C= capital constante, V= capital variável e S= mais-valia.

armazenamento de mercadorias não compradas constituiriam percalços à certeza de que toda a mais-valia seja realizada.

Considerando as reflexões acima, vê-se que o peso determinante que Miglioli atribui ao problema da demanda decorre de sua cegueira aos problemas analíticos que implicam o modelo de uma empresa só. Nesse sentido, sua análise é completamente indiferente à prática proletária na produção, à integração tecnológica das unidades produtivas e suas conseqüências na questão da realização da mais-valia. Para ele, a mais-valia resulta da simples diferença obtida entre o ato de compra e venda de uma mercadoria qualquer. O lucro, conseqüentemente, resultaria de uma habilidade individual do capitalista, que é capaz de comprar menos do que efetivamente vende e, por isso, forneceria mais do que necessita pra si próprio.

De acordo com Miglioli (Ibidem, p. 112), Marx, mesmo que por vias diferentes, teria chego sempre às mesmas conclusões de Kalecki: “os lucros são determinados pelos gastos dos capitalistas em consumo e em investimento (incluindo capital fixo e formação de estoques), ou, para simplificar, os capitalistas ganham exatamente aquilo que gastam.” Algo que, por certo, pode ser depreendido de algumas passagens de Marx, no Livro III de *O Capital*, como a pouco apresentei. Se os capitalistas apresentam no mercado uma produção montante de $C + V + S$, enquanto, pelas suas compras, engendram uma demanda de apenas $C + V$, apenas $C + V$ é automaticamente realizada (vendida). É preciso, assim, que a diferença S seja também realizada (vendida) para que o capitalista afaça lucros. Daí que os capitalistas precisem gastar mais, seja com bens de consumo ou bens de produção, sob o risco de assistirem à parte de suas respectivas parcelas de mais-valia não serem realizadas; o que traria como resultado ou uma crescente formação de estoques de mercadorias não vendidas, ou a ociosidade de parte do aparato técnico produtivo.

Contrariamente a este tipo de abordagem que atribui ao mercado o papel determinante do processo de acumulação, no modelo de Bernardo, a criação de instituições específicas ao problema da realização é intimamente dependente das CGP. Pois que, é a posição privilegiada a este nível que permite ao capitalista diminuir o tempo de trabalho necessário em sua unidade produtiva e, assim, realizar seus sobrelucros. Não ficando restrito, portanto, à contabilidade interna de sua empresa os fatores que possibilitam seu sucesso no momento da realização.

Pode-se dizer que as condições gerais de realização da mais-valia seriam uma variante particular das CGP e que, por isso, estariam ainda ligadas às relações de distribuição. Nesse sentido, crescimento do setor comercial ou de estocagens não sinaliza a insuficiência da realização da mais-valia ante seu montante total produzido, mas sim um elo que liga o produtor ao consumidor, um setor da produção de força de trabalho essencial aos próprios mecanismos da mais-valia.

Pela perspectiva bernardiana, a crítica a ser feita à Marx, pelo seu modelo de uma só empresa, é inteiramente cabível ao logo acima apresentado. Procedendo a uma operação matemática, estas análises transformam valores em preços, de modo que resulte uma taxa de lucro médio existente materialmente. Este desvio eliminaria os valores enquanto expressão da prática proletária na produção, e a vida econômica apareceria reduzida a uma interação entre mercadorias já constituídas, sob a forma do “fetiche dos preços”, sem qualquer vínculo com as relações sociais das quais são mera materialização, (Bernardo, 1977 v.II, p. 47) Por tal motivo, parecem obcecados pela formulação de sistemas equilibrados, sem perceberem que o desequilíbrio é uma das características fundantes deste modo de produção.

O modelo assente nas unidades produtivas isoladas é incapaz de perceber o conjunto de relações sociais em cadeia que consubstanciam o ciclo da mais-valia. Do ponto de vista da prática proletária, a armazenagem representa uma forma de “conservação do valor no tempo, ou seja, uma revificação dos elementos do trabalho morto pelo trabalho vivo”. (Idem, 1991a, p. 189). O ramo comercial – assim como um aspecto do setor de transporte e o de comunicação – assume para Bernardo uma importância crucial, enquanto instituições de realização da mais-valia. Não nos interessa, nesta análise, caracterizar um setor pelo efeito útil que seu serviço ou bem final proporciona, mas sim atentarmos para as circunstâncias em que este trabalho é realizado. Há uma distinção clara entre mais-valia produzida e mais-valia realizada, já que nem todo montante produzido é de fato realizado; o que implica um problema para os capitalistas e não para os trabalhadores. Temos, então, que todo setor que é antecedido pela produção sob princípios da mais-valia insere-se no seu processo como elo indispensável à sua realização.

Em suma, o âmbito integrado dos capitalistas é o elemento que determina a transferência do capital social para os capitalistas particulares, de forma sempre desigual. São os desvios ocorrentes no

campo da produção de mais-valia que explicam as desigualdades para sua realização.

Numa visão teórica da estrutura econômica, – sintetiza Bernardo (1975) – tem de se elaborar o modelo seguinte: num primeiro movimento, a mais-valia produzida em cada empresa é centralizada pela classe capitalista globalmente considerada e, num segundo movimento, é distribuída aos capitalistas particulares. (p. 33-34)

A partir da compreensão deste terreno comum erigido pela prática dos diversos capitalistas, o momento de unidade em contraposição à particularidade, é que Bernardo chegará à concepção dos gestores.

3.4 – CAPITALISMO E PODER – A REDEFINIÇÃO DO PROBLEMA DO ESTADO:

Se Bernardo confere a Marx todos os merecimentos pelo potencial crítico fornecido por ele com o modelo da mais-valia, quanto a sua teoria de Estado, quase nada haveria de ser aproveitado. Acredito que, a propósito do tema, dois eixos podem nos conduzir no presente capítulo: a) redesenhar o papel do Estado no seu aspecto econômico, enquanto campo privilegiado de integração tecnológica e social inter-capitalista, o que o levaria a integrar-se no âmbito da estrutura e não somente da superestrutura e; b) apresentar a empresa capitalista nos seus aspectos político e ideológico, e não como mera entidade econômica, porém um conjunto de princípios hetero-organizacionais, o que conduz à concepção da empresa capitalista como agente constitutivo principal do que ele denomina Estado Amplo.

À época de *Marx Crítico de Marx* (1977), Bernardo ainda não cunhara o conceito de Estado Amplo, porém, já aparecia bem clara uma noção distinta daquela meramente política adotada por Marx e Engels, e das interpretações ortodoxas dos clássicos. Enquanto que para os autores do *Manifesto Comunista* (1982, vol. I, p. 109), o Estado moderno “não é mais do que uma comissão para administrar os negócios colectivos de toda a classe burguesa”, para Bernardo (1977 v.III), o Estado se definiria como instituição central de organização da economia, ponto essencial de

articulação tecnológica entre CGP e UPP. Seu caráter repressivo sobre os trabalhadores não adviria apenas da necessidade de estabilizar os descontentamentos sociais, mas, sobretudo da necessidade de “organizar as condições do incremento da produtividade do trabalho e, em geral, todas as condições de produção que incidem sobre a força de trabalho”. (p. 10)

Isto significa que, desde os estágios mais embrionários do capitalismo, ao Estado fora atribuído um papel econômico fundamental: estabelecer as CGP, sem as quais o desenvolvimento ulterior das UPP e outras tecnologias não se sustentaria. Nesse sentido, não há qualquer coerência em definir este modo de produção pela “livre-concorrência”, ou opor intervenção estatal à vigência da “lei de oferta e da procura”. O Estado se desenvolveria consoantemente ao processo de integração tecnológica das empresas, como resultante, portanto, dos imperativos do aumento da produtividade tipicamente capitalista.

Enquanto os teóricos burgueses liberais, grosso modo, concebem o Estado como entidade representante da generalidade da sociedade, cuja direção estabelecer-se-ia por uma cadeia de hierarquia de forças, boa parte dos marxismos ortodoxos – por um raciocínio parecido – vincula-o à mera função da coesão/contenção social. Da mesma desatenção quanto aos aspectos da integração tecnológica, decorreria também a abordagem pela qual o Estado só haveria interferido em assuntos econômicos de forma acessória e em épocas mais recentes. Por isso afirmam a relativa autonomia do Estado em relação à economia.³¹ Marx mesmo, quando o define como poder da burguesia, admite a possibilidade de pressão do proletariado nesta instituição. O que o colocaria como entidade resultante do equilíbrio de instituições alheias ou externas a ele.

Podemos adiantar que os entendimentos que Bernardo faz da base social específica de existência dos gestores e do Estado como aparelho econômico de integração emergem do acento posto por este autor nos mecanismos de aumento da produtividade e no relacionamento entre empresas no nível da produção que tal mecanismo exige. Diz ele (Ibidem, p. 14-15):

³¹ Poulantzas (1978; 1990) consta como uma das maiores expressões teóricas dessa concepção.

Tomar o Estado e os gestores como objeto ideológico é conceber o fundamento da relação inter-capitalistas como relação com as condições gerais de produção, o que implica a produção de um modelo da totalidade econômica enquanto estrutura diversificada.

Como pretendi demonstrar em uma passagem supracitada de Marx n' *O Capital* a respeito das leis fabris inglesas, embora ele em momentos vários reflita sobre uma ação produtiva específica do Estado em desagrado aos capitalistas particulares, não chega a elaborar uma teoria dos gestores. As regulamentações legais em “benefício” da classe trabalhadora figuram em quase toda obra como resultante apenas das reclamações sociais. Permanece ainda, conforme Bernardo, as mistificações do Estado, o qual, para Marx, seria suscetível às pressões sociais. Por esta afirmativa, os funcionários de Estado constituiriam nada mais do que meros assalariados da classe dominante. Neste caso, caberia mudar as peças do jogo ao invés de transformá-lo.

Até aqui, temos que, para João Bernardo, o Estado define-se como campo de conectividade entre as UPP e de cada uma delas com as CGP, sendo ele responsável pela coordenação das atividades gerais que viabilizam a prática da exploração. No segundo item deste capítulo, penso ter aclarado que os mecanismos de extorsão da mais-valia não poderiam ser descritos somente enquanto processo de expropriação econômica. Uma vez que envolve uma relação de controle de um grupo social sobre outro, o processo de exploração da mais-valia é ele próprio também uma forma de exercício de poder, uma espoliação política. O Estado é, neste entendimento, a capacidade de organizar a força de trabalho, de prescrever-lhe, exogenamente, práticas e crenças e discipliná-la em conformidade às exigências do aumento da produtividade.

Daí resulta que, pela perspectiva da classe trabalhadora, os aparelhos de poder dos capitalistas não se restringem àqueles habitualmente relacionados ao Estado-nação - parlamentos, sistemas judiciários, poderes executivos, forças policiais, etc. - o qual ele nomeia como Estado Restrito (Estado R). É no âmbito da empresa o contexto onde o trabalhador vivencia cotidianamente a autoridade das relações de produção capitalista, onde se encontra subjugado aos critérios das gerências e administrações profissionais.

No interior de cada empresa, os capitalistas são legisladores, superintendem as decisões tomadas, são juízes das infrações cometidas, em suma, constituem um quarto poder, inteiramente concentrado e absoluto, que os teóricos dos três poderes clássicos no sistema constitucional têm sistematicamente esquecido, ou talvez preferido omitir. (Idem, 1991a, p. 162)

Assim sendo, no que tange ao trato direto do capitalista com a força de trabalho, Bernardo conclui ser a empresa o elemento central a compor um outro tipo de Estado, dotado de poderes muito mais vastos que o Estado tradicional. São as empresas, neste ambiente, que detém a capacidade de ditar as regras determinantes não só à jornada de trabalho, mas também as que se fazem valer no conjunto da vida social e urbana do trabalhador. A este tipo de poder Bernardo dá o nome de Estado Amplo (Estado A).

O Estado A definiria-se pelos mecanismos de reprodução da mais-valia, ou seja, ocupar-se-ia de *regulamentar a relação imediata entre capitalistas e trabalhadores*, de tal modo que os traços característicos de sua forma de organização variam em função das sucessivas formas de extorsão da mais-valia que podem ser adotadas em diferentes épocas e regiões.

Para qualquer crítico ou apologista das teorias administrativas não passa despercebida a necessidade de ser redimensionada, em todos os aspectos, a conduta dos trabalhadores a cada nova geração tecnológica implementada. Trata-se de um conjunto de comportamentos, normas, padrões que extrapolam os limites formais do espaço/tempo de trabalho propriamente dito.³²

Maurício Tragtenberg (2006), em *Burocracia e Ideologia*, cuidou de traçar as similitudes organizacionais entre a burocracia típica de estado, como descrita por Max Weber, e a administração empresarial como entidade soberana, ambas inerentemente marcadas pelo alto grau de verticalidade e autoritarismo. Para ele, as teorias administrativas,

³² Sobre isto, encontra-se um vasto material acerca das diferentes instituições repressivas que acompanham a evolução do capitalismo (asilos, presídios, sanatórios, etc). Vide os clássicos exemplos de autores como Michel Foucault: *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987; *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002; ou Erving Goffman: *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

enquanto representações intelectuais do desenvolvimento sócio-histórico, constituem expressões ideológicas das classes dominantes. Não podem, portanto, serem tomadas como meras técnicas neutras de eficiência no trabalho, senão como formas de exercício do poder.

Em *Organização e Poder*, Fernando Prestes Motta (1986) segue esta linha de abordagem e atribui às reivindicações operárias a força motriz que impele as empresas a desenvolverem inovados e diversos mecanismos de cooptação e homogeneização de condutas. Para ele, este poder de intervenção empresarial expande-se para todo o corpo social tanto mais se consolide a interdependência das unidades produtivas, ao ponto de toda sociedade passar a viver em função da fábrica.

O que importa agora é a produtividade e a mais-valia, obtidas através da integração das grandes empresas em escala mundial, complementadas pelo relacionamento com determinados setores, especialmente os econômicos, dos Estados, partidos políticos, sindicatos e instituições educacionais, ou seja, o processo de integração das organizações burocráticas cada vez mais interdependentes. (p. 25)

Pela sua acepção, embora toda forma de cooperação, entendida nos termos que Marx desenvolvera em *O Capital*, implique a emergência da direção, ou da “função administrativa”, como tal, ela pode apresentar-se de forma autoritária ou democrática. Ocorre que, em sociedades cindidas por interesses de classe, toda forma de administração aparece como um sistema despótico. No capitalismo, particularmente, o grau elevado de integração econômica e tecnológica favorece aqueles que lidam diretamente com a organização da força de trabalho, com a padronização da produção e com a imposição da disciplina fabril.

De acordo com Tragtenberg (Ibidem), o sistema fabril - uma forma de produção baseada na reunião de um grande número de trabalhadores num só espaço - agira sempre como elemento nuclear de exercício e irradiação do poder no capitalismo. As particularidades de sua infra-estrutura tecnológica e de todas demais condições de produção, desde os primórdios da revolução industrial, exigiram um profundo disciplinamento da classe operária dentro e fora da fábrica e uma

inspeção intensa no processo produtivo: “Assim, o tecelão que chegasse cinco minutos após o último sinal ou que deixasse algum resíduo nos fusos, assobiasse ou deixasse aberta a janela, era multado em 1 shilling por cada contravenção.” (p. 75) Já a esta altura, juntamente às novas condições do processo de trabalho, surgem os grandes centros habitacionais que circundavam as indústrias, os quais constrangiam os operários a compartilharem no dia-a-dia da mesma precariedade da fábrica.

Naquele período, Saint-Simon despontara como um dos primeiros ideólogos do poder soberano das empresas, quando escreve *L'Organisateur* (1819-20), diz Tragtenberg (Ibidem, p. 80). Ali, Simon afirmava a convergência de interesses entre a indústria e a sociedade e prenunciava a noção de um corpo social único a ser dirigido cientificamente por um governo de técnicos. A manutenção da tranquilidade pública aparece, para este autor, como totalmente dependente da administração da sociedade, com toda sua riqueza, pela classe dos industriais. O poder administrativo haveria ainda de se estender da empresa particular para a área militar, educacional, sistemas religiosos, artísticos, etc.

A segunda revolução industrial teria, por sua vez, acarretado o aumento da dimensão das empresas e, com isso, as teorias de “caráter totalizador e global” (Saint-Simon, Marx e Fourier, por exemplo) teriam cedido lugar às “teorias microindustriais de alcance médio”, como as de Taylor e Fayol. No plano organizacional da empresa, tal processo significou a intensificação da função de direção, responsável pela harmonização das múltiplas atividades individuais parceladas, fazendo-as atuarem como um corpo produtivo em conjunto. A partir de então, já fora possível constatar, com destaque nos EUA, o adensamento das conexões tecnológicas que permitiriam a concentração industrial. Do que resultara um tipo de sistema econômico onde as grandes empresas – por gozarem de uma forte influência monopolística no mercado – passam a planejar a produção em longo prazo. Simultaneamente, diz Tragtenberg (Ibidem, p. 87), tem-se

a grande divisão de trabalho entre os que pensam e os que executam (...) Aqueles fixam o progresso da produção, descrevem os cargos, fixam funções, estudam métodos de administração e normas de

trabalho, criam as condições econômicas ao surgimento do taylorismo.

Muito mais do que parcelizar, regular e fiscalizar tempos e gestos dos trabalhadores no decorrer da produção, o projeto de Taylor – mostra-nos Tragtenberg (Ibidem) – envolvia um ideal de formação humana que primava pelo ascetismo, pela mentalidade entesouradora, pela abstinência alcoólica, pela condenação da vadiagem, etc. Isto quer dizer que os princípios de aumento da produtividade passam a implicar em restrições a toda a vida do trabalhador, para além dos muros da fábrica.

Fayol teria dado a continuidade a estas premissas, reafirmando a monocracia diretiva, porém, conjugando-a com um tratamento um tanto mais paternalista em relação ao operário. Todavia, ambos modelos administrativos se assemelhavam, no que diz respeito à disciplina estrita na organização fabril, às organizações militares. Algo também já notado pelos estudos de Weber.

Ainda nessa matéria, cabe fazermos menção a Gramsci (1976). Embora haja em *Americanismo e Fordismo* – penso eu - certo exagero em colocar o peso ideológico (superestrutural) do puritanismo como fator determinante do acelerado desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, não se pode negar a sua perspicácia em notar, já em 1934, que a hegemonia do fordismo dependeria de processos dentro e fora da fábrica.

Os métodos de trabalho que a racionalização fordista exigia eram extremamente dependentes de uma série de condutas a serem tomadas pelo trabalhador mesmo nos seus períodos de ócio. Ambicionou-se um estilo de viver e de pensar combinado ao tipo de trabalhador física e psicologicamente apto para o novo padrão de produtividade. Para tanto, formas de controlar o hábito da classe trabalhadora em todos os aspectos de sua sociabilidade foram desenvolvidas nas grandes cidades: desde os gestos e procedimentos laborais, até as formas de gastos dos salários, tipo de alimentação, habitação, costumes, lazeres, etc. Acrescenta-se a isto o especial cuidado com que os capitalistas passaram a intervir sistematicamente nos instintos sexuais e no consumo de bebidas alcoólicas. O que teria sua ideologização máxima com o surgimento da *psicanálise* e com a instituição da severa *lei seca* nos Estados Unidos,

combinando, assim, persuasão e força, respectivamente. (Gramsci, 1976)

Com o aparecimento da tecnologia de automação, inaugurar-se-ia ainda um novo momento para as teorias administrativas. Segundo Tragtenberg, em linhas gerais, o conjunto volta a ter prioridade sobre as partes, e o novo tipo de trabalhador exigido deixa de ser aquele que desenvolve meras funções mecânicas para tornar-se aquele que executa funções de controle. Haveria um predomínio de funções de comunicação sobre as de execução. O melhor aproveitamento possível da força de trabalho passa a ocorrer justamente por ruptura aos preceitos tayloristas de cisão radical entre concepção e execução, o que requer uma formação cultural muito mais elevada do trabalhador. Foi dentro deste contexto que a *Escola das Relações Humanas* passou a presidir o universo das teorias administrativas, até os dias de hoje.

Formalmente, o movimento iniciado por Elton Mayo teria por base a crítica da competitividade, por conta de esta obstar o livre desenvolvimento da cooperação e da harmonização de interesses. Todavia, como asseverou Tragtenberg (2005): “A política de ‘relações humanas’ é excessivamente polida para ser honesta”. (p. 27) A empresa, sob este novo paradigma, assume definitivamente o seu papel de educadora de homens e revela ser não somente o espaço de produção de um excedente econômico, mas também o palco da inculcação ideológica. São elas hoje detentoras e difusoras de potentes instrumentos ideológicos como canais de televisão, revistas, parques de diversão, bibliotecas recheadas de livros de auto-ajuda, cursos de gramática, oratória, etc; os quais visam agir sobre os homens de forma a provocar neles uma atitude conveniente às novas demandas dos processos produtivos. Fundamentalmente, o êxito desta nova modalidade de poder empresarial reside na psicologização dos conflitos de ordem social, fragmentando e individualizando os trabalhadores. Esta “regressão do político ao psíquico” constitui o princípio hetero-organizacional que dilacera a solidariedade de classe e reafirma o poder de Estado em que consistem as empresas. (Ibidem, p. 39)

Enquanto a Escola Clássica pregava a harmonia pelo autoritarismo – resume o autor – Mayo procurou-a pelo uso da Psicologia, convertendo a resistência em problema de inaptação pela

manipulação dos conflitos, por pessoal especializado em Psicologia social e Sociologia industrial, ou melhor, relações industriais. (Idem, 2006, p. 101)

De todo modo, a contenção das diversas manifestações de resistências dos trabalhadores nunca fora tarefa exclusiva das polícias oficiais do Estado R, nem das técnicas de organização como tematizadas pelas teorias de administração. As empresas, em todo curso do capitalismo, sempre recorreram a seus próprios aparelhos de repressão aberta que, na maioria dos casos, transbordam os parâmetros formais e jurídicos que regulamentam os órgãos estatais tradicionais. A informalidade é a tônica do poder crescente exercido pelo Estado A. Trata-se de uma modalidade que admiravelmente se tornou tanto mais vasta quanto mais se difundiu o neoliberalismo e os regimes democráticos.

Com esta finalidade é que nos Estados Unidos, a partir da metade do século XIX, foram criadas agências de detetives que funcionavam como instrumentos importantes destinados a espionagem e desarticulação das organizações e greves operárias.³³ Posteriormente, ficaria conhecida a infiltração de organizações criminosas, geralmente *gangsters*, em sindicatos operários na década de 30. Henry Ford também não prescindiu de um policiamento privado

não só para seguir os passos dos militantes políticos e sindicais no interior das fábricas da companhia, mas igualmente para se infiltrar nos meios da grande imprensa, nas principais universidades, em outras empresas e até nas esferas governamentais. (Bernardo, 2002, p. 144)

Mais recentemente, em 1978, a General Motors, por exemplo, contava com um exército de 4.200 agentes de segurança privados. Uma quantidade, na época, ultrapassada somente pelo efetivo de policiamento estatal de cinco cidades norte-americanas. Experiências que em diversos

³³ Bernardo (2002, p.143) lembra o caso da *Pinkerton National Detective Agency* criada em 1850 nos EUA. Allan Pinkerton, seu fundador, que durante anos fora membro da polícia oficial, agregou um bando de pistoleiros, organizou-os e os pôs a disposição de diversos serviços particulares.

países - EUA, Canadá, Reino Unido e Brasil - vêm se tornando cada vez mais sintomáticas e generalizadas, sensivelmente a partir da década de 80, quando se tornou vertiginosa a curva de crescimento dos números atinentes à intervenção privada nos aparelhos repressivos, o que os colocou, tanto em pessoal quanto em despesa, em incontestável superioridade relativamente à segurança pública.³⁴

Nesse sentido, os sindicatos burocratizados devem também ser inseridos como órgãos constitutivos deste tipo de Estado. Pois que, em todo o desenrolar do capitalismo, o que não faltam são episódios que ilustrem a atuação destas entidades enquanto instrumentos de poder e violência sobre a classe operária. Agindo como organizadores e disciplinadores diretos da força de trabalho, se definiriam como “correia de transmissão às decisões patronais e governamentais”, como observara Tragtenberg (2005, p. 131)³⁵. E, ao contrário do que prega a esmagadora maioria da esquerda oficial e seus dirigentes profissionais, os próprios trabalhadores já haveriam demonstrado na prática seu conhecimento da função disciplinar e policialesca levada a cabo pelas burocracias sindicais. É o que nos sugere a grande onda de insurgências operárias, greves e ocupações de fábricas, que durante as décadas de 60 e 70 desencadearam-se por fora dos sindicatos – e muitas vezes contra ele – de modo a pôr em causa outras instâncias de poder que não somente aquelas ligadas ao aparelho de Estado convencional.

Decerto, fora a evolução da microeletrônica a base material determinante que permitiu o alargamento do campo de atuação soberana do empresariado. O Estado A torna-se tanto mais soberano e hegemônico à medida que esta tecnologia permite unificar a atividade profissional, o processo de fiscalização e o próprio lazer em um mesmo instrumento, tudo sob o inteiro comando das grandes empresas. Por este meio, tornou-se possível ao capitalista antecipar-se a qualquer transgressão do trabalhador durante o processo produtivo, vigiá-lo por

³⁴ "O Brasil já conta com mais de 1,5 milhão de câmeras de segurança, das quais 80% em São Paulo, e 600 mil vigilantes, mais que os efetivos do Exército, da Marinha e da Polícia Militar juntos": dados da *BBC Brasil* de 02 de agosto de 2007.

³⁵ É o que conclui o autor a partir do simbólico episódio, no ano de 1972 nos EUA, quando “relações de amizade” foram estabelecidas entre a *General Motors* e o seu Sindicato dos Trabalhadores: em meio a uma paralisação do trabalho, a empresa autoriza o sindicato reter 46 milhões de dólares do seguro-saúde, com a facilitação de serem pagos a juros baixíssimos. A entidade, então, passa a perseguir e penalizar os agitadores mais radicais, cumprindo sua parte do acordo acertado com a empresa.

toda jornada de trabalho mediante sistemas que, nos casos mais avançados, podem memorizar cada operação executada, monitorar e registrar a distância seus movimentos e conversas. (Bernardo, 2002, p. 149)

Se debruçarmo-nos com um mínimo espírito crítico sobre algumas transformações tecnológicas que caracterizam nossa época, parece-me inevitável constatar a naturalidade com que este poder avança e permeia em cada detalhe da sociabilidade urbana contemporânea. Hoje, os métodos de fiscalização eletrônica transbordam os limites físicos das empresas para instalarem-se em lojas, bancos, bares, praças públicas, eventos esportivos, universidades, auto-estradas, estações de ônibus e trens urbanos, elevadores, aparelhos de telefonia móvel, cartões eletrônicos de transporte público, etc.

Não se pode ainda ignorar o crescimento de empresas que concentram em seus domínios enormes bancos de dados, por meios dos quais recolhem, guardam, tratam e sistematizam informações que as auxiliarão no momento de replanejarem mercados, na criação de publicidades, no direcionamento do consumo e outras estratégias empresarias.³⁶ A este respeito, Bernardo (2007b) tece um tragicômico comentário na apresentação do recente relançamento do clássico romance de George Orwell, *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*:

É graças à unificação de todos os aspectos da vida numa tecnologia integrada que a democracia capitalista pode realizar na prática as suas virtualidades totalitárias. O *Big Brother* já não é uma figura de estilo, converteu-se numa vulgaridade quotidiana.

Contudo, isto não nos leva afirmar o declínio completo do aparelho clássico de Estado. O Estado Restrito, com suas instituições clássicas que compõe a estrutura governamental de poderes, continua a atuar fundamentalmente – porém não exclusivamente - como *regularizador das relações inter-capitalistas*.

³⁶ A empresa *Google Inc.*, por exemplo, além de deter o maior site de busca da internet - o *Google Search* -, possui um site de relacionamentos - o *Orkut* - no qual os usuários colaboram voluntariamente disponibilizando à empresa dados pessoais, e um sofisticado satélite de imagens - o *Google Earth* - que fornece informações geográficas super detalhadas de qualquer lugar da superfície terrestre. Uma tecnologia de fazer inveja até mesmo ao Pentágono.

Como veremos mais adiante, ele pôde subordinar-se aos interesses sociais da burguesia nas ocasiões em que esta fora a classe hegemônica na globalidade do capitalismo, porém as suas funções sempre foram executadas por gestores. O tipo de organização do Estado R está diretamente associado ao processo de constituição das classes capitalistas. Dois exemplos extremos: por um lado, a forma em que se pauta na acumulação de capital centralizada é quando encontramos uma ditadura interna; de outro, encontraremos a vigência de uma democracia interna quando se tem uma rede pluricentrada de acumulação. (Idem, 1991a; 1998)

Ainda que definidos isoladamente, nos processos históricos o Estado Restrito e o Estado Amplo sempre desempenharam seus papéis de forma bastante articulada. Num quadro em que os mecanismos da mais-valia relativa mostrem-se bastante reduzidos e ineficazes, ocorre uma dificuldade de acumulação de capital; o que implicará, por sua vez, em uma relação inter-capitalista com severas dificuldades de integração. Tal instabilidade favorece a instauração de regimes autoritários, já que não há o consenso entre a classe capitalista. Paralelamente, em decorrência desta impossibilidade de efetuarem-se os mecanismos da mais-valia relativa, na relação entre capitalistas e força de trabalho constataremos a recorrência a repressão aberta. Por outro lado, se a situação for favorável a uma economia baseada na mais-valia relativa tornar-se-á mais viável a prática de políticas trabalhistas, referentes à força de trabalho, e democráticas na relação entre os capitalistas, já que estes tirarão proveitos de períodos de relativa estabilidade em relação às normas que regulamentam estas relações.

Neste sentido, é possível identificar algumas tendências históricas de articulação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito: o Estado R de organização democrática conjugará-se preferencialmente com um Estado A de cunho reformista; enquanto um Estado R autoritário associará-se provavelmente a um Estado A repressor.

Em *Estado: A Silenciosa Multiplicação do Poder* (1998), Bernardo procurou apontar alguns casos nos quais o Estado R revelara-se essencial para a implantação das CGP nas grandes metrópoles durante a primeira fase do capitalismo. Isto ocorrera, sobretudo, nos países europeus que iniciaram mais tardiamente o processo de industrialização. Paralelamente, nas colônias africanas e na Índia britânica, em meados do século XIX, observara-se que as empresas coloniais que ali se

instalavam tiveram condições de transformar a população local em força de trabalho assalariada sem a menor intervenção ou vigilância dos governos centrais das metrópoles.

Estas empresas criaram os seus exércitos próprios, prosseguiram por sua iniciativa uma atividade diplomática e bélica, travaram batalhas e assinaram tratados, estabeleceram administrações e tribunais, fundaram bancos emissores. (p. 43)

Tal evento sugeriria que durante este período, o Estado A fora praticamente o único aparelho de poder capitalista nestas regiões, ao encarregar-se de tarefas que costumeiramente são atribuídas ao Estado R.

Posteriormente, observou-se que estas empresas não detinham, por si só, a capacidade de sustentar os custos necessários para a geração de força de trabalho capitalista, nem tampouco para arcar com custos correspondentes à implantação de outras CGP. Ou seja, era impossível realizar em poucos anos um processo de acumulação primitiva do capital que na Europa havia demorado séculos. A partir de então, os Estados R metropolitanos assumiram os encargos de instituições militares, administrativas e judiciárias, antes conduzidas pelo Estado A. Noutro artigo, o autor (1992, p. 398) observa:

As Condições Gerais de Produção, as infra-estruturas materiais e sociais sem as quais não existiria um sistema econômico integrado, não podiam ser imediatamente organizadas e mantidas pelos conjuntos das empresas. Representante de todas e árbitro entre elas foi o aparelho de Estado clássico a encarregar-se dessas funções, desempenhando um papel primordial na concentração de capital. O crescimento econômico parecia ser sinônimo do reforço do Estado central e do centralismo estatal.

Quando este equilíbrio de poderes entre o Estado R e o Estado A, auxiliados perifericamente pelos sindicatos enquanto organizadores do mercado de trabalho, ocorre por vias formais, temos aí as bases essenciais do corporativismo clássico. Segundo Bernardo, no decorrer

de várias décadas do século XX o corporativismo esteve presente em diversos tipos de sistemas políticos capitalistas. Inclui-se no seu conceito o fascismo, o *New Deal*, a social-democracia *keynesiana* e o regime soviético por conta dos planos quinquenais. Ulteriormente, entretanto, estes sistemas corporativos resultaram no declínio do Estado Restrito e na ascensão do Estado Amplo. (Ibidem)

Dois grandes motivos haveriam contribuído diretamente para este acontecido. Primeiramente, o altíssimo grau de concentração de capital atingido pelas grandes empresas, o qual permitiu o seu inter-relacionamento e, conseqüentemente, a possibilidade de cuidarem de forma independente das CGP, sem a intervenção acentuada do Estado R. Outro fator fundamental teria sido a própria natureza do Estado R, quer dizer, o seu aspecto nacionalista como marca fundamental. Circunscrito às demarcações territoriais, seu modo de proceder tornara-se inadequado para o novo padrão de concentração de capital que, cada vez mais, tornava-se transnacionalizado.

Atualmente, não são poucas as pesquisas que destacam a secundarização do papel do Estado-nação como agente do cenário político mundial, bem como de delineador de medidas sociais e de regulamentação trabalhista dos países centrais ou periféricos. A forma regulacional do *Welfare State* – cerceada pelos limites nacionais - fora progressivamente substituída pelo receituário neoliberal. Como já apontado, isso ocorreria, de acordo com João Bernardo, em decorrência da restrição que os quadros nacionais ofereceriam ao pleno processo de acumulação. Neste contexto, os Estados nacionais passam a ser induzidos a repassarem suas atividades mais típicas aos domínios das grandes corporações, como se verificara com as ondas de privatizações. “Trata-se da paulatina passagem desses órgãos de um para outro aparelho de Estado (...) isso significou apenas que o Estado R reduziu seu âmbito, em benefício do Estado A.” (Idem, 1991a, p. 170)

O que dizer hoje da superioridade escancarada das agências internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional? Criadas como instrumentos rígidos de imposição de limites às políticas econômicas nacionais, reforçam a dimensão global atingida pelo capitalismo. Nos últimos vinte e cinco anos, em todos os setores, raríssimas tem sido as atuações dos aparelhos clássicos de Estado que não são fortemente orientadas por estes órgãos. O suporte financeiro e creditício concedido às economias em crise vem sendo a

maneira mais comum pela qual estes organismos introduzem suas políticas não apenas monetárias, mas também sociais. Seus efeitos podem ser sensivelmente detectados nos casos de países como Rússia, México e Brasil. (Beynon, 2003; Santana & Ramalho, 2003)

Acima e independente destes obstáculos fronteiriços, beneficiam-se as corporações internacionais enquanto protagonistas da nova configuração geopolítica mundial que se desenha a partir do final da segunda guerra mundial e se acelera extraordinariamente nos anos 80 e 90. Manuel Castells (1999, p. 257) apontou alguns dados que exprimem a ascensão destes grupos multinacionais como investidores estrangeiros diretos, principalmente no tocante ao gerenciamento da força de trabalho. Segundo seus estudos, o número de empresas multinacionais aumenta de 7 mil em 1970 para 37 mil em 1993, quando elas passam a deter o controle de uma mão-de-obra responsável por um terço do total da produção mundial. Acrescenta ainda que o valor total de suas vendas, no ano de 1992, somou US\$ 5.500 bilhões, quantia equivalente a 25% a mais que o valor total do comércio mundial. Com isso, estas organizações passam a remodelar a divisão internacional do trabalho de acordo com suas próprias estratégias de funcionamento em redes.

Huw Beynon (Ibidem) elenca alguns exemplos flagrantes do poder social que é assumido por estas organizações que com o fim da União Soviética e a liberalização das economias da China, da África do Sul e do Brasil teriam acelerado o desenvolvimento de suas atividades em escala global. Apenas como ilustrativo de uma das facetas do poder de pressão internacional exercido pelas grandes corporações, o autor destaca o caso da empresa *Hyster*, fabricante de empilhadeiras. Ao anunciar a necessidade do fechamento de uma de suas três plantas européias, constrange os grupos de trabalhadores de três regiões diferentes a entrarem numa corrida pela redução salarial com o temor do desemprego. Segundo a empresa, seria escolhida para o fechamento a fábrica cujos trabalhadores estivessem menos dispostos a negociar níveis mais baixos de salário. Algo bastante parecido fizera a *Ford*, quando exigiu a não existência de um acordo nacional a respeito do salário e das condições de trabalho como condição para a instalação de uma nova fábrica de componentes em Dundee, Escócia. Para, no final, resultar ironicamente com a sua instalação nas Filipinas. (p. 48) Este tipo de ameaça de transferência de produção constitui um dos mais poderosos instrumentos utilizado pelos capitalistas como forma de

contenção de reivindicações trabalhistas, como também apontou a investigação de Rodrigues (2002).

Atento a esta recomposição da ordem capitalista, Bernardo acredita ser cada vez mais significativo o fato de os comércios exteriores não serem mais centrados e tratados entre países. Isto significa que o comércio mundial se processa, atualmente, no interior dos grandes grupos econômicos, ou seja, de companhias transnacionais.

O dado é ainda mais perceptível nos países de economias mais avançadas, como observou o economista De Anne Julius (*apud* Bernardo, 2000, p.40), numa publicação do *The Economist* de 1991. Mais da metade do comércio total entre países da OCDE se efetuava entre as grandes sociedades e as suas filiais no estrangeiro. Há, como se vê, diversos mecanismos que permitem que as grandes empresas driblem as barreiras comerciais protecionistas, “investindo e estabelecendo filiais nos países que decidirem aumentar, acima de certo nível, as suas tarifas aduaneiras.” (Idem, 1998, p. 46)

Assim também concluiu Castells (Ibidem, p. 259), ao apontar que “a complexidade da economia global não é facilmente capitada pelas estatísticas tradicionais sobre comércio e emprego.” De acordo com os dados da UNCTAD e da OIT, cerca de 32% do comércio mundial corresponde a intercâmbios internos entre as empresas, sem intermédio do mercado; que podem ocorrer por absorção e controle direto de uma empresa ou mesmo por intermédio de redes, sistemas de subcontratação de serviços, etc.

A enorme concentração de massas de capitais detidos pelas empresas permite-lhes, portanto, que se inter-relacionem e façam transações financeiras, investimentos de diversas modalidades, *franchising*, transferências de tecnologias e outros métodos que imobilizam quaisquer políticas econômicas independentes das que eventualmente os países queiram aplicar. De lá pra cá, a tendência é que todos estes dados só tenham aumentado em favor das corporações transnacionais.

O intuito destas considerações acerca da questão do Estado fora o de precisar o caráter das relações sociais capitalistas, na concepção do autor. Para quem, sob este modo de produção, afirmar que uma dada classe explora economicamente outra classe é, paralelamente, afirmar que a primeira detém o poder de organização sobre a outra. A expropriação econômica da força de trabalho é inseparável da sua

expropriação política, de sua capacidade de auto-organização. Este poder, por sua vez, não se limita ao tempo e espaço do processo produtivo propriamente dito e estende-se para as 24 horas do dia de um trabalhador. Esta concepção identifica hoje as corporações transnacionais como grandes protagonistas do novo quadro geopolítico, em detrimento dos papéis do Estado-nação e da propriedade privada. O que se configura como um campo cada vez mais privilegiado para o global desempenho que caracteriza o papel da classe dos gestores.

4 – A CONCEPÇÃO TEÓRICA DOS GESTORES EM JOÃO BERNARDO

No capítulo anterior, procurei apresentar algumas definições singulares à obra de João Bernardo, sem o quê seria impossível manejarmos o conceito de gestores adequadamente. Agora, o intuito é adentrarmos a matéria propriamente dita. Quer dizer, apresentar as razões pelas quais o autor concebe os gestores como classe social dominante investida de determinações próprias. O que o faz sob critérios primordialmente marxistas, ao meu entender, uma vez que esta concepção se desenvolve referenciada na prática de extorsão da mais-valia que este grupo desenvolve.

4.1 – AS CLASSES SOCIAIS:

De acordo com o autor, as classes sociais têm sido concebidas, na maior parte das variantes dogmáticas do marxismo, a partir de um mesmo modelo teórico pelo qual, ou são elas redutíveis a unidades elementares, os indivíduos, ou são os indivíduos expansíveis às classes.³⁷ Entre estes dois procedimentos teóricos, haveria a comum ignorância a propósito de algo que discutimos no capítulo anterior, ou seja, “os campos de realização das práticas enquanto multiplicidade de instituições” e, por isso, “não concebem a prática como multiplicidade de aspectos”. (Bernardo, 1977 v.III, p. 104) Em ambos, as práticas seriam apresentadas como manifestações de definições teóricas que as precedem.

Num primeiro caso, os indivíduos são tomados como elementos morais que preenchem tais abstrações teóricas, ou seja, seriam eles, de fato, suplantados por uma consciência anterior, conceitos autônomos – forças produtivas e relações sociais de produção. (Marx, 1982 t.I, p. 530) Se as classes são definidas por um conjunto de consciências comuns, significa que é possível chegar-se ao elemento individual como resumo de todos os princípios básicos que caracterizariam as classes fundamentais.

³⁷ Quem se lembrar da definição apresentada na *Introdução* do presente trabalho constatará que, antes de *Marx Crítico de Marx* (1977), João Bernardo compartilhou desta concepção geral de classe social durante um curto período.

Por esta mesma lógica, é possível também proceder num sentido inverso, partindo de uma definição de indivíduo para, então, alcançar-se a noção de classe. Já neste caso, a classe social é que aparece como projeção material das consciências individuais tipificadas. “É neste contexto que a generalidade dos teóricos ortodoxos afirma a necessidade de definir as classes tanto ao nível das relações sociais no modo de produção, como das consciências individuais”. (Ibidem, p. 105) Concebe-se, portanto, que os indivíduos sejam o centro gravitacional das práticas sociais, ao que as classes possam ser decompostas ou, ao contrário, que as classes sociais sejam a simples multiplicação destes indivíduos indiferenciados. Conforme a reflexão feita no capítulo anterior, é no âmbito da produção de instituições, enquanto práticas em processo, que a questão é definida na teoria de João Bernardo.

É necessário, pois, conceber a existência de uma hierarquia de aspectos múltiplos que compõem uma dada prática concreta. Como penso ter deixado claro nas páginas iniciais do capítulo anterior, os indivíduos vêm-se cotidianamente repartidos em inúmeras instituições sociais que se relacionam estruturadamente. Dentre essa estrutura de aspectos, é dominante aquele aspecto da prática que condicionar o desencadeamento dos demais. No modelo aqui apresentado - como em todos os modelos marxistas em geral - é a prática básica na produção que figura como aspecto dominante, não porque esta seja a prática mais real materialmente, transcorrendo sobre produtos físicos e palpáveis, mas unicamente por ser ela a asseguradora da reprodução humana, da qual dependem todas outras práticas subseqüentes. É este o aspecto hierarquicamente dominante para um conjunto de práticas sociais, e são os campos de realização comuns desses aspectos que constituem as *classes sociais*.³⁸ (Ibidem, p. 108) Impossíveis, nesse sentido, de serem reduzidos a elementos individuais, visto que neles (campos-classes) apenas realizam-se *os aspectos dominantes* de práticas que, concretamente, difundem-se em outros inúmeros campos institucionais, outras práticas e sobre-práticas (práticas secundárias), que não necessariamente estejam ligadas diretamente à prática básica da produção, apesar de estruturalmente a ela subordinadas.

³⁸ Em *A Dialética da Prática e da Ideologia*, a noção de aspecto dominante de uma prática aparece como *prática primária*. Como apresentei no capítulo anterior: “Às instituições de cada prática primária chamo classe social.” (Bernardo, 1991b, p. 19)

As classes sociais tornam-se efetivamente reais na medida em que aspectos comuns de práticas particulares processam-se em instituições comuns, cuja existência perene é que constitui uma realidade histórica. Então, a rigor, as classes não são exatamente práticas, senão os campos institucionais em que se desenvolvem essas práticas dominantes. Portanto, ao se tratar de uma classe social não é no âmbito do indivíduo que ela deva ser imaginada, porém, sempre no âmbito das instituições sociais, já que o indivíduo, nesta concepção não é unidade nuclear do conceito e de modo algum a expressão concentrada de uma classe. “Os indivíduos não constituem as unidades dos grupos sociais; as unidades dos grupos sociais são funções específicas.” (Idem, 1985b, p. 90)

No capitalismo, as classes sociais - e seus correspondentes campos institucionais básicos – são, então, determinadas pela sua forma específica de exploração que o destaca de outros modos de produção. Entende-se por exploração, na definição bernardiana, a “cisão fundamental entre a reprodução das riquezas e a produção de novas riquezas, por um lado e, por outro, a decisão – quer deliberação, quer sua imposição prática – do modo de utilização da riqueza produzida”. (Idem, 1977 v.III, p. 113) Noutras palavras, a exploração sempre acontece quando há práticas distintas e opostas na produção. Para Bernardo, a singularidade fundamental a ser apreendida deste modo de produção é a dissociação completa entre dois campos diferentes: a gestão dos meios de produção e a propriedade jurídica dos meios de produção. “A cisão entre a gestão e a propriedade” – nos diz ele – “é um elemento fundamental para a divisão de classes no capitalismo, dela decorrendo formas distintas de distribuição da riqueza, neste caso particular: da mais-valia.” (Ibidem, p. 117)

4.2 – OS GESTORES – ESTRUTURA, ORIGEM E IDEOLOGIA:

Assim colocado, as classes sociais são, então, campos sociais distintos e opostos que se relacionam dentro de uma mesma realidade integrada. Para Bernardo, no entanto, o que se encontra em parte de *O Capital* são definições em si. Isso aconteceria quando Marx passa da análise da estrutura de exploração, nomeadamente no Livro I, para a definição das classes por métodos diferenciados e desarticulados.

Em relação à burguesia, aplicar-se-ia o critério da propriedade ou não dos meios de produção. Enquanto, em relação ao proletariado, a demarcação, paralelamente utilizada, teria como referência a produção ou não de mais-valia. Por fim, seríamos induzidos a assimilar, sem mais, o enfoque na relação propriedade/não-propriedade ao enfoque na relação não produção de mais-valia/produção de mais-valia. (Bernardo, 1977 v.III, p. 122)

E é precisamente nesta passagem, neste jogo de luzes, que a classe gestorial é encoberta teoricamente, embora seja a estrutura ideológica interna da obra o ponto de partida para que o conceito possa ser estabelecido. Conforme o modelo apresentado, a cisão típica operada por este modo de produção leva-nos a considerar os capitalistas como aqueles que, além de serem apropriadores do produto final do trabalho, por diferentes vias de propriedade, são, sobretudo, aqueles que organizam o processo produtivo, nos termos das relações sociais de produção.

Desde suas primeiras formulações a respeito das problemáticas envolvidas na questão do que viria a denominar gestores, o autor colocara algumas objeções à associação direta que se faz – em decorrência da não-visão das contradições presentes em Marx - entre o conceito de relações sociais de produção e relações jurídicas de propriedade. No *Prefácio de Para a Crítica da Economia Política*, Marx teria sido controverso na parte do texto em que se refere à contradição central que presidiria a vida social dos homens e os períodos revolucionários da história. Ao mesmo tempo em que fala de uma contradição entre *forças produtivas em desenvolvimento* e *relações de produção*, menciona também a contradição entre as *forças produtivas* e as *relações de propriedade*, sem precisar o peso cabível a cada qual, nem caracterizar o tipo de relação mútua que estabelecem.

Em *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975), diante dos malogrados projetos de ultrapassagem do capitalismo com base na simples supressão da propriedade privada, Bernardo principia suas considerações a esse respeito.

Segundo ele, a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção não pode ser levada a termo no modo de produção capitalista. Por sua vez, a contradição entre forças produtivas e relações de propriedade pode, ao nível jurídico, se desenvolver em sucessivas formas de realização da propriedade sem que por isso alterem-se os

fundamentos das relações de produção dominantes. O que significaria apenas o protelamento da superação do antagonismo fulcral, ou seja, a reprodução, em formas mais agudas e alargadas, das mesmas relações de produção de tipo capitalistas. (Ibidem, p. 197-199) É possível, desta perspectiva, preservar intactos os mecanismos de produção de mais-valia - uma relação social de produção determinada - sob formas diferentes de propriedade. Nesse sentido, os gestores seriam meros portadores de novas relações de propriedade sem nunca terem posto em causa a perenidade deste modo de exploração.

Em termos mais simples, no modelo bernardiano, os gestores constituem a classe que preencheria a lacuna deixada entre as relações jurídicas de propriedade e as relações sociais de produção capitalista baseadas na mais-valia. Trata-se de um campo social independente cuja origem está na integração tecnológica das UPP e das CGP. Vale lembrar que a exploração de tipo capitalista caracteriza-se por não ocorrer em unidades isoladas, do que podemos inferir não ser o proprietário particular o detentor de toda organização da produção e distribuição de mais-valia. Tal processo só ocorreria - como já foi suficientemente discutido a partir do conceito de segunda determinação da lei do valor e de mais-valia relativa - nos termos da relação entre a totalidade dos trabalhadores e a totalidade dos capitalistas.

Nunca é demais realçar que o desenvolvimento desta segunda determinação implica que as unidades produtivas tendam a ser cada vez menos unidades tecnológicas para se enquadrarem num processo técnico que compreende e conecta diferentes processos de produção. Em função da consolidação deste aspecto, afastam-se progressivamente do controle sobre o processo de trabalho tanto os produtores diretos quanto os proprietários jurídicos dos meios de produção; algo que, em seu conjunto, fica a cargo da classe dos gestores.

Torna-se, mediante este movimento de integração, cada vez mais evidente a existência de um antagonismo estrutural de interesses entre a multiplicidade de proprietários privados de unidades produtivas e o outro tipo de capitalista que ascende com o processo de concentração tecnológica. Articulando estes dois critérios - o da propriedade e o das relações sociais de produção - teríamos os gestores enquanto classe exploradora, apropriadora coletiva de mais-valia.

Desse modo, se quisermos apreender o argumento marxista que fundamenta a concepção bernardiana de gestores como classe social,

devemos, primeiramente, submeter essa discussão aos critérios de distinção entre o trabalho produtivo e o trabalho não-produtivo; um primeiro passo para a aclaração do problema. Através desta primeira problemática, poderíamos verificar existência de uma relação direta entre a participação no controle das instituições centrais das duas diferentes modalidades de Estado (Amplio e Restrito) e a apropriação de mais-valia, o que os afastaria dos proletários. Adiante, convém entendê-los sob a perspectiva de seu canal singular de apropriação do excedente, a fim de precisarmos os antagonismos entre gestores e burgueses.

Sabe-se que Marx diferenciara-se dos economistas burgueses que o antecederam, entre outras coisas, por ter salientado a especificidade do *trabalho produtivo sob o modo de produção capitalista* em relação ao *trabalho produtivo em geral*. Concebendo-o, portanto, a partir de relações sociais determinadas. Formalmente, não se tem dúvidas: trabalho produtivo é todo trabalho capaz de gerar mais-valia (Marx, 1969, p. 108). Isto é, aquele que possui capacidade de produzir mais-valia diretamente com vistas à valorização do capital.

Esta definição de Marx mostra-se indiferente à natureza material do produto, ou ao valor de uso gerado, como o é também ao fato deste trabalho objetivar-se ou não em coisas materiais a serem reinseridas em processos de produção subseqüentes. Não se trata do “conteúdo” da atividade, seu resultado final, senão do “dado sistema social de produção”, de sua “forma social de organização”, como acertadamente interpretou Rubin.³⁹ (1987, p. 280)

É o que se pode obter a partir de duas inferências que Marx (Ibidem, p. 109-111) assinala a partir desta proposição: primeiramente, posto que consideramos sempre o trabalhador coletivo, a força de trabalho socialmente combinada, e nunca um operário individual, são diversas as modalidades de trabalho que compõem a máquina produtiva total, tornando-se irrelevante se a função deste ou daquele trabalhador esteja mais ligada ou não ao trabalho manual direto; e segundo, o

³⁹ Poulantzas, por um lado, insiste igualmente neste aspecto. No entanto, deixa vazão a outras leituras anuviadoras a respeito do problema de ser necessário ou não sua reinserção física no processo produtivo posterior. Como se verifica: “Pode-se dizer então que é trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, aquele que produz a mais-valia ao reproduzir diretamente os *elementos materiais* que servem de substrato à relação de exploração: aquele, pois, que intervém diretamente na produção material *produzindo valores de uso* que aumentam a riqueza material.” (Poulantzas, 1978, p. 235) [grifos meus]

possuidor de capacidade de trabalho defronta-se com o capital enquanto vendedor de trabalho vivo, componente variável, e não exatamente de uma mercadoria.

Tendo estas demarcações em conta, Bernardo entende que o carácter produtivo de um trabalho advém de sua capacidade de dar continuidade aos princípios sociais de funcionamento da mais-valia, isto é, reproduzir as instituições sociais em que se enquadra. Nessa leitura, não há espaço para as concepções que partam do processo tecnológico de produção fisicamente considerado, as quais acabariam por reificar as relações sociais no produto acabado, na sua expressão material. Noutras palavras, há de se considerar o mecanismo de produção de mais-valia em seu conjunto, enquanto uma malha densa e imbricada de instituições. Isso representa reafirmar que o trabalho produtivo não se define por fornecer consumo produtivo, mas pela capacidade de revivificar valor antigo acrescentando-lhe um novo. Diz ele:

Para o marxismo, porém, o único problema aqui existente centra-se nas relações sociais na produção, na definição da posição da força de trabalho nessas relações, independentemente não só do carácter do produto como até do seu destino econômico posterior da sua realização ou não-realização, da sua entrada ou não no processo produtivo. (Bernardo, 1977 v. III, p. 65)

Cumpramos lembrar que as proposições de João Bernardo acarretam ainda modificações mais profundas, visto que ele concebe a formação da força de trabalho enquanto processo de produção de mais-valia e põe em destaque a relevância das CGP. Assim, todos aqueles processos que direta ou indiretamente se relacionam através da articulação entre CGP e UPP, que fabriquem um bem ou prestem um serviço de consumo destinado aos trabalhadores, acionam os mecanismos de desenvolvimento da produtividade e permitem, por esta razão, a reprodução ampliada do capital.

Empiricamente, no entanto, quais os processos de trabalho que efetivamente produzem mais-valia? Conforme o panorama geral dado por ele, não haveria produção isolada de mais-valia, o que nos conduz a identificar o trabalho produtivo entre aquelas atividades laborais que se sujeitam a critérios de aumento de produtividade ou aumento da

intensidade de trabalho. “São a organização do trabalho, os seus ritmos, os tipos de disciplina impostos que permitem distinguir empiricamente o trabalho produtivo da atividade improdutivo” (Idem, 1992, p. 190) Nesta matéria, recoloca-se, como se vê, a questão do controle sobre o tempo como critério prático e objetivo para a demarcação do trabalho produtivo e conseqüentemente para as delimitações das classes sociais.

Por esta definição, portanto, entende-se por trabalho produtivo também aquele que é empregue no chamado setor de serviços, de transporte, armazenamento e comércio, já que nestes casos também há a atuação do elemento vivo do trabalho revivificando o trabalho morto, mediante o que se viabiliza a realização de mais-valia produzida em processos anteriores e a reprodução continuada de seus ciclos.

Todavia, o grande problema dos gestores reside na discussão acerca das características do trabalho improdutivo. E não é raro que as polêmicas do marxismo girem em torno da definição negativa desse elemento, sem, contudo, conferir-lhe uma definição positiva. Melhor dizendo, faz-se necessário apreendê-lo nos termos de sua função no sistema geral do modo de produção capitalista. Poulantzas mesmo é um caso emblemático. Ele limita o campo do trabalho improdutivo às esferas da circulação e realização da mais-valia, conquanto tenha contribuído sobriamente à questão. Por isso, não encontra trabalhadores não-produtivos diretamente ligados à produção, de maneira a naturalizar a existência dos gestores.

Marx, na maior parte dos casos em que se referiu positivamente ao trabalho improdutivo, definiu-o enquanto trabalho que facilita as condições de produção e realização da mais-valia sem criar valor, constata Bernardo.

O caráter singular dos gestores, a luz dessa temática, deve-se o fato de eles se apresentarem como agentes de reprodução do sistema – incidindo sua prática social diretamente sobre o processo produtivo ao criarem condições ótimas de produção e realização de mais-valia - sem serem eles próprios os seus produtores. Isto quer dizer que a remuneração que percebem para consumo particular nada mais é do que parte restante da mais-valia distribuída que não fora reinvestida na produção. Por esta reflexão, anunciada muito antes por Makhaiski, é que delimitamos com clareza as determinações estruturais desta classe social e, então, diferenciamos-la das demais.

Sobre este aspecto encontramos as mistificações mais flagrantes entre as teorias marxistas. Poulantzas, mais uma vez, ao mesmo tempo em que insere engenheiros, técnicos, supervisores, diretores, superintendentes, no conceito de trabalhadores não-produtivos, admite, contraditoriamente, que estes “vendem sua força de trabalho” ao capital e por ele sejam “explorados”. Admite-se, por conseqüência, que o rendimento dos gestores seja pago pelo capital variável, pois que, só podem ser explorados aqueles que gerem um valor maior do que lhes é incorporado. Ocorre que, o conceito de exploração no modo de produção capitalista, porém, só se aplica ao trabalho produtivo. Como é possível ser explorado sem gerar valor novo? Outras teses os assimilam à pequena-burguesia, simplesmente por fantasiarem a existência de uma parte do capital variável que não seja produtiva. Ora, exceto os pequenos comerciantes, artesãos, pequenos produtores rurais, prestadores de serviços pessoais, os quais não se incluem no modo de produção capitalista, - e para quem, portanto, a questão nem sequer se coloca - ou se vive da produção de mais-valia e é explorador ou se produz mais-valia e é explorado.

Quando assim se procede a análise, deixa-se de compreender que a atividade do gestor não é componente ao qual se aplique o critério do tempo de trabalho como medida de valor; este só é atinente à força de trabalho. Facilitar as condições de produção e realização da mais-valia sem gerar valor é a forma particular de inserção deste grupo na estrutura do modo de produção, sua própria modalidade de apropriação e reprodução de sua posição social. De modo que, sua remuneração é, igualmente, apropriação de tempo de trabalho alheio, ainda que um tipo de exploração diferente à do capitalista particular. (Idem, 1977 v. III, p. 78-79)

De início, o lugar que ocupavam quanto ao momento de distribuição de mais-valia, como já indicado, ficava subordinado à posição privilegiada dos proprietários particulares. Todavia, ao mesmo tempo em que estes se afastam da gestão direta – por motivos tão bem aludidos por Berle e Galbraith – são os gestores que passam a determinar o processo. Isso quer dizer que, do montante que resta da parte não reinvestida, tende a ser cada vez maior a parte embolsada pelos gestores em comparação à dos proprietários das ações. E é claro que entre a desigual distribuição de mais-valia não se pode falar em exploração, ainda que haja evidentes antagonismos.

Para Bernardo (Ibidem, p. 96), é curioso o fato de Marx ter diferenciado a inserção dos trabalhadores produtivos e improdutivos no campo da produção e tê-los considerados semelhantes no campo da distribuição, já que o provento de ambos é feito através do salário. Proletários e gestores compartilham unicamente da forma superestrutural de remuneração; com a fundamental diferença de, no primeiro caso, esta ser a incorporação resultante de um tempo de trabalho menor do que o despendido e, no segundo caso, ser a obtenção de parcela da mais-valia – adverte o autor.

Marx haveria demarcado bem a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo quando se tratou de opor o operariado à burguesia. No entanto, ao invés de conceber o trabalho improdutivo – mas, com função na produção - como classe específica, reportou-se ao rendimento dos gestores como que derivado do capital variável, camuflando-os no proletariado. Não conferiu a este grupo estatuto social autônomo, ou seja, função específica na estrutura do modo de produção e, conseqüentemente, escamoteou-o como objeto ideológico.

Também ao abordar o processo material de produção tipicamente capitalista, onde os gestores aparecem concreta e cotidianamente aos proletários enquanto personificação do capital, Marx descreve o reforço das hierarquias e distingue as funções tecnológicas entre dois grupos, mas não os opõe socialmente, tratando-os sob uma mesma denominação: “trabalhadores”. Anularia, por esta análise, as práticas sociais divergentes que se relacionam no processo tecnológico de trabalho, o que sugere ser este, não uma cisão, senão uma unidade. “Deste modo” – conclui Bernardo (Ibidem, p. 136) – “naturalizam-se as relações sociais de produção implicitamente afirmadas como transparência do processo tecnológico materialmente considerado.” Ou seja, Marx haveria se referido aos gestores tecnológicos como antagonicos funcionais do proletariado, uma vez que os considera agentes da exploração. Porém, no momento de aprofundar teoricamente sua caracterização, ou os assimila a outras classes e grupos sociais, ou deixa-os socialmente indeterminados.

A apreensão do tipo de relação que se estabelece entre gestores e burgueses deve levar em conta as complexidades do problema da distribuição e da apropriação de mais-valia e, por conseguinte, observar a distinção de duas formas concretas de propriedade. O primeiro momento – o da distribuição - é determinado ao nível das CGP e, por

isso, tem os gestores como seus agentes principais. O segundo momento – o da apropriação -, porém, é determinado no ato de realização, momento mais diretamente ligado aos capitalistas particulares. É, no entanto, preciso entender que entre gestores e burgueses, a luz destes aspectos, coexistem períodos de solidariedade e contradição. Ou melhor, entendida a mais-valia como um ciclo, depreende-se que a distribuição seja um fundamento da apropriação, assim como, reciprocamente, a apropriação é condição *sine qua non* à reprodução das CGP. Nesse sentido, colaboram entre si, como é evidente, pela continuidade ampliada do ciclo. “Contrariando ao que pretendem as teses que apresentam do mercado capitalista tradicional a visão mítica da livre-concorrência, a concorrência e a integração não são antagônicas.” (Idem, 1985b, p. 87)

Entretanto, visto que, em cada um destes dois períodos do ciclo, temos a predominância de uma ou outra classe, sucede que aquela que determina a distribuição (os gestores) almeje para si o embolso de parte relativamente crescente de mais-valia no momento da apropriação. E contam com posição privilegiada para isso. É exatamente a disputa pela maior apropriação de sobretrabalho - entre a forma privada da burguesia e a forma coletiva dos gestores – que preside as regras e padrões das concepções ideológicas dessas duas classes capitalistas e provoca os embates concernentes aos regimes jurídicos de propriedade que lhes contemplem.

Há variadas formas concretas de articulação entre estes dois regimes jurídicos de propriedade. As quais se configuram em função do tipo e do grau de integração tecnológica de diferentes componentes do processo de produção. Embora as UPP se caracterizem pelo funcionamento particularizado e as CGP pelo funcionamento integrado – sublinhe-se - elas não correspondem exatamente às esferas de atuação da burguesia e dos gestores. Não são elas campos de ação exclusiva de uma ou outra classe, ainda que seja possível identificá-las como campos privilegiados para existência de cada qual, respectivamente. (Idem, 1977 v.III; 1991a)

Isso porque, mesmo as UPP nunca foram completamente isoladas, mas apenas variaram o seu grau de integração com relação às CGP e às outras UPP, de modo a estar aí sempre em aberto um lugar para os gestores, e vice-versa. Todavia, é a dominância das CGP ou das UPP, em dadas condições históricas, que determina o tipo dominante de

propriedade: privada ou coletiva. Os gestores, agentes privilegiados da propriedade coletiva, tiram proveitos, logicamente, do lugar que ocupam na lei dinâmica do capitalismo, quer dizer, do próprio desenvolvimento gradual e da integração tecnológica atingida pelas CGP.

Como resultado do caráter integrado de sua prática social, esta classe desenvolve, então, vias de apropriação coletiva que ocorrem entre grupos mais ou menos numerosos, porém nunca individualmente. O montante total concernente a cada um destes grupos obedece à maior ou menor proximidade que mantenham com as instituições integradoras, as que, por sua vez, estruturam-se hierarquicamente entre si. Assim sendo, não é por acaso que o direito à herança e a própria instituição familiar, onde a apropriação coletiva é quase completa, perdem peso relativo como artifício de reprodução das relações sociais capitalistas. A propriedade e o poder que os gestores detêm sobre o capital, e que transmitem inter-geracionalmente, consistem em um “estatuto social, uma rede de solidariedades, da qual resulta uma posição específica na organização da vida econômica e na exploração dos trabalhadores.” (Idem, 1991a, p. 205) Apesar de se auto-projetar, ilusoriamente, enquanto não-propriedade sob o véu do assalariamento, apresenta-se como propriedade jurídica de caráter coletivo.

Admitida esta especial inserção dos gestores na estrutura do modo de produção capitalista, segundo Bernardo, em nenhuma hipótese é possível identificar a lógica de remuneração dos gestores com a lógica de remuneração da força de trabalho. Seus rendimentos estão sempre relacionados ao total de mais-valia acumulado pelas empresas, o que sinaliza serem constituídos de parte repartida da mesma. Na maioria dos casos - e se considerarmos apenas os meios legalmente reconhecidos de apropriação -, resultam de uma conjugação de várias parcelas, principalmente entre seus membros mais favorecidos, que bem os distanciam dos proventos proletários. Além do ordenado propriamente dito, verifica-se suplementos mediante vários títulos, seguros e pensões de valores elevados, regalias e facilidades em gênero. E, nas ocasiões em que a burguesia mantém forte participação empresarial, esta remuneração pode ser complementada por ações das empresas, empréstimos a juros mais baixos que o corrente e tantas outras formas de gratificações. (Ibidem, p. 206) Observe-se ainda que o montante sempre considerável obtido pela somatória dessas parcelas permite aos

gestores serem imediatamente integrados aos capitalistas e assegurarem a continuidade e reprodução de suas posições sociais.

Consoantemente às diferentes formas jurídicas de apropriação, cada classe capitalista elabora, a sua maneira, as próprias projeções ideológicas mais genéricas. É assim que a burguesia procura expressar sua particularização através da propagação do livre mercado concorrencial. Desse aspecto decorre a típica moral burguesa que celebra a perseguição dos interesses individuais enquanto meio mágico para se atingir o bem comum. Os gestores, por seu turno, dada a perspectiva globalizada que têm dos processos econômicos, encontram a caução ideológica da sua forma coletiva de apropriação nas apologias aos regimes planificatórios.

Nestes termos, a planificação é um mito porque ela consiste precisamente no mercado planificado. A planificação não ultrapassa nem põe em causa o mercado e, pelo contrário, constitui a própria forma do seu desenvolvimento. O quadro mercantil conserva-se porque se mantém a heterogeneidade das unidades econômicas, em virtude da multiplicidade de pólos de concorrência do capital; e esse mercado é planificado, porque as unidades econômicas funcionam em integração recíproca. (Ibidem, p. 207)

Por conta deste aspecto é que a ideologia gestorial habitualmente endossa a prática que exprime com base no argumento meritocrático e na crítica aos desperdícios irracionais da livre-concorrência burguesa. Ao defenderem, hoje, uma produtividade global sustentável para o sistema, e declararem seu repúdio às conseqüências do princípio egoísta da apropriação, expressam apenas o desejo de domínio incontestável dos gestores das CGP, daqueles que agem no âmbito integrado da produção e da circulação. Demarca-se por aí as diferenças que separam o interesse por um capitalismo planificado de apropriação coletiva do interesse por uma sociedade livre de exploração.

Também quanto aos diferentes aparelhos de Estado, a participação de cada uma dessas classes capitalistas segue os mesmos princípios. Conforme as diferentes articulações possíveis entre o Estado R e o Estado A, constituirá campo privilegiado de existência dos

gestores a instituição que, em certo período histórico, ocupar-se de funções centralizadoras, enquanto aquela que desempenhar funções particularizadas servirá de amparo à burguesia. (Idem, 1991a; 1998)

No início do capitalismo clássico fora o Estado R que se encarregou de agir coordenadamente, de forma que proporcionasse condições elementares à expansão econômica. Naquele momento, entre os campos de ação possíveis, este apresentou-se como o mais favorável aos gestores. Paralelamente, o Estado A se desenvolvia ainda com um alto grau de particularização e, por isso, oferecia à burguesia posição hegemônica nesta esfera de poder. Esse exercício hegemônico no Estado A possibilitou que a burguesia dominasse o conjunto econômico político em seu favor, inclusive a subordinação do Estado R. Contudo, a consequência, em longo prazo, foi a aquisição progressiva de uma função coordenadora do Estado A e, dado o conteúdo desta transformação, a promoção dos gestores neste aparelho político, em detrimento da própria burguesia. Este entendimento é fundamental para que apreendamos a relação entre as funções sociais das classes capitalistas, seus campos originais de atuação e os processos históricos que as consolidaram.

Uma das gênese mais significativas para o surgimento da burguesia pode ser encontrada no sistema econômico conhecido como *putting-out system*. Fora através dele que – até então – grandes comerciantes passaram a exercer pressões sobre processos produtivos tradicionalmente organizados de áreas rurais a partir de seus extremos. Ou seja, os comerciantes que fornecem matérias-primas a estes produtores diretos são os mesmos que compram exclusivamente seus produtos finais, deixando em troca uma espécie de salário. Nestes casos, tivemos, portanto, uma porção de unidades produtivas isoladas, onde paulatinamente o negociante tornou-se empresário capitalista e a mão-de-obra tradicional converteu-se em força de trabalho; o que criou a base para a implantação da grande indústria.

Em compensação, os gestores se constituíram a partir de instituições centralizadoras e coordenadoras que conduziram a criação das primeiras CGP e viabilizavam as infra-estruturas comuns para o bom funcionamento do *putting-out system*: a burocracia de corte, a burocracia dos pequenos centros urbanos e outras esferas de mesmo caráter. Estes diferentes pontos de partida históricos não se fundiram, acredita Bernardo. Ao contrário, teriam desencadeado a conformação de

duas classes divergentes e conferido importâncias relativas diferentes a elas em cada formação social em particular. (Idem, 1979; 1991a)

A necessidade crescente de concentração do capital, consoante os próprios princípios da mais-valia relativa, determina as distintas formas evolutivas da burguesia e dos gestores. Sabe-se que a cada novo ciclo de recuperação de suas crises, o capital exige que seja cada vez maior sua média de concentração. Este processo, de certo, é algo que favorece o robustecimento das funções gestoriais, sem, contudo, ocasionar a completa eliminação dos pequenos capitalistas individuais. Ao invés disso, a partir de certo estágio, a continuidade da concentração só fora possível através da mobilização destes dispersos capitais. É neste ponto precisamente que os sistemas financeiros – desde as mais simples operações de crédito até as sociedades por ações – começam a desempenhar um papel decisivo para a acumulação capitalista. Afinal, ficou a cargo deles a tarefa de angariar capitais pulverizados e reinseri-los já como grandes massas de capital concentrado.

Vimos, a partir de Galbraith, Berle e Means, que são estes os procedimentos básicos levados a cabo pelas próprias administrações empresariais quando passam a emitir e vender ações publicamente. Ou, então, quando vendem as ações para uma única entidade bancária que, por sua vez, canaliza pequenos capitais depositantes e unifica-os como grandes investimentos nas empresas. É desse modo que grandes volumes de capitais podem ser ofertados às empresas, por meio destas disponibilizações de créditos ou através de fundos de pensão que recolhem somas de capitais para aplicá-los em compras de ações.

Há, entre a propriedade particular nominal e sua efetiva aplicação, um vazio que é preenchido pelas direções empresariais ou pelas entidades bancárias e seguradoras ao coordenarem o redirecionamento de pequenas somas alheias inicialmente pulverizadas. De acordo com o que Bernardo (1991a, p. 210-211) igualmente observa, “as necessidades de concentração, obrigando à oferta pública de uma quantidade crescente de ações, levaram geralmente à progressiva diluição de parte do capital detida pelos herdeiros do fundador, de tal modo que hoje o controle familiar das maiores empresas é uma raridade em vias extinção.” A atividade gestorial, como verifica o autor, desenvolve-se, então, sobre um capital coletivo, não individual. Ressalve-se, contudo, que, nessa concepção, não se trata de nenhuma extinção da propriedade em favor do controle. O controle apresentado

como não-propriedade é mero artifício ideológico para transformar a forma privada de apropriação em apropriação coletiva do capital.

No caso de países ex-membros da Comecon e atualmente o da China, a apropriação dos meios de produção é feita pela minoria que dirige os aparelhos de poder. Trata-se, nestas circunstâncias, também de uma modalidade gestorial de apropriação. Isto não descarta, é claro, a existência de subdivisão entre grupos reciprocamente hierarquizados, visto que internamente constituem-se de variadas instituições, centrais e regionais, de cunho administrativo ou mais ligadas aos processos de trabalho. Apesar de tudo, em todas estas situações constata-se a produção de mais-valia sob comando e apropriação dos gestores.

No que concerne à dinâmica dos gestores na esfera do chamado capitalismo privado, é importante ter em conta a concomitância entre o crescimento da concentração dos investimentos, a integração recíproca das unidades produtivas e o processo de dispersão da propriedade privada do capital. Embora a concentração possa ocorrer mediante reconhecimento jurídico-formal, é plenamente dispensável sua fusão em termos nominais de propriedade. O aspecto a ser notado com as concentrações e fusões é a heterogeneidade tecnológica entre as diversas empresas inter-relacionadas, o fator que as estruturam hierarquicamente. Nesse sentido, para controlar não é necessário apropriar-se nominalmente, basta ocupar um ponto estratégico desta cadeia produtiva.

Operações semelhantes em favor dos gestores ocorrem atualmente por meios de subcontratações, terceirizações, ou quando pequenos capitais são incentivados por grandes empresas a desbravarem novos ramos da produção com tecnologia, na maioria das vezes, em fase experimental. De uma perspectiva global, são as grandes empresas que detêm o controle geral do processo, seja através de empréstimos – rigidamente condicionados - às pequenas firmas inovadoras, seja através da criação de fundações de fomento às pesquisas tecnológicas que servirão às CGP. Também aqui, são os gestores das grandes corporações que se apresentam como proprietários coletivos em razão das vantagens obtidas por suas posições estratégicas de centralização de capitais, e pelas quais podem, ainda, estenderem seus domínios às UPP de menor importância. (Idem, 1991a; 2000)

Estreitamente vinculada a estes mecanismos, verifica-se ainda a preponderância progressiva do Estado A em relação ao Estado R. O que

ocorre à medida que os gestores, além de se tornarem hegemônicos em cada unidade componente do primeiro aparelho, passam a coordenar os processos políticos e econômicos do segundo a partir dele. A subordinação do que resta do Estado R pelo Estado A é um acontecimento evidenciado pelo processo que se chamamos neo-liberalismo. Na verdade, trata-se da adequação e reconhecimento jurídicos de algo que já há muito tempo vem sendo realizado efetivamente pelas maiores empresas.

Se nos períodos incipientes da formação do capitalismo os gestores encontravam-se em condições fragmentadas, divididos por vários campos, instituições e unidades econômicas distintas, sem que pudessem se comportar enquanto classe, hoje o quadro se mostra bem diferente. A lei de aumento da produtividade, que implacavelmente acarreta o estreitamento das articulações econômicas, permitiu a unificação das instituições comuns de classe que, até então, encontravam-se fracionadas.

Esta união não se dera apenas pelo processo de recolhimento dos pequenos capitais por meio das sociedades por ações, mas, também – e, sobretudo, nas últimas décadas – deveu-se à fusão da burocracia sindical com os gestores do Estado A. É cada vez mais comum que os sindicatos passem a firmar acordos com as administrações empresariais, o que confere a seus dirigentes, e aos departamentos de recursos humanos, a autoridade e a responsabilidade de exercerem o controle e estipularem limites aceitáveis para força de trabalho. Líderes sindicais e administradores empresariais passam a se situar numa mesma esfera de negociação, reconhecem os mesmos critérios de julgamento e estipulam os árbitros que lhes convêm. Esta nova forma de corporativismo é indicativa do alto grau de coesão atingido pelos gestores, além de confirmar que a recuperação e a assimilação dos conflitos sociais é a mola de desenvolvimento e de remodelação interna do capitalismo.

O objetivo do grande capital é o de adequar o tipo de reforma introduzido, e o seu ritmo, às possibilidades de aumento da produtividade. E é sempre esse, em última análise, o objetivo das negociações entre os chefes das empresas e as diretorias dos sindicatos. Assim os dirigentes sindicais aparecem, no contexto global do capitalismo, como gestores do mercado de

trabalho; ou seja, integram-se nas classes capitalistas que em conjunto organizam o processo de exploração dos trabalhadores e gerem o seu funcionamento. (Idem, 1987, p. 13-14)

Na outra face do processo de integração dos campos de atuação social dos gestores, não poderia haver outra coisa senão o paulatino enfraquecimento da burguesia como classe coordenadora direta dos processos decisórios e econômicos. Ela perde espaços na organização dos processos produtivos, na canalização dos investimentos, no controle do mercado de trabalho e, inclusive, na esfera global dos aparelhos políticos. Isto ocorre associadamente à fragmentação e ao comportamento pulverizado que a caracteriza. Assim, afastada do controle efetivo da economia, acredita Bernardo (Idem, 1985b, p. 91) que, à burguesia restaria algumas alternativas prováveis: ficar circunscrita a uma posição subordinada no processo econômico, tornando-se mera rentista, ou então, na mais trágica das hipóteses (para ela), ser extinta fisicamente. Seja lá qual for sua sorte, sua inferioridade social já lhe significa menor apropriação de mais-valia, uma vez que são os gestores que conduzem-na agora na luta de classes, e, a seus critérios, determinam a porção a ser reinvestida e a que caberá a cada classe.

Não obstante, no curso de desenvolvimento do capitalismo, pode-se constatar a geração de categorias internas à classe dos gestores. Os grupos que detêm o controle direto e efetivo sobre conjunto dos processos econômicos – como é evidente - constituem as categorias posicionadas no topo da estrutura. Ocupação que, inicialmente, fora atribuída aos burgueses chefes de empresa e, atualmente, com a ascensão do capital coletivo e associado, tende a ser conduzida pelos gestores. No período em que os burgueses exerciam supremacia nas empresas, a hierarquização estabelecida entre eles no âmbito das CGP determinava a posição das categorias. Embora seja este um aspecto ainda vigente, convém observar que a hierarquia interna dos gestores, atualmente, estrutura-se em função da relação que cada grupo mantém com as escalonadas esferas de concentração de poder, as que definem a repartição de mais-valia. A análise dos rendimentos de certo estrato capitalista, portanto, deve ser considerada junto à forma de propriedade e sua proximidade relativamente às instâncias decisórias. (Idem, 1991a)

Para João Bernardo, a fusão ideológica entre gestores e proletários só fora tornada possível pela condição dispersa em que nos princípios do modo de produção esta classe se encontrava. A identidade entre elas decorria de suas comuns oposições à burguesia. Esta ambigüidade, entretanto, custou à classe trabalhadora o insucesso de todos os movimentos em que intentara pôr em causa as relações exploratórias assentadas na mais-valia. Sempre que as mobilizações estiveram voltadas para abolição radical destas relações, a falsa associação e a conseqüente ambigüidade das lutas cuidaram de conter a radicalidade da ação com modificações irrisórias ao nível jurídico da propriedade, as quais acabariam por dar novo fôlego e redimensionar o desenvolvimento do capitalismo. Estas contradições sociais, propulsoras dos mecanismos da mais-valia relativa, promoveram a supremacia dos gestores.

Contudo, a cada grande avanço do capitalismo em direção à integração de sua economia, os gestores consolidam sua base social de existência e exibem suas reais fisionomias. O exaspero inevitável dos conflitos sociais permite evidenciar suas diferenças radicais em relação aos trabalhadores. A mais-valia passou a ter como pólos mais ativos a classe trabalhadora e a classe gestorial. E foi isso que tornou possível seu estabelecimento como objeto teórico e que, agora, autoriza-nos a reinterpretar historicamente o desenvolvimento do modo de produção capitalista, à luz de sua existência.

5 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS GESTORES

Diferentemente do que com frequência afirmou-se sobre o assunto, para Bernardo, a existência dos gestores não é fruto de uma transmutação que teria sofrido a burguesia na passagem do dito capitalismo livre-concorrencial para o capitalismo monopolista; estas classes foram sempre, e são ainda, contemporâneas. Aliás, esta classe seria o elemento de perenidade social do atual modo de produção, ao contrário do aspecto prescindível da burguesia. Entretanto, sua percepção empírica, com claras delimitações de classe, desde sua gênese, fora seriamente dificultada por conta de seus diferentes campos de atuação terem se apresentado inicialmente dispersos. Carecia ainda de instituições centrais que a unificasse. Isso explicaria o porquê de serem os gestores tantas vezes tematizados, mas raramente concebidos adequadamente enquanto tal.

Este capítulo, então, dedica-se a reconstruir – em larguíssimos traços - a história do modo de produção capitalista à luz da existência desta outra classe social fundamental, como o tem feito Bernardo em seus escritos de cunho historiográfico.

5.1 - A DISPERSÃO DOS CAMPOS GESTORES NOS PRIMÓRDIOS DO CAPITALISMO:

Segundo a reinterpretação que Bernardo nos fornece, da mesma forma que a burguesia, os gestores teriam-se formado em ruptura com a economia do regime senhorial para constituírem-se como classe exploradora no capitalismo. Entretanto, conforme as funções predominantemente organizacionais que desempenham no plano da orquestração tecnológica e social dos vários processos particulares de produção, sua história e seu consubstanciamento como classe se confundiriam com o desenvolvimento das instituições que se incumbiram das CGP a cada novo estágio atingido pela acumulação capitalista.

Seus momentos incipientes são marcados por terem gerido a globalidade dos processos econômicos do capitalismo a partir dos órgãos administrativos e técnicos do Estado Restrito, os quais dariam suporte à expansão de todo o sistema econômico. Destaca-se a construção de vias de comunicação e transporte que, a essa época,

atendiam às demandas das recém surgidas empresas privadas dos países centrais, desde o fornecimento de matérias-primas, até o escoamento da produção. Abertura de canais, preparação de leitos de rios e, principalmente, disponibilização de estradas férreas foram as primeiras atividades imprescindíveis realizadas por esta classe. Além disso, a inauguração de serviços de correio e telégrafo permitiu que já se tracejasse uma rede integrada em nível mundial. (Bernardo, 1979)

Foi também no seio do Estado R que os gestores estabeleceram princípios gerais que impulsionariam a padronização das unidades produtivas e, conseqüentemente, a integração e o aumento da produtividade: sistemas de pesos e medidas, inspeções de fábrica, legislação de patentes, regulamentação de condições de trabalho, etc. Acresça-se a isto o fundamental papel que exerceram na formação e organização das primeiras gerações da força de trabalho. O que ocorreu mediante a implantação de um conjunto de medidas repressivas, campanhas de vacinação, instituição de níveis mínimos de escolaridade, sistemas de saúde e higiene pública, além de arquitetarem toda a disposição dos espaços urbanos.

Dessa maneira, sobretudo a partir do século XVIII, e consoante ao aumento da produtividade, as CGP passariam paulatinamente a intervir nos aspectos materiais da nova tecnologia, no curso daquilo que ficou também conhecido como a revolução industrial. Os gestores começam então a incumbirem-se do processo de extração e distribuição de novas fontes de energia e matéria-prima e outros assuntos concernentes à evolução de novos tipos de maquinaria.

Por sua vez, o comando das empresas particulares – na esfera do Estado A -, no que diz respeito ao processo de trabalho, concentrava-se nas mãos dos burgueses proprietários. Somente em momentos mais tarde, enquanto foi vigente o chamado período livre-concorrencial, haveria ocorrido, sem dúvida, uma transferência parcial de funções econômicas, até então, típicas do Estado R para o Estado A. É quando os gestores passam também a incidir suas práticas destacadamente nos corpos técnicos e administrativos das grandes empresas; tema abundantemente referido através das abordagens sobre o taylorismo.

Contudo, convém esclarecer que durante boa parte do século XIX – desde os conflitos de 1848, pelo menos, até a Comuna de Paris em 1871 – no centro do palco capitalista assistia-se a um combate explícito entre dois campos opostos principais: o da burguesia e o do

proletariado. Enquanto isso, os gestores encontravam-se velados e divididos entre estes dois pólos mais ativos e, portanto, não haviam atingido um grau de coesão suficiente à sua aparição como classe fundamental. A Comuna de Paris contou com parte dos gestores lutando ao lado do proletariado, em confronto com a burguesia francesa, e gestores aliados aos burgueses em oposição ao proletariado. É a vitória do campo burguês, porém, segundo Bernardo, que teria retardado a explicitação de existência de interesses distintos entre estas duas classes. (Ibidem)

São os imperativos da integração tecnológica que os fundem materialmente e permitem que passem a desenvolver, coerentemente aos seus interesses específicos, uma consciência em comum. Encetam, por esta época, as primeiras críticas tecnocráticas aos ditames da livre-concorrência burguesa, quando já é possível refletir com maior clareza os anseios materiais daqueles grupos que atuam na generalidade do modo de produção.

Durante esta fase, constatamos a expansão dos grandes mercados nacionais e o admirável incremento das CGP. Assim, os processos de produção puderam aumentar consideravelmente suas taxas de produtividade, o que permitiu aos gestores, repartidos entre as esferas particularizadas de cada empresa e as CGP, pouco a pouco, ampliarem uma base social de existência mais homogênea. Seguiu-se, então, um período caracterizado pela formação de monopólios e de novas configurações de poder de Estado. Algo decisivo para a consolidação do papel social do gestor na condução dos assuntos tecnológicos e econômicos do capitalismo. É quando se acentua a curva de ascensão da função gestora no âmbito da empresa privada, facilitada pela dispersão dos títulos de ação que acompanha o surgimento das sociedades anônimas. No Estado R, os gestores ainda robusteceriam sua participação no poder decisório do Estado, para além dos setores técnicos e administrativos, onde até então atuavam, e passam, inclusive, a dominar a burguesia no interior deste aparelho.

Paralelamente, nas áreas periféricas do capitalismo, as relações CGP/UPP e Estado R/Estado A obedeciam a critérios bem diferenciados conforme a singularidade de cada formação social. Na medida em que nos países centrais europeus os Estados R conduziam o processo de consolidação das CGP, modificavam-se as relações políticas e econômicas praticadas nos países colonizados. Até aí, a relação

mercantilista estabelecida entre metrópoles e colônias limitara-se a instalar feitorias locais sem muita importância econômica em áreas costeiras, de modo que a subordinação dos povos, culturas e regimes econômicos tradicionais ocorria somente mediante o mercado. Particularmente claros foram os episódios na África e na Ásia, onde os capitalistas comerciais não detinham o controle direto sobre a produção, que continuava a transcorrer sob princípios tradicionais de divisão do trabalho.

Houve, porém, uma completa reorientação assim que se iniciaram os movimentos monopolísticos nas metrópoles. Agora, mais do que uma mera exploração mercantil, era conveniente fazer destes países coloniais grandes fontes exportadoras de matérias-primas e – para tanto – principiar a conversão de produtores tradicionais em força de trabalho, diluindo as formas de produção nativas. Como coloca Bernardo (2004, p. 42)

(...) era indispensável ocupar os territórios e enquadrar os habitantes, desarticulando portanto os centros de poder tradicionais e instaurando novos órgãos governativos e burocracias de caráter capitalista.

Instituem-se então formas capitalistas de cobrança de impostos que obrigavam a população local recorrer à moeda dos colonizadores para efetuarem o pagamento. A par disso, evidentemente, apertava-se o cerco ao tráfico de escravos com o intuito de acelerar a transformação de camponeses independentes em verdadeiros proletários.

Assim sucedeu, por exemplo, com a Companhia das Índias Orientais. Instalada em território indiano desde o século XVII, foi concedida a esta sociedade mercantil a permissão de cobrar impostos e administrar os territórios de Bengala, Bihar e Orissa, onde desenvolveu embrionariamente uma máquina burocrática e militar com todos os estatutos governamentais. A partir de meados do século XIX, impulsionado por exigências de expansão das CGP, o governo britânico decide reaver seu controle direto sobre a área colonial, instituindo para isso um governo-geral e um Conselho que poderia os plenos poderes locais da empresa. Nas colônias, a divergência entre os interesses comerciais privados e particulares da Companhia e o interesse gestorial

do Estado britânico, representante das instituições capitalistas remodeladas, viria à tona pela primeira vez. (Ibidem)

No continente africano, por seu turno, ao mesmo tempo em que chegava a termo o domínio de uma empresa privada na Índia, expedições colonizadoras cada vez mais passavam a ser dirigidas por sociedades deste tipo. A partir dos fins do século XIX, os africanos veriam suas estruturas autóctones cederem lugar a estruturas coloniais capitalistas bem diferentes. Medidas emergenciais de contenção do tráfico de escravos foram as primeiras a serem tomadas. E, por um artifício de cobrança de impostos semelhante ao praticado na Índia, parte dos camponeses africanos foi gradativamente distanciado da agricultura e da pecuária tradicionais para tornar-se proletários produtores de matérias-primas dependentes dos colonos. O efeito só não foi mais rápido e profundo por conta da tenaz resistência empreendida pelos africanos. Todavia, o caso da moderna colonização da África se inscreve num quadro organizado predominantemente pelas unidades constitutivas do aparelho amplo de Estado: “as *chartered companies* dos britânicos, as companhias majestáticas dos portugueses ou, em França, as *maisons* com interesses nas colônias.” (Ibidem, p. 53)

Nestas situações, foram as empresas privadas – mineradoras, financeiras e comerciais – que primeiro constituíram as efetivas burocracias administrativas e, por vezes, auxiliaram militarmente as investidas governamentais de ocupação do território.

Somente em um segundo momento da colonização moderna na África, no fim do século XIX, é que a soberania voltaria a ser exercida efetivamente pelos governos metropolitanos, uma vez que o aspecto particularista reinante ainda no âmbito do Estado A fazia de cada empresa isolada, por si só, uma instituição débil à consolidação das CGP. Tornava-se claro, através destes dois exemplos, que os capitalistas privados não obtinham grandes resultados econômicos que justificassem sua hegemonia nas áreas coloniais. Isso, mais uma vez, obrigava a reconfigurar as relações entre as classes capitalistas, isto é, entre burgueses e gestores.

A parte ocidental da Europa durante o século XIX era palco da intensificação dos conflitos sociais entre o proletariado e a burguesia, cuja maior expressão, como já indicado, fora a Comuna de Paris em 1871. Estes episódios acarretam a aceleração dos ciclos da mais-valia relativa e, conseqüentemente, o capital começa a se concentrar e

proporcionar um maior grau de integração das unidades econômicas. Cria, por isso, condições para que se reduza a esfera de ação do Estado R e para que o Estado A passe a exercer algumas funções de coordenação econômica. Mas, este processo de concentração monopolista encontrava sérios percalços a seu pleno desenvolvimento perante as barreiras nacionais. Os limites alfandegários restringiam o rearranjo das práticas econômicas em dimensões mais vastas e, além disso, a repartição do mundo colonial já não mais condizia com a correlação de força entre as grandes potências. A questão tornava-se mais delicada à medida que aumentavam as pressões pela garantia de matérias-primas essenciais, tais como petróleo e carvão mineral. Logo, a conjugação destas tensões geopolíticas haveria de culminar inevitavelmente na I grande guerra, entre os anos de 1914 e 1918. (Idem, 1979; 1985b; 2000)

Na passagem do século XIX para o século XX, as classes capitalistas deparavam-se com uma situação bastante delicada, principalmente naqueles países onde a industrialização já atingira um grau relativamente maduro. Nomeadamente na Europa Ocidental e nos EUA, redesenhava-se no meio proletário um elevado patamar de solidariedade internacional, a despeito da séria derrota que este houvera sofrido na Comuna de Paris. E, em notável contraste com o que hoje se verifica, eram os capitalistas que se encontravam seriamente cindidos pelas rivalidades nacionais. Diante a corrida monopolística inter-capitalista, e a conseqüente dificuldade de fazer convergir seus interesses concentrados em quadros nacionais, a I Guerra Mundial, então, eclodiu.

Já nos primeiros momentos do embate, o clima de solidariedade entre os trabalhadores e soldados, e a hostilidade deles em relação à guerra, despertava a atenção dos altos comandos militares de ambos os lados. Pois que, a desavença entre os capitalistas parecia forjar a base para um confronto claro entre explorados e exploradores.

Bernardo (2000) ilustra esta interpretação lembrando-nos que, em 1915, num Congresso da II Internacional, realizado em Zimmerwaldm na Suíça, Lênin propunha uma estratégia que convertesse a guerra em revolução, ou seja, que os trabalhadores aproveitassem a guerra entre nações e a transformassem em uma guerra de classes. No entanto, a maioria - entre eles Kautsky e Trotsky - propunha apenas que se cessasse a guerra, sem indenizações, nem anexações territoriais.

Posteriormente, o que se viu foi o acerto da menor grupo, quando inúmeras insurreições e manifestações, tanto nas fábricas quanto nas frentes de batalha, incendiaram a Europa no início do século XX:

De 1915 a 1916 o número de dias de trabalho perdidos por greve na Alemanha aumentou 500%, e 700% de 1916 a 1917, quando atingiu 2 milhões. Em França, o número de paralisações subiu de 220% de 1915 a 1916, e a quantidade de participantes aumentou neste período mais de 340%, sendo as cifras correspondentes entre 1917 e 1916 de cerca de 120% e de 610%. (p. 48)

Esta solidariedade também se afirmou com igual intensidade nos campos de batalha dos vários países contendores, de onde se propagaram ondas numerosas de amotinações, deserções e sublevações, que se somavam a manifestações de rua, levantes de docas e greves de fábricas. Na Alemanha de 1918, fora bastante representativa a revolta dos marinheiros e soldados que se estendeu aos trabalhadores das cidades, conformando um episódio paradigmático para os comunistas de conselho no que ficou conhecido como a Revolução dos Conselhos. Fatos semelhantes acontecem na Hungria, na Itália e na Grã-Bretanha. Durante a guerra civil Russa, há que se mencionar os inúmeros motins militares provocado pelos soldados que compunham as forças aliadas contra-revolucionárias. Combatentes norte-americanos, em 1918, recusavam-se a combater os rebeldes russos, o que implica na sua retirada da batalha. Em 1920, tantos os expedicionários britânicos, quanto as tropas que ocupavam o norte da Rússia, também se insurgiram, de modo que obrigasse a desmobilização. Os marinheiros franceses, em 1919, rebelaram-se no Mar Negro, e impedem a invasão da Ucrânia. Por último, o grau de solidariedade atingido pelos trabalhadores, em contraposição à fragmentação dos capitalistas, exprimiu-se, ainda, pelo heróico levante dos marinheiros de Kronstadt que, em nome dos princípios proletários originais da revolução russa e a autonomia dos soviets, antepuseram-se às medidas burocráticas dos bolcheviques, em favor do centralismo do partido único, e foram brutalmente massacrados pelo exército contra-revolucionário comandado por Trotsky; confirmando, assim, o caráter essencialmente gestorial do regime que se edificava. “Em suma, o que sucedeu de 1916

até 1921” – confirma o autor - “foi um processo revolucionário único, em escala européia e com repercussões nos Estados Unidos, que opôs o internacionalismo dos trabalhadores ao nacionalismo das classes dominantes.” (Ibidem, p. 51)

Isso quer dizer que a guerra generalizada entre os capitalistas não poderia chegar a seu termo, com a aniquilação total de um dos lados, pois internamente a cada país beligerante havia graves conflitos de classes, cuja resolução exigia medidas rápidas e pontuais. Como um primeiro gesto a sinalizar uma tendência à prática global das classes capitalistas, o armistício foi, então, firmado, para que as classes dominantes em guerra contivessem o agravamento da situação operária em seus próprios quintais.⁴⁰

Derrotados em vários pontos, o movimento internacionalista proletário declina sintomaticamente. E, de acordo com a leitura bernardiana, o quadro político e social russo fora de extrema importância para o desenrolar dessa situação, pois ela se agrava com a tomada do poder de Estado pelos bolcheviques, que abandonam a causa internacional e se voltam exclusivamente para os seus interesses internos, nacionais.

Durante a I Guerra, distanciavam-se, progressivamente, burgueses e gestores do Estado czarista russo, considerado inapto para dirigir uma economia de guerra. Os descontentamentos gerados pelas mazelas do conflito, por sua vez, rapidamente convergem revoltas pontuais para uma verdadeira revolução. No entanto, a predominância de relações pré-capitalistas no campo impede que o movimento camponês – a massa mais numerosa que dava base à revolução – adquirisse contornos proletários. Assim mesmo, a velha aristocracia foi derrotada em fevereiro de 1917, as terras partilhadas e este campesinato afastado dos processos revolucionários ainda em curso. Logo, o foco de agitações passou a ser as cidades industrializadas, e a burguesia é colocada como alvo principal. “Contra ela” – conta-nos Bernardo (1979, p. 75) – “tinha o proletariado, contra ela tinha também os gestores, que viam a possibilidade fácil de apressarem a sua apropriação, enquanto coletivo, do capital.” Caminhando juntos na luta anti-burguesa,

⁴⁰ Foi esta uma conjuntura histórica que, em muitos aspectos, contribuiu para a fusão ambígua entre proletários e gestores nos partidos social-democratas, cada vez mais de caráter nacionalista.

proletários e gestores acabaram por reforçar sua ambígua unidade de classe, o que protela, mais uma vez, seu confronto claro e direto.

Essa derrota do proletariado russo ocasionou graves conseqüências para os confrontos que paralelamente ocorriam em outros países da Europa ocidental. Àquela altura, já era possível afirmar que qualquer luta operária, para que obtivesse sucesso, teria de contar com um movimento internacional. Em particular na Alemanha, onde o enfrentamento direto entre gestores e proletários já se fazia presente, a continuidade estava completamente dependente do processo revolucionário russo. Contudo, a vitória dos gestores na revolução de outubro de 1917 põe obstáculos ao estreitamento de laços entre os operários dos dois países. O tratado de Brest-Litovsk em 1918, que reconhece a derrota russa na guerra, foi – no entendimento de Bernardo – o primeiro cuidado do governo bolchevique em afastar o proletariado russo do proletariado alemão. (Ibidem, p. 77)

Por outro lado, pelo lado dos exploradores, os investimentos volumosos na indústria pesada e a necessária disciplina que fora imposta à força de trabalho - típicos de uma economia de guerra - engendraram as bases para que fosse reforçado o papel dos gestores tanto no Estado R quanto no Estado A. Cresce conjuntamente a necessidade de instituições planificadoras. Condutor das guerras nacionais, é o Estado R que se põe a intervir nas empresas particulares e acelerar a consolidação do capitalismo de Estado, dando início a um estágio completamente novo, uma nova base sobre a qual se remodelariam organicamente as classes sociais e o relacionamento entre elas.

Findo o conflito, os EUA despontam para o mundo como economia hegemônica. Se estabilidade social relativa, incremento de produtividade e capacidade de mercado interno já eram fatores que colocavam o país em posição favorável antes mesmo de a guerra iniciar, a sua inserção tardia na contenda assegurou que sofresse poucas conseqüências destruidoras e pudesse ser beneficiado ao se tornar fornecedor de mercadorias e credor de empréstimos volumosos de capitais aos países europeus em reconstrução.

De um ponto de vista global, da década de 20 em diante, os laços tecnológicos entre as unidades produtivas se haviam tornado reforçados, bem como a relação delas com o aparelho restrito de Estado. Temos com isso um momento de evolução do comportamento social unificado dos gestores:

(...) onde reside daqui em diante o aparelho decisivo de poder, entendido como a articulação dos seguintes ramos da classe gestorial: gestores da força de trabalho, nomeadamente os gestores dos maiores sindicatos burocratizados; e gestores das grandes administrações cooptadas. (Idem, 1985b, p. 97)

Data daí o surgimento do sistema corporativista: sistema de poder que se assenta na conjugação das direções das grandes empresas componentes do Estado A, das burocracias sindicais e das administrações públicas do Estado R, ou seja, trata-se da reunião das três instituições que constituem quadros privilegiados da atividade gestorial.⁴¹ Este modelo organizacional caracterizaria os tipos de capitalismo implantados na maior parte do globo nessa época. O processo que haveria de conduzir à hegemonia da classe gestorial, mediante a articulação destes termos, o corporativismo, recebe uma contribuição de elevada importância com a crise que eclodiu em 1929; o que alterou profundamente o panorama mundial.

A defasagem entre o crescimento a largos passos da economia estadunidense e a quase completa estagnação dos países europeus fazia com que os excedentes do primeiro não pudessem ser reempregues produtivamente. Restava, portanto, a especulação financeira como única alternativa ao capitalista norte-americano. Contudo, a incapacidade, por parte dos países devedores, de cumprirem seus compromissos e redimensionarem suas instituições deflagra um longo período de retração econômica generalizada que se manifestou na afamada quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. João Bernardo (1979, p. 83) observa: “A conseqüência imediata da grande crise de 1929 foi a queda brutal da produção e o desemprego. Os empréstimos norte-americanos e, em geral, as suas exportações de capital para os outros países interromperam-se e as restrições alfandegárias agravaram-se.” Em

⁴¹ Este sistema-base do poder gestorial pode, porém, proceder de duas maneiras distintas, segundo o autor: na sua forma clássica, como a realizada pelo período ora tratado, no vértice desta tripla relação ainda estava o Estado R, no comando do conjunto dos processos; pela segunda forma, o “neorporativismo informal” (1991a), os processos decisórios partem de iniciativa das unidades constitutivas do Estado A, enquanto os organismos do Estado R convertem-se em meras peças de encenação.

resposta à crise, a totalidade dos países toma medidas protecionistas que, de forma paradoxal, realimentam o ciclo da crise, até que fosse possível a reorganização de todo o sistema econômico e o rearranjo das instituições centrais.

A crise de 1929 haveria de patentear a incapacidade burguesa de remodelar adequadamente o conjunto das instituições econômicas, políticas e sociais do capitalismo, de modo a prevenir suas reiteradas convulsões. Segue-se uma década decisiva para a história do modo de produção, em geral, e para classe dos gestores, especialmente. É a essa época que os traços característicos dos gestores enquanto classe autônoma ficariam empiricamente mais perceptíveis. Agora, o capitalismo tenderia a ser regido por três grandes vias de desenvolvimento, em cujo eixo de articulação estariam os gestores; todas marcadas por um alto grau de planificação estatal, porém singularizadas pelas diferentes relações mantidas entre suas principais instituições e uniões de classes: o capitalismo de Estado soviético, o corporativismo burocrático do *New Deal* e os regimes fascistas.

Assim deve ser entendido o trajeto evolutivo da classe dos gestores neste conturbado período entre guerras: trata-se de um processo pelo qual promoveu-se a integração internacional dos capitalistas com o fortalecimento do sistema corporativista, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora era desarticulada ao ser inserida e circunscrita aos quadros nacionais.

5.2 - OS TRÊS RAMOS DE DESENVOLVIMENTO DA CLASSE GESTORA E O PERÍODO PÓS-GUERRA:

Através de um processo que se teria iniciado desde a guerra civil e consolidado com os planos quinquenais stalinistas, os gestores da esfera soviética buscaram associar-se à classe trabalhadora e, assim, edificar um campo ambivalente de oposição à burguesia. Como argutamente sintetizou Bernardo (2003, p. 307) em sua grande obra mais recente:

Enquanto o proletariado procurava a aliança dos gestores para destruir ou transformar a totalidade do capitalismo, os gestores ambicionavam o apoio do proletariado para remodelar as relações

jurídicas de propriedade, de maneira a desenvolver forma de apropriação adequada ao carácter colectivo da classe gestorial e a retirar à burguesia a exclusividade do controlo do capital.

Por este artifício, os gestores do processo soviético haveriam salvo o capitalismo imprimindo-lhe traços estatais extremados e, para tanto, mobilizando grande massas trabalhadoras.

A necessidade de superar os inconvenientes de uma economia decadente não era uma novidade para os dirigentes do sistema soviético. Logo que se estabilizam no poder, em 1921, os bolcheviques deparam-se com uma economia rural e urbana à beira da falência, com níveis de produtividade bastante aquém do que já se alcançara antes mesmo da guerra. Para remediar o quadro, a Nova Economia Política (NEP) precisou seguir por um caminho contraditório: enquanto a hegemonia política se concentrava nas mãos de um partido totalmente adepto da propriedade estatal, a recuperação da economia dependia da acumulação de pequenos e médios capitais industriais e da diversificação da produção rural.

Para Bernardo (1990), o tempo de prosperidade da NEP, entretanto, teria se esgotado assim que a capacidade produtiva se reequilibrara. Se quisesse avançar, tornava-se imprescindível investir em linhas de produção novas, cuja realização escaparia do alcance dos pequenos e médios capitalistas em que o projeto econômico se sustentava. Havia, é claro, o receio de que esta contradição resultasse numa crise de abastecimento do campo para a cidade.

A tarefa de Stalin, no decorrer da década de 1930, consistiu em atacar o campesinato abastado, estatizar definitivamente a agricultura e gerar, com isso, dezenas de milhões de novos proletários para o Estado socialista, ao qual formalmente pertencia a totalidade dos meios de produção. E, sobre este aparelho, quem passaria a exercer o exclusivo controle seria obviamente a nova classe gestorial. A massa de trabalhadores, contudo, não poderia ser imediata e plenamente absorvida pelo novo modelo agrícola estatal. Isso gera uma onda enorme de migrações internas, que haveriam de fornecer mão-de-obra abundante à indústria. E, de acordo com a interpretação do autor, este seria o aspecto determinante do acelerado crescimento econômico constatado no 1º Plano Quinquenal. Desde então, desenhou-se na URSS o princípio de

desenvolvimento baseado na mais-valia absoluta, visto que a grande oferta de força de trabalho permitia o pagamento de baixos salários e a manutenção de condições precárias de trabalho. Tal era o fundamento que a diferenciaria daquele que seria levado a cabo, e indiscutivelmente melhor sucedido, pelos países da esfera sob influência norte-americana, baseados na mais-valia relativa.

Tendo sido quase que completamente eliminada ou dispersa durante a guerra civil, a classe operária recém concebida pela NEP fora composta por homens e mulheres de uma nova geração, sem qualquer vínculo com a tradição combativa de outros tempos, carente de redes autônomas de solidariedade. Tal desagregação ocorrera também no campo, através da eliminação dos kulaks, a estatização da agricultura e a substituição dos pequenos lotes pelas enormes porções de terras de exploração. Em suma:

Significa isto que os habitantes das cidades, que em 1926 constituíam 18% da população total, passavam, em 1939, a representar 33%. Do acréscimo populacional nas cidades verificado durante o 1º e 2º Planos, 90% deveu-se à imigração camponesa, só o resto se devendo ao crescimento demográfico próprio (...). O 1º Plano Quinquenal criou na União Soviética, uma nova e vasta classe operária. (Ibidem, p. 9-10)

Diante da necessidade de enquadrar os novos assalariados e os organizar produtivamente, Stalin teve de lançar mão de um correspondente quadro tecnocrático; inclusive solicitando a reintegração de antigos afastados da vertente trotskista e da oposição de esquerda, os quais foram fundamentais à consolidação do 1º Plano Quinquenal e à iniciação do 2º. Não sendo ainda o suficiente, o chefe de Estado soviético teve de recorrer a um recrutamento numeroso de trabalhadores, para que estes fossem treinados, qualificados, e rapidamente convertidos em técnicos, engenheiros e administradores. Procedeu-se assim, entre 1928 e 1940, a uma multiplicação tremenda de membros tecnocratas que iriam compor a também nova geração de gestores. (Ibidem, p. 11)

Quando esta nova geração foi consolidada, Stalin, em nome da estabilização da nova classe dominante, pôde - e precisou - prescindir do velho quadro dirigente. O regime, então, deu início ao processo de

exterminação física dos antigos administradores, engenheiros e lideranças políticas que fizeram parte do partido bolchevique em sua forma original. Como consequência do fato de gestores e trabalhadores do novo estágio serem advindos de um mesmo ambiente social, favoreceu-se a criação de instituições sociais com fortes traços interclassistas e o estabelecimento de um mecanismo de exploração repousado na modalidade absoluta da mais-valia.

Em curto espaço de tempo, este mecanismo permite um rápido desenvolvimento econômico. Porém, como é comum a esta forma de mais-valia, haveria de alcançar seus limites extremos em médios prazos, logo ao final dos dois primeiros Planos Quinquenais. Isso se refletiu na escassez agrícola, na precariedade das condições de habitação, de redes sanitárias e das vias de transporte, diz Bernardo. (Ibidem, p. 20) Posteriormente, foi tornaria-se de conhecimento público a política altamente repressiva do regime que, em muitos aspectos, era aplicada no sentido da fiscalização econômica durante o processo de trabalho, visto que se tratava de um recém formado proletariado, desqualificado para laborar sob o severo ritmo industrial com metas pré-estabelecidas. Este é o quadro econômico e social que preparou a União Soviética para a década de 1940.

Neste ínterim, como nunca houvera ocorrido antes, a demarcação empírica dos gestores tornava-se visível para o mundo, por conta da aproximação entre o regime stalinista e o nazismo. O Pacto Germano-Soviético, em 1939, e o Pacto de Não-Agressão assinado com o Japão, em 1941, pareciam traçar com clareza a esfera do capitalismo de Estado, de hegemonia gestora, em contraste com o modelo tradicional de mercado aparentemente não planejado encabeçado pelos EUA

Esta similitude entre os regimes era há muito apontada por diversas teorias e correntes políticas, consideradas então como ilusórias. O grupo Verdade Operária, por exemplo, denunciava, desde o início dos anos 20, a proximidade econômica adotada pelas instituições bolcheviques e aquelas formas de planificação resultantes nos países beligerantes. (Idem, 1979, p. 77) Ou seja, embora a guerra já houvesse sido encerrada, a intervenção centralizadora do Estado R apenas aumentava. Dessa maneira, o regime de Lênin continuava a evoluir no mesmo sentido que qualquer país de economia de mercado.

Nessa ótica, é forçoso observarmos que as relações entre os alemães e o revolucionários russos se haviam principiadas, sem dúvidas,

assim que os bolcheviques assentaram-se no poder. Durante a República de Weimar, as altíssimas taxas de industrialização beneficiavam a consolidação dos gestores num movimento protagonizado pelos dois extremos do espectro político-partidário. Bernardo (1987, p. 73) ressalta que, na ocasião, os bolcheviques alemães não economizaram acordos com os nacionalistas para obstem o avanço da social-democracia, já que os consideravam economicamente menos desenvolvidos que os hitlerianos, que compactuavam firmemente com o capitalismo de Estado.

Em 1921, Trotsky, na condição de Comissário do Povo, posicionou-se a favor do acordo de cooperação militar entre a URSS e a Alemanha, que se encontrava severamente restringida pelos termos do Tratado de Versalhes. Secretamente, porém, permitiu-se que as empresas alemãs fabricassem aviões, submarinos e outros utensílios bélicos em território soviético. Junto a este acordo, firmou-se outro de caráter comercial, pelo qual tornava-se possível o surgimento de inúmeras empresas germano-soviéticas. Tal aproximação manteve-se estreita até que a ascensão nazista se confirmasse em 1933 e fossem feitas prescindíveis as manobras sigilosas do empreendimento belicoso de Hitler. Por outro lado, os setores da indústria não pesada alemã optavam por alinharem-se a países do capitalismo ocidental, e não à URSS. Assim, Bernardo analisa:

O tratado de abril de 1922 em Rapallo representa um triunfo da aliança entre leninismo e a indústria pesada alemã. Mas a reconstrução econômica da Alemanha ligou-se mais estreitamente ao campo ocidental e, em outubro de 1925, na Conferência de Locarno, a Alemanha alinha com o capitalismo britânico e francês, secundarizando as relações econômicas diretas com a URSS. (Ibidem, p. 74)

Muito mais sensíveis eram os efeitos da crise de 1929 no contexto alemão. Totalmente dependente de empréstimos de origem norte-americana, e condenada à reparação dos danos da guerra aos países vencedores, a Alemanha viu seu mercado externo minguar-se substancialmente, de modo a gerar um nível demasiado alto de desemprego. Não só proletários foram diretamente atingidos, mas também outros setores assalariados, inclusive aqueles de formação

universitária. Entre as diversas medidas econômicas mais urgentes, a resolução do problema do desemprego era a mais imediata e constituía uma reclamação unificadora entre proletários e outros grupos sociais. (Idem, 1979)

Daí decorre a opção da corrente gestora alemã que tendia a recorrer prioritariamente à ajuda do capital estadunidense; quadro que se altera drasticamente com o desencadeamento da crise. Segue-se, então, a ascensão de uma outra corrente - mais belicosa e capitaneada pelo partido nazista - radicalmente propensa a uma distinta orientação.

A retração dos empréstimos norte-americanos impele a política de independência alemã, que passaria a desenvolver uma indústria voltada para o mercado interno. Tratados bi-laterais com países de economia periférica garantem à Alemanha o fornecimento razoável de matérias-primas e lhe asseguram um pequeno mercado para escoamento da produção. Priorizou-se, no entanto, a fabricação de bens de produção em detrimento dos bens de consumo particular; algo já favorecido pelo tipo de industrialização ali vigente.

O reordenamento econômico rapidamente absorveu a força de trabalho e regalou-a com um aumento geral de salários. Sem que houvesse proporcional aumento de investimentos nos setores de bens de consumo dos trabalhadores, a única saída viável para a indústria pesada era concentrar os seus ganhos na indústria de armamentos. (Ibidem, p. 86) Todavia, a ruptura com o comércio mundial não poderia ser sustentada durante muito tempo por estes meios. Expansão territorial e guerra eram projetos em vistas que buscavam resolver estas contradições.

De imediato, a nova política econômica alemã pôde contar com o apoio dos mais variados setores. A restauração da produção trouxe estabilidade para os assalariados e aqueles que dependiam de rendimentos fixos. Seu incremento na indústria pesada seduzia burgueses e gestores, enquanto o favorecimento dos setores militares atraíam a aristocracia tradicionalmente ligada a esta instituição.

Como é evidente, a fragilidade desta reengenharia social e econômica necessitava de um rígido controle sobre a repartição de matérias-primas, o bom andamento de cada processo produtivo em particular e em conjunto, além de uma severa disciplina da força de trabalho. Todos estes fatores faziam com que sobressaísse o papel econômico e político dos gestores, que passavam a organizar, em torno

de si, estratos de diferentes grupos e classes, construindo em projeto de classe sob a insígnia ideológica da nação.

Na concepção de João Bernardo (2003), os gestores emergentes dos fascismos, de um modo geral, teriam igualmente procedido a uma mobilização massiva do proletariado com o propósito de porem cerco à burguesia e realizarem uma “revolução dentro da ordem”; aspecto que compartilharam com o modelo soviético. Sabedores do temor que as manifestações do proletariado causavam na frágil burguesia, os gestores fascistas souberam manipulá-las eficazmente como instrumento inibidor da ultrapassada classe hegemônica. Para isso, não hesitaram em insuflar as massas contra ela, atribuindo-lhe um caráter moralmente decadente, politicamente senil e economicamente parasitário.

Mas a particularidade reside, neste caso, no fato de os gestores não deixarem de tomar para si a conservação das aparências burguesas de suas instituições – ou seja, mantinham o estatuto jurídico da propriedade privada -, com a condição de esta classe lhe conceder os postos de coordenação mais decisivos. “Assim, o fascismo respeitou o quadro da ordem, mantido pela aliança dos gestores com a burguesia, mas introduziu nele um elemento de revolta, suscitados pelos ecos da mobilização proletária.” (Ibidem, p. 307) E isso implicou em um equilíbrio bem particular de instituições.

Na relação corporativista de tipo fascista, a autonomia sindical, por exemplo, é absolutamente anulada frente aos órgãos do Estado R e aos do Estado A. Sob esta ótica, “(...) o fascismo serviu para tornar obrigatória a colaboração entre trabalhadores e patrões quando as instituições do Estado liberal haviam deixado de ser suficientes para este fim”, assevera o autor. (Ibidem, p. 245) Por estes motivos as relações entre os dois aparelhos de Estado precisaram ser profundamente redimensionadas.

No caso italiano, a ascensão de Mussolini teria gerado um duplo conflito para o Estado R, porque dirigentes sindicais e associações patronais do Estado A resistiam ao corporativismo integral, defendido pelos fascistas, que concedia plenos poderes às câmaras mistas. A saída, para ambos os lados, haveria sido a de estabelecer um acordo, segundo o qual reconhecer-se-ia os sindicatos fascistas como interlocutores exclusivos oficiais e estes, por sua vez, ajudariam o patronato do Estado A a liquidar os sindicatos combativos. Perante esta complexa teia de interesse, desde 1925 na Itália, o órgão representante oficial do

patronato – a Confindustria – passa a ser elemento integrante do Estado R, quando, então, começa a se simpatizar com o totalitarismo empregue pelo aparelho clássico de poder.

Os patrões mantiveram assim – afirma Bernardo – a plenitude de capacidade de iniciativa no quadro das empresas, que constitui a base da sua autoridade e o seu fundamento, o Estado Amplo (...) Por outro lado, a marginalização da burocracia sindical contribuiu para confirmar o caráter totalitário do Estado Restrito, ficando o sistema corporativo explicitamente limitado à esfera administrativa. (Ibidem, p. 247)

Na Alemanha, em 1934, uma lei divide a Confederação da Indústria em diversos órgãos de gestão econômica que ficariam incorporados ao Estado, cujas decisões ficariam responsáveis os patrões, sem nenhum peso reservado aos trabalhadores. Ao final do mesmo ano, no entanto, a Confederação foi recomposta e encarregada de assuntos econômicos mais globais. Assim, o corporativismo nacional-socialista ficaria resumido aos problemas concernentes ao salário e às condições de trabalho, também com ínfima representação laboral.

Bernardo conclui que na prática, portanto, os fascismos nunca cederam significativa parcela de poder às burocracias sindicais, assegurando, com isso, sempre a autonomia empresarial. No plano ideológico, porém, zelavam por transparecer a imagem de exercer uma forte presença estatal limitadora do despotismo patronal. Tanto na Itália, quanto na Alemanha, o Estado R haveria sido um suporte à prosperidade do Estado A mediante privatizações de empresas financeiras e industriais, devolução de ações obtidas através de empréstimos de urgência exigidos pela crise, criação de mercado via licitações de obras públicas ou encomenda de material de guerra; além, é claro, das tarifas alfandegárias e protecionistas e a redução da carga fiscal.

Vale destacar ainda as medidas tomadas pelos Estados R italiano (em 1927) e alemão (em 1933) que cerceavam a livre-concorrência, favoreciam e aceleravam a concentração monopolística de um grupo reduzido de grandes empresas; o que se soma a um significativo programa de aquisição de ações que salvaria inúmeros estabelecimentos industriais de situações precárias, criando um novo campo de

intervenção do Estado R sem prejuízo às tomadas de decisões na esfera privada. (Ibidem, p. 249-252)

Posteriormente, entretanto, no fascismo italiano, outro conjunto de medidas cuidou de reservar aos gestores do Estado R uma bela margem de intervenção no Estado A. É neste contexto que Mussolini proclama que o fascismo haveria de substituir não só o liberalismo, mas também o capitalismo, referindo-se, claramente, aos fortes traços estatais de seu regime e não à supressão da mais-valia. De 1936 em diante, assistiríamos ao processo no qual os gestores estatais decidem e agem para recuperar sua participação mais efetiva naquelas indústrias que, anos antes, teriam salvado por meio das concessões de créditos.

Algo muito semelhante se desenrola na Alemanha, quando o Estado R decide criar empreendimentos mistos nos setores onde constatava fraca rentabilidade. Isto, claro está, favorece a concentração da economia e estreita os vínculos entre os dois quadros organizativos do capitalismo.

A confirmação histórica da convergência momentânea entre os dois regimes – com a assinatura do Pacto Germano-Soviético – não se apresentou como pura surpresa aos observadores mais aguçados da época. E é justamente quando ocorrem as cisões mais importantes na Quarta Internacional dirigida por Trotsky. Enquanto este defendia o caráter economicamente socialista da URSS – e, por isso, sua defesa na guerra imperialista – grande parte de seus seguidores, advertidos pelo Pacto, alertavam para a similitude entre as duas vertentes, a existência de uma outra classe dominante, e, ao contrário do mestre, pregavam a não tomada de partido na contenda.

Bernardo sustenta que nem mesmo a criação das frentes populares anti-fascistas orientadas pela III Internacional, a partir de 1935, constituem percalços consistentes a esta leitura que enxerga convergências. Isso porque seria natural que, sobretudo no contexto alemão, o Partido Comunista passasse a disputar espaços com o nazismo, ao arrogar para si a representação mais eficaz do capitalismo de Estado. Ou seja, depois de 1933, os comunistas veriam-se impelidos a comporem alianças com outras forças políticas para que não fossem definitivamente extintos pela ascensão de Hitler.⁴² (Idem, 1987) A

⁴² Bernardo (Ibidem) adverte que esta análise, todavia, deve inteirar-se das inúmeras minúcias e ambigüidades que envolvem cada caso em questão. Na França, por exemplo, a ocupação nazi teria contado com forte apoio das dissidências dos três principais partidos de esquerda que até

ofensiva nazista à URSS, que ocorre no ano de 1941, no entanto, surge como episódio obscurecedor de algo que vinha se tornando claro e concretamente constatável. Pois, novamente, os gestores se fragmentariam por campos distintos de modo a dificultar, quando não impedir, a sua identificação como classe.

Nesse sentido, Bernardo salienta que o próprio Mussolini demonstrava em seus discursos – principalmente a partir de 1928 – dispor de rigor e clareza na concepção da existência de não duas, mas sim três classes sociais fundamentais da sociedade contemporânea. O Partido Nacional Fascista teria feito compreender aos rentistas que a continuidade do capitalismo estava condicionada ao êxito de um governo gestorial. E, decerto, foi ao que se assistiu no transcorrer dos anos 20 na Itália: a ocupação de cargos políticos importantes pelos chefes dos grandes grupos econômicos, financeiros e industriais. Processo que ocorrera, segundo o autor, não por serem eles proprietários privados, senão “por desempenharem funções de gestão e possuírem uma mentalidade tecnocrática.” (Idem, 2003, p. 310) O aparelho político sofreu, assim, de cima a baixo, um processo de “fascização das instituições”, que figurou como a ascensão da autoridade burocrática ao Estado R.

Não seria outro o desejo expresso por Hitler ao escrever *Mein Kampf*, na acepção bernardiana. Ali encontraríamos o projeto gestorial de se realizar reformas políticas e sociais de forma a arrancar da burguesia o comando das instituições cruciais e impedir o colapso do capitalismo.

Tratava-se de revigorar as elites graças ao recrutamento de elementos populares. E só os gestores estavam posicionados de maneira a poderem, ao mesmo tempo, mobilizar o proletariado e pressionar a burguesia.⁴³ (Ibidem, p. 314)

então compunham as frentes anti-fascistas nas eleições de 1936. O Pacto Germano-Soviético e o acirramento terminante entre as potências capitalistas na Europa ocidental só viriam para coroar esta já imbricada rede de alianças.

⁴³ Acerca dos regimes fascistas na Espanha e em Portugal, Bernardo sustenta teses semelhantes, apontando a dualidade em que consistiu a prática dos gestores no empenho de obterem hegemonia. Segundo ele, na Espanha, o discurso procurava irmanar industriais e operários em comum antagonismo ao banqueiro usurário: “Revelando-se sempre, e quase que

Conforme a tática traçada pelo líder do nazi-fascismo alemão, o primeiro passo a ser dado não seria o de conquistar o apoio do meio social para o qual seu projeto político era o imediatamente mais interessante. Ele alertava para a necessidade de mobilizar setores sociais mais numerosos que estivessem dispostos a empreender uma grande batalha, a massa trabalhadora. É com esta finalidade que o nacional-socialismo circunscreve um lugar especial para a classe trabalhadora e também para a burguesia no interior de seus planejamentos. Para tanto, seria conveniente atender reivindicações proletárias e garantir-lhes condições materiais de vida melhores. A bandeira que abrangeria o projeto, no entanto, seria de cunho étnico, quer dizer, “a fundação de um Reich onde coubesse toda a raça nórdica”. (Ibidem) Daí a irônica associação de dois termos, em princípio, antinômicos: *nacional* e *socialismo*. Em outras palavras, consistia em restaurar uma solidariedade interna na Alemanha em favor do programa e do interesse de uma única classe.

Tanto no caso da URSS, quanto no caso dos fascismos, os processos de consolidação dos gestores foram, de alguma forma, condicionados pela inoperância política e econômica de suas respectivas burguesias. Quanto aos países mais industrializados da Europa ocidental e os EUA, entretanto, é preciso sublinhar a permanência de uma considerável força social desta classe. Embora, instâncias importantes do Estado R já fossem encontráveis sob o comando dos gestores.

Nestes casos, o capitalismo de Estado se diferenciara do levado a cabo na URSS por ter desenvolvido uma forma de controle gestorial no âmbito do Estado A, sem comprometer o caráter privado da apropriação burguesa. E, em relação ao fascismo, destacava-se por não haver exposto demasiadamente o antagonismo entre as duas classes

apenas, pela dualidade, se não mesmo pela duplicidade, os gestores escamoteiam-se ao mesmo tempo em que se afirmam. Enunciam os demais grupos sociais unicamente para deixarem subentendida a sua presença nos interstícios, e neste lusco-fusco têm conseguido confundir-se com o próprio desenvolvimento do capitalismo e atingir a hegemonia em toda sociedade”. (2003, p. 318) No caso português, uma coesa classe de técnicos e burocratas fora de fundamental importância para a modernização da própria burguesia e de toda base econômica do país. Perante a particular formação sócio-econômica do país, Salazar haveria sabido estabelecer o delicado e adequado equilíbrio entre vários setores da economia. Para tanto, baseou-se – diz o autor – no sistema corporativista. A proeza dos gestores consistiu em harmonizar os diversos interesses distintos enquanto remodelavam o conjunto básico das CGP. (Ibidem, p. 320)

exploradoras. Na Alemanha nazista, por exemplo, os burgueses foram paulatinamente substituídos por gestores na administração de grandes empresas privadas, a tal ponto que, ao fim da guerra, o domínio gestorial era quase tão absoluto quanto o era na URSS. Aliás, Bernardo sugere ter sido este um dos motivos que mais tenha apressado a derrota do regime. (Idem, 1979, p. 92)

Concebido durante a administração Roosevelt nos EUA - e inspirando todos os demais países industrializados da Europa ocidental - o *New Deal* teria sido uma institucionalização da convergência entre gestores e burguesia no âmbito dos regimes políticos democráticos e fundamentados em um planejamento econômico de tipo keynesiano. Neste caso, tratou-se de manter a superficialidade das instituições burguesas, porém, conferindo-lhes conteúdo completamente novo, sob a égide dos gestores. Houve o cuidado também de acolher em algumas instâncias decisórias a representação de setores mais aguerridos da classe trabalhadora, com o intuito de infundir-lhe obediência e espírito de colaboração à ordem.

Tomando por referência o contexto estadunidense, convém assinalar ainda a significativa presença de proprietários rurais independentes que forneciam ampla base de apoio à burguesia. Paralelamente, a indústria norte-americana sempre tendeu a evoluir com base na mais-valia relativa, o que possibilitava ofertar bons salários, conter grandes pressões sociais mediante reformas e concessões e, assim, evitar o embate aberto com o proletariado.

Em linhas gerais, era este o panorama econômico e social do país que melhor respondia à crise de 1929 e, por isso, serviu de modelo a tantos outros. Os gestores, neste contexto, em relação ao proletariado, orientavam-se por uma política de restabelecimento do padrão de vida anterior à crise. Portanto, diferente dos outros regimes, centrou a produção no fabrico de bens de consumo particular. Quanto à burguesia, evitou atritos ao preservar intacto o estatuto legal da propriedade privada e ao coibir estatizações. De qualquer modo, isto não impediu que os gestores reforçassem, às escuras, sua base social de ação, a partir das esferas governamentais e da generalização das sociedades anônimas. Assim se estruturou o capitalismo de Estado tipicamente norte-americano, sem que se suprimisse a forma burguesa de apropriação, “o que mostra como tem pouco significado e como o controle da gestão é

bem mais poderoso do que qualquer forma de controle jurídico da propriedade.” (Ibidem, p. 95)

O modelo do *New Deal*, desde sua implementação em 1933, demonstrava ser a fórmula institucional que mais produzia efeitos positivos no sentido da recuperação econômica. Progressivamente, os gestores passaram a ocupar papéis decisivos no aparelho de Estado que, por seu turno, se converte em provedor de subsídios diretos do poder de consumo particular.

Bernardo classificou esta via de desenvolvimento do capitalismo como “um sistema de expansão do consumo particular”, o qual consistiria na “transferência de uma parte dos rendimentos das camadas de nível de vida superior para as camadas com nível de vida inferior.” (Ibidem, p. 98) Tratou-se de um mecanismo de fundamental importância para o reaquecimento das atividades produtivas e o acréscimo dos lucros capitalistas. Ao estimular o consumo particular, o sistema dava o primeiro impulso para um processo em cadeia que, por fim, se acabava arrastando para os setores de fabrico de bens de produção e fornecedores de matérias-primas.

Como se vê, a intervenção do Estado R fora decisiva, pois através da regulação dos tributos, da dívida pública, além da prestação de serviços públicos e sociais, é que se tornava viável tal drenagem de rendimentos. Este é precisamente o mecanismo que propulsiona o regime da mais-valia relativa, pois só o acelerado crescimento da produtividade permite que os capitalistas arquem com o aumento de impostos e da dívida pública e, ainda assim, mantenham uma margem satisfatória de lucros.

Aliás, foi este o grande papel desempenhado pelas empresas privadas através da aplicação do sistema fordista de organização do trabalho. Em todos os países que o *New Deal* e outras planificações similares vigoraram era comum e freqüente ocorrerem aumentos salariais, o que tinha como consequência, logicamente, o aumento dos consumos particulares.⁴⁴ É quando os sindicatos atrelam-se

⁴⁴ Em um artigo intitulado *Dois Utopias: A Propósito da Derrocada dos Regimes Soviéticos* (1995) Bernardo analisa a obra *O Admirável Mundo Novo*, publicado em 1932 por Aldous Huxley, e a apresenta como expressão alegórica da fusão dos três tipos de sociedade: a norte-americana, a soviética e a fascista; as quais compartilhariam o fundamento de uma “sociedade de massas”. Isto quer dizer que se fundamentavam elas na produção volumosa de artigos indiferenciados que reduziam as pessoas a “padrões estereotipados”. Caricaturando os aspectos norte-americanos, esta ficção, porém, teria sido sociologicamente brilhante por sua capacidade

definitivamente ao aparelho econômico estatal, e passam a ser, daí em diante, uma peça fundamental para a continuidade pacífica do modo de produção. Agora institucionalizadas, as reivindicações dos trabalhadores passariam a ser todas intermediadas pelas burocracias sindicais, as quais emergem enquanto mais um campo privilegiado para o controle dos gestores.

Entretanto, este sistema não teria tido a eficácia que teve caso os países centrais não contassem com a expansão do consumo particular também em países capitalistas periféricos. Isso porque o aumento da capacidade de compra nestes países implicava o aumento de importações. Ainda que em diversas situações o capitalismo subordinado tenha obtido como saldo algum crescimento industrial em setores específicos, o que por certo ocorrera foi o estreitamento das relações de dependência em relação às economias dominantes.

É relevante destacar que, apesar de o Estado R, neste sistema, ter-se consideravelmente desenvolvido sem prejuízos ao ambiente amistoso dividido por gestores e burgueses, é inegável que o reforço de suas funções - enquanto proprietário de capital nos países mais industrializados e enquanto comprador exclusivo de algumas empresas - interferia sensivelmente no mercado e na desigual repartição da mais-valia. Por isso é apropriado referi-lo como *mercado planejado*.

Esta via de reestruturação da economia, baseada na expansão do consumo particular, lançou a base para o prosseguimento das atividades capitalistas em todo o mundo pós-guerra, exceto nos países que continuaram sob a influência da URSS. Desde então, o cenário das lutas sociais contou com o surgimento de um novo campo, com características completamente novas, que comportava interesses divergentes: o campo do consumo. Embora tenha sido, desde sempre, um momento importante à reprodução do modo de produção, ele sempre

de antecipar a supremacia deste modelo no processo de convergência destas três tendências. Diferente de 1984, de George Orwell, inspirada no modelo soviético, a utopia de Husley teria acertadamente apostado na vigência de um sistema social onde a repressão aberta fosse substituída “por um conjunto de medidas que permitem a plena harmonia e previnem as insatisfações antes ainda de elas se manifestarem”. (p. 58) Este sutil totalitarismo permissível, assente nos mecanismos da mais-valia relativa, se manifestaria pelos estímulos planejados ao consumo, à superficialidade e à efemeridade dos relacionamentos sociais. Assim, os indivíduos poderiam ser mantidos a uma distância bem segura da reflexão crítica sobre suas condições e estaria vetada a possibilidade de esboçarem qualquer ato prático de transformação social.

ocorrera num âmbito privado. Hoje, sua organização se dá enquadrada por instituições sociais específicas, que revelam a centralidade que crescentemente assumem na vida econômica e social. De acordo com o autor (Ibidem, p. 106):

Essas instituições são, pois, projectadas ideologicamente no centro do modo de produção. Indivíduos que, por participarem em classes distintas, se encontram opostos ou divididos em múltiplos níveis da vida econômica e social, descobrem entre si uma realidade comum – a de consumidores.

Os regimes soviético, fascista e o *New Deal*, portanto, segundo o entendimento de Bernardo, haveriam esboçado a constituição de uma esfera supra-nacional de atuação capitalista, embora ideologicamente se apresentassem como fenômenos limitados aos quadros nacionais. O que não era uma inverdade do ponto de vista da fragmentação da classe trabalhadora que outrora chegou a ensaiar uma solidariedade ilimitada por estas barreiras. Mas, entre os capitalistas, parecia não haver dúvidas quanto à necessidade de integrarem suas atividades econômicas para além das fronteiras que agora circunscreveriam as iniciativas de resistência dos trabalhadores.

O fim da aliança entre URSS e Alemanha e o término da Segunda Guerra deixam lacunas nas teses que assinalavam a convergência dos regimes, embora os gestores nunca tenham dependido exclusivamente do fortalecimento do Estado R. Nesse aspecto, inclusive, o regime de Roosevelt teria sido uma experiência consideravelmente menos ousada que os fascismos europeus e a estatização integral soviética. Contudo, ainda que conferisse larga margem à iniciativa da burguesia tradicional, permitiu a ação planificadora dos gestores e o estreitamento dos vínculos entre os gestores sindicais, os estaduais e os administradores profissionais das sociedades anônimas. A partir de 1946 a Guerra Fria isolaria a URSS dos Estados Unidos e demais países europeus que haviam adotado políticas econômicas keynesianas. Isso impediu que a unificação da classe dos gestores fosse possível já àquela altura. Porém, dois aspectos haveriam de demonstrar os efeitos globalizantes desse período que se encerra junto com a II Guerra Mundial.

Primeiramente, convém observarmos que, se nos países de origem dos regimes a convergência temporária parecia desfazer-se com o fim da guerra, nos países coloniais (África, Ásia e América Central), ou semi-coloniais (em alguns casos da América do Sul), todos os movimentos de libertação nacional viriam a se fundamentar numa amálgama ideológica e organizacional entre o leninismo, o fascismo e o *New Deal*.

Para Bernardo (1987, p. 106-107), um país colonizado caracterizar-se-ia por ter suas principais estruturas econômicas e sociais, geralmente pré-capitalistas, mantidas pela metrópole. E o problema é que essa relação, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento local do capitalismo, também o limita, ao mesclá-lo com velhas instituições tradicionais. Descolonizar, portanto, significaria trazer estas regiões de desenvolvimento bloqueado para a esfera mundial, conforme as necessidades de expansão do capitalismo, a despeito de transcorrerem sob as bandeiras nacionais. Entretanto, a diluição de estruturas tradicionais e o fomento à atividade industrial demandam alta concentração de capital, estágio para o qual o Estado R se apresenta, de imediato, como aparelho adequado. Nesse sentido, representam segundo ele, um enorme passo em direção à internacionalização da economia.

Por exemplo, o princípio anti-colonial do Comintern – de acordo com o autor – teria se assentado sempre num caráter nacionalista, constituindo o aspecto mais marcante do “nacional-bolchevismo”. (Ibidem, p. 82) Basicamente, consistiu na política de defesa das fronteiras nacionais ou na promoção dos processos de independência em relação às metrópoles, com base no fornecimento de apoio a um núcleo gestorial local e, principalmente, orientando a formação de exércitos novos. Enquanto no leninismo clássico, soviético, os gestores procuravam se apoiar no proletariado, nessas áreas coloniais, sendo incipiente a classe operária, o nacional-bolchevismo encontrou apoio no campesinato pobre.

Nas suas versões com traços predominantemente fascistas, os movimentos anti-coloniais ou desenvolvimentistas basearam-se na aliança com as camadas burguesas locais e apenas secundariamente aproximavam-se do proletariado.⁴⁵

⁴⁵ Este seria um processo bem conhecido na América Latina. Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Perón, na Argentina, seriam os exemplos clássicos de como os movimentos gestoriais pela autonomia de orientação política e econômica – já que, nestes casos, não se

Já o *New Deal*, por sua vez, dadas suas características, se haveria feito representado nas regiões descolonizadas através das multinacionais, cuja plena implantação e desenvolvimento só se tornaria realidade à medida que as relações econômicas mundiais fossem desimpedidas e a dissolução da relação unilateral metrópole/colônia definitivamente desfeita.

Por estas razões, os movimentos generalizados de descolonização que ocorreram na seqüência da II Guerra Mundial, na perspectiva do autor, teriam tratado de concorrer para o processo de superação dos nacionalismos econômicos e sido, por isso, fundamentais à constituição de uma rede internacional muito mais vasta para o capital. Os processos de descolonização, se originariamente diferenciados, fundiram-se num “todo homogêneo e coerente”, com o decorrer do século XX. As três correntes gestoras puderam, assim, alternarem-se, substituírem-se ou complementarem-se.⁴⁶ Conforme suas próprias palavras:

Produziu-se uma síntese organizacional e ideológica que reúne: a planificação soviética da economia e a forma leninista de aproveitamento do movimento operário e dos camponeses sob a condução gestorial; a versão fascista do mito nacional e o sistema fascista de mobilização da população em corpos para-militares, com que procura consolidar-se toda a sociedade sob o comando de um poder plebiscitário; o tipo de articulação conseguido, nos regimes saídos do *New Deal*, entre uma certa planificação estadual e a relativa autonomia das empresas particulares. (Ibidem, p. 113)

Desse modo, Bernardo infere ter sido decisivo o papel da classe dos gestores para a necessária desarticulação das antigas formas de hierarquias, das tradicionais formas de produção e para o alargamento

tratava de uma independência – apoiavam-se em bases operárias como os sindicatos e mantinham sólidas alianças com certas camadas burguesas. Segundo Bernardo (1987, p. 105), com claras inspirações mussolinistas.

⁴⁶ Tal sincretismo teria, segundo o autor, caracterizado os emblemáticos processos de formação da Iugoslávia de Tito e da República Popular da China. (1987, p. 112)

do processo de proletarização nos países de capitalismo retardatário. Os gestores teriam elaborado um instrumento organizacional e ideológico eficaz e, por esta razão, hoje, apresentar-se-iam como a vanguarda da sociedade capitalista.

Em segundo lugar, no que concerne à relação entre as grandes potências, não se pode ignorar que fora precisamente nos bastidores da guerra, enquanto as grandes potências nacionais ainda se degladiavam, que aconteciam as primeiras negociações que deram origem à constituição de organismos internacionais destinados a impedir o ressurgimento de surtos nacionalistas. Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) prepararam o terreno da futura completa integração capitalista. (Bernardo, 1990; 2000; 2003) Isso revela ter havido um campo de contato inter-capitalista que se ocupou de planejar e executar a reorganização econômica e política do mundo, qualquer que fosse o lado vencedor da guerra.

Mais protegida ainda dos holofotes históricos estivera a fundação do Banco de Pagamentos Internacionais. Sediada na Suíça, e composta por representantes de bancos centrais de vários países, esta entidade pôde consolidar uma rede de relações gestoriais entre vários países antes mesmo de a guerra eclodir. Desde 1930, averigua Bernardo (2003, p. 339-343), havia-se tornado plenamente viável uma colaboração internacional capitalista que, sem intervenções políticas e independentemente às convulsões da guerra, zelaria pelo harmonioso funcionamento técnico e financeiro das instituições.

Vale ainda ressaltar que em diversas reuniões da conferência de Bretton Woods, em 1944, contou-se inclusive com representações soviéticas; o que demonstraria sua parcela de esforço em prol da constituição de uma economia pós-guerra com bases internacionais. Também se cogitou, na ocasião, a obtenção de créditos norte-americanos para serem aplicados na reorganização econômica da URSS. Além de se pensar a regulamentação das relações comerciais que se estabeleceriam daí por diante entre as duas grandes esferas de influência. O insucesso deste projeto, entretanto, começou a dar sinais em maio de 1945, quando a administração Truman ensaia algumas medidas embargatórias ao regime de Stalin. (Idem, 1990, p. 26)

O Plano Marshall e a Doutrina Truman adotariam um programa de crédito para a recuperação da Europa que se processava por fora dos

organismos internacionais, de modo a excluir a União Soviética. Nesse sentido, se, por um lado, os dirigentes norte-americanos davam impulso a um processo de supra-nacionalização da economia, por outro, restringiam, o máximo possível, a participação dos países da órbita soviética. Ou seja, enquanto preparou o campo de integração tecnológica internacional à sua maneira, condenou a economia soviética à estagnação das taxas de produtividade.

Stalin, então, cuidou de readequar o seu regime às condições impostas pelo bloqueio. Externamente, rejeita a legitimidade dos organismos internacionais e, internamente, redimensiona o Plano Quinquenal. Restando apenas a alternativa de relacionar-se econômica e tecnologicamente com seus aliados a leste, a URSS fundou o Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon), no ano de 1949. Porém, tratava-se de relações econômicas bastante débeis, pois o regime produtivo soviético custava a saltar do arcaísmo da modalidade absoluta da mais-valia para a modalidade relativa, e isso comprometia seriamente o seu projeto de ser exportadora de capitais, avalia Bernardo (Ibidem, p. 34). O país mostrava estar bem longe de criar condições para o estabelecimento de uma rede de integração, tal qual prosperava na esfera norte-americana. Basicamente, a relação da URSS com os demais países de seu bloco econômico resumia-se a meras relações bi-laterais.

Assim, consoante à adesão de mais e mais países ao embargo, e o conseqüente controle sistemático do volume e da qualidade dos fluxos de importações e exportações, os efeitos do isolamento incidiam com maior gravidade na economia soviética. A tal ponto que as empresas deste bloco se afastavam de qualquer inovação tecnológica, geral ou pontual, e retardavam, viciosamente, seu acesso aos princípios básicos da mais-valia relativa.

Talvez uma única exceção possa ser feita, caso refira-se ao desenvolvimento da temível indústria militar soviética. Afinal, este ramo contou com toda prioridade de ordenação dos investimentos. O que não se efetivaria sem a deteriorização ainda maior das condições de trabalho e o aprofundamento dos problemas da baixa produtividade. (Ibidem, p. 39)

De acordo com esta análise de Bernardo, apenas com a morte de Stalin, em 1953, quando o regime passa para o comando de Malenkov e Khruchtchev, é que a URSS experimentaria uma nova política econômica. No entanto, entre outras tantas dificuldades erguidas contra

estas tímidas alterações, continuavam a prevalecer os interesses de parte da classe dos gestores que era beneficiária da velha orientação. Esta oposição refletiu-se na rápida queda de Malenkov e na não execução de nada daquilo que fora por ele projetado. Mais tarde, a discrepância entre o nível técnico-científico atingido por um dado setor e a baixa produtividade do setor de bens de consumo se tornaria mais clara com o início da era espacial e o lançamento de satélites artificiais.

Ao mesmo tempo, os demais países integrantes do bloco soviético vivenciavam um quadro social bem diferente do país que os dirigia. Em vários casos, o caráter classista e o nível do desenvolvimento industrial destacavam-se relativamente aos padrões da União Soviética, sendo possível verificar uma agitação proletária muito mais intensa e significativa que dirigia sua insatisfação não só aos gestores de seus respectivos países, mas igualmente à classe dominante soviética.⁴⁷ Isso acarretou que as classes capitalistas locais se vissem atraídas pelas formas exploratórias da esfera inimiga, por se mostrarem muito mais eficazes à exigência de assimilação das contradições.

Era, pois, periclitante a situação dos gestores da URSS: de um lado, pressentiam já a iminente deflagração de um conflito aberto com a classe trabalhadora que diziam representar e, de outro, vislumbravam o movimento centrífugo em que tendiam embarcar os países do seu bloco de influência, atraídos pelas economias ocidentais. Logo, o rigor de suas exigências políticas e o poder com que controlavam os países da Comencon haveriam de enfraquecer substancialmente até o início da década de 1960. A violência que desse período se seguiu por parte do regime atestava e procurava suprir a incapacidade de seus dirigentes promoverem a coesão econômica. Ao contrário, a truculência deste modelo de gestão apenas acelerou o processo de sua desagregação completa.

Do outro lado da cortina de ferro, o capitalismo pareceu transcorrer em condições mais estáveis. Os laços internacionais entre os capitalistas se consolidavam, ao mesmo tempo em que os ótimos níveis de produtividade obtidos pelo sistema de gestão fordista ofertavam à classe trabalhadora as supostas dádivas do Estado-providência. Antes que também se alcançasse o seu esgotamento, o modelo permitiu que as

⁴⁷ Cabe destacar o levante operário em Berlim, na República Democrática Alemã, que teve repercussões na Hungria; e as greves na Tchecoslováquia, ambos em 1953. No ano de 1956, iniciou-se também uma série de conflitos sociais na Hungria e na Polônia.

classes exploradoras destes países reorganizassem as instituições centrais do capitalismo dentro de uma relativa e superficial calma social.

Contudo, a cada nova etapa de reestruturação do capitalismo há que se notar as diferentes formas de que se revestem as classes sociais e suas formas de manifestação. Alteram-se profundamente os seus perfis, ocorrem novas cisões e promovem-se novas uniões que passam a balizar os conflitos sociais subsequentes. É, então, dessa aparente abonação de que gozavam as classes dirigentes que começa a surgir no início da década de 1960 uma nova onda de contestações proletárias anticapitalistas, que haveria de causar um rebuliço no conjunto das instituições sociais, impulsionando a mais recente grande remodelagem do modo de produção, tanto na esfera de influência norte-americana, quanto na de influência soviética.

5.3 – A INTEGRAÇÃO DA CLASSE DOS GESTORES HOJE:

Assim Bernardo sintetiza as características elementares do grande ciclo de lutas proletárias que se principiou desde os fins dos anos 50, nos países tecnologicamente mais desenvolvidos, e se estendeu até os primeiros anos da década de 80 em outros países mais retardatários:

Revelando-se capazes de manter o controle sobre as lutas, sem alienar a sua condução aos dirigentes dos sindicatos, os trabalhadores começaram, em casos cada vez mais freqüentes, a ocupar as empresas e a fazê-las funcionar sob a sua autoridade, remodelando assim progressivamente as próprias relações de trabalho e pondo em causa os critérios a que obedece a produção. Nessas lutas os trabalhadores não se limitavam a reivindicar o exercício do controle, mas aplicavam-no na prática. Não se tratava já de uma simples aspiração, mas de uma modalidade efectiva de actuação. (Bernardo, 1997)

Estas formas inovadoras de contestação do capitalismo - que tomavam dimensões internacionais e forçavam os capitalistas a cederem parte das reivindicações e, por isso, re-planejarem suas instituições

políticas, econômicas e sociais - teriam sido determinantes à configuração atual do modo de produção capitalista e, em particular, à nova fisionomia e à prática social assumida pela classe dos gestores.⁴⁸

Os regimes que emergiram da crise de 1929 basearam suas instâncias de poder na figura de um líder, uma figura suprema. Ocorre que, da nova perspectiva tecnocrática, esta estrutura básica de poder passou a representar uma forma completamente superada. Porque, consoante aos progressos tecnológicos propiciados pelos mecanismos da mais-valia relativa, os gestores progressivamente puderam abdicar do personalismo tirânico. De modo que os esforços capitalistas para o restabelecimento das novas condições de exploração, orientadas pela recuperação e absorção dos conflitos da época, tenderam a se desenvolver sobre estruturas políticas e econômicas descentralizadas; sem, no entanto, promoverem a unidade efetiva entre as tarefas de mando e execução que os movimentos tencionavam.

No plano da gestão do processo de trabalho, o sistema taylorista-fordista apresentava-se inadequado para atender as urgências que só o princípio do aumento de produtividade das empresas resolveria. Chega-se, neste momento, ao limite do “desenvolvimento da mais-valia relativa assente na componente muscular da força de trabalho”. (Idem, 2004, p. 77) Junto a isso, a grande concentração de maquinarias e de correspondente força de trabalho, típicas do velho modelo, conformavam o quadro crítico a ser superado pelas classes capitalistas.

Nessa matéria, é farta a bibliografia que tem apontado o sistema de gestão toyotista como o que mais dera respostas eficientes às principais questões que o modelo fordista-taylorista, predominantemente aplicado pelo *New Deal*, teria imposto aos interesses dos capitalistas: o esgotamento da exploração baseada no trabalho braçal e a concentração física de maquinaria e força de trabalho.

O acelerado desenvolvimento da microeletrônica, acompanhado de uma correspondente transformação organizacional dos processos de trabalho, parece ter sido o principal fator para a obtenção de resultados. Quanto ao primeiro ponto, o novo modelo eleva o padrão de

⁴⁸ A esse respeito, além dos já mencionados casos da Europa oriental, tornariam-se emblemáticos os episódios da França em 1967 e 1968, da Itália em 1968; os primeiros momentos da Revolução Cultural chinesa; Portugal, de 1974 a 1975 (do qual João Bernardo participou ativamente); acontecimentos esparsos, porém significativos, nos EUA e no Canadá; posteriormente, Polônia, e até mesmo países da América Latina, como o Brasil.

acumulação a níveis de produtividade nunca antes calculados, além de introduzir sérias clivagens entre os trabalhadores mais qualificados e produtivos – que passam a ser explorados na sua dimensão intelectual, e, por isso, desfrutarem de melhores salários - e os remanescentes do trabalho braçal - que passam ter a sua situação de precariedade ainda mais agravada.

O segundo aspecto superado pelo capital ocorrera mediante o processo de desconcentração internacionalizada da produção. Os resultados incidiram principalmente sobre a capacidade de solidariedade entre a classe trabalhadora, que ora enfrenta grandes dificuldades para readequar suas práticas associativas. É este o novo modelo organizacional das relações de produção que parece ditar a dinâmica e o conteúdo das principais modificações orgânicas das classes sociais.

Diante desta remodelação na estrutura produtiva, conduzida pela introdução das novas tecnologias, João Bernardo (Ibidem) vislumbra uma propensão ao enxugamento significativo dos setores administrativos intermediários e inferiores. Em parte, o pessoal administrativo inútil para o novo sistema é remetido às tarefas mais subalternas, noutra é levado ao desemprego. As tarefas mais simples e rotineiras tendem a ser eliminadas pelas grandes corporações mais avançadas tecnologicamente, as quais tendem a exigir novos gestores, com capacitação mais apropriada.

Daí o alento com que se celebra a difusão do democratismo na esfera do Estado R e do participacionismo na esfera do Estado A. A coletividade que caracteriza a atuação dos gestores fez com que a imagem da autoridade se desvanecesse. Se, no período entre guerras, os gestores precisaram contar com um escudo político (por vezes até milícias de rua) que garantisse sua liberdade de ação por detrás, a partir do pós-guerra, é a tecnologia – entendida também na sua dimensão sócio-organizacional - que confere anonimato à sua supremacia. A discrição com que agem sob as mais variadas matizes político-ideológicas assegura aos administradores empresariais, aos altos funcionários do estado, aos sindicalistas e políticos profissionais a permanência de suas funções e a continuidade no comando das instituições - como atestam observações prudentes a propósito da derrocada de um regime político e sua passagem a outro. (Idem, 2003, p. 338) É, então, uma rede internacional pluricentrada que hoje caracterizaria a integração da classe gestora.

De todos os aspectos da nova composição dos gestores, talvez o mais significativo tenha sido a mudança do campo social prevaiente que agora oferece base a sua existência enquanto classe. Desde a década de 1950, dá-se início a um processo pelo qual o aparelho de estado central começa a transferir a maior parte de suas funções coordenadoras para o âmbito das empresas privadas. O movimento de unificação dos campos de origem dos gestores fortalece novos pólos de poder, agora centrados nas instituições constitutivas do Estado A, na exata medida em que esvazia qualquer antigo conteúdo decisório do moribundo aparelho tradicional de Estado, conformando um sistema que o autor denomina neo-corporativismo informal. (Idem, 1991a)

Na esfera do capitalismo ocidental, onde o Estado R desde há muito não exercera uma função suprema e exclusiva, o processo de transferência de poder tomou forças decisivas após a crise de 1974, e prontamente teceu uma rede transnacional pluricentrada de acumulação que minou os instrumentos particularistas de poder da classe burguesa.

Se até então a divisão mundial do trabalho se processava através da articulação entre diversos quadros nacionais, atualmente ela passa a ocorrer nos termos das companhias transnacionais. Não se trata mais da relação entre países, ou junção de fronteiras, senão a diluição dessas antiquadas barreiras. Por isso, Bernardo (2000) propõe a substituição da expressão “companhia multinacional” para “companhia transnacional”. Como corolário, temos que a análise da economia mundial não se deva mais centrar nos negócios estabelecidos entre países, mais na sua divisão em companhias transnacionais, quer dizer, na relação entre elas e entre matrizes e filiais.

Dessa forma Bernardo (Idem, 1993, p.101) compreende a onda de privatizações, as quais representariam, atualmente, um movimento de remodelação das instâncias de poder. Na medida em que os títulos sobre a propriedade privada tendem a ser pulverizados, a ascensão dos gestores pode proceder a um desmantelamento da maior parte do sistema de economia pública, estatizada. O estágio em que se encontra a integração tecnológica e a concentração de capital permite que as grandes corporações dispensem a intermediação do Estado R, assumindo elas mesmas a condução dos processos econômicos, políticos, sociais e até culturais da globalidade do sistema.

Isso quer dizer que as companhias transnacionais passam a prover e a tomar as iniciativas concernentes à reformulação das novas CGP, a

criarem suas próprias instituições supra-nacionais coordenadoras. “E esse poder enraíza-se fortemente mediante a miríade de pequenas e médias unidades empresariais estritamente dependentes na esfera econômica, mas autônomas no nível jurídico de propriedade.” (Idem, 1992, p.38)

Embora as estatísticas destaquem, com entusiasmo, o considerável aumento do número de particulares proprietários de ações, mascaram a majoritária porção de valor delas que tendem a ser possuídas por grandes grupos econômicos. De forma que estes proprietários particulares cada vez menos têm acessos às instituições decisórias. Na prática, tornou-se plenamente dispensável deter ou não a propriedade formal das pequenas e médias unidades econômicas para efetivamente controlá-las. Estas se inserem num quadro de total dependência das maiores, funcionando sob regimes de subcontratações, terceirizações ou *franchising*.

Internamente aos capitalistas, o que decerto se opera é a obtenção de total independência por parte dos gestores das grandes corporações transnacionais, as pedras angulares do Estado A, consoante à perda de envergadura de influência por parte dos gestores políticos dos órgãos do Estado R e à perda de significância econômica da decrépita classe burguesa.

Ao contrário do que possa parecer, o desfacelamento dos regimes econômicos sob a égide do Estado R, portanto, de maneira nenhuma representou o ressurgimento da burguesia enquanto classe prevalecente, senão a confirmação da superioridade das formas gestoriais de propriedade, e também a passagem de um sistema centralizado de poder para um sistema pluricentrado. Tal foi a pressão que desde há muito tempo se fazia sentir nos países adeptos do modelo econômico de tipo soviético.

Este processo – observa o autor (Idem, 1993, p. 103) – foi um dos responsáveis pelas sucessivas reformas de Khruchchev e de Kossyguin, pelo lançamento da perestroika e, afinal, pela completa derrocada do aparelho central.

Nesse sentido, desde fins da década de 1990 verificamos a tendência à emissão pública de ação das empresas estatais. Na China,

por exemplo, a partir de 1991, começou-se a reservar boas cotas de ações destas empresas para grandes investidores internacionais.

Em países com dificuldade de encontrar um mercado próprio de ações, tem sido recorrente a distribuição de ínfimas parcelas de ações de uma dada empresa para seus trabalhadores, enquanto efetivamente quem exerce o controle são as burocracias sindicais, constituindo aquilo que Bernardo reconheceu como sendo um “capitalismo dos sindicatos”.⁴⁹ (Idem, 1987) Criou-se, todavia, um novo quadro de conflitos entre gestores, pois o “capitalismo de sindicatos” dá lugar a uma instituição burocrática hoje já considerada obsoleta e inconveniente aos olhos da moderna tecnocracia empresarial.

Por isso, os processos de privatizações, em países onde a propriedade era até então integralmente estatal, procedem com adequados critérios e cautelas, de forma a garantir que a transição não ponha em risco a hegemonia dos grupos controladores já em exercício. É ao que assistiríamos, segundo Bernardo (Idem, 1993), nos casos da antiga Tchecoslováquia, da Rússia, da Hungria e da Polônia: facilitação para a aquisição de ações em favor da parte dos antigos quadros dirigentes.

Substitui-se o mito da propriedade estatal pelo mito da democratização do acesso à propriedade de papéis de ações. O que apenas reforça a função controladora do administrador das grandes empresas.

Mesmo aqueles gestores mais directamente comprometidos com os regimes marxistas mantiveram, após a derrocada final, amplas possibilidades de actuação. E tanto mais se reforçarão quanto mais rapidamente forem levados a cabo as privatizações pois, em boa parte dos casos, são eles os únicos com disponibilidades financeiras e contactos económicos suficientes

⁴⁹ Sem desconsiderar a particularidade que permeia cada caso, até a publicação de *Capital, Sindicatos, Gestores* (1987), Bernardo chamava a atenção para a forte presença do “capitalismo dos sindicatos” em países como: A República Federal da Alemanha, Israel, Estados Unidos (com algumas ressalvas), Reino Unido; concentradamente em alguns ramos da produção, também Venezuela e México. A propriedade coletiva usufruída pelos gestores sindicais não se dá somente através do controle sobre as ações pulverizadas dos membros associados, mas é igualmente essencial a administração exclusiva que dispõem dos fundos de pensões.

para de imediato poderem participar activamente no processo. (Ibidem, p.115)

Como resultado destes complexos processos, as companhias transnacionais aparecem hoje como as verdadeiras protagonistas do funcionamento integrado da economia mundial. Isto corresponde ao triunfo de uma classe que define sua existência exatamente por este aspecto globalizante. Esta averiguação o autoriza afirmar: “A classe dos gestores conduz o capitalismo na ultrapassagem definitiva dos particularismos econômicos.” (Idem, 1987, p.117) Conseqüentemente, os gestores haveriam de também promoverem transformações profundas nas estruturas de poder, que exigem serem pensadas igualmente em escala mundial. Se, por um lado, temos um alto grau de coesão da classe gestorial em razão do funcionamento coordenado entre as unidades econômicas no âmbito do Estado A, por outro, deparamo-nos com a segmentação acentuada da classe trabalhadora, cuja condição de exploração se agrava.

Sendo assim, os gestores podem prescindir do movimento operário para ascenderem nas hierarquias das classes capitalistas. E a burguesia, entre as classes exploradoras, vê-se impelida a consentir e ser conduzida pelos interesses dos gestores. Isso quer dizer que os conflitos sociais doravante tendem a ser travados abertamente entre gestores e proletários. De modo que, atualmente, podem ser considerados, pela ótica bernardiana, como o segmento hegemônico das classes capitalistas, em qualquer parte do mundo.

6 – CONCLUSÃO

A partir das considerações de João Bernardo, penso ser possível alcançar uma teoria dos gestores com base numa abordagem essencialmente marxista.

Um primeiro ponto a ser destacado concerne à própria definição do conceito de classes sociais. Posto que a vastidão da obra do clássico, aliada à incompletude do conceito, permite as mais variadas leituras sobre o tema. Já neste ponto a interpretação bernardiana mostra-se peculiar, sobretudo ao definir as esferas das instituições enquanto campo específico da práxis humana. É no plano das práticas sociais, portanto, no jogo de oposições que um grupo delas continuamente estabelece com outro no campo primário da produção, que o conceito pode ser aclarado, e jamais no âmbito das consciências, como por distintas maneiras quis fazer-se crer a maior parte da ortodoxia.

Marx - nomeadamente no *Manifesto* e no *Prefácio de 1859* – afirma que a contradição motriz elementar das transformações históricas se apresenta como a contradição entre *as forças produtivas* e *as relações sociais de produção*. Isto abriu caminho para o desdobramento de dois ramos bem opostos dentro desta tradição: o *marxismo das forças produtivas* e o *marxismo das relações sociais de produção*.

Duas grandes vias de interpretação podem ser inscritas no marxismo das forças produtivas. Numa primeira leitura, desdizendo tudo que houvera outrora afirmado, as classes deixam de ser protagonistas/antagonistas efetivas, para serem compreendidas enquanto corpos físicos dos quais as forças históricas em auto-desenvolvimento se apoderam e por meio do que se manifestam. A luta de classes, então, decorreria do processo pelo qual uma classe encarna as novas potencialidades do desenvolvimento das forças produtivas e, por isso, chocar-se-ia com outra que encarna as relações sociais de produção já caducas. Haveria aí uma inversão automática e economicista de Hegel (1992). Pois, neste caso, os pares conceituais do idealismo hegeliano – Espírito Universal e povos particulares - são substituídos por seus correlatos econômicos.

Há outra leitura inversa a esse respeito que é também improcedente dentro da perspectiva bernardiana: as que atribuem à consciência de classe o fator fundamental de distinção entre elas. Ocorre que, sendo a consciência um fenômeno sempre individual, não pode ser

ela o elemento decisivo que determine a existência de uma classe. A consciência não é outra coisa senão uma projeção ideológica que procura articular e conferir coerência específica aos inúmeros aspectos da prática em que se repartem os indivíduos. Estes se vão, os campos de realização de suas práticas é que permanecem e constituem os legados históricos.

Dando primazia às contradições internas das relações sociais de produção, uma distinta leitura, no entanto, pode ser feita. Desse modo, criteriosamente, é possível extrairmos de Marx alguns princípios básicos que definiriam o grau de consubstanciamento de uma classe social por outros aspectos que mais o aproximariam da análise de Bernardo.

Primeiramente, ao nível econômico, Marx sempre demonstrara a preocupação em identificar a inserção fundamental de um determinado grupo na esfera da produção. Tal grupo, por sua vez, ao afirmar dinamicamente o seu campo institucional exclusivo nesta estrutura, entraria em colisão com as práticas de outro(s) grupo(s).

Ressalve-se, porém, que Marx definiu os burgueses com referência à propriedade privada dos meios de produção e, paralelamente, os proletários com referência à produção de mais-valia. E não articulou os dois critérios. Em certas passagens privilegia o enfoque nas relações jurídicas de propriedade, noutras, atenta-se para o princípio das relações sociais de produção. Aplicando-se um critério ao outro, a análise acarreta o exame de diversos outros aspectos além dos jurídicos formais, sobretudo as práticas mais corriqueiras que preenchem o cotidiano dos conflitos sociais.

Ao analisar os desfechos da Comuna de Paris, em *A Guerra Civil em França*, o pensador alemão avança mais um passo e fornece-nos outras pistas objetivas para que possamos construir um conceito mais substancial de classe. Ao existir no seu nível sociológico, uma classe, conforme aumenta o seu grau de coesão, passa a deter a capacidade de auto-determinar sua disposição interna, sua forma de organização, e criar, assim, seus próprios quadros de sociabilidade.

Somente em seguida, num nível político-ideológico, é que pode, então, produzir uma consciência de si, formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas que a auto-representem e exprimam sua particular compreensão do mundo.

Por este entendimento, são as tensões resultantes das práticas antagonicas que transcorrem no âmbito das relações sociais de um modo

de produção que determinam tanto as consciências que correspondentemente as exprimem, quanto o ritmo e a qualidade do desenvolvimento das forças produtivas. E não o inverso.

Ainda que sendo interpretações diametralmente opostas, segundo o que pude avaliar, tanto o estruturalismo quanto a fenomenologia estariam incidindo sobre um erro em comum: colocar no centro da análise o efeito naturalizado e concluído das ações, a sua expressão materializada, em detrimento da prática em processo. Isso porque, ou tomam a prática humana como que prolongamento automático das estruturas (naturais ou sociais) que a condicionam, ou pensam-na como que exercida diretamente sobre o mundo exterior, de onde imediatamente derivaria a consciência. Não concebem as práticas, sempre materiais e coletivas, como nível específico da ação humana. Daí que ambas as linhagens possam ser inclusas numa mesma classificação, o marxismo das forças produtivas.

Na ótica bernadiana, as forças produtivas constituem-se como a expressão material direta das relações sociais do capitalismo. Todos esses elementos da organização da produção atuam no sentido de aumentar o sobretrabalho e reduzir o trabalho necessário. Aumentam e reforçam a distância entre os trabalhadores e o controle sobre suas atividades. Se entendida como uma estrutura coerente, as forças produtivas só podem reproduzir e realizar as contradições do modo de produção. É esta uma concepção elementar que está subjacente a toda discussão.

Portanto, o caráter integrado e planejado assumido pelo desenvolvimento tecnológico capitalista constaria como o próprio caráter da classe gestorial e sua função social no capitalismo. Esse tipo de marxismo marcaria o triunfo da razão econômica enquanto converte-se numa base ideológica de desenvolvimento dos gestores. Ao pensar tal transformação como passagem para um futuro modo de produção, o marxismo ortodoxo nada mais fizera senão conceber as transformações internas do capitalismo. Ao fazer esta opção frente às alternativas conflitantes contidas na obra de Marx, colocar-se-ia alheio à questão fundamental do capitalismo, qual seja, a relação social da mais-valia.

No decorrer dos mais de 30 anos da trajetória teórica de Bernardo, é notável a permanência de princípios que ligam os dois extremos de sua obra: a intransigência pela edificação de um quadro conceitual fundamentado nas experiências dos conflitos sociais que se

desenrolam em torno desta relação singular do capitalismo e as práticas de autogestão que aí podem originar-se. Assim, é possível acompanhar o coerente aprimoramento pelo qual passam seus principais conceitos, cada vez mais aplicados de forma sintética e operacional, sem prejuízo ao conteúdo inicial.

Nesse assunto, convém referir-me também aos evidentes rearranjos que faz autor, valendo-se inclusive, dos modelos teóricos a que dirige críticas, mas que, todavia, dão amplitude à sua arquitetura teórica.

Nas obras mais fundamentais de seu período inicial - como *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975) e *Marx Crítico de Marx* (1977) - é encontrável uma significativa contaminação do estruturalismo de Althusser, no que diz respeito não só ao arsenal léxico empregue, mas também à lógica materialista revista por este autor. Porém desde cedo, alertara-se para um imobilismo presente nesta concepção, pois o filósofo francês, ao elaborar sua perspectiva anti-humanista, teria anulado qualquer abordagem possível em termos de uma teoria da práxis, uma vez que esta extrapolaria o campo específico dos processos intelectuais.

Carecia, neste caso, de um peso adequado ao componente dinâmico, ao sujeito que age sobre a estrutura que lhe determina, transformando-a e reordenando os termos da relação determinante-determinado. Nessa matéria, parece ter exercido decisivo papel o contato com as interpretações mais ativistas da obra de Marx, completamente avessas ao estruturalismo, na elaboração do seu modelo das instituições sociais. Refiro-me aos trabalhos de George Lukács e Karl Korsch. Haveria aí, no entanto, uma demasiada carga voluntarista-idealista, merecedora também de importantes correções.

À medida que alcançava suas próprias formulações, Bernardo pôde desprender-se dos aspectos considerados negativos destas influências, reter os que lhe interessavam e trilhar caminhos próprios.

O marxismo das relações sociais bernardiano, por sua vez, pôde então, compor uma síntese (no sentido dialético do termo) destes dois extremos, concebendo um universo conceitual onde as instituições sociais se apresentem – e somente elas, sem qualquer lugar para os indivíduos – enquanto objetos e sujeitos da ação, ou, numa linguagem menos idealista, agentes e suportes da práxis.

Nesta vertente oposta, opta-se pelo Marx que atribuiu um lugar nuclear para as relações sociais de produção na definição do modo de produção capitalista. Pois que, embora não tenha feito ele próprio a exploração de todas as virtualidades da matéria, traçou as linhas fundamentais para a resolução do problema ao formular o modelo crítico da mais-valia. E, quando desenvolvidas todas as implicações potencialmente implícitas ao modelo, chega-se a *duas proposições crucias* que convergem para a asserção dos gestores:

1) O exercício da gestão é uma função específica deste modo de exploração, cujas classes expropriadoras não se limitam a, de quando em quando, auferir para si parte das riquezas produzidas pelos produtores diretos, senão também, e principalmente, afastá-los plenamente do controle sobre todo o processo e de todos os meios de trabalho. É precisamente porque o fator-propriedade, no capitalismo, é inseparável do fator-controle que o primeiro não se pode ser taxado de “roubo”, como, por exemplo, pretendeu Proudhon.

2) A integração tecnológica das unidades produtivas no âmbito da produção constitui fator indispensável à reprodução dos ciclos de mais-valia, em oposição a concepções que tomam a casualidade do mercado e da livre-concorrência como traços característicos.

Articulando as duas proposições, chegamos à conclusão de que o modo de produção capitalista singulariza-se por isolar absolutamente em movimentos distintos, a produção direta, o controle sobre a globalidade dos processos de trabalho e as vias de apropriação. É isso que possibilita a existência e o desenvolvimento da base técnica que abarca e interliga todos os processos de produção capitalista e deixa em aberto uma função social a ser preenchida pela classe dos gestores. Do que não se pode deduzir serem, exclusivamente, os burgueses proprietários e os gestores controladores dos meios de produção. Ambas as classes capitalistas gozam dos dois privilégios. A diferença está em que, a primeira incide sua prática no âmbito particularizado do modo de produção, e a segunda, no âmbito integrado do mesmo.

Dentre os autores aqui abordados, fora Makhãski, sem dúvida, o antecipador de um tipo de marxismo centrado nas relações sociais de produção, e não nas relações jurídicas de propriedade ou nas forças produtivas, além de ser o que mais fornecera substratos teóricos para a concepção geral de João Bernardo. Antes mesmo da experiência mal sucedida da URSS, ele observava que a supressão da propriedade

privada, por si só, em nada contribuiria para a derrocada do sistema capitalista. Há, entretanto, a necessidade de readequar para os dias de hoje alguns pontos de suas formulações. Sobretudo, no que concerne a sua distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, posto que o capitalismo contemporâneo tende a assentar-se também na exploração do aspecto intelectual do trabalho.

Como bem atentou Poulantzas, esta diferenciação passa a não mais corresponder de forma exata à diferenciação entre trabalho produtivo e não-produtivo, respectivamente. Tampouco à cisão entre concepção e execução assinalada pelos teóricos da burocracia. A atividade dos técnicos e engenheiros, à sua época, dado a condição rudimentar de desenvolvimento da mais-valia relativa e conseqüente aplicação de saberes técnico-científicos no processo de trabalho de então, eram típicas tarefas dos gestores. Algo que não procede nos dias de hoje, quando este grupo, boa parte pelo menos, atinge graus elevados de proletarização.⁵⁰ Ser trabalhador intelectual hoje envolve aspectos completamente diferentes. De forma que a distinção entre trabalho intelectual e trabalho braçal mais corresponde à distinção entre trabalho complexo – de maior produtividade e, portanto, maior taxa de exploração – e trabalho simples – de menor produtividade. Não cabe, dessa forma, assimilar, sem objeções, os gestores a qualquer tipo de atividade intelectual, é preciso diferenciá-la tomando como critério a margem de controle que cada qual dispõe sobre o tempo próprio e alheio.

Em que se pesem tais ponderações, isso não nos impede de reafirmar o problema da instrução privilegiada enquanto artifício de reprodução inter-geracional de uma classe; algo demasiadamente destacado também por Bakunin. As instituições educacionais qualitativamente diferenciadas constituem, nesta interpretação, um mecanismo crucial à perpetuação das diferenças de classe. Não só porque difundem ideologias dominantes e conciliatórias entre elas, mas, principalmente porque formam os novos quadros de trabalhadores e gestores consoante as aptidões exigidas pelos novos padrões tecnológicos das relações de produção. O princípio básico continua sendo o mesmo: decompôr e extrair o *savoir-faire* dos trabalhadores, de

⁵⁰ Vide o exemplo da nota 11 do presente trabalho.

modo a mantê-los continuamente afastados do controle sobre os processos econômicos e sociais.

Poulantzas, por seu turno, isola – sempre “relativamente” - a divisão técnica do trabalho das relações sociais de produção e relações políticas. Não estaria, assim, isentando o técnico de aspectos sociais e políticos? Para ele, organização, ritmo e disciplina são assuntos técnicos, alheios aos processos sociais, isento às determinações do capitalismo.

Naturaliza-se, portanto, o processo de produção, uma vez que o técnico é indiscutível, independente, capaz de se desenvolver a despeito de qualquer tipo de ação social. Os administradores, então, constituiriam apenas um corpo técnico independente no âmbito de organização interna de uma empresa, sendo a sombra do poder externo do capital projetada no processo de trabalho. Esta compreensão impede que identifiquemos nos gestores determinações estruturais de classe, ou seja, que percebamos eles como grupo detentor de uma posição singular na divisão social do trabalho, de força social própria - e não delegada -, com expressão correspondente na superestrutura política e ideológica, segundo seus próprios critérios.

O autor introduz acertadamente a definição de trabalho produtivo, porém concebe a exploração ainda como que realizada ao nível particularizado da unidade de propriedade, para somente em seguida ser repartida e não a apreendeu enquanto encadeamento de diferentes processos de trabalho. Por isso pôde taxar alguns ramos da globalidade desta cadeia como setores não-produtivos.

Ademais, com toda sua pretensão de revisar revolucionariamente o marxismo, não consegue ir além da concepção de Estado como mero resultante político da luta de classes e insiste em caracterizar as classes capitalistas pela detenção da propriedade privada, apesar de fazer a distinção desta e a *posse efetiva*, como também o fez Djilas; o que, de fato, auxiliou a elucidação de nossa questão.

No entanto esta inferência a respeito da classe dos gestores na obra de Bernardo parece-me não ter sido elaborada tão somente a partir das reformulações, ou opções, feitas a alguns princípios internos às obras de Marx e às de seus intérpretes. A construção fora facilitada também pela criteriosa observação e acolhimento de importantes subsídios fornecidos pelas mais diversas correntes teóricas, ao tomarem o assunto em questão como objeto ideológico.

Quanto às reflexões de Michels é interessante observarmos que sua atenção se voltou, predominantemente, para as formas organizativas dos partidos e não para suas bandeiras e profissões ideológicas. Não é por acaso que elege os partidos proletários, supostamente mais horizontais, como modelos para explicitar o caráter aristocrático deste tipo de organização. Além disso, por decorrência de sua inspiração analítica weberiana, permite-se ainda acompanhar os mecanismos de reprodução sócio-cultural da burocracia e seus artifícios de apropriação da mais-valia.

Contudo, convém ressaltar que sua *teoria das elites*, pôde tranqüilamente servir ao fascismo na medida em que se referiu sempre à troca de elites no poder sem se mencionar os fundamentos da estrutura. Nesse sentido, ela exprimiu justamente os paradoxismos e as ambigüidades que caracterizam a prática dos gestores. Uma teoria de classes, ao contrário, supõe que a referência a uma delas seja feita sempre em relação à outra. De modo que qualquer transformação das características de uma, dialeticamente, acarrete a transformação conjunta delas, pois participam de uma mesma estrutura. Algo que não ocorre com uma teoria de elite, que pode ser definida isoladamente enquanto estrato ou camada. O que é uma afirmação totalmente oposta da aqui apresentada.

De qualquer modo, sua pesquisa não é desprezível. Com algum cuidado, os dados fornecidos permitem-nos observar que o velamento da burocracia enquanto classe principia-se ideologicamente no ato de fazer o interesse de uma parte se passar por interesse coletivo. Daí que sob o aspecto tecnológico, os gestores tendam a neutralizar o desenvolvimento das forças produtivas, anunciando-o como progresso humano em geral.

Michels aponta com detalhes os processos de assimilação e recuperação cíclica dos conflitos, tornada possível por uma permissividade controlada de alternância das “elites” no poder. Embora os perceba apenas do ponto de vista individual e não institucional, chegando a atribuir sua causa à “natureza ambiciosa do homem”, aos imperativos funcionais e inelutáveis de qualquer organização, de modo a naturalizar as desigualdades sociais.

Entretanto, é forçoso reconhecer que uma classe social tem sua condição de dominadora tanto mais assegurada quanto maior for sua capacidade de acolher pessoas advindas das classes dominadas, como

afirmara o próprio Marx. Cria-se por esta via uma vanguarda selecionada com fortes tendências a se tornar a jovem classe gestora, independente das intenções de seus membros.

É este o cerne dos mecanismos cíclicos de assimilação dos conflitos ocorridos sob a regência da mais-valia relativa: auto-organização, hetero-organização e recuperação. Para que este artifício funcione eficazmente é imprescindível que os novos gestores e respectivas instituições – recém convertidos – sejam os mesmos elementos de outrora, com os mesmos símbolos, porém com conteúdo alterado.

Noutra linhagem, autores como Prestes Motta, Bresser Pereira e Maurício Tragtenberg procuram ampliar o conceito de burocracia weberiano, estendendo-o para além do sistema social rígido tipicamente formulado pelo sociólogo alemão. Levanto aqui dois aspectos.

Para eles, primeiramente, toda organização social fundamentada sobre estes princípios racionais e hierárquicos trata-se de uma organização burocrática; no que podem também ser incluídas as novas modalidades das teorias administrativas que privilegiam a persuasão sobre a coerção explícita. Em segundo lugar, ao aplicarem o conceito sob uma perspectiva dinâmica, entendem a burocracia como sendo determinada pelos sistemas econômicos vigentes, no contexto das relações sociais concretas, quer dizer, nos termos das formas de cooperação, como salientei aqui com base em *A Ideologia Alemã* de Marx e Engels.

Por isso, estes autores não hesitam ante a necessidade de serem extrapoladas as barreiras das definições conceituais abstratas, de modo a nos abrirem caminhos à compreensão crítica da emergência e atuação dos gestores no campo do Estado e da empresa, enquanto classe social dotada de crescente poder e autonomia. Portanto, apresentam o administrador burocrático com aspectos de classe social em todos os seus níveis de existência: interesse econômico próprio, mecanismo de apropriação de sobretrabalho próprio e produtor de uma ideologia correspondente que demonstra seu auto-reconhecimento enquanto classe.

Não obstante, a propósito de Bresser Pereira, junto a Galbraith, Berle e Means, cabe notar que, ao falarem em “modo de produção estatal”, ou passagem de capitalismo para “tecnocracia”, distinguiram

os administradores profissionais da classe capitalista. Isso nos sugere os gestores como que classe resultante do surgimento de um modo de produção pós-capitalista. Diz um deles: “(...) a etapa imediatamente ao capitalismo é a tecnocracia.” (Pereira, 1972, p. 30) Nesse sentido, afastam-se radicalmente da proposição de Bernardo, para quem os gestores decorrem exclusivamente dos fundamentos mais originários deste modo de produção e não de outro, sendo, portanto, uma classe, por excelência capitalista, já que este modo de produção não se define tão somente pelas suas relações jurídicas de propriedade.

Ainda quanto a Bresser, é preciso reconhecer também uma contradição tipicamente economicista que se encontra em sua obra, uma vez que postula – em corroboração à tese de Galbraith - ser exclusivamente o desenvolvimento tecnológico o fator determinante da reorganização da produção, dos sistemas de mando e subordinação. Dizem eles que a tecnologia haveria se desenvolvido a tal ponto que teria já superado a importância do capital. Concebem um modelo em que a quantidade transforma-se em qualidade sem intervenção da práxis humana. Suprime, deste modo, a ação e desloca-se o centro do trabalho produtivo. Assim se referem à tecnologia:

Universaliza-se, torna-se autônoma em relação aos próprios homens, transforma-se no principal agente configurador da sociedade em que vivemos, progride sempre, de forma necessária em ritmo geométrico, e, de mera servidora do homem, vai se tornando em sua tirana. (Ibidem, p. 55)

Conhecimento técnico associado a uma forma organizacional determinada não seriam, como tal, também capital? Ao se falar de capital não se inclui já uma noção de organização? Ou seja, parece-me incrivelmente hegeliano dessa abordagem conceber o desenvolvimento autônomo das forças produtivas como alavancador das relações de produção, como que uma entidade de ímpeto alheio às práticas humanas concretas. Os autores incidem, a meu ver, na própria argumentação tecnocrática que pretensiosamente estão a criticar: elevar o desenvolvimento das forças produtivas a um estatuto de variável independente, regida por critérios objetivos sem ingerências dos conflitos sociais. Postulado do qual decorre a legitimidade do técnico e do intelectual como agentes do futuro, provedores do bem comum. Ora,

revela-se aí uma reflexão feita a partir da própria perspectiva dos gestores, da prática social do controle sobre o conjunto dos processos econômicos. Absolutamente compreensível e coerente com suas posições sociais.

De todo modo, as pesquisas de Berle, Means e Galbraith contribuíram significativamente à elaboração de um quadro investigativo que pusesse em questão o modelo analítico de uma só empresa, o qual contaminara quase toda a história do pensamento econômico clássico, até mesmo a obra magna de Marx. A partir de suas preciosas informações parece-nos demasiadamente ultrapassado pensar o capitalismo nos termos de pequenos elementos privados, dispersos e equivalentes que concorrem entre si na esfera do mercado, senão como poucos, porém colossais, conglomerados econômicos estruturalmente hierarquizados.

Os autores inauguram, assim, um novo método analítico e uma redefinição de capital, pelos quais o papel da propriedade privada pode ser secundarizado, pelo menos aquela entendida nos termos de títulos jurídicos. É aí que introduzem a questão da “apropriação coletiva”.

O conceito de propriedade, enquanto componente revelador do modo de produção capitalista, só adquire força e significado quando não se refere apenas a um conjunto de bens físicos, palpáveis, mas que se estenda também às formas organizativas, a uma hierarquia estruturada em executivos, técnicos, diretores e trabalhadores, ou seja, relações sociais de trabalho. Berle, Means e Galbraith ressaltam a importância crescente do conhecimento técnico. Por aí o capital é entendido como relação social de produção concreta que envolve controle e exploração e não uma ou outra modalidade jurídica abstrata como é a propriedade privada. Foi possível, assim, efetuar a diferenciação de uma forma particular de realização do capitalismo de seu aspecto invariável. Isto é, não assimilarmos, sem mais, a apropriação privada e o mercado ao capitalismo e apropriação coletiva e a planificação ao socialismo; o que para eles representaria somente a passagem do capitalismo privado para o capitalismo coletivo.

Esta perspectiva ainda põe em destaque o fato da administração coletiva dos meios de produção ocorrer, desde o início, com mais intensidade naqueles setores tidos como essenciais, ou como coloca os próprios autores, os setores de “utilidade social”: postos de pedágio,

pontes e canais, corpos de bombeiros, além, é claro, de posteriormente ter controlado a totalidade do setor ferroviário e de telégrafo.

Igualmente, expõem em minúcias a posição privilegiada dos gestores no momento da distribuição da mais-valia. Berle e Means deixaram claro que são os gestores o grupo a deter o controle sobre este processo. Daí decorreriam seus antagonismos de interesse em relação à burguesia, progressivamente reduzida a uma classe rentista e passiva.

A investigação de Galbraith é particularmente interessante para evidenciar a estreiteza da relação entre cada novo estágio tecnológico e a prática dos jovens quadros de gestores. O autor, auto-proclamando-se salvador social, ou seja, conferindo à intelectualidade toda força vital inovadora da sociedade, reincide numa nova apologia aos gestores, cujos alguns postulados legitimadores agora seriam, por exemplo: especialidade em segurança pública e privada, especialidade em meio-ambiente, especialidade em qualidade de vida, especialidade em desenvolvimento sustentável, entre outros tantos campos de especialização para o qual há sempre um grupo de técnicos e intelectuais que se reivindicam os mais aptos para ali atuarem.

De um ponto de vista radicalmente diferente ao destes autores, Djilas fora um anunciador da existência de uma terceira classe social. Porém, identificou a origem desta nos desdobramentos da revolução russa e, quanto à sua existência, circunscreveu-a no partido comunista. O autor mostrava-se muito mais preocupado com o cerceamento das liberdades individuais e da livre-concorrência do que com a frustração de um grande projeto de superação da sociedade de classes. Sob tais circunstâncias, não conseguiu captar a afinidade estrutural que faria convergir os interesses da burocracia soviética com os dos administradores profissionais da empresa privada predominantes na esfera de influência estadunidense.

Cada uma dessas diferentes abordagens, ao tomar os gestores como objeto de preocupação, de alguma maneira, debruçou-se sobre os variados campos de origem desta classe, que durante muito tempo apresentava-se difusa. É por esta razão não puderam erigir uma conceituação mais sistemática a respeito da classe gestorial.

Já Bernardo encontra no aparelho tradicional do Estado um campo de origem dos gestores, onde atuavam coordenando as atividades econômicas quando ainda era acentuado o grau de particularização das empresas. Entretanto, diferenciando-se substancialmente dos demais

autores, identificou nas CGP e nas UPP outros dois campos de realização das práticas gestoriais, sendo que no primeiro sustentam a inter-relação entre as unidades econômicas numa estrutura global e no segundo detêm o conhecimento necessário para o exercício da gestão e organização da produção no interior da empresa.

Também os sindicatos burocratizados, à medida que passam a enquadrar os trabalhadores na dinâmica do capitalismo, fazem parte dos campos de origem identificados por Bernardo. Nunca é demais ressaltar que, para este autor, a existência dos gestores não é um produto ou uma consequência tardia do capitalismo, e sim uma condição *sine qua non* para o surgimento deste.

Mas, e Marx? Uma vez que se propõe a analisar os processos sociais enquanto totalidade complexa, por que diabos não concebeu e desenvolveu sistematicamente uma teoria sobre os gestores?

Essa resposta, no meu entendimento, deve ser remetida aos processos históricos concretos e não aos diversos caminhos intelectuais que compõem uma dada definição. Se a teoria dos gestores pode, do ponto de vista ideológico, ser explicada a partir da observação das tematizações anteriores do objeto, e dos substratos relevantes que elas forneceram a João Bernardo, não me parece ser este o percurso efetivo que tenha originado sua concepção. Ao invés disso, o conceito só pôde ganhar traços mais claros na medida em que os fatos permitiram à classe trabalhadora constatar pela prática a presença de um outro oponente.

Os trabalhadores todas as vezes que foram derrotados em suas investidas anti-capitalistas depararam-se com dois inimigos: aquele externo, declarado, e outro interno, alimentado pela própria burocracia que o movimento gera internamente. As teorias da elite, como a de Michels, embora percebam o fenômeno, não permitem revelar que estas castas, na verdade, acabam sempre por se constituírem como uma classe.

Em geral, as análises marxistas consideram sempre os períodos de conflito aberto como momentos privilegiados de explicitação das classes em jogo e seus respectivos interesses. Dessa forma, generaliza-se a polarização dual que caracterizam estas vagas revolucionárias, quando o que se tem decerto, em períodos em que a luta é apenas latente, é uma multiplicidade de pólos.

Os textos de Marx que tratam das grandes convulsões sociais ocorridas sobretudo na França entre 1848 e 1871, por exemplo, versam

sobre um período histórico cujos embates polarizavam-se em torno do campo burguês ou em torno do campo proletário. E os gestores, a essa época, dividiam-se politicamente por esses dois campos. Dado o diminuto grau de integração tecnológica em relação aos dias de hoje, não podiam agir coesamente, realizarem suas práticas em instituições próprias, perseguir interesses comuns e tampouco conceberem-se enquanto classe. O que a prática social não havia ainda posto em evidência o conceito não poderia apreender. Eram, portanto, teoricamente encobertos.

Atualmente, o panorama geral parece-me outro: o altíssimo grau atingido pela integração tecnológica, o desbloqueamento dos fluxos de capital que a sua transnacionalização hoje permite junto à perda de importância do Estado-nação, a insignificância econômica dos pequenos capitais e a subordinação quase que completa da propriedade privada ao controle efetivo são indicativos que apontam para uma plena coesão da classe gestorial. No pólo dos exploradores, são os gestores que tendem a conduzir o conjunto dos capitalistas, numa comum oposição aos trabalhadores, sem que as aparências e o estatuto legal tipicamente burguês precisem ser adulterados.

Contudo, para que a existência desta classe fosse exposta à luz, fora decisivo o acirramento dos conflitos sociais iniciados na década de 1960 nos EUA, Europa Ocidental e Oriental (principalmente nos países da órbita soviética), e que se estenderam até o os primeiros anos da década de 80 em países como o Brasil. A névoa que até então os ofuscava começa a desvanecer, pois são eles que estão, agora, à frente do campo capitalista. E parece ser este o processo social prático que serve de ponto de partida para as formulações ideológicas de João Bernardo, quer dizer, as sucessivas derrotas sofridas pela classe trabalhadora em todos os seus grandes fluxos de luta.

Na verdade, suas teses apenas confirmam o que muitos teóricos do movimento operário já tinham tido a oportunidade de pontualmente observar e denunciar, antes que a segunda grande guerra e a guerra fria obstassem o prosseguimento destas reflexões. A teoria dos gestores, portanto, não se desenvolve do puro exercício lógico-abstrato da cabeça de um intelectual, senão da observação dos últimos grandes fluxos de enfrentamento protagonizados pelos trabalhadores e capitalistas.

Assim, *post festum*, e redefinidos os campos de luta que hão de balizar o porvir do capitalismo, é possível ao autor reinterpretar a

história do modo de produção. O que o leva a compreender a dinâmica da classe dos gestores – na condição de renovadores do capitalismo, tantas vezes dissimulados de revolucionários – como de crucial importância para a perpetuação da atual forma de exploração. São os gestores que constituem a classe dominante que articula as diferentes ramificações de desenvolvimento do capital, o que os coloca como indispensável às suas necessidades imanentes, ao invés da senil, obsoleta e inapta burguesia.

Nesse sentido, o quadro conceitual em que se inserem os gestores, se aplicado para a compreensão do novo estágio das lutas sociais, é um instrumento valioso, pois carrega uma poderosa crítica da burocratização e dos moldes leninistas de organização; algo indispensável à análise do que se seguiu à década de 1960.

É preciso considerar que componente fecundo de uma teoria reside na sua capacidade de apreender tendências de longo alcance, ainda quando estas se apresentam de formas embrionárias. E, hoje, é cada vez mais visível que os novos movimentos sociais comportam características peculiares que bem os distinguem daqueles que protagonizaram os ciclos de lutas anteriores. A preocupação quanto ao processo de burocratização parece-me ser uma tônica frequentemente presente, implícita ou explicitamente, em diversos deles: seja na insurgência Zapatista e na recente formação da APPO no México, nos MTDs da Argentina ou, em parte, no MST no Brasil, por exemplo.

Em relação ao Estado, estes novos agentes políticos, na busca por uma alternativa viável que sinalize para um novo mundo, procuram não apenas dirigir críticas às suas atuações impopulares, ou mesmo tomar-no de assalto. Dentro desta nova tendência aparentemente em expansão, é possível verificar uma possível passagem da reivindicação pontual para as questões mais universais. Entre elas está a preocupação em se gestar no interior de suas organizações os germes das relações sociais comunistas. Na prática, ao procurarem conduzir e controlar suas próprias lutas, os novos movimentos sociais têm questionado uma célebre máxima de Marx (1982, t. I), a de que “a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado (...)”.

A abrangência e a radicalidade destes recém-surgidos movimentos populares, no entanto, é o que a teoria dos gestores habilita averiguar. Isto significa enxergar os ingredientes potenciais que apontem ou não para a dissolução do velho e para a invenção do novo.

O que, de fato, vem sendo criado em termos de relações sociais novas, horizontais e comunitárias? Conseguirão estas relações prevalecerem à então necessária presença do agente intermediador, ao elemento que se interpõe entre as tarefas de concepção e de execução, e entre a vida política e a vida social?

Esta ferramenta analítica permite ainda antecipar-se às ciladas costumeiramente armadas para os movimentos de contestação; as que os tornam meras instituições repositórias de melhorias aparentes e mecanismos renovados de exploração. No Brasil, a exemplo disto, a concepção dos gestores mostra-se indispensável à compreensão dos enigmas que envolveram os ciclos de luta protagonizados pela CUT/PT durante a década de 1980; hoje não mais que entidades da ordem.

É evidente que todas essas mutações no cenário político devem ser pensadas junto aos novos padrões tecnológicos dominantes, marcados pela aplicação intensiva da eletrônica e informática ao processo produtivo capitalista. O acelerado desenvolvimento técnico e o seu emprego sistemático na produção provocam sérias alterações na divisão social e nas relações concretas de trabalho. A nova “morfologia” das classes sociais - como têm tratado alguns autores como Ricardo Antunes (2005) -, e a apreensão das fronteiras entre elas, tem hoje o seu entendimento embaraçado, dificultado pela própria novidade das transformações. Para este problema, a meu ver, a escolha teórica em questão oferece também subsídios reais muito importantes. Isso porque foca a análise nas relações sociais efetivas e não nas relações jurídicas de propriedade, num momento em que se tem reduzida a noção de capital enquanto bens palpáveis, e uma crescente primazia dos fatores de organização.

Por estas razões, penso ser a tese dos gestores, e todas as implicações que a acompanham, um referencial teórico bastante profícuo àqueles que, de uma perspectiva radicalmente proletária, tencionam pensar os mais recentes desafios, suscitados pelo novo ciclo das lutas sociais. Mas com a certeza de que o único método eficaz pelo qual pode ser posta à prova uma teoria é sua verificação na prática. Sendo eles a atual classe hegemônica do modo de produção, serão eles os primeiros a reagirem, tão logo a estabilidade do sistema vigente seja provocada.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

ALTHUSSER, L. **A Favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

BAKUNIN, M. **Escritos Contra Marx**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

O Socialismo Libertário. Marília: Aosmortos Edições/CELMA, 2002.

BERLE, A. & MEANS, G. **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1984.

BERMUDO, J. M. **El Concepto de Praxis en el Joven Marx**. Barcelona: Editora Península, 1975.

BERNARDO, J. **Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista**. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

Marx Crítico de Marx. Livro Primeiro: Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital”. Vols. I, II e III. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

O Inimigo Oculto. Ensaio sobre a Luta de Classes. Manifesto Anti-Ecológico. Porto: Edições Afrontamento, 1979.

“O Proletariado como Produtor e como Produto”. *In: Revista de Economia Política* - vol. 5 - nº 3, julho-setembro, 1985a.

_____ “Gestores, Estado e Capitalismo de Estado”. *In: Revista Ensaio* - nº 14. São Paulo: Cortez Editora, 1985b.

_____ **Capital, Sindicato, Gestores**. São Paulo: Editora Vértice, 1987.

_____ **Crise da economia soviética**. Coimbra: Fora do Texto, 1990.

_____ **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991a.

_____ **Dialética da Prática e da Ideologia**. São Paulo: Cortez Editora; Porto: Afrontamento Editora, 1991b.

_____ “Depois do Marxismo, o Dilúvio?”. *In: Educação & Sociedade* - nº 43. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

_____ “Desagregação do Sistema Soviético e Transformação das Formas de Propriedade”. *In: Revista de Administração de Empresas* – vol. 33 – nº 2, Mar-Abr/1993. (p. 100-110)

_____ “Aridez e futilidade: Parábola acerca da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa”. *In: Educação & Sociedade* – nº 51. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____ “Prefácio”. *In: Comissões de fábrica: um claro enigma*. São Paulo: Entrelinhas, Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

_____ **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

_____ **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

_____ **Democracia totalitária:** teoria e prática da empresa soberana. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

_____ **Labirintos do Fascismo:** na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____ “O tempo – substância do capitalismo”. *In:* **Cadernos de Ciências Sociais**, nº 1, Santo André, 2006.

_____ “L’Eretico della Sinistra. Bruno Rizzi Élitista Democratico. Alessandro Orsini. Milão: Franco Angeli, 2004”. *In:* **Historical Materialism**, vol. 15, nº 1, 2007a. (versão mimeografada em português)

_____ “Apresentação de George Orwell”. *In:* ORWELL, G. **Mil Novecentos e Oitenta e Quatro**. Lisboa: Antígona, 2007b. (versão mimeografada)

BEYNON, H. “O Sindicalismo Tem Futuro no Século XXI?”. *In:* RAMALHO & SANTANA (org.). **Além da Fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

BOTTOMORE, T. B. **As Classes na Sociedade Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BRUNO, L. B. “Acerca do Indivíduo, da Prática e da Consciência da Prática”. *In:* **Educação & Sociedade** – Ano X – nº 23. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

_____ **Processo de Trabalho, Lutas Sociais e Formas de Poder**. São Paulo: Universidade de São Paulo – FFLCH, 1991.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DJILAS, M. **A Nova Classe**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1971.

FOUCAULT, M. **Vigia e Punir**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

_____ **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GALBRAITH, J. K. **O novo estado industrial**. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1985.

GOOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, A. “Americanismo e Fordismo”. *In*: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HEGEL, G. W. F. “Fragmentos sobre a História Universal”. *In*: WEFFORT, F *et al.*, **Os Clássicos da Política**. Vol. II. São Paulo: Editora Ática, 1992

KURZ, R. **A Substância do Capital: o trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização**. *In*: Exit – nº 1, 2004. (versão mimeografada em português)

LÖWY, M. **A Teoria da Revolução no Jovem Marx**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARX, K. “As Classes”. *In*: IANNI, O. (Ed.) **Karl Marx: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979. (p. 99-101)

_____ **O Capital: crítica da economia política: Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ **O Capital: crítica da economia política: Livro III. Tomo I**. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.

_____ **O Método da Economia Política: terceira parte da introdução à crítica da economia política**. Edição bilíngüe: UNICAMP, 1996.

_____ “Manuscritos Econômico-Filosóficos. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada.” *In*: Antunes, R. (org.) **A Dialética do**

Trabalho: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.

_____ “Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. *In: Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004b.

_____ “A Questão Judaica”. *In: Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004b.

_____ “Para a Crítica da Economia Política (Prefácio)”. *In: Marx & Engels. Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 529-533)

_____ “Marx a J. B. Schweitzer. Londres, 24 de enero de 1865”. *In: Miseria de la Filosofia*. Moscou: Edições Progresso, 1985. (p. 160-167)

_____ “Marx a Joseph Weydemeyer, 5 de março de 1852”. *In: Marx & Engels. Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 555)

_____ “Teses Sobre Feuerbach”. *In: Marx & Engels. Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 1-3)

_____ “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte”. *In: Marx & Engels. Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 413-512)

_____ “Salário, Preço e Lucro”. *In: Marx & Engels. Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 29-78)

_____ “Posfácio à segunda edição alemã (1872) do primeiro volume de ‘O Capital’”. *In: Marx & Engels. Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 94-103)

_____ “A Guerra Civil em França”. *In: Marx & Engels. Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 220-266)

_____ “Crítica do Programa de Gotha”. In: **Marx & Engels. Obras Escolhidas**. Tomo III. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 5-30)

_____ **Miseria de la Filosofia**. Moscou: Edições Progresso, 1985.

_____ **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Moraes, 1969. (p. 87-120)

MARX, K. & ENGELS, F. “Manifesto do Partido Comunista”. In: **Marx & Engels. Obras Escolhidas**. Tomo I. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 106-136)

_____ “Feuerbach. Oposição das Concepções Materialista e Idealista (Capítulo Primeiro de *A Ideologia Alemã*)”. In: **Marx & Engels. Obras Escolhidas**. Tomo I. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (p. 4-75)

MAKHAÍSKI, J. W. “O Socialismo de Estado (1900)”. In: TRAGTENBERG, M. (org.) **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (p. 84-95)

_____ “A ciência socialista, nova religião dos intelectuais (1905)”. In: TRAGTENBERG, M. (org.) **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (p. 96-108)

_____ “A conspiração operária (1908)”. In: TRAGTENBERG, M. (org.) **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (p. 109-139)

_____ “A revolução operária (1918)”. In: TRAGTENBERG, M. (org.) **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (p. 140-170)

MÉSZÀROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ed. Ensaio, 1993.

_____ **Marx: A teoria da Alienação.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1981.

MOTTA, F. P. & PEREIRA, L. C. B. **Introdução à Organização Burocrática.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MOTTA, F. P. **Organização e poder:** empresa, Estado e escola. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

PEREIRA, L. C. B. **Tecnoburocracia e Contestação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

_____ **Empresários e administradores no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

POSTONE, M. **Necessidade, Tempo e Trabalho:** uma reinterpretação da crítica marxiana do capitalismo. *In:* Social Research – nº 45, 1978. (versão mimeografada em português)

_____ “Repensando a Crítica de Marx ao Capitalismo”. Cap. 1 do livro **Time, Labor and Social Domination:** A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory, Cambridge: University Press, 1993. (versão mimeografada em português)

POULANTZAS, N. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____ **Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista.** México D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 1990.

RODRIGUES, L. M. **Destino do Sindicalismo.** São Paulo: Edusp, 2002.

RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SANTANA, M. A. & RAMALHO, J. R. **Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. “Rosa Luxemburg e a crítica dos fenômenos burocráticos.” *In*: LOUREIRO, I. M. & VIGEVANI, T. (orgs.). **Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação**. São Paulo: FUNDUNESP, 1991.

SÍTIOS DA INTERNET:

BBC Brasil. “Segurança privada 'explode' no Brasil, diz Figaro – 02/08/2007”. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/08/070802_violenciafigaro_pu.shtml. Acesso em 23 de dezembro de 2007.

EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt>. Acesso em 05 de junho de 2008.

PANNEKOEK, A. **Partido e Classe**. Disponível em <http://www.geocities.com/autonomiabvr/partido.html?20074>. Acesso em 04 de fevereiro de 2007.

PINTO, J. A. C. “A Propósito do Marxismo de João Bernardo”. *In*: **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** – nº. 43 – ano IV - Dez/2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/043/43cpinto.htm>. Acesso em 07 de abril de 2008.

_____ “As origens políticas do marxismo de João Bernardo (Portugal/França: 1965-1974)”. *In*: **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** – nº. 63 – ano VI - Ago/2006. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/043/43cpinto.htm>. Acesso em 07 de abril de 2008.

OUTRAS FONTES:

Revista Veja. São Paulo: Editora Abril. Edição 1.637, 23 de fevereiro de 2000. (p. 106-107)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)